

Alcides Vieira de Almeida

Da Escola de Aprendizes de Artífices ao
Instituto Federal de Santa Catarina



Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina

(reedição revista e atualizada da obra “Dos Aprendizes Artífices ao CEFET-SC)



© 2010 Todos os direitos reservados - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC).

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio, sem a prévia autorização deste órgão/entidade.

A447e Almeida, Alcides Vieira de
Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina / Alcides Vieira de Almeida. – reed. rev. e atual.
– Florianópolis : Publicações do IF-SC, 2010.
234 p. : il. ; 00 cm.

1. Brasil – ensino profissional. 2. Santa Catarina – Escola de Aprendizizes Artífices. 3. Santa Catarina – Liceu Industrial. 4. Santa Catarina – Escola Técnica Federal. 5. Santa Catarina – CEFET. 6. Santa Catarina – Instituto Federal. I. Título.

CDD: 370.113

Catalogado por: Augiza Karla Boso CRB 14/1092

Rose Mari Lobo Goulart CRB 14/277

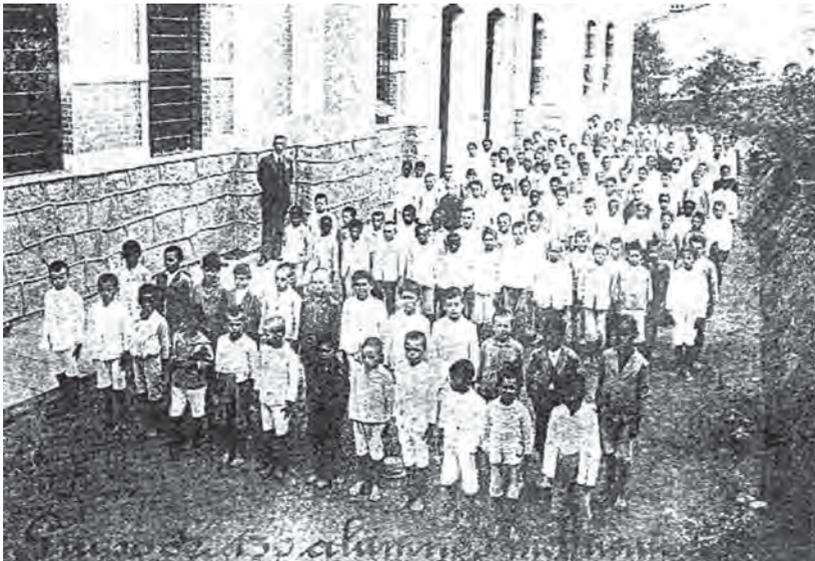
Aos Mestres

Segundo Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, mestre “é o homem que ensina; professor; homem muito sabedor”. Na, então, Escola das oficinas, os mestres foram tudo isso e muito mais. Graças ao extraordinário conhecimento e dedicação profissional desses valorosos homens, a Escola conquistou o respeito, a admiração e a confiança da comunidade catarinense. Foram verdadeiros artistas em suas áreas de atuação; desbravadores de um antes incerto, difícil, mas vencedor; alicerces de um presente, que os eternizou na memória de todos aqueles responsáveis pela construção de um depois, agora denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina ou, simplesmente, Instituto Federal de Santa Catarina.

Da Escola de Aprendizes Artífices ...

“A freqüência dos aprendizes tem sido (...) o motivo de maior preocupação dos seus diretores, (...). Há uma certa época do ano, durante os meses de maio e junho, pouco mais ou menos, em que muitos meninos são mesmo obrigados a se recolherem às suas casas, devido ao ataque das sezões, principalmente, aqueles que residem nas encostas do morro que circunda a cidade e a região da pobreza.

E assim vão até quase fim de ano, quando reconhecendo a inutilidade da sua volta à Escola perdem o ano. Outros há que abandonam ou muito faltam, porque vão coadjuvar os pais nos seus serviços, no ganho da subsistência que cada dia se torna mais difícil; outros porque são vadios não receando as correções domésticas e nem as pequenas corrigendas que na Escola podem sofrer. Outros, finalmente, os do segundo ano em diante, são seduzidos pelas oficinas particulares; tal é a falta de operários para as indústrias. (...)



Alunos da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, em 1923.

Isso talvez possa ser corrigido pela mecanização do trabalho e pela transformação da Escola em estabelecimento industrial ao mesmo tempo que de ensino, de modo que o aprendiz se sinta preso pelo interesse, pela

obrigação de operário perante o patrão, mais do que como simples discípulo perante o mestre. (...)

A escassez de recursos de um certo número de meninos é, aqui, como será em todos os demais Estados da União, um dos motivos que muito cooperam para constantes faltas e retiradas durante os trabalhos da Escola; pois muitos dos nossos aprendizes, entrando para as aulas e só se retirando depois de encerradas as oficinas, sentem-se enfraquecidos, por faltarem-lhes recursos para trazerem diariamente qualquer coisa para a sua merenda no meio do tempo de trabalho.

Os já mais fracos por natureza são justamente os que ficam mais abatidos, e não poucos pedem para retirarem-se, queixando-se de dor de cabeça ou de estômago.

Alguns são tão pobres que a própria roupa logo o demonstra. No inverno, especialmente nos dias chuvosos, chegam tremendo de frio, até que no correr dos trabalhos se reanimam um pouco mais.

Pouco cobertos e pouco alimentados relativamente ao que uma criança que trabalha precisa para as compensações da sua economia orgânica, poucos são os que nessas condições resistem cursando a Escola até o último ano de estudos.

Assim, quero crer que se a Escola pudesse dispor de uma pequena quantia diária, ao menos para dar um pedaço de pão a cada uma das crianças mais pobres, outros talvez fossem os frutos colhidos ao fim de cada ano; no fim de cada quatro anos.”

João Cândido da Silva Muricy, diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, em seu Relatório de 1922.

Em 1918, na oficina de carpintaria da ribeira, foi construída uma lancha acionada com motor à gasolina, adquirido na Casa Hoepcke, Irmão e Cia. Foi considerada a grande obra realizada nas oficinas da Escola, em todo o transcorrer das duas primeiras décadas de existência do estabelecimento de ensino. A lancha foi cedida ao Ministério da Marinha que colocou-a à disposição da Fortaleza de Santa Cruz, em Florianópolis. A construção da lancha provou a competência do velho mestre Julião Roque que, pela primeira vez, mostrava a razão de ser de uma oficina com a denominação de carpintaria da ribeira.

Fonte: Relatório de 1922 - Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina

1	Apresentação	12
2	A Criação do Ensino Profissional no Brasil	14
3	A Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina	17
3.1	Os Primeiros Cursos Profissionais e as Primeiras Matrículas	19
3.2	Os Primeiros Mestres, Professores e Funcionários Administrativos	22
3.3	O Regulamento de 1911	23
3.4	A Ampliação do Espaço Físico	23
3.5	A Oficialização do Cooperativismo Industrial	24
3.6	A Produção Industrial Ordinária	24
3.7	A Produção Industrial Empresarial	25
3.8	O Regulamento de 1918	28
3.9	O Horário das Aulas	29
3.10	A Evolução do Quadro de Pessoal	29
3.11	A Freqüência e a Evasão Escolar	29
3.12	As Primeiras Turmas de Aprendizizes Artífices – Formandos	30
3.13	As Novas Instalações da Escola de Aprendizizes Artífices	32
3.13.1	A Remodelação das Oficinas	35
3.13.2	Os Baixos Índices de Freqüência e a Evasão Escolar – velhos problemas	36
3.13.3	A Exposição Comemorativa ao Centenário da Independência do Brasil	38
3.13.4	Os Cursos – Primeiras Mudanças	39
3.13.5	A Instrução Militar, a Educação Física e o Escoteirismo	39
3.13.5.1	O Depoimento do Professor Nilo Jacques Dias	40
4	O Liceu Industrial de Santa Catarina	42
4.1	A Evolução do Quadro de Matérias Curriculares	44
4.2	As Fichas Individuais dos Alunos	46

4.3	Formandos – 1935 a 1941	46
5	A Implantação do Ensino Industrial no Brasil	48
5.1	A “Industrial”	48
5.1.1	Os Cursos Industriais Básicos e os de Mestria	49
5.1.2	As Matérias Curriculares Comuns às Quatro Séries Industriais	49
5.1.3	O Quadro de Matérias Técnicas	50
5.1.4	Algumas Preocupações e Conquistas dos Anos 40	51
5.1.5	O Grêmio Cultural “ Cid Rocha Amaral”	52
5.1.6	As Mulheres Chegam à Escola	54
5.1.7	Formandos – 1942 a 1947	56
6	A Lei 3.552 e as Mudanças no Ensino Industrial	58
6.1	A Implantação do Conselho de Representantes	59
6.1.1	A Eleição do Primeiro Presidente e Vice-Presidente do Conselho	59
6.1.2	A Demissão dos Conselheiros	59
6.1.3	Os Novos Conselheiros	60
6.1.4	As Competências do Conselho de Representantes	60
6.1.5	A Aprovação das Gratificações dos Conselheiros	61
7	A Crise Administrativa do Início dos Anos 60	62
7.1	A Classificação das Escolas	62
8	A Nova Sede da Escola Industrial de Florianópolis	64
8.1	A Estrutura Administrativa e o Quadro de Servidores - 1962	67
9	A Escola sob a Administração do Conselho de Representantes – 1962 a 1974	70
9.1	A Nomeação do Professor Moura	71
9.2	A Demissão do Professor Moura	72

9.3	A Implantação do Conselho de Professores	72
9.4	O Ginásio Industrial	73
9.4.1	A Relação das Disciplinas Curriculares do Ginásio Industrial	75
9.5	Os Cursos Técnicos Industriais	76
9.5.1	Máquinas e Motores – Disciplinas	77
9.5.2	Desenho Técnico – Disciplinas	77
9.6	A Primeira Turma de Técnicos	77
9.7	O Serviço de Orientação Educacional	78
9.8	O Centro Técnico Industrial de Florianópolis	79
9.9	A Eleição do Professor Frederico Guilherme Büendgens	80
9.10	A Escola e a Situação Política de 1964	82
9.11	Trechos de Atas de Reuniões do Conselho de Representantes	84
9.12	A Extinção do Conselho de Representantes	87
10	O Sistema de Internato e Alojamento dos Alunos	88
10.1	A Implantação e o Desenvolvimento do Internato	88
10.2	A Extinção do Internato e do Restaurante	94
11	A Escola Industrial Federal de Santa Catarina	96
12	A Escola Técnica Federal de Santa Catarina – 1968 a 1986	98
12.1	A Administração Büendgens	98
12.2	As Eleições para Diretor-Geral da ETF/SC	106
13	A Escola Técnica Federal de Santa Catarina – 1986 a 2001	111
13.1	A Democratização da Escola	111
13.2	A Criação e Implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de São José	111
13.3	A Criação e Implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul	114

13.4	A Implantação da Coordenação do Curso Técnico de Enfermagem – Joinville	118
13.5	O Sistema ETF/SC	118
13.6	Os Cursos Técnicos Pós-Médios e Pós-Técnicos	119
13.6.1	A Extinção dos Cursos Técnicos Regulares – 2º grau Implantação do Ensino Médio	120
13.7	A Ampliação e Recuperação do Espaço Físico, Mudanças e Conquistas	121
14	A Criação e Implantação do CEFET-SC	123
14.1	Os Cursos Superiores de Tecnologia e o Vestibular	127
14.2	A Implantação dos Cursos Técnicos Integrados	128
14.3	A Implantação do EMJA, do PROEJA e do NAPNE	128
14.4	A Educação a Distância	129
14.5	A Ocupação do Espaço da Antiga Escola Catarinense de Gastronomia	130
14.6	A Expansão do CEFET-SC: Chapecó, Joinville, Continente e Araranguá	132
14.6.1	A Unidade Chapecó	132
14.6.2	A Unidade Joinville	135
14.6.3	A Unidade Continente	136
14.6.4	A Unidade Araranguá	138
14.7	A Unificação do Processo de Ingresso	140
14.8	O CEFET-SC na Era da Pós-Graduação	141
14.8.1	Os Cursos de Pós-Graduação - 2009	142
14.9	A Extensão e a Pesquisa no CEFET-SC	142
15	As Atividades Artístico-Culturais	145
15.1	O “Boca de Siri”	145
15.2	O Coral e a Orquestra	146
16	Dos Uniformes Escolares	148

17	A Relação dos Cursos Técnicos, Superiores de Tecnologia e Graduação–2009	149
18	A Criação e Implantação do Instituto Federal de Santa Catarina	151
18.1	A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008	152
18.2	Das Unidades aos Campi	162
18.3	Organograma Administrativo do IF-SC - 2009	163
19	Apêndices	164
19.1	Registros de Matrículas (1910 a 1996 e 2008)	164
19.2	Quadro Comparativo de Professores Efetivos e de Técnicos-Administrativos - Nível de Capacitação - 2002 e 2008	173
19.3	Quadro Anual de Formandos (1914 a 1993 e 2008)	175
19.4	Jubilamentos	176
19.5	Evasão Escolar: quadro comparativo - 1943 a 1963	176
19.6	Relação Candidato-Vaga - 2001 a 2005 - Ensino Médio, Técnico, Tecnológico	177
19.7	Diretores do IF-SC	180
19.8	Reitores do IF-SC	180
19.9	Diretores das Unidades	180
19.10	Diretores Gerais dos Campi	181
19.11	A Evolução da Estrutura Organizacional	182
19.12	Relação dos Servidores da Escola - 1909 a 1984	187
19.13	Os Servidores do Centenário	212

1 Apresentação

Caros Amigos:

Nos últimos sete anos, o Instituto Federal de Santa Catarina – IF-SC, antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET-SC, passou por significativas mudanças administrativas e didático-pedagógicas, aliadas a um crescente processo de expansão que culminou com a presença da Instituição em várias cidades catarinenses. Por tudo isso, e levando-se, também, em consideração o momento histórico, ou seja, a comemoração dos 100 anos de existência do IF-SC, chegamos à conclusão de que este livro pedia uma atualização.

Dessa forma, “Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina” é uma reedição revista e atualizada da obra “Dos Aprendizizes Artífices ao CEFET-SC”, publicada em 2002. Um novo título fez-se necessário, haja vista a mudança ocorrida na denominação da Instituição. Houve, também, a inserção de novas fotos com o objetivo de conduzir, ainda mais, o leitor à época dos acontecimentos, permitindo-lhe vivência histórica com o tema.

Foram introduzidos novos textos e atualizados outros, no entanto, a obra não perdeu sua característica essencial, já apresentada em sua primeira edição. É uma exposição de fatos, acontecimentos, relatos, ações administrativas e didático-pedagógicas, dados e registros que nos levam, por meio de uma análise global, ao conhecimento e à compreensão da realidade centenária de um dos principais estabelecimentos de ensino instalados em solo catarinense – o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, ou, simplesmente, Instituto Federal de Santa Catarina – IF-SC.

Na primeira edição desta obra, dizíamos que a história quase centenária do então CEFET-SC era, acima de tudo, sinônimo de Escola. Hoje a situação nos leva a admitir que a história centenária do Instituto Federal de Santa Catarina é sinônimo de mudanças, de evolução, de expansão: Escola de Aprendizizes Artífices, Liceu Industrial de Santa Catarina, Escola Industrial de Florianópolis, Escola Técnica Federal de Santa Catarina, Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, Instituto Federal de Santa Catarina; Campus Florianópolis, Campus Florianópolis-Continente, Campus São José, Campus Jaraguá do Sul, Campus Joinville, Campus Chapecó, Campus Araranguá; ensino primário e profissionalizante, ensino industrial, ensino técnico, ensino médio, ensino tecnológico, especialização e mestrado; ensino

presencial e ensino a distância.

Finalmente, reiteramos nossos agradecimentos a todas as pessoas que nos prestaram informações por meio de relatos orais; mas, principalmente, como já aconteceu, quando da realização da primeira edição, à velha guarda da antiga Escola que, quando procurada, colaborou e continuou colaborando com eficiência, satisfação e orgulho.

*Em 2009 – ano do centenário do IF-SC
Alcides Vieira de Almeida - Autor*

2 A Criação do Ensino Profissional no Brasil

Decreto N. 7566 – de 23 de setembro de 1909

Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução da lei n. 1606, de 29 de dezembro de 1906 :

Considerando :

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência;

que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação:

Decreta :

Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito.

Parágrafo único : Estas escolas serão instaladas em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quando possível, as especialidades das indústrias locais.

Parágrafo único : Estas oficinas e outras, a juízo do Governo, ir-se-ão instalando à medida que a capacidade do prédio-escolar, o número de alunos e demais circunstâncias o permitirem.

Art. 3º O curso de oficinas durará o tempo que for marcado no respectivo programa, aprovado pelo ministro, sendo o regime da escola o de externato,

funcionando das 10 horas da manhã às 4 horas da tarde.

Art. 4º Cada escola terá um diretor, um escriturário, tantos mestres de oficinas quantos sejam necessários e um porteiro contínuo.

§ 1º O diretor será nomeado por decreto e vencerá 4:800\$ anuais.

§ 2º O escriturário e o porteiro-contínuo serão nomeados por portaria do ministro, vencendo o primeiro 3:000\$ e o último 1:800\$ anuais.

§ 3º Os mestres de oficinas serão contratados por tempo não excedente a quatro anos, vencendo 200\$ mensais além da quota a que se refere o art. 11 do presente decreto.

Art. 5º As Escolas de Aprendizes Artífices receberão tantos educandos quantos comporte o respectivo prédio.

Art. 6º Serão admitidos os indivíduos que o requererem dentro do prazo marcado para a matrícula e que possuírem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

a) idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo;

b) não sofrer o candidato moléstia infecto - contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de ofício.

§ 1º A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou atestado passado por autoridade competente.

§ 2º A prova de ser o candidato destituído de recursos será feita por atestação de pessoas idôneas, a juízo do diretor, que poderá dispensá-la quando conhecer pessoalmente as condições do requerente à matrícula.

Art. 7º A cada requerente será apenas facultada a aprendizagem de um só ofício, consultada a respectiva aptidão e inclinação.

Art. 8º Haverá em cada Escola de Aprendizes Artífices dois cursos noturnos: primário, obrigatório para os alunos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, também obrigatório, para os alunos que carecerem dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprenderem.

Art. 9º Os cursos noturnos, primário e de desenho ficarão a cargo do diretor da escola.

Art. 10 Constituirá renda da escola o produto dos artefatos que saírem de suas oficinas.

§ 1º Esta renda será arrecadada pelo diretor da escola, que com ela satisfará a compra de materiais necessários para os trabalhos das oficinas.

§ 2º Semestralmente o diretor dará balanço na receita e despesa das oficinas e recolherá o saldo à Caixa Econômica ou Coletoria Federal, para o destino consignado no artigo seguinte:

Art. 11 A renda líquida de cada oficina será repartida em 15 quotas iguais, das quais uma pertencerá ao diretor, quatro ao respectivo mestre e 10 serão distribuídas por todos os alunos da oficina, em prêmios, conforme o grau de adiantamento de cada um e respectiva aptidão.

Art. 12 Haverá anualmente uma exposição dos artefatos das oficinas da escola, para o julgamento do grau de adiantamento dos alunos e distribuição dos prêmios aos mesmos.

Art. 13 A comissão julgadora para a distribuição dos prêmios a que se referem os arts. 11 e 12 será formada pelo diretor da escola, o mestre da respectiva oficina e o inspetor agrícola do distrito.

Art. 14 No regimento interno das escolas, que será oportunamente expedido pelo ministro, serão estabelecidas as atribuições e deveres dos empregados, as disposições referentes à administração da escola e das oficinas e outras necessárias para seu regular funcionamento.

Art. 15 Os programas para os cursos serão formulados pelo respectivo diretor, de acordo com os mestres das oficinas, e submetidos à aprovação do ministro.

Art. 16 As Escolas de Aprendizizes Artífices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo tipo das de que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenções da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que for consignada para esse efeito no orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 17 Aos inspetores agrícolas compete, dentro dos respectivos distritos, a fiscalização das Escolas de Aprendizizes Artífices custeadas ou subvencionadas pela União.

Art. 18 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro da 1909, 88º da Independência e 21º da República.

Nilo Peçanha

3 A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina

A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina – EAA-SC foi instalada no dia 1º de setembro de 1910, em Florianópolis, na rua Almirante Alvim, nº 17, (esse trecho da Almirante Alvim atualmente (2009) denomina-se rua Victor Konder) em prédio cedido pelo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Gustavo Richard.



*No prédio acima, a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina iniciou suas atividades, em 1º de setembro de 1910.
Fonte: Acervo da Waldir Fausto Gil e Paulo Gil.*

A solenidade aconteceu na presença de autoridades federais e municipais, representantes do Exército, da Marinha, da Imprensa e do Clero. Na oportunidade, foram inaugurados, no gabinete do Diretor, os retratos dos Srs. Nilo Peçanha, Presidente da República; Antônio Cândido Rodrigues, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio e Rodolfo Miranda. O Sr. José Cândido da Silva foi o primeiro diretor da EAA-SC, nomeado por um decreto datado de 16 de dezembro de 1909.

A inauguração de um estabelecimento de ensino profissionalizante na capital catarinense representou, naquela época, uma conquista muito importante e por isso mereceu o apoio e a atenção dos principais meios de comunicação da cidade.

Escola de Aprendizex Artifices

Florianopolis, 5 de Janeiro 1910

Exmo. Sm. Coronel Gustavo Richard
D. P. Governador do Estado

Tenho a honra de communicar a V. Exa. que em data de 29 de Dezembro do anno proximo findo assumi o exercicio do cargo de Director da Escola de Aprendizex Artifices para o qual fui nomeado por Decreto de 16 de Dezembro do referido anno.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de alta estima e consideração.

Seu leuante da filha

Na sexta-feira seguinte ao evento, dia 2 de setembro, o jornal Folha do Comércio, em notícia de primeira página, fez, entre outras, as seguintes considerações:

“Com a presença de grande número de pessoas, inaugurou-se ontem, ao meio-dia, a Escola de Aprendizes Artífices, de que diretor é o sr. José Cândido da Silva.

A Escola de Aprendizes Artífices está elegante e convenientemente instalada (...), apresentando em todos os compartimentos o agradável e atraente aspecto dos melhores estabelecimentos de ensino profissional. Dispostos em ordem, mesmo com capricho, as diversas seções do aprendizado denotam o cuidado de seu diretor e auxiliares, devendo-se registrar que tudo foi previsto quanto a escrupulosa escolha do material.”



Gabinete do primeiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina - José Cândido da Silva.

Fonte: Acervo da Waldir Fausto Gil e Paulo Gil.

3.1 Os Primeiros Cursos Profissionais e as Primeiras Matrículas

A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina iniciou suas atividades oferecendo à comunidade um curso primário e um curso de desenho, ministrados paralelamente aos cursos profissionais de tipografia, encadernação e pautação, carpintaria da ribeira, escultura e mecânica (ferraria e serralheria).

Em princípio, todo aluno candidato a um curso profissional que não exibisse um certificado de exame final expedido por uma escola da rede pública de ensino, obrigatoriamente, deveria freqüentar o curso primário. Dependendo, no entanto, do nível de alfabetização desse aluno, o mesmo poderia iniciar suas atividades discentes a partir do 2º ano primário ou, já diretamente, no 1º ano profissional. O aluno permanecia no estabelecimento de ensino por um período de 4 anos, em regime de externato.

A matrícula inicial de 100 alunos ficou assim distribuída: Ferraria (28), Encadernação (17), Tipografia (20) e Carpintaria da Ribeira (25), num total de 90 alunos. Dos outros 10 alunos matriculados, 6 deles optaram pela oficina de Escultura, que por falta de um mestre não funcionou na Escola nesse primeiro momento, sendo que os demais, (4) nunca compareceram ao estabelecimento de ensino. A freqüência média no ano de 1910 foi de 75 alunos.

As matrículas para o ano de 1911 encerraram-se em 15 de fevereiro, totalizando 130 alunos, assim distribuídos: Serralheria (47), Carpintaria da Ribeira (39), Encadernação (21) e Tipografia (23).



*Primeira turma de alunos na oficina de tipografia. À esquerda, o mestre Euclides Schmidt.
Fonte: Acervo de Waldir Fausto Gil e Paulo Gil.*

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

DIRECTORIA GERAL DA INDUSTRIA E COMMERCIO

ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES

— DE —

SANTA CATARINA

Aos 12 dias de Agosto de 1910 foi matriculado nesta Escola, tomando o n. de ordem 55 o menor *João Candido Rodrigues* com 12 annos de idade, natural de *Raneca* com 12 annos de idade, natural deste Estado filho de *João Theodoro Rodrigues*. Este menor foi matriculado na officina de *mechanica* no curso de desenho e no 1.º anno do curso de primeiras lettras, a requerimento de *Donato Francisco da Costa* seu *fim*

Ao matricular-se era este seu grau de instrução *R*

Secretaria da Escola, 20 de Agosto de 1910

© Director

João Leuninger da Silva

© Escripturario

A. Ramos

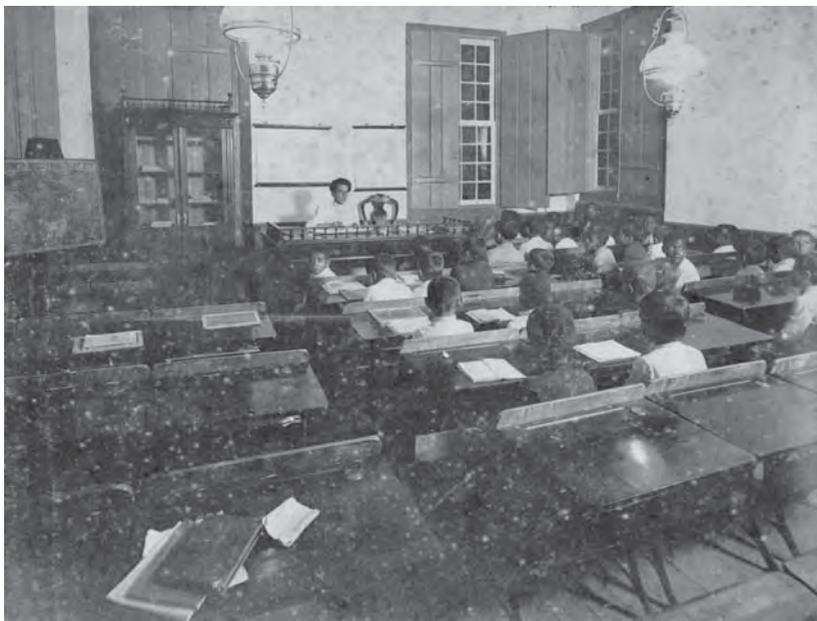
Do total matriculado, 93 eram analfabetos; 18 sabiam ler e escrever; 11 conheciam o alfabeto e, apenas, 8 dominavam assuntos gramaticais, de geografia e de aritmética. No período de março a setembro desse ano, evadiram-se 45 alunos, dos quais, 25 a pedido dos próprios pais ou tutores.

3.2 Os Primeiros Mestres, Professores e Funcionários Administrativos

Os primeiros funcionários administrativos: Álvaro Antunes Ramos, escriturário e Cândido de Souza Conceição, porteiro-continuo, foram nomeados, em 10 de dezembro de 1909.

Por meio do ofício N. 45, de 30 de junho de 1910, o diretor da Escola de Aprendizes Artífices submeteu à aprovação do Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio os contratos de trabalho dos primeiros mestres de oficinas e professores: João Ligochy (Ferraria), Belmiro Boaventura de Souza (Carpintaria da Ribeira), Joaquim Natividade e Silva (Encadernação) e Euclides Schmidt (Tipografia); Clélia Nunes Pires Caldeira, professora primária, e Tisiano Basadona, professor de Desenho.

Estava assim constituído o primeiro quadro de servidores da EAA-SC e, por extensão, do atual Instituto Federal de Santa Catarina.



Turma de alunos da Escola de Aprendizes Artífices.- Curso Primário. Ao fundo, a professora Clélia Nunes Pires Caldeira. Fonte: Acervo da Waldir Fausto Gil e Paulo Gil.

3.3 O Regulamento de 1911

Em 25 de outubro de 1911, o decreto Nº 9.070 estabeleceu um novo regulamento para as Escolas de Aprendizes Artífices. Em seu teor, constavam mudanças voltadas ao aperfeiçoamento da estrutura administrativa e, também, a criação do cargo de adjunto de professor e de contramestre de oficinas, medida essa que melhorou, em muito, as atuais condições de ensino da Escola. Os adjuntos passaram a ser contratados sempre que o número de alunos, em sala de aula, ultrapassasse a 50 e, nas oficinas, a 30; números esses justificados e baseados na frequência média dos últimos dois meses de cada ano letivo.

3.4 A Ampliação do Espaço Físico

Em 1911, o diretor da Escola de Aprendizes Artífices foi autorizado a mandar construir dois galpões, parte de tijolos e parte de madeira, com pilares e alicerces de tijolos, ambos cobertos com telhas do tipo marselhês, desafogando, assim, o trabalho das aulas e da administração no edifício principal.

No ano de 1913, mais um grande galpão foi construído, medindo 41 metros de comprimento por 5 metros de largura, forrado, assoalhado e envidraçado. Sobre tal construção assim se referiu o Sr. João Cândido da Silva Muricy, em seu relatório de 1922:

“Essa construção, como já uma vez tive ocasião de referir em meu relatório, seja boa se não tivesse tão pouca altura e falta de arejação, mormente nos dias cálidos em que havia necessidade de conservarem-se arreadas todas as vidraças durante a estiagem, quando sopram muito seguidamente os ventos sul e nordeste. Esse mal, pode-se, entretanto, atribuir a dignos princípios de economia, fazendo-se uma obra de pouco preço; pois parece ter custado apenas 6:000\$000).”

No galpão foram instaladas as oficinas de tipografia, encadernação e a de alfaiataria, criada nesse mesmo ano (1913). Tais edificações ainda não satisfaziam plenamente as reais necessidades da Escola, em termos de espaços físicos apropriados para a instalação de suas oficinas, no entanto, foram responsáveis por um considerável aumento na produção de artefatos.

3.5 A Oficialização do Cooperativismo Industrial

Ainda no ano de 1913, foi instalada na Escola de Aprendizes Artífices a Associação Cooperativa e de Mutualidade, organizada entre seus alunos e regulamentada pelo art. 27 do Regulamento da Escola, aprovado pelo decreto N. 9.070, de 25 de outubro de 1911. Eram seus fins:

Promover e auxiliar todas as medidas tendentes a facilitar a produção das oficinas e aumentar-lhes a renda, sem prejuízo do ensino;

Promover o aperfeiçoamento dos produtos;

Promover a defesa dos direitos e interesses dos alunos associados;

Desenvolver por todos os modos os pendores altruísticos dos sócios, estimulando-lhes o sentimento de solidariedade humana;

Socorrer os sócios nos casos de acidentes e moléstias, até seis meses em cada ano;

Prover as despesas de enterramentos modestos, mas decentes, dos sócios que falecerem durante o período escolar;

Entregar aos sócios, que completarem o curso da escola, ferramentas e utensílios indispensáveis para o seu ofício;

Quando julgar conveniente, adquirir ou facilitar a aquisição de vestuários, livros e outros objetos úteis aos sócios, facultando-lhes o pagamento em prestações.

Com a implantação da Associação, deu-se início ao cooperativismo industrial que levou, a partir desse momento, direção, mestres e artífices a direcionarem todas as suas ações, não só ao ensino sistemático, mas, também, à produção, à renda e à lucratividade.

Na primeira década de existência da Escola de Aprendizes Artífices, no entanto, tal processo de trabalho cooperativo esteve muito mais representado pela produção industrial ordinária do que pela produção industrial empresarial.

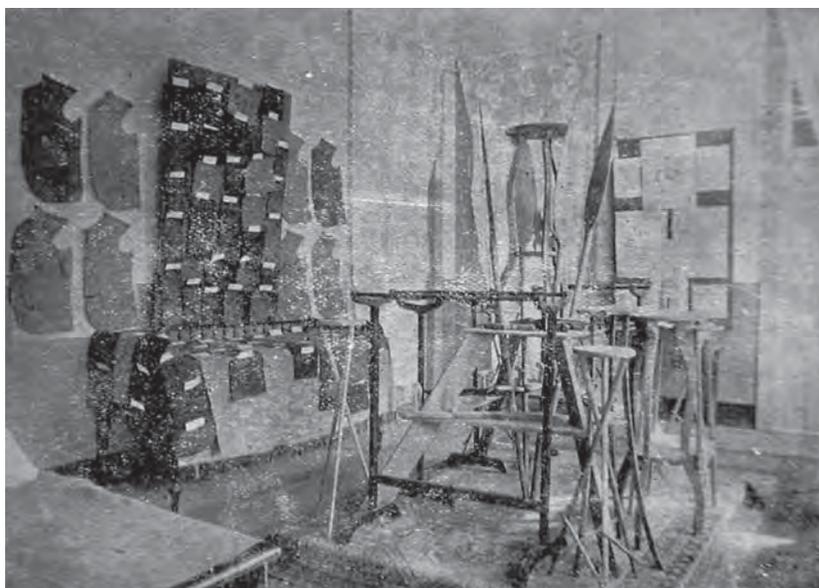
3.6 A Produção Industrial Ordinária

Entendia-se por produção ordinária, o conjunto de trabalhos executados nas oficinas, como forma prática de demonstração do conhecimento técnico assimilado. Tais trabalhos eram criados pelos próprios artífices, sob a orientação dos mestres e colocados à venda no chamado “mostruário”. Incluía-se, também, na produção ordinária, o trabalho realizado sob a forma

de prestação de serviço, ou seja, por meio da encomenda prévia, porém não atrelado a uma linha empresarial.

Da renda arrecadada, 70% eram destinados à própria Escola, com os quais adquiria os materiais necessários para os trabalhos das oficinas, sempre que as verbas oficiais estivessem em falta. Dos outros 30% restantes, 20% eram destinados à caixa da Associação Cooperativa e de Mutualidade e 10% distribuídos por todos os aprendizes das oficinas, em prêmios, conforme o grau de aproveitamento obtido e respectiva aptidão.

Havia anualmente uma exposição de artefatos, produzidos para julgamento do grau de adiantamento dos aprendizes e distribuição dos prêmios. A valorização do potencial educativo de seus alunos, por meio da realização de tais exposições, sempre foi um dos objetivos da então Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.



Exposição de Trabalhos Manuais - Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina - 1915

3.7 A Produção Industrial Empresarial

Por outro lado, a produção industrial de característica empresarial baseava-se, exclusivamente, na encomenda prévia dos trabalhos que eram executados pelos mestres, artífices e, até mesmo, por operários contratados junto à comunidade, inclusive, mulheres. A Escola funcionava, na realidade,

como uma empresa.

Da renda bruta, eram deduzidos, em favor da Escola, valores específicos que cobriam despesas com energia, mão de obra e uso de materiais e ferramentas. A Escola, também, tinha participação no lucro. O restante da renda era destinado à Associação Cooperativa e de Mutualidade que, por sua vez, coordenava o pagamento das cotas a que faziam jus o pessoal das oficinas.

Essa vocação empresarial, nos primeiros dez anos de existência da Escola de Aprendizes Artífices, já era vista com empolgação por diretores, mestres, contramestres e aprendizes.

Sobre essa vocação industrial da Escola, assim pensava seu diretor, no final dos anos 20:

“Com o objectivo de dar maior efficiencia pratica ás aprendizagens ministradas nas officinas e de criar um ambiente industrial e um regime caracteristicamente productivo, nos quaes o aprendiz se acostume a ajuizar o valor do tempo e não gastar um numero exaggerado de horas e mão de obra, a portaria de 9 de outubro de 1925 baixou instruccões sobre a execução dos serviços industriaes nas Escolas de Aprendizes Artífices.

Tal medida provocou certas criticas por parte daquelles que se deixaram levar pela primeira impressão, a ponto de considerarem a industrialização um estorvo ao ensino propriamente dito, taxando-a de mercantilização das Escolas. Felizmente, alguns dos que assim pensavam, após 2 annos de experiencia, convenceram-se da sem razão do que allegavam, taes os grandes resultados trazidos pela medida em apreço. Hoje são dos mais entusiastas do movimento industrial das ditas officinas. (...)

A producção ordinaria serve de iniciação para os artífices, na execução de obra vendavel, cumpre a sua missão educacional dentro dos limites que lhe competem, ao mesmo tempo que vae preenchendo o tempo disponível, quando não há trabalho industrial encomendado.

Um mostruario quasi permanente com uma colleção de artefactos vendaveis ou de uso corrente, que pode ser mantido durante o periodo dos trabalhos escolares, estabelece uma propaganda mais productiva do que as vistosas exposições annuaes, de caracter transitorio, e abre novos horizontes á industrialização, porque suscitando o interesse, encaminha novas encomendas.

Há cousa ainda mais significativa: a producção industrial exercita, apura o treinamento dos mestres e aprendizes, capacitando-os para um melhor rendimento no trabalho, de fórmula que, quando elles alternadamente se occupam da producção ordinária, nos intervallos supervenientes, o

fazem com maiores resultados para a Escola e a clientela.

Os modelos tecnológicos, as obras vendáveis, escolhidas, entretanto, consoante as conveniências educacionais (produção ordinária) e as diversas encomendas (produção industrial) correspondem aos três graus duma aprendizagem bem orientada, são os três degraus pelos quais os artifices sobem, para ingressar na fase final de actividade realizadora.”

(Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, Relatórios de 1929 e 1930)

Destacamos abaixo a relação dos primeiros trabalhos realizados, sob encomenda, nas oficinas da Escola de Aprendizes Artífices :

Mecânica (serralheria e ferraria) – 1 contra-eixo, 3 torneados de polia, 2 engrenagens, 1 chaveta, 1 eixo com mancais, 1 eixo com ferro simples, 2 cunhas de metal, 12 grampos de ferro, 6 fundições de grades, conserto de um eixo e colocação de chapas, chavetas e parafusos nas máquinas de uma camisaria.

Renda líquida : 386\$000

Tipografia – imprimiu 16000 talões diversos, 600 cédulas eleitorais, 2200 circulares, 2000 cartazes, 1000 programas, 500 folhas de saída de vapores, 1750 exemplares de coleções de leis e regulamentos, 500 faturas comerciais, 1500 recibos, 200 mapas, 2500 envelopes, 8000 carteiras para cigarros, 1 livro comercial, 200 avulsos, 8000 rótulos, 2000 boletins, 100 cartões de visita, 500 notas para conferência e 1 resma de papel timbrado.

Renda líquida : 585\$000

Encadernação – brochou 1750 exemplares de coleções de leis, estatutos e regulamentos, 15 livros de talões; encadernou, pautou e riscou 4 livros comerciais, encadernou 5 livros pequenos e riscou e pautou 500 faturas comerciais.

Renda líquida : 244\$900

Carpintaria da Ribeira – nada produziu por encomenda

Com o falecimento repentino, em 16 de novembro de 1914, do primeiro diretor e fundador da Escola de Aprendizes Artífices, o catarinense José Cândido da Silva, ocupou o cargo, interinamente, o escriturário Sr. Álvaro Antunes Ramos.

No dia 22 de dezembro do mesmo ano, assumiu a direção da Escola o Dr. Heitor Blum que explorou e aumentou consideravelmente a renda das oficinas, as quais passaram a concorrer com outras do mesmo gênero instaladas na capital catarinense.

Em 24 de setembro de 1917, Heitor Blum, por motivos particulares,

deixou o cargo de diretor, assumindo em seu lugar o Sr. João Cândido da Silva Muricy que, no mês de março do ano seguinte, solicitou gozo de licença, retornando às suas atividades somente em 3 de abril de 1919. Pela segunda vez, assumiu, interinamente, a direção da Escola o escriturário Sr. Álvaro Antunes Ramos.

3.8 O Regulamento de 1918

O decreto Nº 13.064, de 12/06/1918, deu à Escola de Aprendizizes Artífices um novo Regulamento que permitiu, entre outras coisas, a criação do primeiro Almoxarifado e de uma segunda época de matrículas previstas para o mês de agosto. Criou, também, o curso noturno de aperfeiçoamento destinado aos operários que só à noite podiam dedicar-se aos estudos teóricos e de desenho, necessários à formação profissional.

Sobre a implantação do curso noturno de aperfeiçoamento, assim já se manifestara, em 1913, o Sr. Diretor Geral da Indústria e Comércio:

“Uma medida que parece também necessária é a criação de cursos noturnos de aperfeiçoamento nas Escolas de Aprendizizes Artífices, a fim de que operários possam completar a sua educação profissional com aquisição de conhecimentos indispensáveis, como, por exemplo, os de desenho, que por via de regra não possuem.

Não é justo que se deixe permanecer essa legião de homens na mais absoluta ignorância, quando não seria difícil proporcionar-lhes a instrução de que necessitam para se tornarem mais aptos e poderem assim obter uma remuneração melhor ao seu trabalho.

Se é útil aos operários possuírem a instrução puramente técnica, conhecer as ferramentas e seu emprego, as matérias primas e seus derivados, em uma palavra, a habilidade manual e profissional, é-lhes incontestavelmente útil também ter os conhecimentos gerais da escola primária, saber ler e escrever e poder calcular rápida e exatamente as operações usuais do ofício.”

Em sua Resenha Histórica de 1922, o diretor da Escola, Sr. João Cândido da Silva Muricy, manifestou suas impressões sobre os resultados já obtidos com a implantação das novas medidas previstas no Regulamento de 1918:

“O acerto dessas medidas práticas tem sido nesta Escola consagrado

pela afluência de interessados, todos os anos; o que mantém o nível das matrículas gerais, cuja depressão em meio do ano é um fato, desde o início, nesta e penso que em todas as Escolas de Artífices, devido talvez ao inverno, quase sempre chuvoso; e outras causas de difícil eliminação e talvez principalmente pela falta de obrigatoriedade do ensino.”

“As aulas noturnas continuaram a ser procuradas por operários de vários ofícios, até mesmo pedreiros. A matrícula no ano de 1919 não foi muito elevada talvez pela distância que nesse tempo a Escola tinha das regiões de mais acumulação de operários.”

3.9 O Horário das Aulas

A Escola de Aprendizizes Artífices mantinha o seguinte horário de aulas:

10h às 11h45min. - oficinas para todos os alunos

11h45min. às 12h15min. - recreio

12h15min. às 13h - oficinas para os alunos do 3º ano e atividades em sala de aula para os alunos do 1º e 2º anos

13h às 13h15min. - recreio

13h15min. às 14h45min. - atividades em sala de aula

14h45min. às 15h - recreio

15h às 16h - atividades em sala de aula para os alunos do 3º ano

3.10 A Evolução do Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal da Escola de Aprendizizes Artífices sempre foi bastante reduzido. Em 1918, por exemplo, era constituído de (1) diretor, (1) escrivário, (1) professor ou professora de ensino primário, (1) professor de desenho, (1) mestre para cada oficina, (1) porteiro-almoxarife e (2) serventes, praticamente, o mesmo de 1910.

3.11 A Frequência e a Evasão Escolar

Ao final dos primeiros 10 anos de funcionamento da Escola de Aprendizizes Artífices, permaneciam inalterados velhos problemas que acompanhavam

a Escola desde a data de sua fundação. Dentre tais problemas, destaque absoluto para os relacionados à frequência e à evasão escolar.

3.12 As Primeiras Turmas de Aprendizes Artífices - Formandos

1914

Carpintaria: Celso da Silva, João Pio Pereira, Lindolpho Leandro da Costa, João Izaias Diogo, João Estevam dos Santos, José Coria

Encadernação: Edgar Felix Fernandes, Avelino Honorato Hyppólito, Jovita Hilário Ferreira, Oscar Paim

Tipografia: José Monteiro, João Monteiro, João Baptista Rodrigues, Donato Pereira, Alfredo Salomé Ferreira, Amadeu Amado Martins, Silvino Russi, Antônio Leite da Silva Júnior.

Mecânica: João Manoel Dutra, Luiz Damião dos Santos, Aristides Jordão da Silva, João Cândido Rodrigues, Aquino Tomaz de Lima, Octacílio dos Santos, Pedro Ângelo Covassoli, Orlando Serapião da Cunha

1915

Carpintaria: João Eleutério de Lima, José dos Santos Guedes, Luiz Andrioli, João Luiz Sizenando, Epaminondas Vicente de Carvalho

Encadernação: Aniceto Rodrigues Chaves

Mecânica: Pedro Fortkamp, Alípio da Lapa Paim

1916

Carpintaria: João Chrisóstomo da Silveira, Antônio Destri, José dos Santos, Paulo José Eremito, Alcides de Anicácio Porto, Francisco João Jacques, Ângelo Testa

Tipografia: Joaquim Lúcio de Souza, Nelson José Dias, Oscar Schmidt

1917

Alfaiataria: Mario Dias, Bráulio Dias, José Rodrigues da Cunha, Eugênio Antônio Correia

Mecânica: João Barreto de Oliveira, Thomas Destri, Norberto Carlos de

Livramento

Encadernação: Romeu Dominone

Carpintaria: Érico Francisco da Costa, Raphael Digiaco

Tipografia: Pedro Bastos de Alcântara, Olivério Alves de Souza

1918

Carpintaria: Osny Martins Custódio, Asteroydes da Costa Arantes

Mecânica: Francisco Agaipo Ferreira, Aristóteles Saturnino da Silva, João Conceição Simas, João Demétrio de Freitas, Jorge de Souza Lopes, Pedro de Souza Lopes

Tipografia: Militão Vilain

Encadernação: Adolpho Quint

Alfaiataria: Guaracy Joaquim dos Santos, João Quint

1919

Alfaiataria: José Carlos Carriço, João Gercino da Silveira, Jorge Jacques, Lúcio M. Rachadel

Tipografia: Iracy José de Siqueira, Jacintho Jorge de Campos

Mecânica: Antônio L. da Silva, Waldemar Sebastião da Silva

Carpintaria: Antônio Luiz Vieira, Bernardino Reis da Silva, Pedro Bastos de Alcântara

1920

Alfaiataria: Angelino Bento Rodrigues, Cláudio Francisco de Lima, Delphino Vieira, Alfredo Decomedes Sechs, Pedro Jacques

Carpintaria: Alfredo Teixeira Trindade, João Crispim de Almeida, Diedo Jeremias Vieira

Encadernação: Júlio César da Fonseca

Tipografia: José Piazza, Luiz Vieira Sechs, Sody Luiz Vieira

1921

Carpintaria: Nilo Jacques Dias, João Valeriano, Euzébio Martins Campos

Mecânica: Jozias Rego, Antônio Joaquim dos Santos, Antônio Todes-

cato, Francisco V. Machado

Encadernação: Abelardo Pinto Monteiro

Alfaiataria: Manoel Jorge Pacheco, Marcelino Vieira de Souza, Humberto Zilli

Em 1922, muitos ex-alunos da Escola, alguns, inclusive, sem concluir o curso, já se achavam trabalhando em diversas oficinas de Florianópolis, Porto Alegre, Rio Grande, Santos e Rio de Janeiro.

Nessa época, existia na capital catarinense a Alfaiataria Cometa de propriedade de dois irmãos e ex-alunos da Escola: Mário Dias e Bráulio Dias, formados em 1917.

3.13 As Novas Instalações da Escola de Aprendizes Artífices

Ao findar o ano de 1919, o prédio que abrigava a Escola já se encontrava em péssimas condições de conservação e totalmente ultrapassado em termos de espaço físico, mas, mesmo assim, realizaram-se os exames teóricos e práticos previstos, bem como, a exposição dos artefatos produzidos naquele ano.

A idéia de oferecer às oficinas da Escola melhores equipamentos e espaços físicos mais adequados, além da remodelação dos métodos de ensino, tornou-se uma constante, em virtude, principalmente, das transformações por que passava o mercado catarinense e brasileiro.

No cenário econômico estadual, tinha-se registrado, por exemplo, em 1918, a reforma tributária que culminou com a integração de Santa Catarina no mercado nacional, nos anos 20. A indústria têxtil catarinense já conseguia, nesse momento, competir com a forte indústria paulista.

Em 1920, a renda líquida da Escola recolhida à Delegacia Fiscal atingiu a soma recorde de 5:629\$300.

Sob a forma de Comissão, foi criado em 1920, pelo governo federal, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional, extinto mais tarde, em 1930, e substituído pela Inspetoria do Ensino Profissional -Técnico.

Em relatório enviado, ainda, em 1913, ao Ministro da Agricultura, o Sr. Raymundo de Araújo Castro, Diretor Geral de Indústria e Comércio, já demonstrara, naquele instante, sua preocupação com o desenvolvimento das Escolas de Aprendizes Artífices.

“Penso que a primeira condição para o desenvolvimento das Escolas de Aprendizizes Artífices é a sua instalação definitiva em prédios com amplos compartimentos para o funcionamento das aulas e oficinas, a fim de que se possa permitir o ingresso de maior número de alunos ...”

Tal contexto obrigou o diretor da Escola a fazer uma exposição de motivos ao Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Idelfonso Simões Lopes que, por sua vez, solicitou ao Governador do Estado a cessão permanente de um imóvel, no qual pudesse ser instalada em definitivo a Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina.

Em resposta, o Governador Hercílio Pedro da Luz pôs à disposição do Sr. Ministro os terrenos da chácara Paranhos, na rua Blumenau, e a propriedade do coronel Antônio Pereira e Oliveira, na rua Presidente Coutinho.

Estado de Santa Catarina

Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura

Gabinete do Secretário – N. 176 – Florianópolis, 13 de Janeiro de 1920

Ilmº Sr.

Cumpre-me levar ao vosso conhecimento, que o Sr. Dr. Governador do Estado, de acordo com o vosso ofício e promessa feita, resolveu por a vossa disposição, para instalação definitiva da Escola de Aprendizizes Artífices os terrenos da chácara denominada “Paranhos”, à rua Blumenau desta Capital, ou a de propriedade do Sr. Coronel Pereira e Oliveira, da Rua Presidente Coutinho.

Rogando-vos a fineza de comunicar-me qualquer resolução a respeito, sirvo-me do ensejo para renovar as seguranças da minha alta estima e distinta consideração.

Adolpho Konder

Ao Sr. João Candido da Silva Muricy, Diretor da Escola de Aprendizizes Artífices.

Nos primeiros dias de dezembro de 1920, a Escola instalava-se, provisoriamente, no prédio da rua Presidente Coutinho, adquirido pelo Governo do Estado por uma quantia significativa de 150 contos de réis.

Em 1921, foram iniciados os projetos para a construção do novo edifício

e dos novos pavilhões, o que foi habilmente organizado pelo Dr. João Luederitz. A edificação do prédio principal ficou sob a responsabilidade do Sr.Theodoro Gründel, na época, construtor bastante conceituado e residente em Florianópolis.

O novo prédio foi oficialmente inaugurado no dia 15 de novembro de 1922. Sobre tal inauguração manifestou-se, assim, o Governador do Estado de Santa Catarina, em sua Mensagem encaminhada, em 1923, ao Congresso de Representantes:



Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina – rua Almirante Alvim – 1922. À esquerda, a casa do coronel Antônio Pereira e Oliveira adquirida pelo governo do estado em 1920; à direita, o prédio inaugurado em 1922.

“ ... instalada desde 15 de novembro p.p. em seu novo e bem adequado edifício, construído no terreno que o Governo do Estado ofereceu ao da União; teve esta escola federal no corrente ano notável melhoria, o que também se revela no número de alunos que de 104 no ano passado, subiu a 133 no corrente. Nela funcionam presentemente 5 oficinas: mecânica, carpintaria, tipografia e encadernação e alfaiataria.

No corrente ano, tem sido diariamente fornecido aos alunos abundante merenda, medida de real alcance não só para melhorar a matrícula e assegurar a regularidade de freqüência como também por beneficiar os alunos que, em sua quase totalidade, pertencem a famílias pobres.”

3.13.1 A Remodelação das Oficinas

Paralelamente à construção do novo prédio, aconteceu o processo de construção de novos espaços físicos e de aquisição de novo maquinário para as oficinas da Escola. A preocupação com a qualidade da mão de obra começou, também, a concretizar-se com a efetivação de novas contratações, inclusive de pessoal técnico oriundo de outros estados brasileiros.

Em julho de 1921, ficou concluído o pavilhão que abrigaria a oficina de trabalhos em madeira, totalmente remodelada e não mais restrita apenas a trabalhos de carpintaria da ribeira.

“ ... obra sólida, elegante e confortável, com uma instalação de várias máquinas modernas, movidas por um motor elétrico de força de 15 cavalos vapor, ligado a um sistema subterrâneo de transmissões, de modo a ficarem completamente livres os espaços entre as máquinas, podendo ser utilizados para outros misteres. Ficou assim essa oficina com uma instalação modelar e com capacidade para grande desenvolvimento industrial, capaz de favorecer enormemente o ensino técnico.

Nela todas as máquinas podem funcionar a um só tempo, como também cada uma isoladamente, por meio de alavancas que as ligam e desligam. Nos intervalos entre as máquinas instaladas ficaram espaços para mais duas outras, que poderão ser mais tarde colocadas, sendo fácil a derivação das respectivas transmissões.” (Resenha Histórica de 1922)

As demais oficinas, como a de mecânica e a de tipografia, também passaram por grandes reformas “

A oficina de trabalhos em metais fica assim em condições de prestar magníficos serviços, desde o ensino de ferreiro até um belo vantajoso desenvolvimento industrial mecânico, pelo material de que dispõe hoje, e ainda pela alta competência profissional dos mestres que a dirigem.” (Resenha Histórica de 1922)

“Foram instaladas duas máquinas de impressão, movidas por força elétrica e adquirida grande cópia de material tipográfico e algumas máquinas auxiliares”. (Resenha Histórica de 1922)

Sobre esse período de mudanças por que passavam as Escolas de Aprendizes Artífices, manifestou-se, assim, o Exmº Sr. Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa:

“É força remodelar, com espírito prático, as escolas de aprendizes artífices, e pô-las em condições de fornecer às indústrias nacionais, manuais ou mecânicas, os elementos especializados de que necessitam.

O ensino profissional, para ser eficaz, deve apoiar-se na estreita vinculação da prática com os conhecimentos técnicos, consultar a vocação ou preferência de cada aluno e ser ministrado de modo tão completo quanto possível”.

Motivado com o processo de remodelação por que passava a Escola, seu diretor sonhava com planos mais ousados para a questão da produtividade e da lucratividade “Grato nos é ainda deixarmos aqui consignada a convicção de que com a atual remodelação da nossa Escola, que ficará dentro de mais alguns dias com suas oficinas todas com uma organização modelar, não longe estará o dia em que havemos de atingir a esse desenvolvimento industrial, que, em ofício que tivemos oportunidade de dirigir ao Sr. Dr. Diretor Geral da Indústria e Comércio, no mês de janeiro de 1918, quando se tratou da modificação do antigo regulamento, presumimos se daria quando tivéssemos a fábrica ao lado da escola – isto é, quando uma parte dos lucros da grande produção pudesse ser transformada em salário para o pequeno aprendiz ...”

O processo de remodelação das oficinas e a construção de novos espaços físicos, iniciados em 1920, prolongaram-se até 1925. Nesse período, foi construído, ainda, um segundo pavilhão, próprio para a Secção de Trabalhos em Metal, com espaços físicos definitivos para as oficinas de fundição, serralheria e mecânica; e um terceiro, com o respectivo aparelhamento para a Secção de Artes Decorativas. Verificou-se a obtenção de melhores resultados nas Secções de Feitura do Vestuário e de Trabalhos em Madeira.

3.13.2 Os Baixos Índices de Freqüência e a Evasão Escolar – velhos problemas

O grande problema da Escola, no entanto, continuava sendo a questão relacionada aos baixos índices de freqüência e a significativa evasão escolar. Na década de 20, vários esforços foram empreendidos no sentido de alcançar resultados mais satisfatórios. Em 1926, por exemplo, já houve um aumento considerável no número de matrículas, melhorando paralelamente o coeficiente de freqüência, mesmo considerando a epidemia de gripe registrada nos meses de julho e agosto. “A tendência para a melhoria da freqüência já se vinha esboçando no 2º semestre, porquanto o número de comparecimentos

aumentou e, sobretudo, nos últimos três meses, geralmente de frequência precária, em franco declínio, a mesma se estabilizou e houve, durante os exames, regular interesse pelos resultados.” (Relatório de 1926)

Em 1929, as porcentagens de frequência, tanto nos cursos diurnos (69,75%) quanto nos noturnos (71,06%), foram sensivelmente melhores do que as do ano anterior. Segundo o diretor da Escola “Esse resultado foi obtido mediante uma severa fiscalização e a distribuição de boletins quinzenais ...” motivando-o, inclusive, a mandar construir nas oficinas da Escola 45 bancos-carteiros de modelo simples e econômico, destinados aos alunos do 1º ano.

Tal melhoria ainda não impediu que os índices de baixa frequência e de evasão escolar continuassem presentes, no final da década de 20. Em 1929, estiveram matriculados no período diurno 227 alunos dos quais 22 foram promovidos (1º ano) e, apenas, 45 aprovados. O índice de evasão escolar chegou ao total de 160 alunos. Nesse ano, somente 3 alunos concluíram o último ano do curso profissionalizante.

Em 1929, em seu relatório anual, o Engº Gabriel Alencar de Azambuja, diretor da Escola, fez alusão a tais problemas, como também relatou os desafios a serem enfrentados pela direção e algumas conquistas já consagradas.

“É uma verdade por demais conhecida e proclamada o quanto é precária a frequência nas escolas de artífices, em grande parte motivada pelo descaso dos pais”

“É necessário, com uma suasória pertinácia, abrir uma brecha nessa muralha da indiferença paterna, insuflar-lhes e capacitá-los dos seus meios de ação: numa palavra, essa massa que ainda permanece alheia da atual corrente renovadora, nas escolas, há de envolver-se e participar duma obra que lhes importa totalmente.”

“Para agravar, entre nós, os obstáculos a vencer na educação profissional, acresce a circunstância que a grande maioria dos aprendizes ingressa analfabeta na Escola e nos cabe, a par da desanalfabetização, a árdua missão de encaminhá-los satisfatoriamente, conforme as suas naturais propensões, para o ofício que mais lhes convenha”.

“É preciso admitir, como preliminar, uma declaração a qual ninguém de bom senso e boa fé pode se esquivar: que na educação nacional e mormente na profissional a questão dos métodos e a judiciosa escolha do pessoal constituem um assunto de capital influência e que, força é confessá-lo, a obtenção de pessoal especializado ainda se torna assaz difícil, por ser escasso e se exigir dele, a par da indispensável aptidão, um pendor natural e elevado espírito de sacrifício.”

“A carência de meios para acudir modestamente à indispensável

distribuição de cadernos, livros, utensílios de desenho, etc. e as restrições que forçadamente se imponham no serviço de higiene e asseio do prédio, só podem acarretar funestas conseqüências para o ensino e aprendizagem.”

“ Não existe instalação adequada para o serviço de merenda, quer dizer não existe o refeitório e nem o mobiliário necessário para a copa.

A instalação da cozinha é bastante rudimentar, trazendo, muitas vezes, embaraço para o preparo das refeições.

O serviço tem sido feito, até hoje, dentro duma secção, sobre bancos de carpinteiro, sendo a merenda apropriada, entretanto, convenientemente preparada, e distribuída com toda a regularidade e boa ordem.

Cogitando-se, há tempo, da construção do refeitório, acho inoportunas quaisquer providências de caráter provisório.”

3.13.3 A Exposição Comemorativa ao Centenário da Independência do Brasil

A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina recebeu, no início do período de remodelação, a visita do professor e inspetor de escolas, Sr. Antônio Hilário Travassos Alves, com o objetivo de orientar os trabalhos que estavam sendo confeccionados para compor o estande catarinense na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, na cidade do Rio de Janeiro.

Participaram ativamente as oficinas de alfaiataria, tipografia, mecânica e carpintaria, construindo juntas um número significativo de trabalhos:

Oficina de Alfaiataria	Oficina de Tipografia
1 dólma e culote	Mensagem da Superintendência
1 paletó de casimira preta	Municipal de Florianópolis
1 paletó de casimira azul	
1 paletó e colete de brim cáqui	Relatório de 1913 - Relatório de 1916
1 calça fantasia	Relatório de 1920 - Resenha de 1922
1 coleção de 35 trabalhos - 1º e 3º anos	
1 fardamento de brim para criança	Diversos Talões de Expediente
1 coleção de desenhos - alunos 2º ano	
1 tratado de corte - aluno João Tonnera	Boletins Meteorológicos - 1912, 1913, 1917
Oficina de Trabalhos em Metal	Oficina de Trabalhos em Madeira
1 quadro série educativa de trabalhos de mecânica	3 embarcações em miniatura
1 fogão econômico de ferro batido	1 coleção de juntas (36 peças)
1 quadro 75x1 m, com série educativa de trabalhos de forja e serralharia	1 classificador vertical
1 cadeado de segredo	1 classificador vertical com mesa para Máquina de escrever
	1 estante para revistas
	1 série trabalhos de torno e marcenaria
Desenhos: Didáticos, Industriais, Frontão, Fotografias, Diagramas	

3.13.4 Os Cursos – Primeiras Mudanças

Na década de 20, a Escola continuava oferecendo um curso primário e um curso de desenho, apenas não mais paralelos aos cursos profissionais. O aluno, agora, fazia o curso primário e o de desenho em dois anos, seguidos de um curso de adaptação correspondente ao 3º ano. Tal curso de adaptação oferecia disciplinas ligadas à cultura geral e um rodízio técnico nas oficinas, visando ao desenvolvimento das aptidões profissionais dos alunos. A partir daí, tinham início os cursos profissionais, com disciplinas de cultura geral em suas grades curriculares e com duração de três anos .

Mais tarde, na década de 30, o curso de adaptação foi substituído pelo “pré-vocacional” que passou a englobar, também, o ensino primário. Permaneceram os seis anos de duração, assim distribuídos: 1º ano pré-vocacional, 2º ano pré-vocacional, 1º ano profissional, 2º ano profissional, 3º ano profissional e 4º ano profissional. O aluno, no entanto, poderia matricular-se diretamente no 2º pré-vocacional ou no 1º ano profissional, caso já tivesse concluído o ensino primário e demonstrasse aptidão profissional definida. As disciplinas de cultura geral continuaram sendo ministradas, desde o pré-vocacional até o 4º ano profissional.

3.13.5 A Instrução Militar, a Educação Física e o Escoteirismo

A Escola de Aprendizes Artífices, desde a sua fundação, sempre manteve aulas de instrução militar, dirigidas aos alunos com idade regulamentar e condições físicas exigidas para um reservista. Havia também a instrução geral e a ginástica de conjunto das quais participavam todos os alunos. Assim, segundo o diretor Gabriel Alencar de Azambuja, em seu Relatório de 1928, todo esse trabalho “ permite manter os laços da disciplina e contribui para facilitar as evoluções dentro do edifício e as formaturas”. Nesse ano, o 2º sargento instrutor Armando Fonseca, por solicitação da direção da Escola, foi substituído pelo 3º sargento Américo Ávila.

O rigor disciplinar da instrução militar, também, se fazia presente nas aulas de Educação Física, que tinham por objetivo principal o desenvolvimento da força física e de outros atributos como a destreza, a coragem e o espírito de competição. A instrução militar e a Educação Física, baseada no conceito

força, reinaram, respectivamente, até os anos 50 e 60.

3.13.5.1 O Depoimento do Professor Nilo Jacques Dias

Em 1998, o ex-aluno e professor Nilo Jacques Dias concedeu-nos uma entrevista em sua casa de campo, localizada no município de Palhoça. Na oportunidade, o ex-aluno da Escola de Aprendizes Artífices falou-nos do tratamento rigoroso que era dado às questões disciplinares naquela época.

“Vou contar um fato de que nunca me esqueci. O professor era um sargento do exército. O diretor da Escola de Aprendizes Artífices era o professor João Candido da Silva Muricy. Era um homem alto, forte, bem formado.

Estávamos numa aula de instrução militar. Muitos alunos (talvez uns 80). Os fuzis tinham sido confeccionados nas próprias oficinas da Escola: Mecânica e Carpintaria. O aluno que estava a minha frente (não quero citar o nome), após o término dos exercícios de braços, achou por bem não pegar o fuzil que estava no chão. Pediu ao sargento (levanta o fuzil para mim).

O diretor Muricy que estava em seu gabinete e que a tudo apreciava, através de uma janelinha, teve sua atenção voltada para o que estava acontecendo. Saiu de seu gabinete – aquele corpo alto e forte – sem dizer uma palavra, passo a passo, até chegar na presença do aluno. Pegou o mulato pelo pescoço e foi levando (sem falar nada, sem dizer coisa alguma).

Na Escola existia um portão de ferro. Abriu as duas folhas do portão e jogou o aluno na rua. Fechou o portão e voltou para o seu gabinete, sem dizer uma única palavra. Conclusão: o aluno tinha sido expulso. E foi expulso mesmo.”

Paralelo ao trabalho de instrução militar e de educação física, por recomendação da Remodelação do Ensino Industrial, por meio da circular nº 488, de 20 de abril de 1928, foi criado na Escola, um batalhão de escoteiros. Ao grupo fundador de 22 escoteiros, logo se juntaram outros 10, escolhidos por um conselho deliberativo do qual faziam parte o diretor, o instrutor do grupo, o instrutor militar, o representante dos mestres, dos professores e 4 escoteiros, eleitos pelos 22 fundadores.

Segundo relato do diretor da Escola em 1928 “ os doze primeiros

escoteiros realizaram um belo raid a Brusque, com 24 horas e 35 minutos de marcha, durante 3 dias; e dois jovens estranhos ao estabelecimento, concluíram, em condições realmente boas, um raid a Curitiba, do qual jornais dali e desta capital se ocuparam com simpatia e apreço.”

4 O Liceu Industrial de Santa Catarina

Com a publicação da Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina passou a denominar-se Liceu Industrial de Santa Catarina. A criação dos Liceus foi uma das formas encontradas pelo governo federal para propagar e fortalecer o ensino industrial em todo o território brasileiro.

Nesse período, o crescimento do processo de industrialização do Brasil clamava pela presença de mão-de-obra especializada e, sendo assim, o governo apostava nos Liceus, como estabelecimentos de ensino profissional, capazes de fornecer ao parque industrial esse profissional especializado. Para atender tal objetivo, as verbas destinadas aos Liceus eram bem maiores do que as das Escolas de Aprendizes Artífices.

O Liceu Industrial de Santa Catarina mantinha os seguintes cursos: Mecânica de Máquinas, Fundição, Tipografia e Encadernação, Cerâmica, Carpintaria, Marcenaria, Serralheria e Alfaiataria. O quadro de matérias curriculares sofreu algumas alterações se comparado com o da Escola de Aprendizes Artífices. Tais alterações visavam, nitidamente, a uma melhor qualificação dos artífices.



Peça confeccionada pelo aluno Orlandi de Bem, formado em 1941 - Curso de Cerâmica - Liceu Industrial de Santa Catarina.

A disciplina continuava sendo cobrada com rigidez, bem ao estilo militar. Em 1939, no Liceu Industrial de Santa Catarina, foram excluídos a bem da moralidade, a bem da disciplina ou a bem do ambiente, um total de 24 alunos.

A evasão escolar continuava presente e preocupante. Registrar m-se, em 1939, 82 matrículas (novos e repetentes) para o 1º ano, 30 matrículas novas para o 2º ano e 18 matrículas novas para o 1º ano profissional, num total de 130 alunos. Ao final do ano, somente 41 alunos estavam aprovados, 22 reprovados e 67 haviam abandonado os estudos.

Florianópolis, 21 de novembro de 1939

Illmo. Senhor Director do Liceu Industrial
de Santa Catharina.

Havendo chegado ao meu conhecimento que os alumnos desse estabelecimento de ensino que tiverem faltado, sem justa causa, á parada de 15 de novembro, serão excluídos e como o menor Jaime Espindola, sob os meus cuidados haja incorrido nessa falta dou-me pressa, agora que sei do motivo que impediu o comparecimento d'elle em explicar a V.S a razão dessa falta.

Como tivesse ido elle á casa dos srs. paes d'elle afin de trazer as calças do fardamento para a parada teve a sua volta impedida pelas chuvas que nos dias anteriores cahiram interrompendo as communicações com a Capital e somente hoje conseguiu conducção que o trouxe até aqui.

Certa de que V. S. levará em consideração essa falta involuntaria apresento com os meus agradecimentos as minhas attentiosas saudações.

M. Hildi

4.1 A Evolução do Quadro de Matérias Curriculares

Escola de Aprendizes Artífices

1º Ano Pré-vocacional

Leitura
Escrita
Aritmética
Caligrafia
Desenho à Mão Livre

2º Ano Pré-vocacional

Leitura
Escrita
Aritmética
Caligrafia
Desenho à Mão Livre

1º Ano Profissional

Leitura
Escrita
Aritmética
Caligrafia
Lições de Coisas
Desenho à Mão Livre
Aprendizagem de Oficina

2º Ano Profissional

Leitura
Escrita
Aritmética
Caligrafia
Lições de Coisas
Geometria
Geografia
História Pátria
Instrução Moral e Cívica
Desenho à Mão Livre
Aprendizagem de Oficina

Liceu Industrial

1º Ano Pré-vocacional

Leitura
Trabalhos Manuais
Aritmética (contas)
Caligrafia
Lições de Coisas
Português (escrita)
Desenho à Mão Livre

2º Ano Pré-vocacional

Trabalhos Manuais
Aritmética
Caligrafia
Lições de Coisas
Português
Geometria
Geografia
História Pátria
Instrução Moral e Cívica
Desenho à Mão Livre
Aprendizagem de Oficina

1º Ano Profissional

Tecnologia
Aritmética
Lições de Coisas
Português
Geometria
Geografia
História Pátria
Instrução Moral e Cívica
Desenho à Mão Livre
Desenho Geométrico
Desenho Industrial
Aprendizagem de Oficina

2º Ano Profissional

Aritmética
Português
Geometria
Instrução Moral e Cívica
Física
Desenho à Mão Livre
Desenho Geométrico
Desenho Industrial
Tecnologia
Aprendizagem de Oficina

3º Ano Profissional

Leitura
Escrita
Aritmética
Caligrafia
Lições de Coisas
Português
Geometria
Geografia
História Pátria
Instrução Moral e Cívica
Desenho à Mão Livre
Desenho Geométrico
Desenho Industrial
Aprendizagem de Oficina

3º Ano Profissional

Geometria
Português
Tecnologia
Física
Química
Álgebra
Escrituração e Correspondência
História Natural
Desenho Industrial
Aprendizagem de Oficina
Trigonometria

4º Ano Profissional

Leitura
Escrita
Aritmética
Caligrafia
Português
Geometria
Instrução Moral e Cívica
Física
Desenho à Mão Livre
Desenho Geométrico
Desenho Industrial
Aprendizagem de Oficina

4º Ano Profissional

Tecnologia
Eletrotécnica
Física
Mecânica
Química
Álgebra
Trigonometria
Escrituração e Correspondência
História Natural
Desenho Industrial
Aprendizagem de Oficina
Português



Oficina de Alfaiataria - 1939. No centro da foto, em contato com a máquina de costura, vê-se o aluno Pedro Medeiros.

4.2 As Fichas Individuais dos Alunos

Na década de 30, as fichas individuais dos alunos continham informações sobre matrícula, movimento escolar, penalidades, prêmios, além dos dados pessoais sobre os seguintes itens:

Dados Bio-Antropométricos: idade, altura, peso, circunferência máxima e mínima do tórax, capacidade vital, índice respiratório.

Dados Médicos e Sanitários: cor, antecedentes pessoais e hereditários, defeitos físicos, vacinas; datas dos exames clínicos: pele e mucosa, nariz e garganta, boca e dentes, coração e pulso, pulmões, digestão, acuidade visual e auditiva, sífilis, impaludismo e verminoses.

4.3 Formandos – 1935 a 1941

1935 - Mário Heleodoro Ferreira

1936 - Aureliano Rosa, Idalino Rozendo dos Santos, Jalmo Hipólito da Silva

1937 - Não houve formandos

1938 - Aélío Falcão Fonseca, Álvaro Máximo de Oliveira, Aldo Gonzaga, Djalma Hipólito da Silva, Nilo Medeiros de Santiago, Jorge da Cunha O'Campo

1939 - Clemanci Machado, Gilbero Costa, Moacir Fernandes, Jarbas Pereira, Osni Silva, Odilon Boticelli

1940 - Altair Machado, Ari da Cunha O'Campo More, Arno Guilherme Scheidt, Artur Jacinto, Célio Medeiros, Emílio Barreaux, José Beiro, Osni Machadde Souza, Paulo Bosco, Pedro Eduardo Cardoso, Pedro Medeiros, Ruben Machado

1941 - Antônio Prazeres, Aldo Vieira, João Boaventura, Miguel Vieira de Simas, Orlandi de Bem, Osni Alves Monteiro



Trabalho realizado na oficina de Artes Industriais do Liceu Industrial de Santa Catarina pelo Mestre Manoel Marim Portela, em 1938, e, posteriormente, doado ao Presidente da República, Getúlio Vargas.

5 A Implantação do Ensino Industrial no Brasil

O Decreto – Lei N. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, mais conhecido por Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial no Brasil; ensino esse, dirigido, prioritariamente, à preparação profissional dos trabalhadores da indústria.

Surgiram, assim, entre outros, os cursos industriais básicos, destinados ao ensino completo de um ofício, cujo exercício exigisse uma longa formação profissional; os cursos de mestría, direcionados aos diplomados em curso industrial com a finalidade de lhes proporcionar a formação profissional necessária ao exercício da função de mestre; e os cursos técnicos, voltados para o ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter específico na indústria.

O Decreto-Lei Nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942, estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Foram denominados de Escolas Industriais os estabelecimentos de ensino localizados nos estados de Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Santa Catarina e de Escolas Técnicas, os localizados nos estados do Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Acreditamos que, nesse momento, o processo que definiu os estabelecimentos de ensino que passariam a ser denominados de Escolas Técnicas ou Escolas Industriais, foi muito semelhante ao que determinou, no final dos anos 90, a transformação de algumas Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica. A estrutura física, laboratorial e de pessoal, aliada à questão política, foram determinantes em ambos os casos.

5.1 A “Industrial”

A *Escola Industrial de Florianópolis*, ou simplesmente – a *Industrial*, como ficou conhecida na comunidade catarinense, passou, então, a oferecer aos alunos oriundos do ensino primário, cursos industriais básicos, com duração de 4 anos e aos candidatos à profissão de mestre, cursos de mestría.

Somente, em 1962, vinte anos após, seriam implantados na Instituição

os tão aguardados cursos técnicos.

5.1.1 Os Cursos Industriais Básicos e os de Mestria

Os cursos industriais básicos, praticamente, eram os mesmos que já existiam no Liceu Industrial de Santa Catarina: Cerâmica (até 1947), Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Fundição, Mecânica de Máquinas, Carpintaria, Tipografia e Encadernação. Correspondiam ao 1º ciclo do secundário e, assim, como os de mestria, eram constituídos por duas ordens de disciplinas:

* *disciplinas de cultura geral;*

* *disciplinas de cultura técnica.*

Os cursos de mestria foram ministrados até o ano de 1953, com a primeira turma, em 1943, constituída dos seguintes alunos: *Hilarino Macedo, Irineu Pedro da Cunha, Jutair Beiro Carames, Pedro Eduardo Cardoso e Pedro Medeiros*; enquanto que o acesso aos Cursos Industriais Básicos estendeu-se até 1961. Em 1942, também, foi instituído o exame vestibular como meio de acesso aos cursos industriais básicos e aos de mestria.

5.1.2 As Matérias Curriculares Comuns às Quatro Séries Industriais

Português

Matemática

Ciências Físicas e Naturais

Geografia do Brasil (apenas 1ª e 2ª séries)

História do Brasil (apenas 3ª e 4ª séries)

Desenho Técnico

Tecnologia (apenas 2ª, 3ª e 4ª séries)

Os alunos matriculados na 1ª série industrial, além das matérias: Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Geografia do Brasil e Desenho Técnico tinham, também, em sistema de rodízio, aulas práticas em todas as oficinas. Ao final do ano letivo, o desempenho do aluno nas várias matérias práticas determinava o curso que o mesmo seguiria, a partir da 2ª série industrial.

5.1.3 O Quadro de Matérias Técnicas

<i>Cerâmica</i>		
2ª Série Industrial	3ª Série Industrial	4ª Série Industrial
Modelagem	Modelagem	Modelagem
Moldação	Moldação	Queima Mat. Cerâmicos
Tornearia	Queima Mat. Cerâmicos	Decoração
	Decoração	
<i>Mecânica de Máquinas</i>		
Fundição	Serralheria	Forja
Forja	Trab. Máq. Operatrizes	Serralheria
Serralheria	Ajustagem	Trab. Máq. Operatrizes
Trab. Máq. Operatrizes	Ferramentaria	Ajustagem
Ajustagem	Const. Mont. Máquinas	Ferramentaria
		Const. Mont. Máquinas
<i>Marcenaria</i>		
Marcenaria	Entalhação	Entalhação
Tornearia	Marcenaria	Marcenaria
Entalhação	Manejo de Máquinas	Manejo de Máquinas
Manejo de Máquinas	Estofaria	Estofaria
	Acabamento de Móveis	Acabamento de Móveis
<i>Fundição</i>		
Modelação	Modelação	Modelação
Moldação	Moldação	Moldação
Fundição de Ferro	Fundição de Ferro	Fundição de Ferro
Fundição de Bronze e Metais	Fundição de Bronze e Metais	Fundição de Bronze e Metais
<i>Tipog. e Encadernação</i>		
Composição Manual	Composição Manual	Composição Mecânica
Impressão	Composição Mecânica	Impressão
Pautação	Impressão	Estereotipia
Encadernação	Encadernação	
Douração	Douração	
	Estereotipia	
<i>Alfaiataria</i>		
Corte	Corte	Corte
Costura	Costura	Costura
Conf. de Calças e Coletes	Conf. de Calças e Coletes	Conf. de Calças e Coletes
Confecção de Paletós	Confecção de Paletós	Confecção de Paletós
Confecção de Uniformes	Confecção de Uniformes	Confecção de Uniformes
Obras de Cinta	Obras de Cinta	Obras de Cinta
<i>Carpintaria</i>		
Esquadrias	Esquadrias	Esquadrias
Tesouras e Coberturas	Tesouras e Coberturas	Tesouras e Coberturas
Formas, Escoras, Andaimes	Formas, Escoras, Andaimes	Formas, Escoras, Andaimes
<i>Serralharia</i>		
Latoaria	Forja	Forja
Forja	Serralharia	Serralharia
Serralharia	Solda Oxiacetilênica	Solda Oxiacetilênica
	Solda Elétrica	Solda Elétrica

5.1.4 Algumas Preocupações e Conquistas dos Anos 40

No início da década de 40, a Escola Industrial de Florianópolis começou a sofrer um processo de centralização administrativa, imposto pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, com todas as decisões de gastos, contratações, criações de novos cursos e outras ações administrativas e didático-pedagógicas sob o controle do Ministério da Educação e Saúde. Isso significou um freio no desenvolvimento da Escola que, como as demais do País, já tinha necessidade e condições de assumir uma certa independência administrativa.

Em 1943, o então diretor da Escola, Cid Rocha Amaral, participou, na cidade do Rio de Janeiro, da I Reunião de Diretores das Escolas Industriais e Técnicas Federais, quando foi possível, pela primeira vez, uma troca de impressões e experiências com as escolas congêneres do País.

Durante a II Guerra Mundial, a indústria catarinense teve um novo incremento pelo processo de substituição de importações. Acelerou-se a urbanização, cresceu o poder do empresariado industrial e aumentou significativamente o número de operários. A criação da 1ª escola do SENAI, em Santa Catarina, em 1945, deu-se, por meio de um acordo com a Escola Industrial de Florianópolis.

Nos primeiros anos da década de 40, no entanto, o desnível entre o número de profissionais formado pela Escola e a demanda das indústrias locais passou a ser motivo de preocupação, a ponto de em 1946, como medida incentivadora, ter-se restabelecido o pagamento aos alunos pelos trabalhos produzidos nas oficinas, suspenso em 1942. A falta de pessoal especializado foi outro grande problema a ser enfrentado pela direção da Escola, contornado com a implantação de um processo de admissão e aproveitamento de ex-alunos, como professores.

Nessa época, a Escola prestava serviços a diversas instituições, principalmente, na área da tipografia. Suas oficinas produziam todos os impressos utilizados pelos Correios e Telégrafos e por diversas escolas como o Colégio Catarinense e o Colégio Coração de Jesus.

Em 1946, motivada pelo surto de renovação, com a colaboração de professores e alunos, publicou-se a revista “Arte e Indústria.” Com a ajuda de pessoas ligadas à Banda de Música da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina criou-se a Banda de Música da Escola, que atuou por muitos anos colaborando com festas, solenidades, procissões e sendo, mais tarde, desativada.

5.1.5 O Grêmio Cultural “Cid Rocha Amaral”

No dia 6 de maio de 1946, foi fundado oficialmente na Escola o Grêmio Cultural “Cid Rocha Amaral”. A eleição da primeira diretoria aconteceu na tarde do mesmo dia, em votação secreta.

Presidente de honra: Dr. Cid Rocha Amaral

Presidente: Valmor José Prudêncio

Vice-Presidente: Djalma Paiva

1º Secretário: Américo Gutierrez

2º Secretário: Manoel Teixeira

1º Tesoureiro: Célio Castro

2º Tesoureiro: Sillo Atilio Ferretti

1º Bibliotecário: Mário Veiga Pamplona

2º Bibliotecário: Aldo Locatelli

Conselho Fiscal: Geraldo Zilli, Nereu do Vale Pereira e Armando Taranto

Chefe de Esportes: Denário Corrêa

Ajudante de Esportes: Nery de Roque

Repórter Chefe: Valmor Calixto Pamplona



Diretoria do Grêmio Cultural “Cid Rocha Amaral” – 1963. Sentado (terceiro da direita para a esquerda) Oswaldino Algemiro Hoffmann.

Em julho do mesmo ano, a diretoria do Grêmio Cultural “Cid Rocha Amaral” lançou o 1º número de seu jornal, intitulado “Nossa Folha”. Sobre tal lançamento, assim, manifestou-se seu redator:

“Com o presente número o Grêmio Cultural Cid Rocha Amaral dá início ao primeiro item do seu programa que é a propaganda pela imprensa. É bem modesta “Nossa Folha”, porém, com o correr do tempo, será aperfeiçoada e, não temos pretensões, não será perfeita, mas será digna da mentalidade moça e consciente de sua responsabilidade no futuro da Pátria.

Somos estudantes industriais e bem compreendemos a finalidade dos nossos estudos – a Pátria espera nosso concurso para solidificar seu progresso sempre crescente. Não só contribuiremos para seu engrandecimento, como saberemos ser os vanguardeiros na conservação do patrimônio histórico, tão cheio de glórias e que terá de ser respeitado mesmo a custo da própria vida”.



Alunos da Escola Industrial de Florianópolis – aula de Educação Física - 1947



Fundição – Escola Industrial de Florianópolis – 1947

5.1.6 As Mulheres Chegam à Escola

O Exame Vestibular da Escola Industrial de Florianópolis, realizado no ano de 1950, registrou, pela primeira vez, a inscrição de candidatos do sexo feminino. Marlene Santos da Silva, Laurici Silva, Ricardina Luiza Duarte, Marlene de Almeida Dias, Terezinha Maria Nau, Neide Vieira de Amorim, Aladir Silveira, Maura Maria Godinho e Rosa Amélia Ramos foram as primeiras mulheres a enfrentar o desafio de estudar numa escola, tradicionalmente, voltada à admissão de alunos do sexo masculino.

Os registros escolares da época indicam o curso de Alfaiataria como o preferido das alunas, seguido do curso de Tipografia e Encadernação.

As inscrições de mulheres no Vestibular da Escola Industrial de Florianópolis têm registro até o ano de 1958, quando, então, a partir de 1959, voltam, na totalidade, as inscrições apenas de candidatos do sexo masculino.

O total de candidatos inscritos nos exames vestibulares, no período de 1950 a 1958, foi o seguinte:

1950: 153 homens - 9 mulheres
1951: 135 homens - 15 mulheres
1952: 141 homens - 10 mulheres
1953: 203 homens - 12 mulheres
1954: 172 homens - 8 mulheres
1955: 131 homens - 17 mulheres
1956: 116 homens - 9 mulheres
1957: 136 homens - 11 mulheres
1958: 186 homens - 19 mulheres



Oficina de Alfaiataria – 1955. Ao fundo, o professor Pedro Medeiros e, em primeiro plano, a presença feminina na Escola.

Mesmo conquistando a aprovação no Exame Vestibular, parece-nos que as alunas encontravam sérias dificuldades no dia-a-dia da Escola, haja vista que a grande maioria desistia do curso ao final da 1ª série e o restante, ao final da 2ª série.

No ano de 1955, no entanto, a aluna Amélia dos Reis Ouriques conseguiu chegar à 4ª série do curso industrial de Alfaiataria, tornando-se, assim, a primeira mulher a concluir um curso na Escola. “*Matriculei-me na Escola no Curso de Alfaiataria, pensando que estava ingressando num curso de corte e costura*” afirma Dona Amélia.

Das mulheres aprovadas no Exame Vestibular de 1958, por exemplo, somente Lenita Lea Gonçalves, Nair Pulqueira dos Santos e Fermínia Maria

Luiz concluíram a 4ª série do Curso Industrial de Alfaiataria.

5.1.7 Formandos – 1942 a 1947

1942 - Aurelino Alves, Curt Weck, Edu Ferreira dos Reis, Hilarino Macedo, Irineu Pedro da Cunha, João Artur Salit, José Nunes da Silva Filho, José Pereira, Jutair Beiro Carames, Juvenal Oswaldo Meira, Odilon Eduardo Bernardes, Otávio André Teixeira, Pedro Simas, Saturnino, André Teixeira, Tertuliano Borges

1943 - Alinor Melo, Arlindo Guimarães, Euclides de Souza Dutra, Edmundo Bruno Paegle, Jaime Evilásio Soares, José Fernandes de Moraes, Orlando Brasileiro de Araújo, Pedro José Granzoto

1944 - Abel da Costa Pereira, Almirando de Matos, Armando Rodolfo Vieira, Emílio Silva Júnior, Gabriel Bonin, Leopoldo Pellin, Lino Geraldino da Silveira, Naurio Lopes de Almeida, Norberto Stroisch, Patrício Otacílio de Medeiros

1945 - Alfredo Taranto, Antônio Rodrigues, Diomésio B. Ferreira, Friedrich Blaschke, Gerôncio Sabino da Silveira, Heinz Weck, Herondino Macedo, João Pedro de Araújo Figueiredo, José Ramos Pereira, José Alfredo Seifert, José Maria Kloeble, Luiz Néri Cavalheiro, Nereu do Vale Pereira, René Boaventura



Formandos de 1945 – À esquerda (primeiro), o aluno Nereu do Vale Pereira.

1946 - Acácio Antônio da Costa, Américo Teixeira Gutierrez, Célio de Castro, Denário Corrêa, Geraldo Zilli da Silva, João Rodolfo Pereira, Manoel Nunes da Silva, Marciano Gomes da Silva, Mário Veiga Pamplona, Marcondes Hipólito Bento, Silvio Cardoso da Silva, Valdir José de Lima, Valmor José Prudêncio, Siegfried Zimmer

1947 - Agrícola do Nascimento Bruno, Aldo Locatelli, Alsonir Gonçalves Pereira, Anastácio Fausto da Silveira, Antônio Mansueto de Almeida Coelho, Armando Taranto, Cireneu da Costa, Édio Soares Martins, Elvy Guimarães, Hélcio José dos Prazeres, Mário Manoel Loureiro, Nelson Maria Piazero, Néri Francisco de Campos, Nicolau Eloi dos Santos, Raimundo Carvalho Sombra, Saturnino Eduardo Cardoso, Sillo Atilio Ferretti, Walcioni Teodoro.

ENSINO INDUSTRIAL BÁSICO

PEDIDO DE INSCRIÇÃO AOS EXAMES VESTIBULARES

SR. DIRETOR

MANOEL PEDRO RECH responsável
(fulano de tal) (pai, mãe ou responsável)

de acôrdo com a lei, requer a inscrição do menor abaixo, nos exames vestibulares de Fevereiro, apresentando os seguintes esclarecimentos referentes ao candidato:

Nome: TEREZINHA MARIA NAU sexo Feminino
(nome por extenso)

Nascido em BIGUAÇÚ, STA. CATARINA aos 9 de Outubro de 19 36
(Localidade) (estado) (dia) (mês)

Nome do pai: Alberto José Nau

Nome da mãe: Maria Carolina Nau (Falecida)

JÁ fez exames vestibulares nesta escola? NÃO Quando? xxxx
(sim ou não) (ano)

Ofício que pretende exercer: Alfaiataria

Profissão do ~~pai ou~~ responsável: Garçon

Onde o exerce: Restaurante Estrela - Fpolis.

Enderço do candidato: Rua Crispim Mira n. s/n. - PPOLIS.

Data: 31 de Janeiro de 1950

Assinatura: Manoel Pedro Rech

Requerimento de inscrição - Exame Vestibular da Escola Industrial de Florianópolis

6 A Lei 3.552 e as Mudanças no Ensino Industrial

A Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, dispunha sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial que, a partir desse momento, passaram a ter como objetivo, proporcionar uma base de cultura geral e iniciação técnica que permitissem ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos, como também, preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio.

Os cursos industriais básicos e os cursos industriais técnicos continuaram sendo ministrados nas Escolas da rede federal de ensino, só que, a partir de agora, com objetivos um pouco alterados em relação aos mesmos cursos implantados em 1942.

“ O curso industrial básico, de quatro séries, tem os seguintes objetivos, em relação aos educandos:

- a) ampliar fundamentos de cultura;
- b) explorar aptidões e desenvolver capacidades;
- c) orientar, com a colaboração da família, na escolha de oportunidades de trabalho ou de estudos ulteriores;
- d) proporcionar conhecimento e iniciação em atividades produtivas, revelando, objetivamente, o papel da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo.

Os cursos industriais técnicos têm os seguintes objetivos:

- a) formar técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores para o exercício de atividade em que as aplicações tecnológicas exigem profissional dessa graduação;
- b) proporcionar base de cultura geral e conhecimentos técnicos que permitam ao diplomado integrar-se na comunidade, participando do trabalho produtivo, ou prosseguir seus estudos.”

(Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959)

No tocante a sua organização escolar e administrativa, a Escola Industrial de Florianópolis, a exemplo das demais escolas industriais e técnicas do

País, conquistou personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Ficou autorizada a ministrar, também, o ensino técnico (2º ciclo do secundário), o que, até então, era uma prerrogativa apenas das escolas técnicas. No entanto, a grande novidade registrou-se na área administrativa com a criação do Conselho de Representantes.

6.1 A Implantação do Conselho de Representantes

A implantação do Conselho de Representantes da Escola Industrial de Florianópolis deu-se no dia 30 de janeiro de 1961. Participaram da cerimônia de posse, os seguintes Conselheiros: professor Nilo Jacques Dias, representante do corpo docente; professor Jutair Beiro Carames, suplente; Industrial Celso Ramos, professor Júlio Zadrosny, suplente; Dr. Rui Ramos Soares, representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, Sr. João Eduardo Moritz, suplente; industrial Francisco Grillo, Sr. César Bastos Gomes, suplente; industrial João Batista dos Santos, Sr. José Portela, suplente; Educador Roberto Lacerda, Sr. Adriano Mosimann, suplente.

6.1.1 A Eleição do Primeiro Presidente e Vice-Presidente do Conselho

Após o cerimonial de posse, que foi realizado na presença do Dr. João David Ferreira Lima, delegado do MEC, deu-se início ao processo de votação para a escolha do primeiro Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Representantes. Foram eleitos o industrial Celso Ramos (Presidente) e o engenheiro João Batista dos Santos (Vice).

Eleito, o Sr. Celso Ramos dirigiu-se aos presentes, falando-lhes da honra em ter sido escolhido para assumir a Presidência do Conselho de Representantes, ao mesmo tempo, em que lamentava não poder tomar posse no aludido cargo, tendo em vista estar assumindo, no dia seguinte (31 de janeiro), o cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Uma outra eleição foi realizada, saindo-se vitorioso o engenheiro Rui Ramos Soares.

6.1.2 A Demissão dos Conselheiros

Na realidade, o grupo de Conselheiros que tomou posse, em 30 de janeiro, pouco ou quase nada realizou frente à administração da Escola. Três atos, apenas, merecem ser destacados: 1. a convocação dos professores estáveis para a elaboração da lista tríplice que indicaria o novo diretor da Escola; 2. a nomeação do professor Sezefredo Blaschke para exercer o cargo,

temporariamente, de diretor da Escola; 3. a designação dos professores Moacir Benvenutti, Nilo Medeiros de Santiago e Amir Saturnino Rodrigues de Brito para, sob a presidência do diretor, elaborarem o novo Regimento Interno da Escola.

Em agosto de 1961, com exceção do Conselheiro Nilo Jacques Dias e seu suplente, todos os demais membros já haviam solicitado demissão do Conselho de Representantes da Escola Industrial de Florianópolis.

6.1.3 Os Novos Conselheiros

Em 11 de agosto de 1961, tomaram posse os novos membros do Conselho de Representantes da Escola: Dr. Victor da Luz Fontes, representante do CREA, Dr. Otto Henrich, suplente; Industrial Aldo Severiano de Oliveira, Sr. Milton Fetti, suplente; industrial Waldir Losso, Sr Leonardo Thimóteo Pereira, suplente; industrial Theodoro Brüggmann (Vice-Presidente), Sr. Luiz Batistotti, suplente; Educador Vitor Antônio Peluso Júnior (Presidente), professor Ângelo Ribeiro, suplente .

6.1.4 As Competências do Conselho de Representantes

Os Conselheiros, de acordo com a legislação vigente, eram escolhidos pelo Presidente da República, mediante proposta de lista tríplice elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, depois de ouvida a Diretoria do Ensino Industrial.

Competia ao Conselho de Representantes:

- 1.eleger seu presidente;
2. aprovar o orçamento da despesa anual da escola, o qual não poderia destinar mais de 10% para o pessoal administrativo, nem mais de 50% para o pessoal docente e técnico, reservando-se o restante para material, conservação do crédito e obras;
3. fiscalizar a execução do orçamento escolar e autorizar transferências de verbas, respeitadas as porcentagens no item anterior;
4. realizar a tomada de contas do diretor;
5. controlar o balanço físico anual e o dos valores patrimoniais da Escola;
6. autorizar toda despesa que ultrapassasse a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros);
7. aprovar a organização dos cursos;
8. aprovar os sistemas de exames e promoções a serem adotados na

Escola, respeitadas as disposições vigentes; aprovar o quadro de pessoal docente e administrativo; examinar o Relatório anual do diretor da Escola e encaminhá-lo, com observações, ao Ministério da Educação e Cultura.

6.1.5 A Aprovação das Gratificações dos Conselheiros

Com a aprovação do novo Regimento Interno da Escola, o Conselho de Representantes conseguiu o respaldo legal para colocar em prática o sistema de pagamento de gratificações aos seus membros, o que aconteceu, por meio da aprovação da seguinte Resolução:

“O Conselho de Representantes da Escola Industrial de Florianópolis, no uso de suas atribuições, de acordo com a alínea “i” do artigo 128 do Regimento Interno da Escola

Resolve:

Art.1º - O Presidente do Conselho de Representantes terá uma gratificação fixada em cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) mensais, mais a importância por sessão a que fizerem jus os demais conselheiros.

Art.2º - Ficam fixados em cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) os vencimentos do Diretor da Escola Industrial de Florianópolis.

Parágrafo Único – Os vencimentos do Diretor, no caso de ser servidor da Escola, incluem os do cargo que exerce, mais a gratificação equivalente à diferença entre os vencimentos estipulados neste artigo e o que faz jus no quadro a que pertence.

Art. 3º - A gratificação dos Conselheiros é equivalente a 10% dos vencimentos do Diretor, por sessão ordinária, e 5% por sessão extraordinária, no máximo quatro por mês”.

7 A Crise Administrativa do Início dos Anos 60

Nos primeiros anos da década de 60, a Escola enfrentou problemas financeiros seriíssimos, que, aliados à falta de um quadro de pessoal adequado às reais necessidades do estabelecimento de ensino, provocaram o surgimento de um período de estagnação administrativa e didático-pedagógica, em que a “contenção de despesas” tornou-se algo imprescindível à sobrevivência do processo administrativo da Escola. A situação política por que passava o País contribuiu, também, para o surgimento de um clima de incerteza e de total falta de segurança.

Alunos-internos tendo que retornarem aos seus lares e lá permanecerem por tempo indeterminado, devido à invasão do pátio do Internato por tropas militares; professores contratados sem receberem salários há seis meses; ameaça de suspensão de todas as aulas, por medida de segurança e de contenção de despesas foram, entre outros, os assuntos de pauta de uma das primeiras reuniões do novo Conselho de Representantes.

No dia 6 de setembro de 1961, foi lembrado pelo Sr. Presidente do Conselho ao Diretor-Executivo que a atual situação da Escola levaria a mesma a ser classificada pelo Ministério da Educação e Cultura como escola de 4ª classe, já que, naquele momento, o estabelecimento de ensino não possuía as condições mínimas para ser enquadrado numa melhor posição.

7.1 A Classificação das Escolas

O Decreto N. 47.038, de 16 de outubro de 1959, estabelecia os requisitos necessários ao processo de classificação das Escolas:

“Art 49. A Diretoria do Ensino Industrial deverá manter serviço de classificação das escolas de ensino industrial, adaptadas à Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Parágrafo único. A classificação far-se-á mediante inspeções periódicas, por técnicos e professores com a cooperação das escolas, para qualificá-las em categorias conforme o grau em que os objetivos da educação e preparação técnica se venham realizando.

Art 50. A classificação será feita em quatro categorias decrescentes, baseada nos seguintes requisitos:

a) imóvel onde funcione o estabelecimento, tendo em vista a capacidade

de matrícula e condições higiênicas, especialmente localização, área, iluminação, aeração e ruídos;

b) instalações, especialmente salas de aula, salas-ambiente, oficinas, laboratórios, biblioteca, recreios e campos de esporte;

c) pessoal docente, considerado o respectivo curriculum vitae;

d) organização de serviços didáticos, técnicos e administrativos;

e) programa de ensino teórico e prático;

f) atividades extracurriculares;

g) serviços assistenciais;

h) eficiência escolar, verificada através de:

1. trabalhos realizados durante o ano letivo, nas diferentes matérias;

2. trabalhos de oficina durante o ano letivo;

3. provas de rendimento escolar, realizados, normativamente, pelo educandário, e outras que o órgão classificador quiser aplicar;

4. entrevistas com alunos e professores.

i) situação profissional e social dos alunos que concluíram os cursos;

j) observância das diretrizes gerais fixadas pela Diretoria do Ensino Industrial quanto a currículo, medidas de rendimento escolar, sistemas de exames e promoções.

Art 51. É facultado a qualquer estabelecimento de ensino industrial adaptado requerer classificação, nos termos deste Capítulo.

§ 1º Só poderão ser registrados no Ministério da Educação e da Cultura os certificados ou diplomas expedidos por estabelecimento devidamente classificado.

§ 2º A classificação do estabelecimento na 4ª categoria importará no impedimento da concessão de certificados e diplomas.

Art 52. Quando a classificação na 4ª categoria incidir em um estabelecimento de ensino industrial da rede federal do Ministério da Educação e Cultura, pro proceder-se-á na forma do art. 20 da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959”.

Eram necessárias mudanças urgentes, inclusive, a já autorizada pela legislação vigente, ou seja, a implantação dos cursos industriais técnicos. Faltavam, no entanto, à Escola equipamentos, laboratórios, pessoal especializado, principalmente, na área da cultura geral e, também, uma certa dose de ousadia e visão administrativa por parte de seus dirigentes.

8 A Nova Sede da Escola Industrial de Florianópolis

O primeiro passo para a construção da nova sede da Escola Industrial de Florianópolis deu-se em 1946, com a publicação do seguinte decreto:

Decreto N. 20754 – de 15 de março de 1946

Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis que menciona, situados em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, e de acordo com o art. 6o, combinado com a letra m do artigo 5o do Decreto-lei n. 3365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Artigo Único. Ficam declarados de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis com as benfeitorias existentes, situados na Avenida Mauro Ramos, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, constando de terreno com área de 28.724,25 metros quadrados e diversas benfeitorias, de propriedade de Francisco Nappi; terreno com área aproximada de 10.000 metros quadrados e diversas benfeitorias, de propriedade de Machado & Cia, e os dois prédios, encravados na área citada de Machado & Cia, de propriedade do Asilo de Órfãos São Vicente de Paula; imóveis esses necessários à construção das novas instalações para a Escola Industrial de Florianópolis.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1946, 125o da Independência e 58o da República.

Eurico Gaspar Dutra

No terreno de propriedade da firma Machado e Cia, adquirido pelo valor de cr\$ 476.750,10, existiam em 1947, 15 edificações, assim distribuídas: 1 casa de tijolos, 1 chalé de madeira, 6 casas de tijolos e estuque e 6 casas apenas de tijolos. No terreno de Francisco Nappi, (cr\$ 712.331.00), havia somente 1 casa de tijolos.

A construção do novo prédio arrastou-se por toda a década de 50. Em 1960, vinte e três anos após o início das obras, as instalações da Av. Mauro Ramos ainda não tinham as condições necessárias para a efetiva instalação da Escola, apesar de já abrigarem os alunos do Internato, há algum tempo.



A nova sede da Escola - Avenida Mauro Ramos - Florianópolis - Anos 80

Diante de tal situação, em 1961, o Diretor-Executivo da Escola foi autorizado pelo Conselho de Representantes a contratar os engenheiros Georges W. Wildi e Otto Henrich Entres para efetuarem o levantamento de todas as obras a serem, ainda, realizadas no prédio em construção, acompanhado do respectivo orçamento financeiro.

No ano seguinte, as principais ações administrativas estiveram sempre voltadas ao término das obras que iam, aos poucos, sendo concluídas. No início do mês de março de 1962, começou-se a pensar na compra do novo mobiliário. Numa reunião de professores, foram aprovados os modelos dos primeiros móveis. Participaram do processo de licitação as seguintes firmas: Casa Laudares, Móveis Cimo S/A, Carneiro & Irmãos, Nossa Senhora Aparecida e Pereira e Oliveira. Saiu-se vencedora a firma Móveis Cimo S/A. Foi realizada, também, a compra de persianas para as salas de aula, de peças de mármore para as soleiras das janelas, de 350 carteiras, 350 cadeiras e 850 poltronas para o auditório, que ocupava todo o espaço compreendido entre a atual sala dos professores e o atual auditório (ano de 2009, na ala norte superior, Campus Florianópolis). Na parte externa, a área de estacionamento começava a ser pavimentada com paralelepípedos.

A partir de agosto de 1962, começaram oficialmente as atividades escolares no prédio da Av. Mauro Ramos, em 13 salas e laboratórios, onde

passaram a ser ministradas exclusivamente aulas de cultura geral aos alunos do ginásio industrial, além do funcionamento dos cursos técnicos. Toda a estrutura administrativa e as oficinas continuavam, no entanto, ainda, instaladas no prédio da rua Almirante Alvim.

No transcorrer de todo o ano de 1962, a Direção-Executiva da Escola esteve constantemente envolvida na solução de problemas existentes nas novas instalações da Av. Mauro Ramos. As questões relacionadas à conclusão da obra tinham, naquele momento, prioridade; mas, também, eram motivo de preocupação a segurança dos alunos e o saneamento de todo o terreno.

“ Havendo necessidade desta Escola entrar em pleno funcionamento de suas atividades no novo edifício situado na Av. Mauro Ramos, solicitamos encarecidamente a V. S.a designar alguns soldados a fim de afugentarem os residentes do Morro da Caixa que permanecem no período da tarde, praticando esportes no campo da Escola, impedindo assim que os alunos se movimentem e ameaçando-os com facas e outras armas.

Aproveitamos a oportunidade para avisar a V. S.a que o movimento mais acentuado daquela gente é aproximadamente das 15h30min. às 16 horas e, aos sábados e domingos, durante todo o dia.

Esta solicitação teve origem na necessidade de impedir o apedrejamento que os invasores praticam e as tentativas de entrar no prédio.”

(Ofício encaminhado pelo Diretor-Executivo da Escola ao Delegado de Polícia de Florianópolis, em 16 de março de 1962)

“Sirvo-me do presente para solicitar de V.S.a urgentes providências no sentido de ser completado o serviço de saneamento do terreno desta Escola, de vez que a saúde de nossos alunos está sendo ameaçada pelos detritos de fossas do Morro da Caixa que deságuam na vala que corta o pátio principal.”

(Ofício encaminhado pelo Diretor-Executivo da Escola ao Diretor do Departamento de Saúde Pública, em 22 de outubro de 1962)

Em agosto de 1962, foi levada à apreciação do Conselho de Representantes a proposta de compra de um caminhão para o transporte das oficinas ou, em último caso, a autorização para a contratação dos serviços de transporte realizados pelo empreiteiro Sr. Gualter Thibau que, em contato

preliminar, já mostrara interesse na execução do trabalho. O Conselho optou pela segunda proposta.

A decisão de se fazer ou não a mudança definitiva da Escola, no entanto, arrastou-se até o final o ano de 1962, quando então, mesmo com a não conclusão de todas as obras previstas, ocorreu, finalmente a transferência para o prédio da Av.Mauro Ramos. “Quero sair deste pardieiro”, dizia o Diretor-Executivo, Professor Moacir Benvenuti.

O elevado custo projetado para o transporte do maquinário e móveis da Escola pelo empreiteiro fez com que o Diretor optasse por uma solução mais econômica: a utilização de um pequeno caminhão, carinhosamente conhecido por “Mazaropi”, de propriedade do professor Edmundo Paegle. A mudança aconteceu em várias etapas e sempre com a ajuda dos professores, dos administrativos e dos alunos.

8.1 A Estrutura Administrativa e o Quadro de Servidores - 1962

Em 1962, a Escola Industrial de Florianópolis possuía uma estrutura administrativa bastante simples: Direção, Secretaria, Conselho de Representantes, um Tesoureiro, um Contador, um Coordenador Geral de Ensino e um Supervisor das Oficinas. Trabalhavam na Escola Industrial de Florianópolis 84 servidores (60 efetivos, 18 contratados e 6 interinos).

Nome do Servidor	Cargo	Situação
Acácio Ouriques	Funileiro	Efetivo
Acedino Generoso Vieira	Auxiliar de Cozinha	Contratado
Agostinho Silva	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Alcides José de Moraes	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Aldo Bessa	Auxiliar de Bibliotecário	Contratado
Amir Saturnino R. de Brito	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Antônio de Freitas Moura	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Antônio Pereira Gutierrez	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Antônio Prazeres	Professor Ensino Industrial Básico	Interino
Ari da Cunha Ocampo Moré	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Aristides Diener	Dentista	Contratado
Arlindo Guimarães	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Arno Guilherme Scheidt	Auxiliar Ensino Oficina	Contratado
Celso Ramos Filho	Professor Ensino Industrial Básico	Interino
Cid Rocha Amaral	Diretor	Efetivo
Dalila Alves Pierri	Servente	Efetivo
Domingos Toner	Pintor	Efetivo
Edmundo Bruno Paegle	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo

Elisa Faustino da Silva	Bibliotecário	Efetivo
Evanir Joaquim Botelho	Copeiro	Contratado
Francisco de Paula Vieira	Servente	Efetivo
Franklin Joaquim Cascaes	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Hermenegildo de Souza Lopes	Serralheiro	Efetivo
Hugo Antônio Fabeni	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Ialdo João B. de Almeida	Servente	Efetivo
Iberê Pickler Jaques	Auxiliar Coordenador de Ensino	Contratado
Idalino Rozendo dos Santos	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Ivo Merizi	Atendente	Efetivo
Ivo Pereira	Cozinheiro	Contratado
Jaime Coelho dos Santos	Inspetor de Alunos	Efetivo
João Cardoso Gonçalves	Marceneiro	Efetivo
João Francisco da Rosa	Professor Práticas Educativas	Efetivo
João Heleodoro Ferreira	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
João Miguel da Rocha	Servente	Efetivo
Joaquim Margarida Filho	Servente	Efetivo
Jocy José de Borba	Assistente Coordenador de Ensino	Contratado
José Afonso Harger	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
José dos Santos Guedes	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
José Heleodoro Ferreira	Auxiliar Ensino Oficina	Contratado
José Leopoldo dos Santos	Carpinteiro	Efetivo
José Martins	Auxiliar de Pedreiro	Contratado
José Nicolau Vieira	Pedreiro	Efetivo
Jutair Beiro Carames	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Laélcio Pereira	Alfaiate	Efetivo
Lauro Daura	Médico	Efetivo
Leda Senise Varela	Práticas Educativas	Interino
Lino Antônio Gonçalves	Servente	Efetivo
Lino Geraldino da Silveira	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Luiz Acastro de C. Gonçalves	Secretário	Contratado
Manoel Gonçalves	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Manoel Luiz da Silva	Auxiliar Ensino Oficina	Contratado
Marçal Silva	Guarda	Efetivo
Maria de Lara Pinto	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Maria Edelvira Klöppel	Datilógrafo	Contratado
Mário Heleodoro Ferreira	Porteiro	Efetivo
Mário Nunes	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Moacir Benvenutti	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Natalino João da Silva	Servente	Efetivo
Neusa Maria Peluso	Escriturário	Efetivo
Newton Brüggemann	Professor Ensino Industrial Básico	Interino
Nicolau de Oliveira	Servente	Efetivo
Nilo Jacques Dias	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo

Nilo Medeiros de Santiago	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Osny Gonçalves	Oficial Administração	Efetivo
Paulo Dutra	Escriturário	Efetivo
Pedro Batista dos Santos	Eletricista	Efetivo
Pedro Eduardo Cardoso	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Pedro Medeiros	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Plínio de Freitas	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
René Abreu Pacheco	Compositor	Efetivo
Roberto Daniel de Souza	Artífice	Contratado
Ruth da Costa A. Ligocki	Escriturário	Efetivo
Sartorato João Castilhos	Auxiliar de Cozinha	Contratado
Sezefredo Blaschke	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Silvio Wolff da Costa	Servente	Efetivo
Teodorico da Costa Ortiga	Inspetor de Alunos	Efetivo
Valdori José dos Santos	Auxiliar Ensino Oficina	Contratado
Valmy Bittencourt	Professor Ensino Industrial Básico	Interino
Vidal Carlos da Costa	Servente	Efetivo
Waldemar Cirilo Dutra	Professor Ensino Industrial Básico	Efetivo
Waldemar José da Silva	Auxiliar Enfermagem	Efetivo
Waldir Busch	Professor Ensino Industrial Básico	Interino
Waldomiro José Carlsson	Almoxarife	Contratado
Walter Kurt Hilbert	Armazenista	Contratado

9 A Escola sob a Administração do Conselho de Representantes – 1962 a 1974

Os primeiros quatro anos de administração do Conselho de Representantes foram marcados pela existência de várias crises de relacionamento pessoal e profissional, envolvendo conselheiros, diretores e professores. Nesse espaço de tempo, assumiram três diretores: professor Moacir Benvenuti, professor Antônio de Freitas Moura e professor Frederico Guilherme Büendgens.

Podemos afirmar que o novo modelo de administração, implantado na Escola, foi positivo no que se referiu, principalmente, à presença de um órgão fiscalizador das ações da Diretoria-Executiva. E nisso, o Conselho de Representantes da Escola foi implacável, notadamente, nos períodos de agosto de 1961 a agosto de 1964 e de 1970 a 1974, em que foram Presidentes o educador Victor Antônio Peluso Júnior e o professor Waldir Busch, respectivamente.

No entanto, também somos de opinião que o espírito conservador dos Conselheiros, aliado a um certo grau de prepotência e excessivo preciosismo no que tange ao cumprimento da legislação, foram, até certo ponto, prejudiciais ao bom andamento administrativo e didático-pedagógico da Escola.

Tal comportamento, contudo, não nos impede de reconhecer a seriedade dos Conselheiros com relação à administração da Escola, o que, em alguns casos, bateu de frente com certos interesses da Direção-Executiva, principalmente, os de natureza política e, até mesmo, pessoal.

Na década de 60, as disputas internas entre pessoas e grupos eram evidentes, o que tomava a situação insustentável e, em alguns momentos, cômica. De agosto de 1961 a abril de 1963, o Diretor Moacir Benvenuti, por exemplo, enfrentou enormes dificuldades frente à Direção-Executiva da Escola. Com a intenção de por ordem na casa, o Diretor nomeou o professor Idalino Rozendo dos Santos, vice-diretor da Escola. O referido professor era uma pessoa por demais exigente, austera e, até demasiadamente, severa, em algumas situações. Suspensões, repreensões passaram a ser as suas armas prediletas. Sempre que um novo caso chegava a seu conhecimento, o mestre não pestanejava e exclamava: “Vou tocar a pua”.

A frase ficou por demais conhecida entre os professores, pessoal administrativo e alunos dessa época, a ponto de o professor Idalino ser cognominado de “pua” pelos integrantes do corpo docente e administrativo da Escola.

Mesmo assim, as dificuldades para administrar a Escola persistiam. Durante todo o período em que o professor Moacir Benvenuti esteve à frente da Direção-Executiva o mesmo enfrentou desentendimentos com o Conselho de Representantes. Tal clima de tensão chegou ao seu ápice, na reunião do dia 6 abril de 1963, quando da apresentação do novo quadro de cargos e salários ao Conselho de Representantes.

Nessa reunião, o Diretor foi surpreendido pela decisão dos Conselheiros de não aprovação do referido documento, sob a alegação de que a proposta de reajuste salarial apresentada beneficiava, em muito, aos servidores em cargos de confiança, não atendendo, em quase nada, às reais necessidades dos servidores que recebiam vencimentos inferiores ao valor do salário mínimo vigente no País. Pela proposta apresentada, o salário do Diretor-Executivo passaria de Cr\$ 84.000,00 para Cr\$ 140.000,00; o do Coordenador Geral de Ensino, de Cr\$56.000,00 para Cr\$ 90.000,00 e o do Secretário de Cr\$ 42.000,00 para Cr\$ 65.000,00.

Sobre a argumentação apresentada pelo Presidente do Conselho para a não aceitação da proposta de reajuste salarial, o professor Moacir Benvenuti ponderou que a Escola tinha autonomia financeira para conceder tais reajustes, no que foi contestado pelo Presidente, no sentido de que tal autonomia não ia ao ponto de permitir liberalidades com o dinheiro público.

Não concordando com a decisão dos Conselheiros, o Diretor-Executivo colocou seu cargo à disposição do Conselho, o que foi aceito prontamente.

9.1 A Nomeação do Professor Moura

Segue trecho de ata de reunião do Conselho de Representantes em que esteve em pauta a nomeação do professor Antônio de Freitas Moura para o cargo de Diretor-Executivo da Escola Industrial de Florianópolis, em substituição ao professor Moacir Benvenuti.

“O Sr. Presidente expôs a seguir a competência do Conselho de Representantes, segundo o que preceitua o Decreto nº 615, e a finalidade especial da sessão para fins de nomeação do Diretor-Executivo da Escola Industrial de Florianópolis. Foi apresentado o nome do Professor Antônio de Freitas Moura, aprovado por unanimidade”.

(trecho da ata da reunião de 30/04/63)

9.2 A Demissão do Professor Moura

Segue trecho de ata de reunião do Conselho de Representantes:

“O Sr. Presidente expõe ao Conselho que a reunião extraordinária foi convocada (...) para a aprovação da escolha do novo Diretor-Executivo, pois que nesta data havia baixado portaria demitindo o Professor Antônio de Freitas Moura. (...) Finalmente, após entendimentos que mantiveram entre si os Srs. Conselheiros, o Dr. Aldo Severiano de Oliveira transmitiu ao Sr. Presidente o apelo unânime do Conselho para que reconsidere seu ato. O Sr. Presidente, com a palavra, explica mais uma vez os motivos que o levaram a baixar a Portaria de demissão, concordando em reconsiderar sua decisão, sob a condição de se registrar em ata que responsabilizava o Conselho de Representantes por tudo que pudesse acontecer nesta Escola em virtude da desorganização reinante e das condições de desagregação que nela existem. O Sr. Diretor pede a palavra para registrar sua contestação às palavras do Sr. Presidente, de que a Escola se acha em desagregação, pois que nela reina ordem e dedicação ao Ensino, como qualquer Conselheiro pode verificar a qualquer hora em que aqui comparecer, acrescentando que poderá haver falhas, mas muito longe estão de desagregação”.

(trecho da ata da reunião de 10/06/64)

Atendendo ao apelo dos Conselheiros, o Presidente do Conselho reconsiderou sua decisão, no entanto, alguns dias depois o próprio professor Antônio de Freitas Moura solicitava sua demissão do cargo de Diretor-Executivo da Escola.

9.3 A Implantação do Conselho de Professores

A Lei 3.552 de 16 de fevereiro de 1959 também previa a criação de um Conselho de Professores, responsável pela condução das atividades didático-pedagógicas de cada Escola.

O primeiro Conselho de Professores da Escola Industrial de Florianópolis foi implantado no início de 1963, com a posse dos seguintes conselheiros: Antônio de Freitas Moura, Newton Brüggmann, Hélio Barreto dos Santos, Waldir Busch, Marco Aurélio Ramos Krieger, João Francisco da Rosa (professores de cultura geral); Nilo Medeiros de Santiago, Pedro Eduardo Cardoso, Sezefredo Blaschke, Georges W. Wildi (professores de cultura técnica);

Pedro Medeiros, Alcides José de Moraes, Mário Nunes, João Heleodoro Ferreira, Lino Geraldino da Silveira e Arlindo Guimarães (professores de prática de oficinas).

9.4 O Ginásio Industrial

Os ginásios industriais foram instituídos pelo Decreto N. 50.492, de 25 de abril de 1961, com base na Lei N. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, equivalentes ao primeiro ciclo do curso secundário. Tinham as seguintes finalidades:

- a) continuar a formação da personalidade em continuidade à educação primária;*
- b) prosseguir e acentuar a estruturação de valores morais, cívicos e humanísticos;*
- c) levar o adolescente à compreensão do papel da ciência e da técnica do mundo moderno;*
- d) criar atitudes positivas em relação às atividades técnico-científicas, explorar aptidões e desenvolver habilidade de sentido prático;*
- e) orientar o adolescente na escolha de oportunidade de trabalho ou de estudos ulteriores.*

Em 1959, matricularam-se as últimas turmas dos cursos industriais básicos. No período compreendido entre 1960 e 1962, a Escola enfrentou vários problemas, todos relacionados ao cumprimento das determinações previstas na Lei 3.552 de 16 de fevereiro de 1959. Nesse momento, a falta de professores de cultura geral habilitados dificultava a alteração das grades curriculares e, por conseqüência, dificultava, também, a implantação do ginásio industrial.

Mesmo assim, os 108 alunos matriculados, em 1960, já tiveram aulas de Francês, Inglês e até Latim; Geografia do Brasil foi substituída por Geografia Geral e foi introduzida a Prática Profissional. Via-se assim uma tentativa, meio remendada, de se implantar a qualquer custo o ginásio industrial. Não se falava mais em cursos industriais básicos e, sim, em ginásio industrial.

Com a formatura das últimas turmas dos cursos industriais, em 1962, o Conselho de Representantes resolveu, então, em 7 de dezembro de 1962, implantar oficialmente o ginásio industrial na Escola.

Nesse momento, os alunos matriculados em 1960 já estavam chegando

à terceira série. A precariedade das modificações introduzidas nos últimos três anos trouxe, mais tarde, alguns problemas que passamos a relatar por meio de trechos de atas de reuniões do Conselho de Representantes da Escola.

“O Sr. Presidente passa aos assuntos em pauta, mandando ler a ata da sessão de 18 de novembro de 1963 do Conselho de Professores, que aprovou o número de vagas para o 1º e 2º ciclos desta Escola, para 1964. Após a leitura, o Conselheiro Victor da Luz Fontes manifesta seu ponto de vista contrário à proposição aprovada pelo Conselho de Professores que prevê a liberação dos alunos da atual 4ª série do Ginásio Industrial, com média igual ou superior a 6 (seis), do Exame de Classificação para o curso técnico. (...) o Sr. Presidente informou, então, que o Regimento Interno, no seu artigo quarenta, determina exame de classificação a todos os inscritos, (...) sendo, portanto, improcedente, a louvável proposição emanada do Conselho de Professores”.

(ata de 20/11/63)

“O Sr. Presidente leva ao conhecimento do Conselho o teor do requerimento em que alunos da 4ª série do Ginásio Industrial, desta Escola, pedem reconsideração de decisão do Conselho sobre o proposto benefício de isenção dos possíveis exames de classificação ao curso técnico para aqueles que obtiveram média igual ou superior a 6 (seis), e que não foi homologado. O requerimento fundamenta-se em que a Escola não proporcionou nos anos letivos de 1962, 1961 e 1960, um regular ensino das disciplinas de cultura geral. O Sr. Diretor-Executivo, em suas informações ao documento, concorda com a irregularidade na aprendizagem mencionada pelos requerentes, a qual deveu-se, em grande parte, ao período de transição por que passou a Escola, resultante das modificações operadas na legislação do Ensino. Acrescenta ainda que nossos alunos têm seu tempo de estudo dividido entre cultura técnica e cultura geral, o que os coloca em desigualdade de condições para competirem com os alunos oriundos de outros estabelecimentos de ensino. Os Srs. Conselheiros Victor da Luz Fontes e Theodoro Brüggmann manifestam sua concordância com o ponto de vista do Sr. Diretor, mas lembram a exigência constante do artigo quarenta do Regimento Interno (...) razão pela qual, o requerimento em discussão não poderá ser deferido.”

(ata de 4/12/63)



Alunos da 1ª série do ginásio industrial participando de aula de artes industriais – 1964.
 Detalhe: o aluno à direita está uniformizado.

9.4.1 A Relação das Disciplinas Curriculares do Ginásio Industrial

1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Desenho	Desenho	Ciências	Ciências
História	História	Desenho	Desenho
Geografia	Geografia	Inglês	Inglês
Ciências	Ciências	Geografia	Org. Pol. Social
Canto	Canto	Educação Física	Educação Física
Educação Física	Educação Física	Prática Profissional	Prática Profissional
Artes Industriais	Artes Industriais	Religião	Religião
Religião	Religião		

Em 1967, a Direção-Executiva submeteu à apreciação do Conselho de Professores o direito de ingresso de meninas na Escola Industrial.

Na realidade, o que se pleiteava era o retorno de alunos do sexo feminino, visto que na década de 50, como já vimos anteriormente, as alunas marcaram presença na Escola, matriculadas, principalmente, no Curso de Alfaiataria.

O Conselho de Professores deferiu a solicitação e isso levou à criação, na Escola, da disciplina Educação para o Lar. As alunas além das matérias curriculares do ginásio tinham, na 1ª e 2ª séries, aulas de Puericultura, Arte Culinária, Noções de Enfermagem, Costura e Artes Aplicadas.

As atividades do ginásio industrial se estenderam até o ano de 1973,

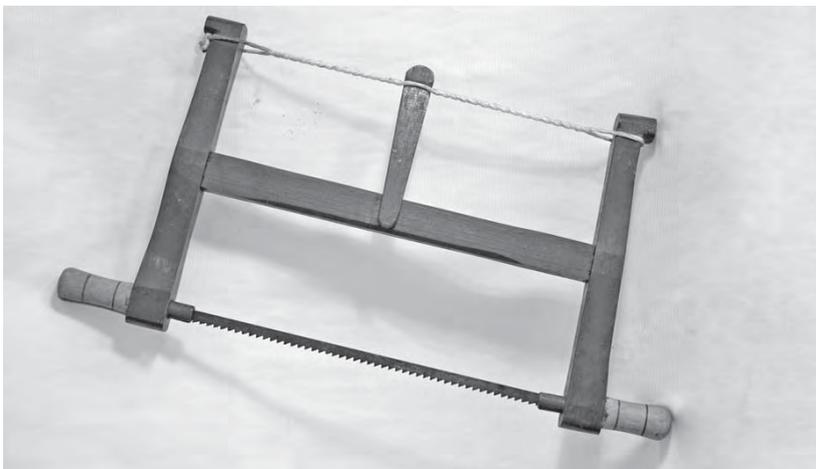
quando se formou a última turma de ginasianos.



*Secção de Carpintaria – 1964.
Em pé, observando o aluno (centro), o mestre Nilo Jacques Dias*

9.5 Os Cursos Técnicos Industriais

No início de 1962, foram, finalmente, implantados na Escola Industrial de Florianópolis os cursos técnicos. Em reunião realizada no dia 14 de dezembro de 1961, o Conselho de Representantes autorizou o funcionamento dos cursos de Máquinas e Motores e de Desenho Técnico, dando início, assim, ao colégio industrial. Os alunos concluintes dos respectivos cursos recebiam certificado equivalente ao dos demais cursos existentes no Brasil – Científico, Clássico e outros.



Equipamento utilizado pelos alunos do Ginásio Industrial na disciplina Artes Industriais.

9.5.1 Máquinas e Motores – Disciplinas

1ª série

Desenho
Tecnologia Mecânica e Ensaios
Prática Profissional
Matemática
Português
Física
Química
Biologia
Inglês
História
Educação Física

2ª série

Desenho
Mecânica Técnica
Tecnologia Mecânica e Ensaios
Prática Profissional
Matemática
Português
Física
Química
Inglês

3ª série

Elementos de Máquinas
Desenho
Tecnologia Mecânica e Ensaios
Resistência dos Materiais
Elementos de Eletrotécnica
Máquinas e Aparelhos
Eletrônicos
Org. do Trab. e Higiene
Industrial
Prática Profissional
Português

9.5.2 Desenho Técnico – Disciplinas

1ª série

Prática de Oficinas
Geometria Descritiva
Tecnologia Mecânica e Ensaios
Desenho
Matemática
Português
Física
Química
Biologia
Inglês
História
Educação Física
Prática Profissional

2ª série

Desenho
Mecânica Técnica
Tecnologia Mecânica e Ensaios
Prática de Oficina
Prática Profissional
Matemática
Português
Física
Química
Inglês

3ª série

Org do Trab. e Higiene
Industrial
Desenho
Elementos de Máquinas
Elementos de Eletrotécnica
Resistência dos Materiais
Prática de Oficina
Prática Profissional
Português

9.6 A Primeira Turma de Técnicos

Dos alunos relacionados abaixo, que constituíram a primeira turma de técnicos, apenas aqueles cujos nomes estão em destaque conseguiram, em 1964, participar da solenidade de entrega dos certificados de conclusão de curso.

Alcione Gaidzinski **Aurélio Santos Pereira**

Ailton Vitor de Oliveira
Ailton João da Silva
Alfredo Rodrigues
Clovis do Carmo Silva e Rogeiro
Célio A. da Silva
Edejarde João Dias

Fernando José de Souza

Francisco Domingues
Hélio Vieira
José Elvio de Oliveira
João Orige da Silva
João Alvim da Silveira

José Rogério Pereira de Souza

José Carlos Martins
Luiz Jorge Leal
Licínio Brasil da Silva
Miracir José Vale
Marco Aurelio da Silva

Manoel Sabino Silveira

Mário César Campos

Nelson Meller
Nério Eugênio Silva
Nélio Losso
Nilson José Schmitz
Nilson Semmer

Nilton Severo da Costa
Osvair Manoel Almeida
Osmar Leonel de Souza
Pedro Jonas Koerich
Paulo Becker
Ricardo Carioni
Sidnei Silas Fernandes

Silvio Ferreira
Vaner Palma de Oliveira
Waldnair Dildo Del Pra Neto
Zulmar João Quadros
Zélio Soares



Máquinas Operatrizes - à direita: professor Nilo Medeiros Santiago - 1964.

9.7 O Serviço de Orientação Educacional

O Serviço de Orientação Educacional foi implantado nas escolas técnicas e industriais, por meio do Decreto-Lei N. 4.073, de 30 de janeiro de 1942:

“Art. 50. Instituir-se-á, em cada escola industrial ou escola técnica, a orientação educacional, que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados, e em face da personalidade de cada aluno, e de seus problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais.

Art. 51. Incumbe também à orientação educacional, nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares.

Art. 52. Cabe ainda à orientação educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica”.

Na Escola, no entanto, a implantação do Serviço de Orientação Educacional só começou a ser lembrada, em setembro de 1962, numa reunião do Conselho de Representantes, quando discutiu-se, pela primeira vez, a utilidade de tal serviço na formação e orientação profissional dos alunos.

Por total falta de especialistas na área da orientação educacional, na região de Florianópolis, a Direção-Executiva resolveu indicar o professor Amir Saturnino Rodrigues de Britto orientador educacional da Escola. O referido professor fez, em seguida, várias viagens a Curitiba, onde realizou um treinamento no Serviço de Orientação Educacional da Escola Técnica daquela cidade.

Em agosto de 1963, foi indicado o professor José Tambosi, licenciado em pedagogia, com especialidade em orientação educacional, para assumir a função de Assistente do Orientador Educacional da Escola. Em 1964, o professor José Tambosi, com a indicação do nome do professor Amir Saturnino Rodrigues de Britto para ocupar o cargo de Coordenador de Disciplina, assumiu definitivamente a coordenação do serviço de orientação educacional, sendo afastado da mesma, no final de 1965, após a conclusão de inquérito administrativo, instaurado pela Direção-Executiva da Escola contra o referido profissional.

Com o afastamento do professor José Tambosi, retornou à sua antiga função o professor Amir Saturnino Rodrigues de Britto, substituído, em 1970, pela orientadora educacional Edina Bussarello. Iniciava-se, a partir daí, o processo de implantação definitivo do serviço de orientação educacional na Escola.

9.8 O Centro Técnico Industrial de Florianópolis

Com a implantação do colégio industrial e, por conseqüência, dos cursos industriais técnicos, surgiu, como entidade representativa dos estudantes da Escola, o Centro Técnico Industrial de Florianópolis – C.T.I.F. O Grêmio Cultural “Cid Rocha Amaral”, no entanto, como entidade representante dos ginásianos, continuou normalmente o desenvolvimento de suas atividades, bem mais relacionadas às questões de ordem cultural, até outubro de 1964,

quando ocorreu a fusão com o C.T.I.F

Em fevereiro de 1964, o Conselho de Representantes da Escola passou a contar com a presença do Presidente do Centro Técnico Industrial de Florianópolis, conforme o que determinava a Resolução, aprovada em reunião realizada no dia 14 de janeiro de 1964:

“O Conselho de Representantes da Escola Industrial de Florianópolis, no uso de suas atribuições, tendo em vista o deliberado em sessão extraordinária de 24 de janeiro de 1964, conforme ata nº 56, da mesma data;

Considerando que o Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963, que modifica o art.54, do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, determina que o Presidente da entidade representativa do Corpo Discente de cada Escola da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, participe das reuniões do Conselho de Representantes, sem direito a voto;

Considerando que o Centro Técnico Industrial de Florianópolis é a sociedade estudantil que, na Escola Industrial de Florianópolis, representa o Corpo Discente, Resolve :

Art. 1º - Convocar, para participar das reuniões do Conselho de Representantes, sem direito a voto, o Presidente do Centro Técnico Industrial de Florianópolis.

Art. 2º - O Presidente do Centro Técnico Industrial de Florianópolis fará jus à gratificação de cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) por sessão extraordinária até o máximo de quatro por mês.

Art. 3º - As importâncias a que se refere o artigo anterior serão modificadas, proporcionalmente, toda vez que for reajustada a gratificação a que fazem jus os Senhores Conselheiros”.

O primeiro representante do corpo discente, aluno Nicolau Miguel de Sousa, tomou posse, em reunião do Conselho de Representantes, no dia 5 de fevereiro de 1964, sendo substituído, em julho do mesmo ano, pelo estudante Mário César Campos.

9.9 A Eleição do Professor Frederico Guilherme Büendgens

Em de 5 de agosto de 1964, assumiu a presidência do Conselho de

Representantes o Sr. Aldo Severiano de Oliveira. O primeiro ato de sua administração foi colocar à apreciação dos Conselheiros o nome do professor Frederico Guilherme Büendgens, como candidato ao cargo de Diretor-Executivo da Escola, em substituição ao professor Antônio de Freitas Moura:

“Em seguida, o Sr. Presidente Aldo Severiano de Oliveira agradece a confiança nele depositada, expondo, com brevidade, os pontos a serem imediatamente abordados com vistas à administração, entre eles a confecção do Regimento do Conselho de Representantes e a designação do Diretor-Executivo, tendo em vista o pedido de demissão do Professor Antônio de Freitas Moura. Adianta que a legislação do ensino industrial exige uma série de requisitos, como é do conhecimento dos Senhores Conselheiros, e, dentre os professores, em exercício na Escola, sua escolha recaiu no Professor contratado de Ciências Físicas e Biológicas, Dr. Frederico Guilherme Büendgens, que, além de preencher as exigências legais, é sobejamente conhecido na comunidade por suas qualidades morais e intelectuais, razão pela qual submete a escolha à apreciação do Conselho. Em discussão a matéria, o Conselheiro Paulo Blasi, com a palavra, expõe que, na qualidade de Conselheiro recém empossado, ainda não tem conhecimento de fato dos problemas da Escola, motivo pelo qual se abstém de dar seu voto ao assunto em pauta, apesar de reconhecer no Professor indicado qualidades e capacidade para o exercício do importante cargo. O Conselheiro Henry Schmalz expressa seu voto de confiança ao Sr. Presidente, aceitando o nome indicado, pois considera de relevante importância a coincidência de pontos de vista entre Presidente e Diretor-Executivo. O Conselheiro Victor da Luz Fontes e Waldir Losso votam pela aprovação do nome do Professor Frederico Guilherme Büendgens. O Conselheiro Nilo Jacques Dias abstém-se de votar, ressaltando porém reconhecer os predicados do indicado, e sabê-lo pessoa de bem. Tendo em vista os votos declarados, ficou aprovado, por três votos favoráveis contra duas abstenções, o nome do Professor Frederico Guilherme Büendgens para o cargo de Diretor-Executivo da Escola, para um período contratual de três anos”.

(Trecho da ata da reunião do Conselho de Representantes realizada no dia 5 de agosto de 1964)

9.10 A Escola e a Situação Política de 1964

No início de abril de 1964, o Almirante Comandante do 5º Distrito Naval apreendeu para exame, na sede da União Catarinense dos Estudantes Técnicos Industriais – UCET, localizada no antigo prédio da Escola, situado na rua Almirante Alvim, vários livros, que segundo aquela autoridade militar, eram oriundos de países socialistas, doados pelas respectivas embaixadas ou comprados pela própria diretoria da entidade estudantil.

Sobre tal situação, assim, manifestaram-se o Diretor-Executivo da Escola e o Presidente do Conselho de Representantes, em reunião realizada no dia 7 de abril de 1964:

“O Sr. Diretor informa ainda que, há vários meses, proibira a venda, em recinto da Escola, de um jornal reconhecidamente comunista, venda esta tentada por um cidadão estranho ao ambiente escolar. O Sr. Presidente chama a atenção para a necessidade de assistência da Direção ao Internato e à Casa do Estudante, evitando assim uma orientação defeituosa aos educandos. O Sr. Diretor lembra que houve concordância dos Senhores Conselheiros com relação à autonomia da Casa do Estudante. Outrossim, pode garantir que os alunos desta Escola não participaram das últimas manifestações e passeatas estudantis, pois determinara a permanência dos mesmos nas dependências do Internato. O Sr. Presidente, com a aprovação unânime do Conselho, manda consignar, então, a recomendação à Diretoria-Executiva, no sentido de ser dada assistência e orientação educativa, também, à Casa do Estudante”.

Em reunião realizada no dia 16 de maio de 1964, *“o Sr. Presidente comunica que o Sr. Diretor-Executivo, em cumprimento à Resolução nº 193, baixou Portaria nº 48, em 2 de maio de 1964, designando Comissão sob a presidência do Professor Waldir Busch, para desincumbir-se das determinações constantes da Portaria nº 259, de 20 de abril de 1964, do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, nos termos do Ato Institucional. A referida Comissão completou seus trabalhos dia 12 do corrente, concluindo o processo com seu Relatório e Parecer, os quais manda ler. Manda também que sejam lidos os depoimentos das fls 5 a 15, 32, 37, 40 a 46, 49 e 50, os quais constituem em peças de significativa importância para os fins a que se objetiva o Ato Institucional. Finda a leitura, o Senhor Presidente expõe que o processo, segundo as intenções superiores, será remetido ao M.E.C, a quem caberá a conclusão final. Discutindo a*

matéria, falaram todos os Conselheiros, finalizando por aprovar a seguinte Resolução Nº 168 – O Conselho de Representantes da Escola Industrial de Florianópolis, no uso de suas atribuições, reunido em sessão extraordinária de 16 de maio de 1964, conforme ata nº 67, da mesma data, Considerando o inquérito realizado nesta Escola (...) Resolve : Art. 1º - Autorizar a remessa do inquérito ao Ministério da Educação e Cultura, através da Diretoria do Ensino Industrial. Art.2º - Determinar a remessa de cópia à Comissão Militar, nomeada pelo Excelentíssimo Senhor Almirante Comandante do 5º Distrito Naval. Art. 3º - Suspender de suas funções o Professor Arthur Rodolfo Sullivan, e instaurar inquérito de âmbito interno para, à vista das acusações de ordem moral e política constatadas no inquérito de que trata o art. 1º desta Resolução, aplicar as medidas cabíveis, sem prejuízo das que foram determinadas pelas autoridades superiores. Art. 4º - Determinar a constituição de Comissão de Professores para examinar sem prejuízo de determinações das autoridades superiores, sob o ponto de vista educativo, a situação dos alunos envolvidos no inquérito procedido por determinação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, bem como da Casa do Estudante Técnico Industrial e da secção, em Florianópolis, da União Catarinense do Estudante Técnico Industrial (UCETI), propondo, como educadores, as medidas que julgar aceitas para a recuperação dos referidos estudantes, devendo suas conclusões, serem examinadas pelo Conselho de Professores”.

“O Sr. Presidente submete à apreciação o requerimento do Professor Arthur Sullivan em que pede cancelamento da suspensão preventiva de suas funções docentes, que sofrera em virtude do inquérito instaurado nesta Escola por força do ato institucional, considerando que o referido processo foi mandado arquivar pelo Excelentíssimo Ministro da Educação e Cultura, conforme ofício Nº 1478/BR, de 12/10/64, recebido por esta Escola, e considerando ainda que a Comissão designada para instauração do inquérito interno, deliberou estar o mesmo prejudicado em face da determinação ministerial acima referida. Em discussão, o Conselheiro Paulo Blasi é de parecer que o requerimento seja deferido, já que nada foi apurado contra o requerente, podendo, portanto, o mesmo reassumir suas funções”. (02/12/64)

Em reunião do Conselho de Representantes realizada no dia 7 de outubro de 1964 “O Sr. Presidente apresenta as peças do inquérito instaurado,

fazendo a leitura das conclusões a que chegou a Comissão designada, segundo as quais o autor dos artigos publicados no “Jornal da UCETI”, sob o pseudônimo de Peçanha, é o estudante Sérgio Lopes. Lê o parecer da Comissão que concluiu não haver dolo por parte do indiciado e opinou por pena de suspensão e censura prévia aos próximos artigos escritos pelos estudantes. O Sr. Presidente esclarece que, na sua opinião, em vista dos fatos e documentos, o indiciado estaria sujeito a pena maior, porém acata as conclusões e o parecer da Comissão”.

9.11 Trechos de Atas de Reuniões do Conselho de Representantes

Passamos, agora, por meio da leitura de trechos de atas de algumas reuniões realizadas no período de 1963 a 1965, a conhecer um pouco mais o Conselho de Representantes, suas decisões, os muitos problemas enfrentados, seu relacionamento com a comunidade escolar e, em especial, com a Direção-Executiva.

*“O Sr. Presidente falou a seguir que foi informado na Diretoria do Ensino Industrial que, se este Conselho tivesse aprovado o Quadro de Cargos e Salários apresentado pelo então Diretor Prof. Moacir Benvenutti, haveria motivo para uma intervenção daquela Diretoria, nos moldes do que aconteceu em outra escola, onde o Diretor passou (...) a perceber salário de duzentos mil cruzeiros, numa cabal demonstração de política pessoal.”
(15/05/63)*

“A convite do Sr. Presidente, o Sr. Diretor relata ao Conselho o caso surgido logo que tomara posse em suas funções; a abertura por parte da Prefeitura Municipal, de uma rua nos terrenos do próprio desta Escola, situado na rua Almirante Alvim, nº 19. Ao se locomover para as primeiras providências, convidara o ex-Diretor Prof. Moacir Benvenutti para juntos telefonarem ao Sr. Prefeito, o que foi feito. O Sr. Prefeito Municipal informou, então, que tomara tal iniciativa em virtude de autorização do Sr. Moacir Benvenutti, o qual se negou a usar o telefone para um esclarecimento pessoal com o Sr. Prefeito. O Diretor, surpreso ante tal atitude do Prof. Moacir Benvenutti, mandou sustar de imediato as obras. O Conselheiro Victor da Luz Fontes adiantou que, anteriormente, já fora procurado por parte do Estado, o título de posse do terreno em questão, nada sendo encontrado, além da transmissão do imóvel para o próprio federal.

O Sr. Presidente sugere que seja preparada a documentação petitoria de manutenção de posse e pede que o Conselho aprove a contratação de um advogado para estudar o assunto e se documentar a respeito, o que é autorizado.” (15/05/63)

Comentário: O Conselho de Representantes acabou por concordar com a abertura da referida rua, em troca de uma suposta reforma no prédio da antiga Escola, a ser realizada pela Prefeitura Municipal. Surgia em Florianópolis, a rua Dom Joaquim.

“Continuando, o Sr. Presidente comunica que recebeu ofício da Associação Cultural e Recreativa do Professor, indicando lista tríplice para designação de um representante para este Conselho, porém deixa de apresentá-lo aos Srs. Conselheiros, por se tratar de nomes flagrantemente políticos partidários e pertencentes, em maioria, a outro órgão de deliberação coletiva.” (17/09/63)

“O Sr. Diretor-Executivo pede a palavra para comunicar a intenção de se instalar uma Cantina nas dependências da Escola, com aproveitamento de material existente e despesas mínimas, cuja administração ficará a cargo da Associação dos Servidores da Escola Industrial, sendo escolhido para local a extremidade não ocupada do refeitório. O assunto é bem recebido pelos Conselheiros, que o aprovam.” (06/11/63)

“A seguir o Sr. Presidente expõe as instruções emanadas do MEC para a criação dos Centros Federais de Educação e Cultura, visando a descentralização daquele Ministério, e a serem instalados nas principais cidades do País. Informou ser pensamento da Diretoria do Ensino Industrial, utilizar o prédio da antiga Escola, para sede do Centro em Santa Catarina. O Sr. Diretor-Executivo pede a palavra, que lhe é concedida, para expor sua opinião contrária à cessão do referido prédio, para o qual estava projetado o aumento do número de salas de aula do Ginásio Industrial, com as respectivas instalações das oficinas de Artes Industriais. Conclui o Sr. Diretor-Executivo que não será vantajoso para a Escola perder aquele prédio para outro órgão.” (06/11/63)

Comentário: O Centro Federal de Educação e Cultura de Santa Catarina ou Delegacia do MEC foi construído, mais tarde, numa parte do terreno

da antiga Escola, onde, anteriormente, eram desenvolvidas as atividades relacionadas à educação física.

“O Sr. Presidente pergunta ao Sr. Diretor - Executivo sobre o horário de trabalho dos servidores, pois que, ao chegar à tarde na Escola, encontrou-a apenas com o setor de obras em funcionamento e desconhece qualquer modificação, tendo o Sr. Diretor informado que, por Portaria nº 188, de 26 de dezembro de 1963, foi determinado horário especial de um só expediente, até 26 de janeiro de 1964, considerando o período de recesso escolar, em que há considerável diminuição do serviço, com diversas seções praticamente paralisadas. O Sr. Presidente chama a atenção para o aspecto ilegal desta modificação, que implicou em diminuição das horas de trabalho, com o que não pode concordar, tendo o Sr. Diretor adiantado que é de inteira responsabilidade da Direção a determinação dos horários, responsabilidade essa da qual não se exime.” (30/12/63)

“ O Conselho de Representantes da Escola Industrial de Florianópolis , no uso de suas atribuições (...), considerando que o Professor Pedro Eduardo Cardoso (disciplina técnica – Ajustagem) dispensou da aula os alunos da 3ª série ginásial, por falta de material que pedira ao Almoxarifado e não lhe fora entregue, Resolve: Artigo Único – Determinar à Diretoria-Executiva que instaure inquérito administrativo para apurar as causas da falta de fornecimento de material às oficinas” (06/05/64)

“ O estudante Nicolau Miguel de Souza pede a palavra para informar que a diretoria do Centro Técnico Industrial de Florianópolis, juntamente com grande número de colegas dos cursos Ginásial e Técnico, fizeram reunião para debaterem a questão da dispensa de operários, chegando a conclusão de que se houver necessidade de dispensar pessoal, que não fossem os servidores do setor de obras, mas sim alguns professores, como o Assessor Técnico Pedagógico e o Orientador Educacional, os quais, na sua opinião, não são necessários à Escola. O Sr. Presidente, com a palavra, chama a atenção do Presidente do C.T.I.F., dizendo-lhe que os alunos nesta Escola devem estudar e não se meterem em assuntos que não lhes dizem respeito. O trabalho do Assessor Técnico Pedagógico e do Orientador Educacional, dois técnicos em educação, não deve ser julgado pelos alunos.” (08/06/64)

9.12 A Extinção do Conselho de Representantes

Em 1970, assumiu a Presidência do Conselho de Representantes o professor Waldir Busch, homem íntegro, rigoroso no cumprimento da legislação e na fiscalização das ações da Diretoria-Executiva da Escola.

Em dezembro de 1974, o Decreto Nº 75.049 extinguiu o Conselho de Representantes, surgindo, em seu lugar, o Conselho Técnico-Consultivo.

A extinção deveu-se a uma articulação dos diretores de algumas Escolas junto ao MEC, sob a alegação de que os Conselhos deveriam ter apenas funções consultivas e não deliberativas, já que as mesmas só dificultavam a administração das Escolas.

10 O Sistema de Internato e Alojamento dos Alunos

No início do ano de 1937, o diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina – Engº Civil Cid Rocha Amaral, verificando serem consideráveis os pedidos de informações sobre matrícula, solicitados por jovens do interior catarinense, na maioria de famílias pobres, sugeriu ao Sr. Governador do Estado, a criação de bolsas de estudo destinadas aos melhores alunos provenientes de estabelecimentos de ensino do interior de Santa Catarina. A medida visava, não só, dar educação profissional a esses jovens, mas também qualificar o nível de ensino da Escola.

Em 8 de setembro de 1937, o governo catarinense, acatando a sugestão do diretor da Escola de Aprendizes Artífices, sancionou a Lei Nº 162, que instituiu as referidas bolsas.

“Lei n. 162, de 8 de setembro de 1937. Institui bolsas escolares. Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam instituídas 20 bolsas escolares de conto de réis, cada uma, em favor de alunos que, tendo terminado o curso nos Grupos Escolares do interior do Estado, queiram matricular-se na Escola de Aprendizes Artífices desta Capital.

Art. 2º - Essas bolsas só serão deferidas a alunos reconhecidamente pobres, assegurada sempre a preferência aos que houverem obtido melhores notas no curso dos Grupos.

Art. 3º - Perderão o direito às bolsas os que não revelarem razoável aproveitamento no curso profissional.

Art. 4º - As bolsas serão pagas por intermédio do Diretor da Escola e em prestações mensais.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.”

Nereu Ramos

10.1 A Implantação e o Desenvolvimento do Internato

Em fevereiro de 1938, a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina já estava transformada em Liceu Industrial. Nessa época, foram matriculados os nove primeiros alunos-bolsistas provenientes do interior do Estado de Santa Catarina. Logo que chegaram a Florianópolis, tratou

a direção do Liceu de hospedá-los em casas de família, haja vista, devido ao número reduzido , ainda não ser possível alojá-los em um mesmo ambiente.

No ano de 1939, as vinte vagas para alunos-bolsistas já se encontravam totalmente preenchidas. Ocorreram nesse ano, alguns problemas relacionados aos preços cobrados pelos donos das pensões, que passaram a visar ao lucro de uma maneira incompatível com o orçamento financeiro do Liceu. A solução paliativa foi a transferência imediata de alguns alunos para casas de parentes residentes na cidade, os quais cobrariam do Liceu valores mensais mais acessíveis.

Ao chegar o final do ano de 1939, o crescente número de alunos interessados por bolsas de estudo fez com que o diretor do Liceu, mais uma vez, se dirigisse ao governo estadual, solicitando ao mesmo que recomendasse aos governantes municipais a doação de bolsas de estudo para os jovens de suas cidades que quisessem vir para a Capital, após a conclusão do ensino primário.

O pedido foi acatado com interesse e, antes do final do ano, o decreto-lei N.381 autorizava os prefeitos a consignarem em seus orçamentos importâncias destinadas à manutenção de jovens na Capital. Foram criadas mais 37 bolsas de estudo.

Sobre a manutenção desses jovens na Capital, o numerário estipulado pelo Governo do Estado e Prefeituras Municipais cobriu satisfatoriamente, até o ano de 1941, todas as despesas realizadas, permitindo ainda a retirada de pequena quantia para constituir um fundo de receita destinado à cobertura de outras despesas extraordinárias que o Liceu viesse a ter com os alunos.

Em 1942, a concentração dos alunos-bolsistas em um mesmo ambiente foi viabilizada por meio do aluguel de um imóvel situado na área central de Florianópolis, mais precisamente, na rua Esteves Júnior. Com tal medida, desapareceram, pelo menos temporariamente, as dificuldades que vinham sendo enfrentadas pela direção com relação ao alojamento dos alunos-bolsistas, na Capital.

Passado algum tempo, a quantia remetida pelo governo estadual e pelas prefeituras já era considerada irrisória, em virtude principalmente do aumento do custo de vida. Nesse momento, o Liceu Industrial já estava transformado em Escola Industrial de Florianópolis.

No ano de 1944, as bolsas de estudo concedidas pelas prefeituras foram reajustadas para Cr\$ 1400,00, por aluno, permitindo, assim, a aquisição de um pequeno enxoval para cada bolsista matriculado. Em 1947, a Escola

Industrial já matinha à disposição dos alunos interessados 122 bolsas de estudo; 48 mantidas pelo Estado e 74 pelas prefeituras.

Em 1948, Mário Heleodório Ferreira – encarregado do Serviço de Bolsas – assim se referiu sobre a situação pela qual o Internato da Escola passava:

“... com a permanência da dotação destinada ao custeio dos alunos de cem cruzeiros mensais “per - capita”, quantia essa irrisória (...), está a Escola a braços com problema de difícil solução. Torna-se necessário, no meu entender, até ser solucionada a construção do novo edifício, com o respectivo internato, em terreno já adquirido, e cujas obras terão início no próximo ano, as seguintes medidas, com o fim de possibilitar aos alunos o conforto de que necessitam e continue o Estabelecimento a colher os resultados anteriormente obtidos:

a . redução das bolsas do Estado, de 48 para 40; e dos municípios, de 74 para 60;

b . aumento da subvenção, na base de 100%, em virtude da elevação do custo de vida;

c . melhor seleção dos candidatos nos municípios de origem, levando-se em conta os resultados alcançados pelos interessados nos grupos escolares e a situação financeira das famílias, evitando-se assim grande parte das reprovações nos exames vestibulares e a permanência de beneficiados cujos pais são possuidores de numerário suficiente para mandá-los estudar fora da sede;

d . apresentação de atestado de residência para candidatos às bolsas do Estado e Município de Florianópolis, só atendendo os pedidos dos que residam a mais de 5 km da Escola, por se tratar de Estabelecimento de ensino gratuito.”

Na década de 50, a quase totalidade dos alunos da Escola eram subvencionados em regime de internato. Todos tinham direito à merenda escolar, que se constituía de $\frac{1}{4}$ de leite, pão e banana. Ao meio dia o almoço no refeitório da Escola e o jantar, ao final da tarde. Entre os pratos prediletos figuravam o arroz com picadinho de carne, arroz com chuleta e arroz com ovo frito.

Manter o Internato não era tarefa fácil para a direção da Escola. Os problemas, principalmente, os de ordem financeira estavam sempre presentes, provocando, muitas vezes, situações hilariantes. Num determinado momento

da história do Internato, por exemplo, a falta de recursos financeiros fez com que os internos comessem arroz com ovo frito, como prato único, por três meses seguidos.

Em 1958, o Internato já funcionava no prédio da Av. Mauro Ramos, embora a Escola ainda continuasse instalada nas dependências da Rua Almirante Alvim.

Na ala norte do atual Campus Florianópolis, piso superior, ficavam alojados os alunos da 2ª, 3ª e 4ª séries, enquanto que na área em que hoje (2009) está instalada a maioria dos laboratórios do Campus Florianópolis, ficavam os alunos da 1ª série.

Os internos eram divididos em dois grupos distintos: os veteranos e os bichos. Ser um aluno veterano, principalmente se estivesse cursando a 4ª série, significava, na época, poder desfrutar de total controle sobre os novatos, os chamados bichos. Estes eram submetidos, geralmente, a um processo de intimidação física, forçando-os a fazer tudo o que os veteranos determinassem.

Lavar e passar suas roupas, engraxar seus sapatos, fazer suas camas, medir as dependências do Internato com palitos de fósforos, entre outras, eram algumas das atividades impostas pelos veteranos aos bichos. Submeter os novatos a castigos físicos para delírio e satisfação de alguns, também era normal no Internato. O cocorote, por exemplo, era uma prática bastante utilizada.

“Brincadeiras”, como estas que nos foram relatadas pelo ex-aluno e professor Jucy Cândido da Silva, eram normais entre os alunos do Internato:

“A gente apanhava um paralelepípedo, embrulhava-o num jornal, tornando-o redondo, aproximado ao formato de uma bola de futebol. Para dar uma aparência mais real, pegava-se uma capa de bola de futebol e revestia-se o embrulho com a mesma. Estava pronta a bola de futebol. Escolhia-se alguém, mas quem? Um bicho era mais gostoso! Horário de recreio, pátio lotado e a bola lá, pronta para ser chutada. Um grupo de veteranos, finalmente, escolhia um bicho, ficava a certa distância e dizia: Bicho, chuta essa bola aqui para mim. Quero ver se tu és bom mesmo. O coitado do bicho empreendia uma corrida e dava um cacete na falsa bola. O bicho não dava um grito, mas sim um berro e caía no chão. Logo, logo, estava na enfermaria, sob o delírio da platéia. Quanta maldade!”

“Às vezes, dois alunos queriam brigar, mas um estava com medo do outro. Na Escola, naquela época, ninguém separava os que estavam brigando. Todos gostavam de assistir à briga. Era uma festa. Um delírio! Sabedores do prazer que qualquer briguinta causava à platéia, alguns alunos resolviam pregar uma peça nos colegas de Internato. Um deles pegava um pedaço de pau, lambuzava-o com lama, urina ou fezes humanas e colocavam-se a postos para uma suposta briga. Quando a platéia chegava ao pátio (geralmente essas situações aconteciam no horário do recreio), logo discordava da desigualdade existente entre o brigões: um armado com um pedaço de pau e o outro de mãos limpas. Espera aí, a briga tem que ser no soco, gritava um terceiro, conhecedor de toda a trama. Então o que estava armado, entregava o pedaço de pau para alguém da platéia. Um bicho, é claro, que o segurava justamente na parte lambuzada. Todos riam e o coitado, claro, cheirava a mão e saía correndo para o banheiro. Que festa!”

Tal relacionamento, no entanto, era algo considerado normal pelos alunos, não impedindo que entre eles, na maioria, adolescentes entre 12 e 16 anos, surgissem sentimentos de amizade e de união, principalmente, no momento, em que o nome da Escola estivesse em jogo.

Naquela época, notadamente nas décadas de 40, 50 e 60, os alunos do Internato da Escola, no geral, não eram bem vistos na cidade. Havia uma discriminação bastante acentuada. Eram tidos como marginais, filhos de pobre e sempre comparados aos alunos do Abrigo de Menores e da Escola de Aprendizes Marinheiros. Tal situação motivou muitas brigas entre os alunos da Escola e os de outras instituições de ensino de Florianópolis.

As lideranças nasciam espontaneamente e a elas era dada a tarefa de fazer cumprir a ordem e o respeito dentro do Internato. Para cada série havia sempre dois líderes, com exceção da 1ª série cujos alunos pela cultura disciplinar estabelecida apenas obedeciam às ordens emanadas dos veteranos.

Com o início da transferência da Escola para as novas instalações da Av. Mauro Ramos, em agosto de 1962, o Internato mudou-se para o antigo prédio da rua Almirante Alvim, onde também já se instalara a Casa do Estudante Técnico Industrial, sobre a qual se referiu o Diretor-Executivo da Escola, em 14 de março de 1963, em ofício encaminhado ao Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura “ ... resolver experimentalmente o problema dos moços do interior do Estado que atraídos pela boa fama do Ginásio Industrial e do Colégio Técnico Industrial desta Escola, estavam,

no entanto, impedidos de frequentá-la, por falta de meios de hospedagem ao alcance da média do poder aquisitivo dos pais, houvermos por bem ceder, por empréstimo, uma parte das edificações da rua Almirante Alvim à União Catarinense dos Estudantes Técnicos Industriais, para funcionamento da Casa do Estudante Técnico Industrial”.

Infelizmente, as dificuldades financeiras por que passava a Escola, em 1962, não permitiram que sua Direção-Executiva realizasse investimentos visando à reforma do prédio da rua Almirante Alvim. O Internato, por sua vez, também sofreu as conseqüências desse momento de rigorosa contenção de despesas.

Nos anos seguintes, pela gravidade da situação, o problema relacionado ao Internato e à Casa do Estudante Técnico Industrial passou a ser assunto de pauta de algumas reuniões do Conselho de Representantes.

“Em seguida passa a palavra ao Sr. Diretor para exposição sobre a situação do próprio desta Escola, localizado na rua Almirante Alvim, nº 19, onde funciona provisoriamente a Casa do Estudante Técnico Industrial. O Sr. Diretor expôs detalhadamente as condições precárias em que se encontra aquele prédio, tendo sido condenado pelo Sr. Médico da Escola, conforme relatório enviado à Direção, e que as providências urgentes tomadas pelo Prof. Arlindo Guimarães, quando Diretor-Interino, devem ser ampliadas em grande escala, para que os estudantes ali residentes possam viver em condições humanas. Para tal, propõe o Sr. Diretor que seja alugado um prédio em condições de abrigar os estudantes dos cursos técnicos industriais. Os ginásios serão distribuídos em casas de família, sob regime de pensionato. Com isso, o prédio da rua Almirante Alvim ficaria livre para as reformas necessárias e retornaria à posse da Direção da Escola, que poderia aproveitá-lo para a instalação de cursos que se fazem necessários.” (15/05/63)

“O Sr. Presidente comunica que chegou-lhe ao conhecimento a má situação em que se encontra o Internato, com falta de roupa de cama e outras deficiências de ordem educativa. O estudante Nicolau Miguel de Souza pede a palavra para adiantar que o funcionário que está respondendo pelo Internato fez, mais de uma vez, pedido de roupa de cama à Diretoria, mas até o momento não tinha sido atendido. O Internato abriga noventa e cinco alunos e possui, na rouparia, apenas noventa lençóis.” (06/05/64)

10.2 A Extinção do Internato e do Restaurante

A extinção do Internato tornou-se inevitável: “O Conselho de Representantes da Escola Industrial de Florianópolis, no uso de suas atribuições, reunido em sessão extraordinária de 22 de dezembro de 1964, conforme ata nº 80 da mesma data; Considerando que o atual Internato da Escola não oferece as condições necessárias para uma perfeita assistência aos alunos; Considerando que os recursos orçamentários da Escola não permitiram e nem permitem uma recuperação dentro das necessidades previstas; Considerando ainda que o Serviço de Alimentação é deficitário, não sendo possível, dentro do orçamento, dotação suficiente para seu atendimento, Resolve: Art. 1º Extinguir o Internato e o Serviço de Alimentação (restaurante) da Escola. Art.2º Conceder para o ano letivo de 1965, um total de 50 (cinquenta) bolsas escolares, a título de auxílio aos alunos procedentes do interior do Estado e que se destinem, preferencialmente, aos cursos técnicos industriais mantidos pela Escola.”
(Trecho da ata da reunião do Conselho de Representantes – 22/12/64)

Em reunião realizada, no dia 17 de fevereiro de 1965, o Diretor-Executivo da Escola manifestou ao Conselho de Representantes a sua preocupação com relação à estada, em Florianópolis, dos alunos do ex-internato. O auxílio de 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) concedido pela Escola tornara-se insuficiente, haja vista que as pensões existentes na cidade cobravam valores que se aproximavam a 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Decidiu-se, então, pelo aproveitamento das dependências do antigo Internato (prédio da rua Almirante Alvim) como alojamento e um possível convênio com a Universidade de Santa Catarina com a finalidade de solucionar a questão relacionada à alimentação dos alunos, agravada com o fechamento do restaurante situado no prédio da Av. Mauro Ramos. Tal convênio previa a cessão do espaço e equipamentos do restaurante da Escola para a Universidade. Surgia, assim, o restaurante universitário.

“Inicialmente o Sr. Presidente esclarece que a presente reunião tem por finalidade primordial o exame do empréstimo do restaurante da Escola, atendendo pedido do Magnífico Reitor da Universidade de Santa Catarina. Explica que o empréstimo foi a título precário, para atender uma emergência, solucionando, assim, uma grave crise, gerada com o

fechamento do restaurante universitário.”

(Trecho da ata da reunião do Conselho de Representantes - 23/09/65)

Os alunos-bolsistas da Escola, com a implantação do restaurante universitário, conquistaram o direito de realizarem nesse local suas refeições, usufruindo, em termos de preços, das mesmas vantagens concedidas aos universitários. Tal convênio estendeu-se até início dos anos 70, quando houve o fechamento em definitivo do restaurante.

Em 1966, as dependências do alojamento da Escola, na rua Almirante Alvim, encontravam-se totalmente tomadas por alunos-bolsistas, forçando, como solução paliativa, a instalação de um dormitório nas dependências escolares da Av. Mauro Ramos. Durante esse período, outros locais também serviram de alojamento para os alunos da Escola, entre eles, uma residência na rua Bocaiúva e outra, conhecida por casa amarela, situada nos fundos do prédio da rua Almirante Alvim.

Algum tempo depois, em 8 de março de 1972, no alojamento da Escola, residiam apenas alunos das terceiras séries. Era o fim de um sistema, que por quatro décadas, abrigou em Florianópolis alunos provenientes de todas as regiões do Estado de Santa Catarina e que, segundo o professor Arlindo Guimarães, *“eram meninos com a formação e características interioranas, simples, compenetrados, que deixavam suas famílias e vinham matricular-se na Escola, na condição de aluno subvencionado, imbuídos de um grau de responsabilidade excepcional.”*

11 A Escola Industrial Federal de Santa Catarina

Em 1965, por meio da Lei 4.759, de 20 de agosto do mesmo ano, a Escola Industrial de Florianópolis recebeu a denominação de Escola Industrial Federal de Santa Catarina. Nesse momento, a Direção-Executiva da Escola já vinha, desde agosto de 1964, colocando em prática as primeiras ações voltadas à implantação de um processo de recuperação administrativa, financeira e didático-pedagógica da Instituição; processo que, ao longo dos primeiros quatro anos, foi-se delineando, mas sem muita expressividade e até em condições bastante modestas, em face, principalmente, da escassez de recursos financeiros.

Em 1966, foi implantado o Curso Técnico Industrial de Agrimensura. No ano seguinte, os três cursos técnicos existentes na Escola já absorviam 36% do total geral de alunos matriculados. O quadro de professores estava mais ampliado e bem mais qualificado, com a chegada à Escola dos professores de Cultura Geral, licenciados pela Faculdade de Filosofia de Florianópolis, e também dos primeiros professores de Cultura Técnica, com curso superior concluído ou em fase de conclusão.

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série
Inglês	2		
Português	3	2	2
Matemática	3	3	2
Química		2	2
Física	4	4	
Biologia			2
História	2		
Geografia Regional	2		
Desenho Topográfico	4	4	4
Topografia	4	4	
Geologia e Noções de Geomorfologia		2	
Hidrologia e Hidrografia e Noções de Saneamento			
Topografia e Locação de Vias		2	
Astronomia de Campo			4
Levantamento Cadastrais			3
Legislação de Terras			2
			2

Em 1967, a Escola, além das suas tradicionais oficinas (mecânica de máquinas, fundição, serralheria, tipografia e encadernação, marcenaria, carpintaria e alfaiataria), possuía, também, a oficina de Motores de Explosão e Mecânica de Automóveis, instalada com o objetivo específico de atender à grande demanda de profissionais habilitados para atuarem na área de

conserto e manutenção de automóveis. Nessa época, já se encontravam em pleno funcionamento os dois primeiros laboratórios da Escola: Resistência de Materiais e Tratamento Térmico.

A estrutura administrativa já se encontrava mais ampliada, adaptando-se às novas demandas oriundas do crescimento da Instituição. Havia nesse momento:

- Secretaria Administrativa (Pessoal, Expediente e Protocolo)
- Contadoria (Compras)
- Tesouraria
- Coordenação Geral do Ensino
- Biblioteca

12 A Escola Técnica Federal de Santa Catarina – 1968 a 1986

Em 6 de junho de 1968, por meio da portaria ministerial de Nº 331, a Escola Industrial Federal de Santa Catarina transformou-se em Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

Isso trouxe um novo estímulo à administração do professor Frederico Guilherme Büendgens. Passou-se, então, a enfrentar a crise que se instalara, desde o início dos anos 60, com ações mais concretas, voltadas acima de tudo para a recuperação administrativa e didático-pedagógica da Escola.

12.1 A Administração Büendgens

Na gestão do professor Frederico Guilherme Büendgens, a Escola firmou-se na comunidade catarinense como uma instituição de ensino profissionalizante direcionada para a oferta de cursos técnicos, em nível de 2º grau (atualmente ensino médio).

Em 1969, decidiu-se pela extinção gradativa do curso ginásial por meio da supressão da matrícula de novos alunos na 1ª série. Encerrou-se, também, o ingresso de alunos novos nos cursos técnicos de Mecânica de Máquinas e Desenho Técnico.

Na gestão Büendgens, aconteceu a instalação de quase todos os laboratórios existentes hoje (2009) no Campus Florianópolis.

Outras ações, também não menos importantes, foram sendo desenvolvidas. Elaborou-se um novo organograma administrativo com as categorias funcionais necessárias ao estágio de desenvolvimento da Escola. A figura do Coordenador Geral de Ensino deu lugar à Coordenação Geral de Ensino, à qual vincularam-se os seguintes setores: Material Didático, Escolaridade, Administração das Oficinas, Biblioteca, Alojamento, além dos Coordenadores dos Cursos, Coordenadores das Matérias Técnicas e Correlatas e os Orientadores de Disciplina.

Implantaram-se, também, em 1968, o curso técnico de Eletromecânica e uma Assessoria Técnico-Pedagógica que viria a transformar-se, mais tarde, na Coordenadoria de Supervisão Escolar. Criou-se o Boletim de Serviço para a divulgação e controle dos atos administrativos e relativos ao pessoal da Escola; realizaram-se diversos reparos no prédio, como pintura, colocação do grande letreiro indicativo na fachada do prédio e iluminação de suas dependências internas. Na área social, a Escola projetou-se no Estado com a

participação em feiras e outros eventos.

Nesse ano (1968), a Lei 5.524 regulamentou a profissão de técnico, o que representou uma grande valorização profissional para os egressos da Escola.

Durante o ano de 1969, foram sendo instaladas, junto à Coordenação Geral de Ensino, as Coordenações do Curso Ginásial, dos Cursos Técnicos diurnos e dos Cursos Técnicos noturnos, conforme previsto no organograma do ano anterior.



Sala de desenho -1969. Em pé, professor Oswaldino Algemiro Hoffmann; à esquerda do professor, o aluno Curt Hadlish.

Com o crescente inter-relacionamento entre Escola e empresa, houve a necessidade de racionalizar os contatos, principalmente, no que se referia ao agenciamento e acompanhamento dos alunos, em seus estágios curriculares. O serviço de relações públicas, recém implantado, passou a cuidar dessa área, além de toda a divulgação das atividades da Escola. Instalou-se o laboratório de Eletrotécnica.

Em 1970, foram reformulados todos os currículos e programas de ensino, adotando-se nova sistemática nos estágios. No plano administrativo, foram instaladas as Superintendências de Ensino e de Administração; a primeira

com o objetivo específico de supervisionar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos setores subordinados à Coordenação Geral de Ensino. Foram implantados os laboratórios de Eletrônica, Física e Química.



Oficina de Tipografia. Em pé, à esquerda, o professor Ari da Cunha Ocampo Moré – 1968

Em 1971, com o objetivo de facilitar a matrícula de alunos do interior do Estado, abriram-se inscrições para o exame de seleção, em diversos municípios catarinenses. Implantou-se a sistemática dos conselhos de classe, criados com a reforma do ensino, e iniciou-se a instalação dos laboratórios de Metalografia e Metrologia.

Instalou-se a ETAN (Equipe Técnica de Alto Nível) que tinha por finalidade realizar a reestruturação administrativa e a elaboração de um novo organograma para a Escola.

No início da década de 70, as relações entre a Escola e o parque industrial catarinense atingiram um grau considerável de complexidade. Houve, portanto, a necessidade de criar-se um órgão específico dentro da Escola para tratar dessas funções. Em 12 de abril de 1972, foi assinado pelo Presidente do Conselho de Representantes um Termo Aditivo, por meio do qual o Conselho autorizava o Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo a implantar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina o Serviço de Integração Escola-Empresa – SIE-E. A Escola, para fazer frente às despesas resultantes de tal implantação, recebeu do CIE-E de São Paulo a importância

de Cr\$ 112.000,00, cuja primeira parcela foi liberada, no mês de junho, por meio de cheque visado. O primeiro Coordenador do SIE-E foi o professor Mário Roberto Cavallazzi, assessorado pelo professor Randolpho Cunha.

Em função da Lei 5.692, instalou-se em 1972 o Núcleo Comum, com matrícula inicial de 567 alunos. Todos os alunos matriculados no 1º ano escolar passaram a ter o mesmo currículo e programas das demais escolas do Conjunto Educacional de Florianópolis (COEF). Nesse ano, recebeu os certificados de conclusão de curso, a última turma de Eletromecânica.

Em 1973, instalaram-se o laboratório de Resistência dos Materiais e o de Construção Civil. A procura por estagiários pelas indústrias tornou-se bastante significativa. A Escola tinha em média uma oferta de 3 estágios para cada aluno formado. Foi criada uma bolsa-auxílio para os alunos estagiários e intensificou-se o estágio de professores nas empresas. Foram entregues, nesse ano, os certificados de conclusão de curso, às últimas turmas de ginásianos.

Em 1974, foi introduzido o regime semestral, sendo cada semestre denominado “fase”. Foi extinta a cantina da Escola, cujo espaço foi mais tarde transformado em salas de administração. No ano seguinte, o novo regimento, aprovado pela portaria nº 511, trouxe consigo uma nova estrutura administrativa, com as competências de cada unidade da Escola. Implantou-se o primeiro canteiro de obras para as aulas de Edificações.

As Superintendências de Ensino e Administrativa transformaram-se, respectivamente, em Departamento Técnico de Ensino e Departamento Administrativo de Ensino. Em 1976, tais departamentos receberam uma nova denominação: Departamento de Ensino e Departamento de Pedagogia e Apoio ao Ensino.

Em 1978, implantou-se o serviço de elaboração da folha de pagamento de pessoal, por meio do SERPRO – Serviço de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda.

Com relação à edificação de novos espaços físicos, excetuando-se a construção do Ginásio de Esportes, concluído em 1981, no período compreendido entre 1964 e 1985, pouco se fez de significativo na Escola. A maioria das obras de engenharia limitou-se a trabalhos de reforma, adaptação e readaptação de espaços físicos já existentes.



*Ginásio de Esportes – 1985 – treinamento de voleibol.
Na arbitragem, professor Arnildo Barossi.*

O primeiro ônibus (popularmente conhecido por Jaburu) e destinado principalmente ao transporte de alunos nas conhecidas viagens de estudos também foi adquirido nessa gestão.

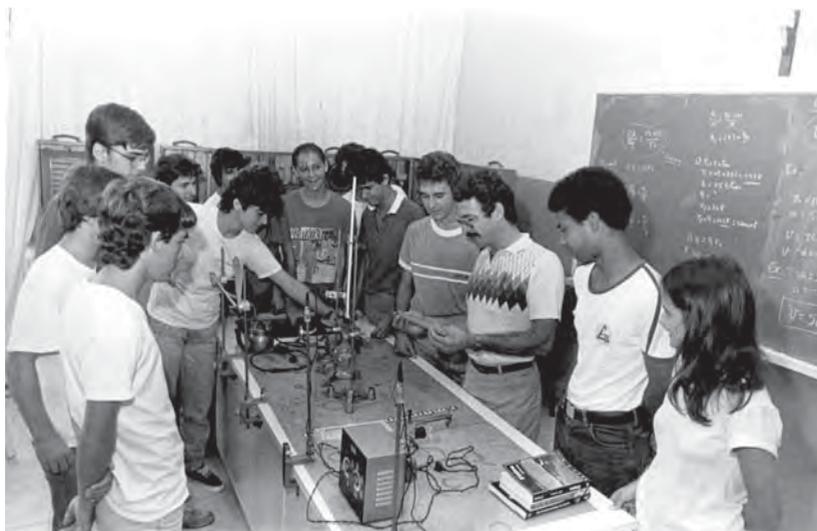
Em termos de atividades artísticas, surgiram, em 1978, o Coral e a Fanfarra da ETF/SC, coordenados, respectivamente, pelo maestro Carlos Lucas Besen e pelo professor Moacyr Ferreira Marques. Com o afastamento do professor Moacyr para a disputa de um cargo eletivo e a sua posterior aposentadoria, a Fanfarra da ETF/SC, que por longos anos abrilhantou com sucesso os desfiles de sete de setembro e outros eventos, entrou num processo de desintegração, sendo extinta em 1993.



*Desfile de 7 de Setembro – Rua Visconde de Ouro preto - Florianópolis - 1982
Fanfarra da ETF/SC.*



Coral da ETF/SC – maestro Carlos Lucas Besen



Alunos do Núcleo Comum em aula no Laboratório de Física. À direita (3º), professor Júnior Biava, 1985.



Alunos do Curso Técnico de Edificações em aula no Laboratório de Solos e Materiais, em 1985.



Laboratório de Eletrotécnica - Florianópolis - 1985. Detalhe: Todos os alunos estão uniformizados.



Professores do Curso Técnico de Mecânica, em 1987. Em pé, José Tadeu Arante. Sentados (direita para esquerda): Sadir Tomasi, Vilmar Coelho, Hélio Ormeu Ribeiro, Marcelo Martins, Conceição Garcia Martins, Alzir Feancisco Krauss, Bernardo João Rachadel e Bruno Manoel Neves.

Em 1985, a Escola mantinha, em pleno funcionamento, seis cursos técnicos regulares, em nível de 2º grau (atualmente ensino médio): *Agrimensura* (1966), *Mecânica* (1968), *Edificações* (1969), *Eletrotécnica* (1971), *Estradas* (1978) e *Saneamento* (1984).

No relacionamento político com professores e servidores administrativos, a administração do professor Frederico Guilherme Büendgens acompanhou os ditames de Brasília - ações centralizadas, pouca liberdade de expressão e repressão a qualquer tipo de ação que contrariasse o sistema político vigente naquele momento.

A partir do final da década de 70, atingindo seu ápice em meados do primeiro semestre de 1986, um certo comodismo administrativo foi, aos poucos, tomando conta da administração Büendgens. Recursos financeiros já não tão generosos, crescente descontentamento da comunidade escolar para com a situação política do Brasil e as quase duas décadas de gestão foram os principais responsáveis por essa acomodação. Em decorrência, foram-se perdendo espaços importantes e deixando de conquistar outros de relevante significado para o desenvolvimento da Escola.

12.2 As Eleições para Diretor-Geral da ETF/SC

Decorridas duas décadas de regime militar, os brasileiros lutavam desesperadamente pelo estabelecimento de um estado democrático. Eleições diretas-já para a escolha de seus governantes era a principal reivindicação da população.

Em 15 de janeiro de 1985, foi eleita pelos membros do Colégio Eleitoral a coligação PMDB-PFL, denominada Aliança Democrática - Tancredo Neves para Presidente da República e José Sarney para Vice-Presidente. Com a morte de Tancredo Neves, às vésperas de sua posse, assumiu a presidência o vice-presidente eleito, inaugurando, assim, a chamada Nova República. José Sarney extinguiu o Colégio Eleitoral e restabeleceu a eleição direta para a presidência da República.

Na Escola Técnica Federal de Santa Catarina, o clamor por mudanças já se fazia sentir havia algum tempo. Mudanças essas que, no entendimento de professores, administrativos e alunos, passariam, primeiramente, pela escolha de um novo diretor-geral para a ETF/SC, por meio de eleições diretas. O atual diretor, professor Frederico Guilherme Büendgens, nesse importante momento da história da Escola, ainda resistia a qualquer proposta de mudança.

No dia 20 de dezembro de 1985, numa assembléia de servidores,

convocada pela presidência da Associação dos Servidores da Escola, foi oficialmente instalado todo o processo reivindicatório que, durante as semanas seguintes, esteve caracterizado por um clima de confronto, acusações, radicalismo e com a intervenção, inclusive, de parlamentares catarinenses que procuravam, naquele momento, se colocarem como intermediários no processo de negociação de uma solução para o problema.

O Jornal “O Pulgão”, vinculado à Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de Santa Catarina - ASETEFESC, em sua segunda edição, publicada logo após a assembléia do dia 20 de dezembro, trouxe a posição da diretoria da associação sobre a situação: *“Nosso objetivo é uma definição, clareza e união em termos de Escola e MEC para a escolha do nosso futuro diretor. Queremos enfatizar que não pensamos em abrir mão desse direito, e que a forma desta escolha seja elaborada por nós associados. As forças que admitiam e demitiam em épocas repressivas, estão agora fracas, e não passa pela nossa cabeça que nos seja imposto de cima para baixo o nosso novo diretor, porque através da lista tríplice, a forma que nos está sendo imposta, é uma verdadeira farsa. Enquanto o governo fala em democracia, aqui na Escola não a temos.”*



Diretoria da Associação dos Servidores da ETF/SC. Sentados (da esquerda para a direita): Jânio Rodrigues Lopes, Curt Hadlish e Nilton Hinkel. Em pé (da esquerda para a direita): Norberto Moro, Esther Ignez Vieira Livramento, Daniel Berger, Ester Eloisa Addison, Acedino Generoso Vieira, Edson Salvador (presidente), Ivan Schmitz, Fernando Carreirão e José Carlos Pontes.

A pressão exercida sobre a direção da Escola continuou intensa, interrompida, apenas, com a chegada das férias de janeiro.

O ano letivo de 1986 teve seu início e com ele o retorno das discussões relacionadas ao processo eletivo para a escolha do próximo diretor-geral da ETF/SC. No dia 21 de março daquele ano, finalmente, o Conselho Técnico-Consultivo aprovou por unanimidade uma proposta de Resolução sobre uma possível consulta à comunidade escolar visando, posteriormente, à composição de uma lista tríplice a ser enviada ao Ministério da Educação.

A consulta foi realizada, sem maiores incidentes, no dia 4 de abril de 1986. Não houve inscrições prévias de nomes ou chapas. Os votos puderam ser conferidos não só àqueles candidatos declarados, como também, a qualquer outro servidor da Escola. Por segmento, assim manifestou-se a comunidade escolar:

DOCENTES

<i>Votados</i>	<i>Nº de votos</i>	<i>Porcentagem</i>
Alfeu Hermenegildo	103	57,5
Querino Alfredo Flach	79	44,1
Ciro Sebastião Sanford Vasconcelos	65	36,3
Curt Hadlich	61	34,0
Zulmar João Quadro	59	32,9
Cláudio de São Plácido Brandão	58	32,4
Orildo José Cândido	36	20,1
Paulo Borges Verani	5	2,7
Frederico Guilherme Büendgens	2	1,1
Anésio José Macari	2	1,1

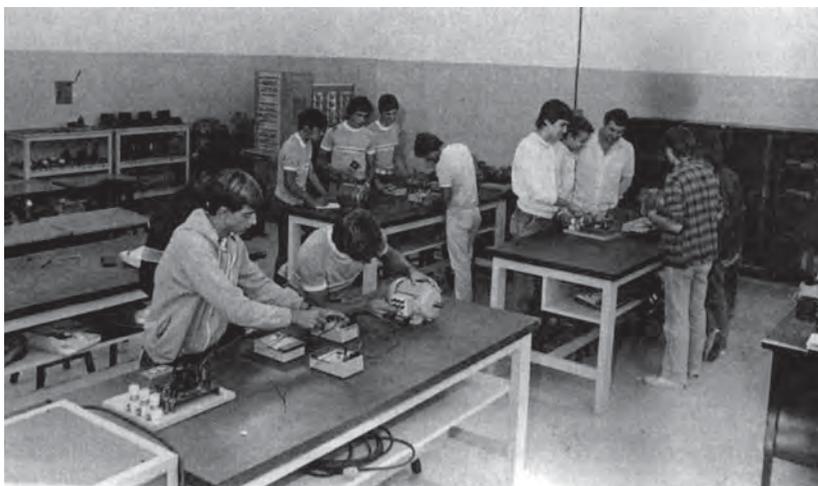
ADMINISTRATIVOS

<i>Votados</i>	<i>Nº de votos</i>	<i>Porcentagem</i>
Querino Alfredo Flach	103	53,7
Curt Hadlich	69	35,6
Alfeu Hermenegildo	68	35,0
Orildo José Cândido	66	34,0
Zulmar João Quadro	63	32,4
Cláudio de São Plácido Brandão	62	31,9
Ciro Sebastião Sanford Vasconcelos	44	22,6
Eloy João Losso	13	6,7
Paulo Borges Verani	2	1,0
Dalva Bastos Walttort	2	1,0

DISCENTES

<i>Votados</i>	<i>Nº de votos</i>	<i>Porcentagem</i>
Curt Hadlich	1210	69,5
Querino Alfredo Flach	1185	68,1
Cláudio de São Plácido Brandão	1019	58,5
Alfeu Hermenegildo	367	21,0
Zulmar João Quadro	254	14,5
Ciro Sebastião Sanford Vasconcelos	196	11,2
Paulo Borges Verani	114	6,5
Orildo José Cândido	105	6,0
Luís Silveira Andrade	14	0,8
Izeu Ribeiro de Araújo	14	0,8

Concluída a consulta, o Conselho Técnico-Consultivo reuniu-se no dia 7 de abril para definir a lista tripla que ficou constituída pelo candidato mais votado no segmento docentes, professor Alfeu Hermenegildo; pelo candidato mais votado no segmento administrativos, professor Querino Alfredo Flach; e pelo mais votado no segmento discentes, professor. Curt Hadlich.



Laboratório de Máquinas Elétricas – 1985 – Florianópolis. Ao fundo, de guarda-pó, o professor Anésio José Macari.

A decisão do Conselho Técnico-Consultivo, na época, foi bastante contestada por uma parte da comunidade escolar que entendia ter sido quebrado um acordo verbal firmado entre os candidatos. Acordo que

previa, segundo esse segmento da comunidade, a indicação dos nomes dos candidatos mais votados, nos três segmentos, para a composição da lista tríplice. De acordo com o pensamento dos que contestaram a decisão do Conselho, caso tal acordo tivesse sido mantido pelos conselheiros, os nomes indicados pela ordem de votos recebidos teriam sido os de Querino Alfredo Flach, Curt Hadlich e Cláudio de São Plácido Brandão.

Dias depois, dos três candidatos que constituíram a lista tríplice oficial, o MEC optou pela indicação do professor Alfeu Hermenegildo, o candidato mais votado entre os docentes. Encerravam-se, assim, os 22 anos de administração do professor Frederico Guilherme Büendgens.

Segue o trecho de uma entrevista concedida pelo candidato Querino Alfredo Flach ao Jornal O Pulgão, em dezembro de 1985.

“Eleição é sempre um processo salutar. É a oportunidade em que todos são absolutamente iguais. O voto do Presidente da República conta tanto quanto o do mais humilde cidadão. O voto do diretor e do professor vale exatamente o que soma o do servidor e o do estudante. Mas o fundamental mesmo eu chamaria de delegação. A comunidade que elege delega poderes ao escolhido e dele cobrará o cumprimento, à risca, de suas obrigações. Meu caro repórter, sublinhe bem isto: um diretor eleito, livre e democraticamente, na terá apenas obrigação e compromisso com o Presidente e o Ministro que o nomeiam. Terá mais responsabilidade – que lhe será cobrada no dia-a-dia da convivência na Escola – terá, repito, o compromisso maior com os alunos, servidores e professores que nele depositaram sua confiança e esta há que ser respeitada e retribuída.”



Ginásio de Esportes - 1985.

13 A Escola Técnica Federal de Santa Catarina – 1986 a 2001

No período de 1986 a 2001, nas gestões de Alfeu Hermenegildo (1986), Soni de Carvalho (1994) e Juarez Pontes (1999), a então Escola Técnica Federal de Santa Catarina conquistou sua maturidade política, didático-pedagógica e administrativa.

13.1 A Democratização da Escola

A democratização do processo político-administrativo-pedagógico foi uma das conquistas desse período. Uma democracia, no início, ainda, muito frágil, impregnada de ranços autoritários de um passado recente, mas que, com o passar do tempo, foi se aprimorando e se consolidando na Escola.

As ações administrativas e didático-pedagógicas, aos poucos, descentralizaram-se; a comunidade escolar resgatou o direito de participar, de se organizar, de decidir. Todos os cargos administrativos passaram a ser ocupados por servidores escolhidos por meio de eleições livres. O processo de escolha do servidor para ocupar o cargo de diretor-geral, por meio de uma simples indicação político-partidária, foi sendo substituído por uma consulta à comunidade escolar.

Nesse período, criaram-se os conselhos, os colegiados. A análise, a reflexão, a discussão passaram a ser tarefas da comunidade escolar e tomaram-se obrigatórias nas etapas que antecediam à tomada das grandes decisões, principalmente, quando estas estavam relacionadas a áreas importantes, como, por exemplo, a de ensino.

No transcorrer desses anos, aconteceu a expansão da Escola para além das fronteiras do município de Florianópolis, acompanhada de outras mudanças que, paulatinamente, foram definindo um novo cenário para a Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

13.2 A Criação e Implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de São José

Por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, criado pelo Governo Federal, em 1986, foi atribuída à Escola Técnica Federal de Santa Catarina a tarefa de implantar, no município de São José, a sua primeira unidade de ensino descentralizada.



Casarão - primeira sede da Unidade São José

Dificuldades imensas estiveram presentes no decorrer de todo o processo de implantação da UnEd -SJ. A falta de equipamentos e espaços físicos adequados e a inexistência de um quadro de pessoal efetivo, no entanto, não foram suficientes para impedir a realização, um pouco precipitada, do primeiro exame de classificação, em 12 de dezembro de 1987, que serviu para indicar as primeiras turmas de alunos dessa Unidade.

Coube à direção-geral da ETF/SC optar pela implantação provisória da Unidade. Nesse processo, a Prefeitura Municipal de São José teve papel decisivo, alugando um prédio situado na rua Constâncio Krummel, n. 1937, onde, em 14 de março de 1988, após a realização de uma série de reformas e adaptações, teve início o ano escolar para os primeiros 264 alunos matriculados nos cursos técnicos de Refrigeração e Ar Condicionado e de Telecomunicações. Nesse momento, o sistema de ingresso era anual. Mais tarde, a Unidade São José aderiu ao sistema semestral (fases).

Foram contratados professores e funcionários administrativos, sem nenhum vínculo empregatício, o que motivou, após a realização do primeiro concurso público, em 1990, a impetração, por parte desses funcionários, de uma ação trabalhista contra a Escola, tendo, ao final, sido concedido ganho de causa a todos os impetrantes.

A coordenação de todo esse processo administrativo transitório esteve

sob a responsabilidade do professor Telmo Luiz Luz, assessorado pelos professores Orildo José Cândido e Glauco Rodrigues Correia.

Ao final de 1988, a ausência de material pedagógico e de espaço físico adequados ainda era sentida. Pranchetas, banquetas, réguas faltavam às aulas de Desenho, enquanto que as aulas de Solda eram ministradas em Florianópolis, aos sábados à tarde, com baixo rendimento e muita desmotivação por parte dos alunos.



Unidade São José

Em 1990 a, então, UnED/SJ transferiu-se para o prédio situado na rua Raulino Gerlach, construído num terreno de 10.000m², com área coberta de 6.220m², assim distribuídos: Direção (121m²), Administração (567m²), Pedagogia e Apoio Didático (3.587m²) e Vivência e Apoio ao Estudante (1.945m²). As atividades escolares e administrativas, agora em instalações definitivas e modernas, iniciaram com um quadro de pessoal efetivo composto de 48 professores e 112 técnicos-administrativos. O total de 650 alunos já demonstrava, nesse momento, o significativo interesse da comunidade josenense pelos dois cursos técnicos oferecidos pela Unidade: Telecomunicações e Refrigeração e Ar Condicionado.

A inauguração oficial das instalações da UnED/SJ só aconteceu, no entanto, em 19 de abril de 1991, na presença do Ministro da Educação

Carlos Alberto Chiarelli, do Secretário de Educação Média e Tecnológica João Manoel de Souza Peil, do Diretor da ETF/SC Alfeu Hermenegildo e do primeiro diretor da UnED/SJ, professor Juarez Pontes.

Somente, em 4 de setembro de 2003, foi publicada no diário oficial da União a portaria de nº 2.359, de 3/09/2003, que autorizava o funcionamento da UnED de São José.

Na Unidade de Ensino Descentralizada de São José (atual Campus São José) sempre se manteve um estilo de administração bastante participativo, o que ajudou, em muito, a construir e solidificar o processo democrático na ETF/SC.

Passaram-se vinte anos. Em 2008, *“A Instituição direciona sua atuação/intervenção para a necessária qualidade na formação dos profissionais que capacita, como também procura estruturar o perfil dos profissionais em função das necessidades e carências do mundo do trabalho que circunda a Instituição*

A atualização e modernização da Instituição se efetivam pelas mudanças curriculares nos cursos técnicos, nos cursos de graduação tecnológica e nos cursos de pós-graduação lato sensu existentes, bem como na ampliação de novos cursos.” (Fonte: www.sj.ifsc.edu.br)

13.3 A Criação e Implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul

A descentralização e a expansão da, então, Escola Técnica Federal de Santa Catarina estenderam-se, também, ao norte catarinense. Em 1994, ainda, na gestão do diretor-geral da ETF/SC, professor Alfeu Hermenegildo, surgia a Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria Ministerial n.º 724, de 13/05/94, assinada pelo então Ministro da Educação, Sr. Murilo Avellar Hingel e publicada no Diário Oficial da União, de 18 de maio de 1994.

A Unidade instalou-se no prédio onde funcionava o “Centro Interescolar de 1º Grau Mário Krutzsch”, imóvel doado à União pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Em seu processo de implantação, a UnED/JS passou por sérias dificuldades. Iniciou suas atividades em julho de 1994, sem um quadro efetivo de servidores e sem orçamento próprio. O corpo docente e administrativo, nesse momento, era formado por oito professores e dois funcionários admi-



Unidade Jaraguá do Sul. As atividades escolares e administrativas tiveram seu início no prédio à esquerda.

nistrativos, sem nenhum vínculo empregatício com a ETF/SC, todos cedidos, por convênio, pela Prefeitura de Jaraguá do Sul e por um outro funcionário administrativo oriundo de Florianópolis.

“Colocaram um molho de chaves em minhas mãos, um prédio vazio e nada mais.”, dizia o professor José Maria Nunes, primeiro diretor da Unidade.

A Unidade, mesmo sem condições de funcionamento, abriu, no período de 05 a 14/05/94, as inscrições para o primeiro teste de seleção de alunos, realizado em 14/05/94. Dos 372 candidatos que participaram do teste de seleção, 95 se matricularam no Núcleo Comum: 40 no turno vespertino e 45 no turno noturno. As atividades letivas iniciaram em 18/07/94. Optou-se pelo sistema de ingresso semestral.

Foram, também, instituídos dois cursos técnicos: Eletromecânica (autorizado pela Portaria n.º 863 de 11/06/94) e Têxtil (reconhecido pela Portaria n.º 92, de 31/11/98 para as turmas que iniciaram em 1995 e pela Portaria n.º 23, de 18/05/99 para as turmas que ingressaram após o ano letivo de 1995.)

Nesse momento, segundo semestre de 1994, a professora Soni de Carvalho já assumira a direção geral da ETF/SC, em substituição ao professor Alfeu Hermenegildo. No início da nova gestão, ficou claro que o relacionamento

entre a recém-empossada equipe diretiva da ETF/SC e a direção da Unidade de Jaraguá do Sul não seria tranqüilo.

Diante das constantes cobranças por parte da direção da Unidade e dos problemas que se multiplicavam a cada dia, a direção geral entendia que a “batata quente” deixada em suas mãos caracterizava-se como um ato de irresponsabilidade administrativa da gestão anterior. Não se conseguia, por mais que tentasse, em Brasília, a solução para os problemas da UnED/JS. Dizia-se, na época, que a causa de todo o embrulho administrativo estava na forma como a UnED/JS fora criada, ou seja, por uma portaria ministerial e não por um decreto presidencial.

Em dezembro de 1994, realizou-se um concurso público, mas, em 1995, apenas 9 docentes foram efetivados.

Em 1997, o professor José Maria Nunes deixou a direção da Unidade. Em seu lugar, assumiu o professor Edilson Bories Tarachucki, mais afinado com a política de administração implantada pela atual direção geral da ETF/SC.

Com a realização de outros concursos públicos, a UnED/JS passou a contar, a partir de abril de 2003, com 19 docentes efetivos, 9 docentes substitutos e 1 técnico administrativo.

Decorridos, no entanto, 9 (nove) anos de sua criação, a UnED/JS, ainda, nesse momento, não contava com uma equipe de técnicos-administrativos.

Em 2004, implantou-se na Unidade o curso técnico de Moda e Estilismo: *“Este é o primeiro curso de moda do CEFET-SC. Os alunos serão capacitados para a criação de coleções, organização de desfiles, elaboração de cartela de cores e dossiês de moda. Para o professor Anjeeri Luiz Sadzinski, o curso pode tornar Santa Catarina um pólo irradiador de estilistas:*

- O nosso curso está bem estruturado, com um corpo docente capacitado e laboratórios para aplicação prática, vai formar estilistas que atenderão não só às demandas das comunidades de Jaraguá do Sul e Santa Catarina, como também dos outros Estados, satisfazendo ao mesmo tempo o anseio de muitos jovens que se identificam com a área, explica Sadzinski.”

Fonte: Boletim Informativo do CEFET-SC – 2004

Em 2005 *“iniciou-se a reestruturação dos dois cursos mais antigos, o que resultou na opção por dois novos cursos no setor eletromecânico: Curso Técnico de Mecânica Industrial e Curso Técnico de Eletrotécnica, além de um Curso Técnico Têxtil (Malharia e Confecção) com mais um*

módulo, para atender as sugestões dos alunos, docentes e das empresas do ramo.” (Fonte: Página oficial do Instituto Federal de Santa Catarina - IF-SC).

O quadro de pessoal da UnED/JS só foi aprovado em 2005, com 40 vagas para docentes e, aproximadamente, 40 vagas para técnicos administrativos.



Desfile do Curso de Moda e Estilismo - Unidade Jaraguá do Sul.

“Em 2005, 2006 e 2007, a Unidade de Jaraguá do Sul recebeu um incremento de recursos financeiros oriundo de emendas parlamentares, o que gerou uma ampliação de sua área, que atualmente é de 5.100 m², com 15 salas de aula, e também na sua composição laboratorial, com aquisição de inúmeros equipamentos para os 19 laboratórios. Também, nesses anos, realizaram-se novos concursos públicos para completar as vagas do quadro aprovado: atualmente, são 40 docentes efetivos e 34 técnicos administrativos.” (Fonte: Página oficial do Instituto Federal de Santa Catarina - IF-SC)

13.4 A Implantação da Coordenação do Curso Técnico de Enfermagem - Joinville

No ano de 1994, em continuidade à política de expansão, a então Escola Técnica Federal de Santa Catarina chegou à cidade de Joinville. Em parceria com o Hospital Dona Helena, deu-se início ao funcionamento do Curso Técnico de Enfermagem, autorizado pela Portaria Nº 862, de 11 de julho de 1994.

“Nessa parceria, o Hospital cedeu as instalações e equipamentos e a Escola, por seu lado, disponibilizou o quadro de docentes, como também proporcionou a concepção, desenvolvimento e implementação da estrutura curricular do curso.” (Fonte: Página oficial do Instituto Federal de Santa Catarina - IF-SC)

Até 1998, a estrutura administrativa instalada em Joinville passou por várias denominações: “Coordenação de Curso”, “Unidade Especial” e a partir daí Gerência Educacional de Saúde de Joinville, todas vinculadas à estrutura administrativa de Florianópolis. No período de 1994 a 2004, foram diplomados 518 técnicos de enfermagem.

Encerrada a parceria com o Hospital Dona Helena, a então Gerência Educacional de Saúde de Joinville transferiu-se para um prédio cedido pelo Sindicato dos Mecânicos, localizado no bairro Costa e Silva.

A professora Juraci Maria Tischer esteve à frente da Coordenação do Curso Técnico de Enfermagem (22/04/96 a 06/06/97), da Coordenação da Unidade Especial de Joinville (06/06/97 a 29/12/98), da Gerência Educacional de Saúde de Joinville (29/12/1998 a 06/06/2001) e como Coordenadora do Núcleo da Gerência Educacional de Saúde de Joinville, no período de 09/05/2002 a 06/05/2005. A professora Rosane Aparecida do Prado assumiu o cargo de gerente, no período de 21 de maio a 17 de setembro de 1999, e a professora Ondina Machado, também gerente educacional, no período de 12/03/2003 a 07/12/2006.

13.5 O Sistema ETF/SC

O ano de 1998 trouxe consigo uma grande novidade. Criou-se, nesse ano, o Sistema ETF/SC, constituído de três unidades de ensino: Florianópolis, São

José, Jaraguá do Sul, mais a Gerência Educacional de Saúde de Joinville.

Pela primeira vez, a Escola situada em Florianópolis passava a ser considerada unidade de um sistema, a exemplo do que já acontecia com as unidades de São José e Jaraguá do Sul. A professora Waléria Kulkamp Haeming tornou-se a primeira diretora dessa nova unidade.

A diretoria-geral do Sistema ETF/SC permaneceu, no entanto, instalada na Unidade de Ensino de Florianópolis que, por isso, também, era denominada de Unidade-Sede do Sistema. O primeiro diretor-geral do Sistema ETF/SC foi o professor José Tadeu Arante.

13.6 Os Cursos Técnicos Pós - Médios e Pós-Técnicos

Nesse período de revitalização administrativa e didático-pedagógica, iniciado em 1986, foram implantados na, então, Escola Técnica Federal de Santa Catarina mais seis cursos técnicos regulares, em nível de 2º grau (atualmente ensino médio): *Eletrônica* (1987), *Refrigeração e Ar Condicionado* (1988 – UnED-SJ), *Telecomunicações* (1988- UnED-SJ), *Eletromecânica* (1994 – UnED-JS) e *Têxtil* (1994 – UnED-JS).

Em 1990, mais uma novidade. Uma outra modalidade de curso técnico começava a ser implantada na ETF/SC. Tratava-se dos cursos técnicos pós-médios (atualmente conhecidos por subseqüentes), de um ano e meio a dois anos de duração em média, e destinados aos alunos egressos do ensino médio ou, até mesmo, dos próprios cursos técnicos regulares oferecidos pela ETF/SC.

O primeiro curso técnico pós-médio implantado na ETF/SC foi Segurança do Trabalho (1990), seguido de: *Eletromecânica* (1994 –UnED-JS), *Enfermagem* (1995 – Joinville), *Edificações* (1995), *Refrigeração e Ar Condicionado* (1995 –UnED-SJ), *Informática* (1996)*, *Eletrotécnica* (1997 - Florianópolis), *Estradas* (1998), *Hotelaria* (1998), *Turismo* (1998), *Mecânica* (1998), *Radiologia Médica – modalidade radioterapia* (1998), *Refrigeração e Ar Condicionado – ênfase em automação e controle* (1998 – UnED-SJ), *Saneamento* (1998), *Telecomunicações* (1998 – UnED-SJ) e *Telecomunicações – ênfase em rede de computadores* (1998 – UnED-SJ).

Nos anos de 1997 e 1998, foram também implantados na ETF/SC os cursos denominados pós-técnicos: *Automação Industrial* (1998), *Enfermagem* –

* Processamento de Dados foi a primeira denominação do Curso Técnico de Informática

especialidade em segurança do trabalho (1998), *Equipamentos Médico-Hospitalares* (1998), *Sistemas Microprocessados* (1998– Florianópolis e UnED-SJ) e *Auxiliar de Eletrônica* (1997). Tais cursos funcionavam como uma espécie de especialização. Atualmente, todos extintos.

13.6.1 A Extinção dos Cursos Técnicos Regulares e a Implantação do Ensino Médio

No primeiro semestre do ano 2000, todos os cursos técnicos regulares, em nível de 2º grau, ministrados em todas as Unidades de Ensino da ETF/SC, foram declarados extintos. Tal decisão deveu-se à implantação oficial na ETF/SC, no primeiro semestre de 2000, da Reforma da Educação Profissional que, entre outras coisas, também, criou o curso de Ensino Médio, totalmente desvinculado dos cursos técnicos.

Tal situação provocou na comunidade escolar manifestações diferentes. Enquanto, de um lado, diretores, alguns técnicos em educação e parte dos professores aplaudiam a iniciativa; do outro lado, os contrários à implantação da reforma da educação profissional demonstravam todo o seu descontentamento. Não aceitavam, por exemplo, a extinção dos cursos técnicos regulares.

Entendiam que os novos cursos técnicos, com duração de um ano e meio a dois anos, estavam fadados ao fracasso e temiam pela qualidade do profissional formado em tais cursos. Não concordavam, também, com a implantação de um curso de ensino médio, pois, segundo eles, isso mudaria em muito o perfil do alunado, além de considerarem uma decisão descabida, por ser a então ETF/SC uma instituição de ensino profissionalizante.

Cursos Técnicos	Ano	Local	Extinção
Agrimensura	1966	Florianópolis	2000
Mecânica	1968	Florianópolis	2000
Edificações	1969	Florianópolis	2000
Eletrotécnica	1971	Florianópolis	2000
Estradas	1978	Florianópolis	2000
Saneamento	1984	Florianópolis	2000
Eletrônica	1987	Florianópolis	2000
Refrigeração e Ar Condicionado	1988	São José	2000
Telecomunicações	1988	São José	2000
Eletromecânica	1994	Jaraguá do Sul	2000
Têxtil	1994	Jaraguá do Sul	2000

No início de 2001, os cursos técnicos pós-médios (atualmente

subseqüentes) já existentes na ETF/SC foram reestruturados de acordo com as áreas profissionais e de conhecimento, com currículos voltados para a competência profissional e para a disposição do aprender sistemático. A organização curricular de tais cursos sistematizou-se por meio de módulos (projetos interdisciplinares, contextualização, eixos temáticos), certificação de competência e avaliação por competência.

Alguns cursos tiveram seus nomes modificados, outros foram extintos e outros surgiram no cenário de cursos da ETF/SC. Era a Reforma da Educação Profissional, sendo oficializada, em toda a sua extensão.

13.7 A Ampliação e Recuperação do Espaço Físico, Mudanças e Conquistas

Nesse período (1986 a 2001), novas obras foram edificadas; entre elas, destacamos as mais importantes: um novo bloco de salas de aula, um novo ginásio de esportes, os ambientes pré-moldados destinados ao núcleo de pesquisa e extensão (Florianópolis) e as novas instalações da Unidade São José.

Em Florianópolis, também foram realizadas importantes obras de infraestrutura e urbanização, como a troca do piso de todos os ambientes internos, a pavimentação das áreas externas, a revitalização da praça e a drenagem das águas pluviais, eliminando de uma vez por todas os sucessivos alagamentos dos ambientes térreos, quando da ocorrência de fortes chuvas.

Ainda, nesse período, incentivou-se e conquistou-se o aumento do nível de capacitação de recursos humanos; implantou-se a informática na administração e no currículo escolar; desenvolveu-se a pesquisa e implementaram-se trabalhos de extensão, com destaque para o período compreendido entre 1994 e 1998.

Em 18 de fevereiro de 1988, implantou-se a Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina. A FETESC, nesse momento, dentre tantos outros objetivos, tornou-se o órgão regulador de todo o processo de prestação de serviços desenvolvido na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Os recursos financeiros provenientes da FETESC viabilizaram grandes projetos e, até mesmo, o dia-a-dia da Escola.

Em 1998, o então Presidente da FETESC, professor Vilmar Coelho e o diretor pró-tempore da ETF/SC, professor José Tadeu Arante, afirmavam, respectivamente:

“Viabilizar. Esta parece ser a melhor palavra para definir o papel

que a Fundação do Ensino Técnico (FETESC) assume hoje junto à Escola Técnica Federal (ETF/SC) e à comunidade externa. Viabilizar os programas de extensão, as atividades de pesquisa e a prestação de serviços. Viabilizar a própria Escola, que já não pode depender somente dos recursos do governo federal.”

“Hoje a Fundação viabiliza a ETF/SC, principalmente, em situações de corte de orçamento do governo. São recursos gerados pela própria Escola, através de seu corpo docente, e que são revertidos para a Instituição. Sem esses recursos muitas aulas em laboratórios hoje estariam suspensas.”



Cadeira de Rodas Comandada por Voz Projeto desenvolvido pelos alunos da turma 088101 do Curso Técnico de Eletrônica Mostra do Potencial Educativo -1997

14 A Criação e Implantação do CEFET-SC

A Lei Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, entre outras providências, transformou, automaticamente, todas as Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei Nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, em Centros Federais de Educação Tecnológica. A implantação ficou, no entanto, condicionada à publicação de decreto presidencial específico para cada centro.

Diante de tal exigência, a direção geral da Escola Técnica Federal de Santa Catarina partiu de imediato para a construção de seu Projeto Institucional de cefetização, em que foram levadas em consideração, principalmente, questões relacionadas às instalações físicas, aos laboratórios e aos equipamentos adequados; às condições técnico-pedagógicas e administrativas e, finalmente, aos recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento do CEFET-SC.

Assim sendo, a partir do segundo semestre de 1994, teve início, junto à comunidade escolar, um processo democrático de discussão e avaliação criteriosa de toda a estrutura administrativa, técnico-pedagógica, física e de recursos humanos em funcionamento, até então, na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Tal trabalho, denominado de Planejamento Estratégico Situacional serviu como mola propulsora na construção do Plano Político Pedagógico, que visava, na realidade, à construção de uma radiografia geral da ETF/SC, que permitisse, ao final, não só detectar os possíveis problemas de ordem estrutural, mas, também, apresentar as linhas norteadoras de um projeto de reestruturação da situação presente, além de projetar a implementação de novas ações voltadas e necessárias à modernização e ao processo de cefetização da Escola.

Podemos afirmar que o Plano Político Pedagógico foi um marco de organização e avanço institucional, sem similar, em toda a história da Instituição que hoje conhecemos por Instituto Federal de Santa Catarina. Concluído em 1996, contou, no transcorrer de seu processo de construção, com a realização de vários eventos de apoio: três congressos, três seminários e encontros, oito palestras de informação e formação, oito apresentações dirigidas à comunidade escolar, inúmeras pesquisas e reuniões. Em 23 de dezembro de 1997, a Escola Técnica Federal de Santa Catarina encaminhou seu Projeto Institucional de cefetização a Brasília para análise e parecer.

Nesse momento, no entanto, o relacionamento entre a direção geral da ETF/SC e a Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC

estava bastante complicado. Os principais pontos geradores dessa falta de entendimento, entre as duas partes, estavam relacionados à implantação da Reforma da Educação Profissional.

“ ... praticamente fomos atropelados pelas publicações do governo federal sobre as reformas do ensino médio e da educação profissional. (...) Paramos, simplesmente paramos. A confusão estava estabelecida. As informações desencontradas; entre o que a imprensa falava e escrevia e o que os assessores discutiam e os técnicos da SEMTEC interpretavam. E quem ficou perdido fomos nós dirigentes e instituições. (...)”

Certamente irão me perguntar: e o cumprimento da portaria 646/97, a Escola ignorou? Eu respondo: Não. Quanto mais lia e estudava a legislação, mais claro ficava que a Escola, naquele momento, já tinha procedido as mudanças necessárias. Ela poderia estar destoando dos discursos políticos do governo e/ou com alguma interpretação técnica não consistente.

O que fiz, enquanto dirigente, foi utilizar o princípio constitucional estabelecido no artigo 5º, item III: ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei.(...)

Mas sei que o grande questionamento é – por que a Escola Técnica Federal de Santa Catarina não reduziu o número de vagas para o ensino médio em 50% no ano de 1998?

Novamente respondo, a lei não indicava essa obrigatoriedade. A portaria 646/97, no caput do artigo 1º, estabelecia um prazo de 4 anos para adaptação das Instituições Federais de Ensino à nova legislação ... (...)

Em nenhum momento, a lei coloca que a redução terá que ser feita em 1998. Esse era um discurso incoerente dentre os de muitos iluminados da SEMTEC/MEC.”

Fala da professora Soni de Carvalho, então diretora geral da ETF/SC, no Seminário sobre Educação Profissional: Tendências e Desafios, realizado na cidade de Curitiba, em 1998.

A partir do 2º semestre de 1998, com a não aceitação por parte do MEC do nome da professora Soni de Carvalho para cumprimento de um mandato pró-tempore, já que seu mandato de quatro anos à frente da direção-geral estava concluído, assumiu, por um período de um ano, em caráter pró-tempore, o vice-diretor, professor José Tadeu Arante. Foi um período administrativo cercado de dúvidas, incertezas; marcado, muito mais, pela expectativa de uma decisão proveniente do MEC, tanto no que se referia

ao processo de cefetização, como também, ao processo de escolha de um novo diretor-geral.

Ao término do primeiro semestre 1999, o diretor-geral (pró-tempore), professor José Tadeu Arante concluiu seu mandato. A situação continuava inalterada. Assumiu, então, a direção-geral da Escola a diretora da Unidade de Florianópolis, professora Waléria Kulkamp Haeming. O clima era de total indefinição, o que já levava a comunidade escolar, a partir do início de 1999, a iniciar um processo de mobilização visando à deflagração de um processo eleitoral para a escolha de um novo diretor-geral para a ETF/SC.

Em 21 de junho de 1999, o Projeto Institucional de cefetização, encaminhado em 1997, foi devolvido à Escola para revisão, sob a alegação *“de cumprimento parcial dos requisitos estabelecidos nos dispositivos legais abaixo referenciados:*

- . *a configuração institucional apresentada pela Instituição frente as exigências estabelecidas no art. 2º,3º,4º e 7º do Decreto nº 2.406/97;*
- . *as condições físicas, de laboratórios e de equipamentos, necessárias à implantação do Centro, se confrontadas com a configuração do inciso I da Portaria Ministerial nº 2.267/97;*
- . *a relação dos cursos a serem ministrados em face dos objetivos institucionais postulados;*
- . *os recursos humanos (docentes e técnicos administrativos) previstos cotejados com o projeto institucional em exame;*
- . *o planejamento financeiro e sua pertinência com os objetivos institucionais de curto, médio e longo prazo;*
- . *a proposta pedagógica apresentada e sua sintonia com o estabelecido nos incisos VIII e IX do art. 2º da portaria nº 2.267/97.”*

(Parecer da Comissão – SEMTEC)

Uma decepção para os integrantes da equipe diretiva, sobretudo, porque, nesse momento, a primeira relação de Escolas cefetizadas já havia sido publicada; relação essa constituída pelos estabelecimentos de ensino de Pelotas, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo, Piauí, Goiás, Alagoas e Paraíba. Santa Catarina, nesse momento, sentia-se discriminada.

Sobre o assunto, assim manifestou-se Tade-Ane de Amorim, em sua dissertação de mestrado:

“A primeira tentativa da ETF/SC transformar-se em CEFET/SC deu-se no ano de 1997, mas seu pleito foi negado pelo MEC. De acordo com alguns professores, a transformação foi negada por perseguição à direção da época, justamente por ela não ter implementado de imediato a reforma do ensino profissional preconizada na nova LDB.” (Tade-Ane de Amorim, Inovação e Mudança Social: Que Desafios para o Ensino Técnico?, pág. 40)

“ Assim, de todas as mudanças decorrentes da Reforma, somente o Artigo 5º do decreto 2.208, determinando que “ a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este”, não foi implementado de imediato na ETF/SC ”. (Tade-Ane de Amorim, Inovação e Mudança Social: Que Desafios para o Ensino Técnico, pág.39)

“Segundo um integrante da direção dessa época, tal postura, que certamente não foi bem vista pelo MEC, foi tomada em função deste Ministério “ colocar a carroça na frente dos bois”, ou seja:

(...) a grande dificuldade dessa reforma foi a questão relacionada a sua implementação. O governo estabeleceu algumas condições e critérios que foram difíceis de serem implementados, pelo fato de não se terem diretrizes orientadoras, não se tinham referências curriculares. O fato de separar o ensino técnico do ensino médio, eu acho que talvez tenha sido o principal fato crítico, que as Escolas não estavam aceitando, inclusive a nossa. Houve grande resistência e a nossa tentou implementar os cursos técnicos ainda de uma forma interligada com o ensino médio. (...) Retardamos por completo essa separação do ensino médio do ensino técnico que o MEC estava impondo, exatamente por que não tínhamos certeza de como seriam os novos cursos técnicos. (...) Nós tentamos retardar e tivemos até sérios problemas com o MEC em função disso.” (Tade-Ane de Amorim, Inovação e Mudança Social: Que Desafios para o Ensino Técnico, pág.39)

Em 3 de agosto de 1999, o Projeto Institucional de cefetização retornou a Brasília, sendo, posteriormente, novamente, devolvido à Escola para a atualização de dados e atendimento às diretrizes da Portaria No 2.267/97. Nesse momento, a direção geral da Escola já estava representada por um outro grupo de servidores, indicado pela maioria da comunidade escolar e liderado pelo professor Juarez Pontes, diretor-geral.

Com relação ao Projeto Institucional de cefetização, foram tomadas pela nova direção geral todas as providências necessárias ao cumprimento das

exigências feitas pela Comissão de Avaliação da SEMTEC. O Projeto retornou a Brasília, em 2000.

Dois anos após, em 27 de março de 2002, finalmente, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial de criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, cujos objetivos estavam bem definidos:

a) ministrar cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros de nível básico da educação profissional;

b) ministrar ensino técnico destinado a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;

c) ministrar ensino médio;

d) ministrar ensino superior, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;

e) oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;

f) realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade.

A partir desse momento, além das já efetivadas, outras mudanças e conquistas sucessivas começaram a compor um novo cenário para a Instituição, agora, denominada Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. Iniciava a gestão da professora Consuelo Aparecida Sielski Santos como Diretora Geral do CEFET-SC.

14.1 Os Cursos Superiores de Tecnologia e o Vestibular

Em julho de 2002, foram implantados no CEFET-SC – Unidade Florianópolis os primeiros cursos superiores de tecnologia: Automação Industrial, Design de Produto e Sistemas Digitais.

Com a implantação desses cursos, ressurgiu, no CEFET-SC, a figura do vestibular; nesse momento, com características bem diferentes em relação àquele instituído, a partir de 1942, com a finalidade de selecionar os alunos para os cursos industriais básicos e de mestría.

O vestibular da era CEFET-SC, cujo modelo de provas foi baseado no modelo desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina, foi realizado,

pela primeira vez, nos dias 18 e 19 de agosto de 2002, na então Unidade Florianópolis. Foram abertas vagas para os seguintes cursos: Automação Industrial (32 vagas), Design de Produto (24 vagas) e Sistemas Digitais (36 vagas).

14.2 A Implantação dos Cursos Técnicos Integrados

A publicação do decreto 5154/04 permitiu a integração dos cursos técnicos com o ensino médio. No CEFET-SC, os trabalhos, nesse sentido, iniciaram, em 2005, com a criação de comissões de estudo por Unidade de Ensino, com a projeção de realização, em julho do mesmo ano, de um seminário sistêmico para definição de diretrizes gerais para as Unidades.

Em Florianópolis, a comissão foi criada pela Direção da Unidade, com o objetivo de analisar e avaliar essa nova modalidade de ensino. Após estudos da legislação, foram realizados quatro seminários de discussão com a comunidade, culminando, em novembro, com a estruturação das Diretrizes da Unidade Florianópolis para os Cursos Técnicos Integrados. As Unidades de São José e Jaraguá do Sul, nesse primeiro momento, não participaram dos trabalhos de implantação do ensino integrado no CEFET-SC.

Em 2006, iniciaram suas atividades, na Unidade Florianópolis, os primeiros Cursos Técnicos Integrados: Edificações, Saneamento, Eletrotécnica e Eletrônica.

14.3 A Implantação do EMJA, do PROEJA e do NAPNE

No primeiro semestre de 2004, uma nova modalidade de ensino foi instituída no CEFET-SC – o EJA. O curso de Ensino Médio para Jovens e Adultos, denominado, nesse momento, de EMJA, iniciou na Unidade Florianópolis, com as seguintes características: Ensino Médio para alunos com idade superior a 21 anos (vinte e um), com período de duração de três módulos (três semestres letivos) e ingresso por meio de sorteio público.

A partir desse momento, um novo perfil de aluno começou a frequentar as salas de aula e laboratórios do, então, CEFET-SC. Homens e mulheres afastados da escola, há bastante tempo, procuravam nesse novo curso a oportunidade de recuperar o tempo e o estudo perdidos.

Em 2005, aconteceu a formatura da primeira turma do curso de Ensino Médio para Jovens e Adultos.

A partir de 2006/1, o EMJA, na Unidade Florianópolis, foi sendo extinto progressivamente, em decorrência do surgimento do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, instituído no ano de 2005, por meio do Decreto de Nº 5478.

Esse decreto determinava que para o semestre de 2006/1, do total de vagas oferecidas no semestre 2005/2 para os cursos técnicos de nível médio e para os cursos superiores de tecnologia, 10% fossem destinados à modalidade de Jovens e Adultos. No CEFET-SC, o PROEJA iniciou em 2006/2, também, na Unidade Florianópolis.

(Adaptação do texto publicado no Boletim Informativo do CEFET-SC, em 02 de setembro de 2005 - Edição nº 138)

Além da implantação do PROEJA, o ano de 2005 também marcou a criação do Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE), mais uma conquista a ser celebrada. A meta desse Núcleo era criar no CEFET-SC uma cultura de aceitação das diferenças, além da quebra das barreiras educacionais e de comportamento.

No segundo semestre de 2005, foi realizado um seminário de apresentação do Núcleo que contou com a participação de servidores das três Unidades. Foram realizadas palestras sobre temas relacionados às deficiências auditiva, visual, motora e aos distúrbios de comportamento.

14.4 A Educação a Distância

A presença da educação a distância na Instituição sempre esteve marcada por ações isoladas. No ano 2000, por exemplo, teve início o Curso de Qualificação Profissional e Básica Introdução à Refrigeração e ao Condicionamento de Ar, desenvolvido pela Unidade São José. Em 2002, na Unidade Florianópolis, outra experiência, considerada na época inédita no Brasil. Tratava-se da implantação do Curso Técnico de Eletrotécnica Profissionalizante, na modalidade a distância.

A partir de 2006, no entanto, essa modalidade de ensino, mesmo enfrentando muitas dificuldades, iniciou seu processo de consolidação com a deflagração de novos desafios. No ano anterior, já havia sido criado no CEFET-SC o Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância.

O primeiro seminário coordenado pelo Núcleo ocorreu no dia 21 de setembro de 2006 com o objetivo de divulgar as experiências em EaD já desenvolvidas no CEFET-SC, estabelecer diretrizes, estimular e fortalecer na

Instituição o desenvolvimento dessa modalidade de ensino, além de divulgar oficialmente à comunidade escolar a adesão da Instituição ao sistema Universidade Aberta do Brasil, criado pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, com a finalidade de promover a interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil, na modalidade a distância.

Em decorrência, foi lançado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância. Na oportunidade, assim manifestou-se sobre o curso o Boletim Informativo do CEFET-SC “ ... *propõe formar profissionais com visão no desenvolvimento de processos de gestão e de novas tecnologias, utilizando ferramentas de gerenciamento, controle e avaliação; atualizar os conhecimentos técnicos, favorecendo a inserção do aluno/servidor no novo contexto profissional e de gestão e proporcionar aos profissionais adquirir visão sistêmica de processos, propondo soluções alternativas melhores no contexto de trabalho e de atendimento.*”

As primeiras seis turmas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância iniciaram suas atividades em 23 de setembro de 2009. Foram 300 alunos (50 em cada turma) matriculados em seis pólos - Jales (SP), Foz do Iguaçu (PR), Cachoeira do Sul (RS), Tapejara, Tio Hugo e São João do Polêsine. As atividades aconteceram em parceria com as prefeituras dessas cidades.

Em 2007, o CEFET-SC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (eTEC Brasil/MEC) que visava à oferta pública e gratuita de cursos técnicos em nível médio na modalidade a distância, o que permitiu, mais tarde, a implantação do Curso Técnico em Informática para Internet.

14.5 A Ocupação do Espaço da Antiga Escola Catarinense de Gastronomia

Em janeiro de 2006, a diretora-geral do, então, CEFET-SC tomou conhecimento de que a União, por meio da Vara Ambiental e Agrária de Florianópolis da Justiça Federal de Santa Catarina, havia solicitado à Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul que a mesma desocupasse o prédio localizado na rua 14 de Julho, 150 – Enseada dos Marinheiros – Coqueiros, no município de Florianópolis.

Tal prédio, construído em terreno de 34.198m² pelo governo federal, fora cedido ao governo catarinense a fim de que o mesmo instalasse nesse local a Escola Catarinense de Gastronomia.

A Escola não decolou e o prédio que fora construído com o objetivo

de abrigar em suas dependências uma escola comunitária, sem a anuência do Patrimônio da União, foi cedido pelo governo estadual à Unisul, uma universidade particular.

A cessão do imóvel, no entanto, não se constituía, nesse momento, na única irregularidade constatada. A existência de um convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Fundação Instituto Nacional de Artes Culinárias (FINAC) permitia o repasse de dinheiro público a uma instituição de ensino particular, no caso a Unisul. Para que isso se viabilizasse, a Unisul cedeu o terreno para a FINAC, totalmente de forma irregular.

Ainda, em janeiro de 2006, o Ministério da Educação fez uma consulta à direção geral do CEFET-SC com a finalidade de saber se havia interesse na ocupação do referido prédio.

Confirmado o interesse, em fevereiro de 2006, a direção geral do CEFET-SC encaminhou ao Ministério da Educação seu plano de ocupação do imóvel, o qual trazia, como compromisso, a implantação, no prédio em questão, de cursos técnicos, de cursos de formação continuada, superiores na área de turismo, além da transferência para o local da diretoria geral do CEFET-SC, até então instalada na Unidade Florianópolis..

No dia 15 de maio de 2006, ocorreu a audiência de conciliação referente à Ação de Interdito Proibitório requerida pela Fundação da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul. Ficou acordado que, no período de 15 a 31 de julho de 2006, a Unisul/FINAC e o FNDE compartilhariam o uso do imóvel. Nesse período, começaram a ser instalados os novos equipamentos adquiridos pelo FNDE em substituição àqueles de propriedade da Unisul/FINAC. Em 31 de julho de 2006, ocorreu a desocupação definitiva do prédio.

Com a saída da Unisul, terreno e instalações pertencentes à União foram transferidos para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina .

No dia 31 de julho de 2006, o Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Gerência do Patrimônio da União de Santa Catarina entregaram as chaves do prédio da antiga Escola Catarinense de Gastronomia à direção geral do CEFET-SC.

Em agosto de 2006, a direção geral do CEFET-SC iniciou sua transferência da Unidade Florianópolis para o prédio situado em Coqueiros, tomando-se a primeira direção geral de um Centro Federal de Educação Tecnológica, no país, a desmembrar-se da Unidade-Sede

14.6 A Expansão do CEFET-SC: Chapecó, Joinville, Continente e Araranguá

Em 2005, o processo de expansão da Instituição para outras cidades catarinenses, iniciado em 18 de março de 1988, com a, então, Unidade Descentralizada de Ensino de São José, ganhou dimensões até aquele momento inimagináveis. Nesse ano (2005), foi lançado pelo governo federal o plano de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

A edição de nº 129, de 1º de julho de 2005, do Boletim Informativo do CEFET-SC registrou, assim, o acontecimento: *“O plano de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica foi aprovado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nesta sexta-feira, em solenidade no Palácio do Planalto, em Brasília. O projeto foi entregue pelo ministro da Educação, Tarso Genro, e pelo presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet), Luís Edmundo de Aguiar. (...) O plano expandirá o ensino técnico para mais de 1.300 municípios. Serão criadas 32 escolas e 54.136 vagas em cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia, gerando cerca de 3.338 novos empregos e um investimento de 70 milhões para construção de escolas ou adaptação das estruturas já existentes.”*

Os efeitos desse plano de expansão chegaram ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, em 2006, com a inauguração de mais três unidades: Unidade Joinville, Unidade Continente e Unidade Chapecó. A Unidade Araranguá foi a última da fase I desse Plano de Expansão, a iniciar suas atividades em Santa Catarina.

14.6.1 A Unidade Chapecó

Em 20 de março de 2006, com a implantação do Curso Técnico de Mecânica, em parceria com a Sociedade Educacional do Oeste de Santa Catarina e a Prefeitura de Chapecó, o, então, Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina chegou ao oeste catarinense.

Coube à prefeitura, a contratação dos professores para o já referido curso técnico cuja coordenação, nesse momento, estava sob a responsabilidade do professor Bernardo João Rachadel, gerente do Departamento de Metal - Mecânica da Unidade Florianópolis.

Os 32 alunos matriculados no Curso Técnico de Mecânica, nesse momento, assistiam às aulas em uma sala emprestada pela Sociedade

Educacional do Oeste de Santa Catarina.

Enquanto isso, em terreno de 15.000m², cedido pela Prefeitura Municipal à Sociedade Educacional do Oeste de Santa Catarina e esta, ao CEFET-SC, tinham início as obras do prédio que abrigaria, mais tarde, as instalações da Unidade Chapecó.

Em 26 de agosto de 2006, foi inaugurada a primeira parte da obra ou primeiro bloco (400m²) - três salas de aula, dois banheiros, uma sala de administração, outra de ensino e um laboratório de informática.

A fim de que a instalação da Unidade Chapecó se consolidasse, vieram da Unidade Florianópolis o Professor Juarez Pontes, nomeado Diretor da Unidade Chapecó pela portaria Nº 271 de 04/08/06; a Técnico-Administrativa Raquel LÍlian Barbi de Cerqueira, nomeada Chefe do Departamento de



Unidade Chapecó - 2008

Administração e Manutenção pela portaria Nº 280 de 07/08/06 e a Técnica em Educação Marilene Salette Damian, nomeada Chefe do Departamento de Desenvolvimento do Ensino pela portaria Nº 272 de 04/08/06.

Nessa oportunidade, foi publicado o edital de concurso público de nº 002/06 que culminou com a contratação de 20 servidores; sendo 13 técnicos-administrativos e 17 professores. Um segundo concurso público (edital Nº 005/06) ocorreu em 22/10/2006, com o objetivo de completar o quadro de pessoal da Unidade.

A infraestrutura da Unidade era bastante precária. No dia 5 de outubro de 2006, o telefone foi instalado, seguido do aparelho de fax, emprestado

pela Unidade Florianópolis. Nesse momento, em termos de mobiliário, existiam apenas duas mesas de computador, uma escrivaninha, três armários e algumas cadeiras e cadeiras escolares, todos doados.

Em novembro de 2006, a Unidade começou a receber o mobiliário e os equipamentos permanentes, como: computadores, impressoras, máquinas de solda, mural, carteiras e cadeiras para sala de aula, bebedouro, geladeira e uma furadeira fresadora.

Na segunda quinzena do mês de novembro, foi montado o laboratório de CAD; em dezembro, iniciada a negociação para o aluguel de um galpão para guardar os equipamentos e servir de laboratório de solda, mecânica e instalações elétricas até que os laboratórios definitivos ficassem prontos.

Em 2007, foi concluído o segundo bloco e realizada a urbanização do estacionamento e do pátio interno. Foi instalada a maioria dos equipamentos e mobiliário do setor administrativo, e foram adquiridos, também, os equipamentos de climatização e redes de telefonia e internet, além da instalação da iluminação pública. Foi implantado, nesse ano, o Curso Técnico de Eletroeletrônica.



Em 2006/2, a Unidade não participou do Exame de Classificação. Em 2007, foram disponibilizadas 128 vagas, assim distribuídas: Mecânica (2007/1- 32 vagas, 2007/2 – 32 vagas). Eletroeletrônica (2007/1 – 32 vagas, 2007/2 – 32 vagas). Registraram-se 746 inscrições em 2007/1 e 407, em 2007/2.

Em 2007, o quadro de servidores da Unidade Chapecó estava, assim, constituído: 21 professores (4 graduados, 3 especialistas, 11 mestres e 3 doutores); 23 técnicos-administrativos (10 técnicos/ensino médio, 7 graduados e 6 especialistas).

A Unidade Chapecó foi criada pela Portaria Nº 1492 de 24/08/2006 e inaugurada no dia 22 de agosto do mesmo ano.

Fonte: Relatórios da Gestão 2006 e 2007 - www.chapeco.ifsc.edu.br



Unidade Joinville

14.6.2 A Unidade Joinville

Com a implantação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tornou-se possível a transformação da Gerência Educacional de Saúde de Joinville em Unidade de Ensino.

A Unidade Joinville foi criada pela Portaria Nº 1491 de 24/08/2006 e inaugurada em 21 de agosto de 2006. A inauguração das novas instalações e a criação de novos laboratórios permitiram a diversificação das atividades. Surgiu, assim, a possibilidade de implantação de outros cursos, entre eles, aqueles vinculados à área da indústria.

O curso técnico de Enfermagem continuou a ser ofertado e foram implantados, no início de 2007, dois cursos novos: Mecânica e Eletroeletrônica. Em setembro de 2007, iniciaram as aulas do curso de Especialização lato sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade EJA. No segundo semestre de 2009, a Unidade passou a oferecer à comunidade



Curso de Enfermagem

joinvillense dois cursos superiores de tecnologia: Gestão Hospitalar e Mecatrônica Industrial. Nesse momento, a Unidade contava com 400 alunos e 64 servidores.

A professora Juraci Maria Tischer foi a primeira diretora da Unidade Joinville, sua posse aconteceu em 21 de agosto de 2006.



Unidade Continente

14.6.3 A Unidade Continente

A, então, Unidade Continente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina foi criada por meio da Portaria Nº 1490 de 24/08/2006 e inaugurada em 21 de agosto de 2006. A Unidade instalou-se

no prédio anteriormente ocupado pela Escola Catarinense de Gastronomia, situado na Enseada dos Marinheiros, no bairro de Coqueiros, na parte continental de Florianópolis. No período de agosto de 2006 a julho de 2009, a Unidade dividiu esse espaço com a direção geral do CEFET-SC, depois reitoria do IF-SC.



Unidade Continente – aula prática de panificação – 1º semestre de 2008

No transcorrer da solenidade de inauguração, foi empossada a primeira diretora da Unidade Continente, a servidora Rosamaria da Silva Beck, substituída, em 2007, pela professora Daniela de Carvalho Carrelas.

No primeiro ano de funcionamento da Unidade (2007), registraram-se 182 matrículas. Em 2008, ocorreu a matrícula de 288 alunos assim distribuída: Cozinha (106), Hospedagem (52), Panificação (54) e Serviços de Restaurante (76).

No início de 2009, com a Unidade Continente já transformada em Campus Florianópolis-Continente, a sua direção geral preocupou-se em levar à comunidade algumas informações: *“A instalação do Campus Florianópolis-Continente (...) é um marco para o eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer. É um marco por várias razões.*

Primeiro, pelo contexto geográfico no qual se encontra – instalada

em uma cidade turística, com expressiva oferta, tanto no setor hoteleiro, turístico de eventos, quanto no de alimentação. Segundo, pela pouca oferta de qualificação e formação profissional no eixo em questão, o que faz dela, conforme dados obtidos por pesquisa de mercado, uma área com baixa profissionalização nos serviços demandados.

Esse Campus, portanto, tem como metas iniciais a qualificação e/ou formação técnica dos trabalhadores que já exercem funções relacionadas aos setores de alimentos e bebidas, hospedagem, eventos e turismo, que exercem seu trabalho sem formação, ou com formação parcial.

O Campus Florianópolis-Continente direciona-se também aos jovens e adultos que desejam adquirir competências relacionadas a essa área profissional. Com relação à abrangência de atuação, além dos cursos no referido Campus, pretende-se atender outras comunidades através de oficinas itinerantes.

O Campus Florianópolis-Continente ofertará cursos nos três níveis da educação profissional. Em função da demanda, haverá maior oferta de cursos de qualificação, em segundo, de cursos técnicos, e por último, superior de tecnologia.

Atualmente são ofertados cursos técnicos em Cozinha, Panificação, Serviços de Restaurante e Hospedagem, com duração de um ano, além da oferta simultânea de cursos de Qualificação Profissional de curta duração, como: Higiene e Manipulação de Alimentos, Biscoitos, Docinhos Simples, Salgados, Feijoada, Alimentação para Pessoas com Restrições, Serviços de Vinho, de Garçon, Barman, Cerimonial e Protocolo, Recepção de Eventos, entre outros.

Através do Campus Florianópolis-Continente, o IF-SC reafirma a sua função social de oferta de vagas públicas, gratuitas e de qualidade, atendendo as várias regiões do Estado.”

(Fonte: www.continente.ifsc.edu.br)

14.6.4 A Unidade Araranguá

A implantação da Unidade Araranguá foi autorizada pela Portaria Nº 382 de 20 de março de 2008. A presença do, então, Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, no sul catarinense, começou a ser efetivada, no entanto, já a partir de 2005.

Nesse ano, numa reunião realizada com políticos, empresários e a comunidade, decidiu-se pela oferta a essa comunidade de cursos de

formação inicial e continuada em parceria com a Prefeitura de Araranguá. Os cursos escolhidos foram: Costura Industrial (200 horas) e Modelagem Industrial (80 horas).

Em fevereiro de 2006, aconteceu o processo de seleção de professores, todos contratados pela Prefeitura de Araranguá que, por sua vez, também adquiriu o maquinário necessário ao funcionamento dos cursos: 34 (trinta e quatro) máquinas de costura, 1 (uma) de corte, 2 (duas) mesas de corte e 1 (um) compressor de ar comprimido.

Os dois cursos, Costura Industrial e Modelagem Industrial, iniciaram, respectivamente, em 5 de março e 2 de outubro de 2006. Nesse primeiro momento, 2006 a 2008, formaram-se 204 costureiras e 97 modelistas.



Unidade Araranguá – 2008

Na reunião realizada, em 2005, também foram definidos os cursos técnicos que mais tarde seriam oferecidos à comunidade de Araranguá e região: Têxtil - Malharia e Confecção, Moda e Estilismo (atualmente denominado: Produção de Moda) e Eletromecânica.

O Exame de Classificação para preenchimento das vagas disponibilizadas em cada curso técnico aconteceu em 12 de dezembro de 2007. Nesse mesmo mês e ano, também tomaram posse os primeiros 19 professores e 12 técnicos-administrativos da Unidade.

Com 1000m² de área construída - 6 salas de aula, 3 laboratórios de informática, 3 laboratórios de eletromecânica e 4 laboratórios de têxtil e um bloco de 780m² em construção, em 13 de fevereiro de 2008, iniciaram oficialmente as atividades administrativas e pedagógicas e, no segundo semestre desse mesmo ano, as atividades de sala de aula e laboratórios.

Matricularam-se nos cursos técnicos 263 alunos, assim distribuídos:



Curso de Eletroeletrônica – aula prática - Araranguá 2008

Eletromecânica (122), Moda e Estilismo (84) e Têxtil: Malharia e Confecção (57). *(Texto adaptado – fonte: www.ararangua.ifsc.edu.br)*

14.7 A Unificação do Processo de Ingresso

Em 13 de setembro de 2006, a proposta da direção geral de unificar o período de divulgação, as datas das inscrições e as provas do vestibular e do exame de classificação do CEFET-SC (Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Chapecó, Joinville e Continente), finalmente, foi aprovada pelo Conselho Diretor da Instituição.

Tratava-se de um velho e difícil problema cuja solução, em muitas outras vezes, foi tentada, mas sempre sem o devido sucesso. A proposta foi votada pelos diretores das Unidades, coordenadores e gerentes de cursos, coordenação de ingresso e demais envolvidos na realização dos processos seletivos.

A partir desse momento, o vestibular passou a ser realizado anualmente e não mais semestralmente como acontecia desde 2002, e o pagamento da taxa de inscrição efetuado em todas as Unidades, o que até então não acontecia na Unidade São José. Mais tarde, a realização do vestibular retornou à semestralidade.

O processo seletivo tornou-se oficialmente unificado a partir do segundo semestre de 2007, com a participação da Unidade São José que, por problemas em seu calendário escolar, não participara dos processos seletivos realizados no semestre anterior

14.8 O CEFET-SC na Era da Pós-Graduação

Em 2005, foram aprovados pelo Conselho Diretor os primeiros cursos de pós-graduação do CEFET-SC: Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos, Gestão Pública e Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Português.

O primeiro curso a ser implantado foi o de especialização em Gestão Pública, totalmente gratuito e voltado apenas para servidores da Instituição. Em 26 de setembro de 2005, tiveram início as aulas.

As 31 vagas oferecidas para o Curso de Gestão Pública foram preenchidas, em sua maioria, por servidores técnicos-administrativos e por seis professores, todos oriundos da Unidade Florianópolis e da Unidade São José.

“As inscrições ficaram dentro do esperado e há uma grande expectativa para o início do curso. Tanto os professores quanto os servidores estão muito animados com o início das atividades. Com esse curso, estamos concretizando um sonho de capacitação, um compromisso da gestão que é a expansão do CEFET-SC para outros níveis de ensino” declarou, naquela oportunidade, Maria Clara Schneider, coordenadora do curso.

Com a implantação desse curso de especialização, o CEFET-SC dava início ao processo de concretização da verticalização de sua oferta educacional. Nesse momento, para a professora Maria Clara Schneider, então, Coordenadora de Projetos Especiais e responsável pela área de pós-graduação: *“O Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina está trabalhando em duas perspectivas que se unem em um objetivo só, quais sejam, capacitar seu quadro de pessoal e verticalizar o ensino, oferecendo cursos de pós-graduação. Para que o CEFET-SC possa oferecer, em um futuro próximo, cursos de pós-graduação stricto sensu, é necessário formar e consolidar grupos de pesquisa e, para tanto, capacitar seus servidores. Assim estamos oferecendo capacitação a partir da implantação de cursos que tanto podem ser ofertados para a comunidade interna como externa e buscando em outras instituições a capacitação para nosso quadro de pessoal. Faz-se necessário que aumentemos nossa base de mestres e doutores e, para tanto, estamos, após muitas negociações e contatos, construindo Projetos de Mestrado e Doutorado inter- institucionais, os já famosos MINTER e DINTER. A Instituição que nos abre essa possibilidade mais concretamente é a Universidade de Campinas – UNICAMP.”*

14.8.1 Os Cursos de Pós-Graduação - 2009

No ano do centenário da Instituição, estavam em desenvolvimento os seguintes cursos de pós-graduação:

ESPECIALIZAÇÃO

Cursos

Especialização em Educação
Profissional Integrada à Educação
Básica na Modalidade Jovens e
Adultos

Local

Araranguá, Chapecó, Joinville,
Fpolis-Continente, São José
Jaraguá do Sul

Desenvolvimento de Produtos
Eletrônicos

Florianópolis

Gestão Pública

Florianópolis

Tradutor e Intérprete de Língua
Brasileira de Sinais/Português

São José

MESTRADO

Cursos

Mecatrônica

Local

Florianópolis

14.9 A Extensão e a Pesquisa no CEFET- SC

Na era CEFET-SC, as atividades de extensão e pesquisa desenvolveram-se e diversificaram-se, apoiadas, inicialmente, pela Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina – FETESC e, posteriormente, a partir de 2005, pelo INTEC - Instituto Tecnológico e Científico.

Caracterizado como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o INTEC foi fundamental para viabilizar diversos programas e projetos de pesquisa e extensão do CEFET-SC. A contratação de uma economista para a Gerência Geral e um administrador para a Gerência Financeira trouxe a devida profissionalização da administração do INTEC, contribuindo na concretização de diversos cursos de qualificação, na realização de cursos técnicos em outras localidades, assessorias, consultorias,

projetos sociais e artísticos. As atividades do INTEC encerraram-se em 2008.

No período, 2002 a 2008, foram desenvolvidas no CEFET-SC atividades de extensão e pesquisa, como estas realizadas em 2005, por exemplo:

CURSOS, ASSESSORIAS E CONSULTORIAS

<i>Título do Projeto</i>	<i>Professor Responsável</i>
Avaliação dos Parâmetros Energéticos da Empresa Volkswagen do Brasil	Ademar Evandro Rosa
Curso Básico de Sistemas de Refrigeração Herméticos	Joaquim Manoel Gonçalves
Avaliação dos Parâmetros Energéticos da Empresa Fosfertil	Ademar Evandro Rosa
Curso de Mecânico de Ar Condicionado	Jorge Luiz Pereira
Sistemas de Refrigeração Herméticos -SEBRAE	Joaquim Manoel Gonçalves
Curso Básico de Eletricidade para Mulheres	José Alberto Zytkuewisz
Curso Técnico de Eletrotécnica – realizado em Porto União	José Carlos Pontes
Desenvolvimento de Serviços Técnicos Especializados- Avaliação dos Parâmetros Energéticos CEPEL.	Ademar Evandro Rosa
Ensaio de Rigidez Dielétrica: serviços de ensaios de rigidez dielétrica em óleo isolante, compreendendo análise e emissão de laudo.	Ademar Evandro Rosa
Fresadora CNC de Pranchas de Surf – desenvolvimento e construção de máquina fresadora utilizada na fabricação de pranchas de surfe.	Nelso Gauze Bonacorso

Trabalhos de Pesquisa.

Pesquisadores Responsáveis

Roberto Alexandre Dias

Projeto de Pesquisa

Implementação de contratos de nível de serviço para o setor de distribuição de energia elétrica empregando redes GSM/GPRS

Roberto Alexandre Dias

Infra-estrutura de telecomunicações para supervisão de falhas em transformadores em tempo real, nas linhas de baixa tensão, empregando inteligência artificial e tecnologia GPRS

Roberto Alexandre Dias

Infra-estrutura de comunicações para gestão de energia pelo lado da demanda empregando tecnologia PLC

Evandro Cantu

Sistema integrado de comunicação, acessibilidade e atendimento multimídia

André Roberto de Sousa

Sistema automatizado para calibração de máquinas de medir por coordenadas

Nelson Gauze Bonacorso e Felício José Gesser

Retrofitting de uma mesa XY para oxi-corte.

Nelson Gauze Bonacorso,
Max Hering Queiroz e Felício José Gesser

Adequação de um plotter tamanho A3 para confecção de placas de circuito impresso – PCI.

Felício José Gesser

Retrofitting da fresadora CNC Denford TriacPC

Nelson Gauze Bonacorso

Controle de velocidade e posição na soldagem TIG Orbital

Jorge Luiz Hermenegildo

Projeto produza mais

Isabela Mendes Sielski

Design de utilidades em cerâmica

Wilson B. Zapelini

Ambiente microprocessado para estudo de sistemas digitais suportado em tecnologia FPGA

Ademar Evandro Rosa

Falha em transformadores de duplo enrolamento primário

Ademar Evandro Rosa

Diagnóstico energético da Fosfertil Catalão

Luis Carlos Martinhago Schlichting

Testes de compatibilidade eletromagnética em reatores eletrônicos e eletromagnéticos

15 As Atividades Artístico-Culturais

15.1 O “Boca de Siri”

Em 1992, a professora de Português Noêmia Brandt Brall apresentou à, então, chefia do Departamento de Desenvolvimento do Ensino um projeto que visava à implantação ou à criação de um grupo de teatro na ETF/SC. Tal projeto, por motivos diversos, não decolou, mas a motivação e a persistência da professora Noêmia e de um certo grupo de alunos amantes da arte cênica não arrefeceram; ao contrário, continuaram sua luta em defesa do projeto “Motivando o Teatro na ETF/SC”.



Grupo “Boca de Siri”.

Em 1994, durante a realização da Primeira Mostra do Potencial Educativo da ETF/SC, o grupo coordenou e encenou o espetáculo “Panorama da Literatura”. Emocionada com a apresentação, a diretora – geral da ETF/SC, professora Soni de Carvalho, em reconhecimento ao belo trabalho apresentado, sugeriu que lhe fosse apresentado um projeto de implantação do teatro na ETF/SC.

Os professores Noêmia Brandt Brall, Elba Maria Artiero e Sérgio Pereira Cândido recuperaram o projeto inicial, fizeram-lhe algumas adaptações e encaminharam-no ao setor competente. Em 13 de março de 1995, o referido projeto foi devidamente aprovado.

Em outubro de 1995, foi escolhido o nome do grupo teatral. Optou-se em denominá-lo “Boca de Siri” em homenagem ao escritor e ex-professor da Escola, Glauco Rodrigues Corrêa, autor de várias obras literárias, entre elas, o conto “Boca de Siri” que o tornou conhecido nacionalmente.



Orquestra. À esquerda, o Maestro Irineu Lopes Melo.

15.2 O Coral e a Orquestra

O Coral da então ETF/SC foi criado, em 1978, sob a regência do professor e maestro Carlos Lucas Besen, assessorado pela professora Maria da Graça Besen Petry. Com a aposentadoria do maestro Besen, assumiu a regência do Coral a professora Mércia Mafra Ferreira e, posteriormente, o professor e maestro Irineu Lopes Melo, assessorado pela professora Tânia Denise S. Meyer.

Em 2008, o Coral comemorou 30 anos de existência. Nesse período, apresentou-se em várias cidades catarinenses e em outros estados, como Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Seus maestros e integrantes; estes, quase sempre formados, em sua maioria, por alunos e ex-alunos da própria Instituição, ao longo desses 30 anos, caracterizaram -se pela técnica apurada, disciplina e por muito amor à camisa.

No transcorrer desses 30 anos de existência, o Coral apresentou-se em

vários eventos, como feiras, congressos e inaugurações; em locais, como teatros, igrejas, auditórios e nas intermináveis cerimônias de formatura.

Em 2008, com cerca de 30 integrantes, servidores e estudantes do então CEFET-SC e/ou da comunidade externa, o Coral continuava sua maratona de apresentações; nesse momento, as últimas de uma etapa da história da Instituição denominada CEFET-SC.

No primeiro semestre de 2001, foi criada a Orquestra da ETF/SC, uma iniciativa do professor e maestro Irineu Lopes Melo. Nesses 7 anos de existência, a orquestra apresentou-se em diversas cidades catarinenses, como São José, Palhoça, Joinville, e Lages e em eventos consagrados nacionalmente, como a Festa do Pinhão, além de participações, em conjunto com o Coral, em diversos eventos promovidos pela Instituição.

“Fazemos tudo com a prata da casa” afirmava, em 2008, , maestro e coordenador de atividades artísticas da então Unidade Florianópolis.

16 Dos Uniformes Escolares

O uniforme escolar antes de 1960, quase sempre foi dispensado, principalmente, na então Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina. No momento em que tal dispensa não ocorreu, o uniforme escolar foi sempre muito parecido com um fardamento militar – blusa e calça de brim com listas laterais (foto – pág. 75) ou macacões de brim (foto- pág.56)

Em 1960, com o ginásio industrial, o uso do uniforme escolar passou a ser obrigatório. No início, os ginásianos usaram, como uniforme, camisas brancas e calças ou saias azuis. Em 1970, foi realizada, junto aos pais e alunos, uma pesquisa com o objetivo de solucionar o problema relacionado ao uso do uniforme na Instituição. Foi decidido e implantado o seguinte uniforme escolar: (masculino) camisa de tergal liso, cor branca, gola esporte, com bolso, mangas compridas para o clima frio e mangas curtas para o clima quente; calça de tergal, cor azul-marinho, bolsos nos lados e atrás, meias pretas, sapatos pretos, tipo colegial e agasalho livre, desde que fosse azul-marinho; para as oficinas, guarda-pó de brim azul-claro; (feminino) blusa de tergal liso, cor branca, sem bolso, mangas compridas ou curtas, saia de tergal liso azul-marinho, evasê, sem pregas, meias três quartos brancas, sapatos pretos tipo colegial.

Esse uniforme foi extinto juntamente com o ginásio industrial em 1973. Surgiu, a partir desse momento, o uniforme de mais longa duração e, também, o mais odiado pelos alunos. Tratava-se de uma camisa amarelo-mostarda, uma calça ou saia de tecido quadriculado nas cores marrom e amarelo e calçados marrons, fechados. Tal uniforme ficou conhecido entre os alunos pelo nome de mostardão.

Em 1985, devido aos muitos pedidos dos alunos, o uniforme escolar foi totalmente modificado. Nesse momento, a direção geral da Escola permitiu que os alunos se manifestassem sobre alguns modelos apresentados. Decidiu-se pela implantação de um uniforme mais moderno, constituído de uma camisa de malha azul com duas listras brancas horizontais na altura do peito e ribanas brancas na gola e nas mangas. Completando o conjunto, permitiu-se o uso de calça jeans, com qualquer tipo de calçado, desde que fechado (foto- pág. 105).

No início da década de 90, outra modificação. Permaneceu a calça jeans, com qualquer modelo de calçado, mas a camisa azul foi substituída por uma outra, agora, de cor branca e de gola pólo.

Em 1999, o uniforme escolar foi totalmente extinto na Instituição.

17 A Relação dos Cursos Técnicos, Superiores de Tecnologia e Graduação - 2009

TÉCNICOS SUBSEQÜENTES	
Cursos	Local
Automobilística	Florianópolis
Edificações	Florianópolis
Eletrotécnica	Florianópolis - Jaraguá do Sul
Enfermagem	Florianópolis - Joinville
Agrimensura	Florianópolis
Eletrônica	Florianópolis
Informática	Florianópolis
Mecânica Industrial	Florianópolis
Mecânica	Chapecó/Jaraguá do Sul
Meio Ambiente	Florianópolis
Meteorologia	Florianópolis
Saneamento	Florianópolis
Segurança do Trabalho	Florianópolis
Cozinha	Fpolis Continente
Hospedagem	Fpolis Continente
Panificação e Confeitaria	Fpolis Continente
Pesca	Fpolis Continente
Serviços de Restaurante e Bar	Fpolis Continente
Eletroeletrônica	Chapecó
Produção e Design de Moda	Jaraguá do Sul
Têxtil: Malharia e Confecção	Araranguá
Têxtil	Jaraguá do Sul
Telecomunicações-ênfase em Redes de Computadores	São José
Telecomunicações-ênfase em Telefonia	São José
Refrigeração e Climatização de Ar	São José
Informática para a Internet - EaD	Florianópolis

TÉCNICOS CONCOMITANTES	
Cursos	Local
Eletromecânica	Araranguá
Produção de Moda	Araranguá
Mecânica	Joinville
Eletroeletrônica	Joinville
Refrigeração e Condicionamento de Ar	São José

TÉCNICOS INTEGRADOS

Cursos	Local
Edificações	Florianópolis
Saneamento	Florianópolis
Eletrotécnica	Florianópolis
Eletrônica	Florianópolis
Enfermagem - EJA	Florianópolis
Química	Florianópolis
Telecomunicações	São José
Refrigeração e Climatização	São José
Eletromecânica - EJA	Chapecó

SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Cursos	Local
Design de Produto	Florianópolis
Automação Industrial (até 2008/2)	Florianópolis/Joinville
Mecatrônica Industrial (a partir de 2009/1)	Florianópolis/Joinville
Sistemas Digitais (até 2008/1)	Florianópolis
Sistemas Eletrônicos (a partir de 2009/1)	Florianópolis
Gerenciamento de Obras (até 2006/2)	Florianópolis
Construção de Edifícios (a partir de 2007/1)	Florianópolis
Redes de Computadores (extinto a partir de 2002/2)	Florianópolis
Gestão da Tecnologia da Informação	Florianópolis
Gestão de Sistemas de Energia	Florianópolis
Radiologia	Florianópolis
Sistemas de Telecomunicações	São José
Gestão Hospitalar	Joinville
Graduação em Gestão Pública - EaD	Florianópolis

GRADUAÇÃO

Cursos	Local
Ciências da Natureza – habilitação em Física	Jaraguá do Sul/Araranguá
Ciências da Natureza – habilitação em Química	São José

18 A Criação e Implantação do Instituto Federal de Santa Catarina

No período de 28 de fevereiro a 6 de março de 2008, em cada Unidade do, então, CEFET-SC, ocorreram, pelo menos, duas reuniões abertas com o objetivo de discutir a tese favorável e a contrária à transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Santa Catarina. Todas as reuniões foram marcadas pela participação democrática de servidores e alunos.

Finalizado o período de discussões, ocorreu, no dia 7 de março, por meio do voto, a consulta à comunidade escolar. Todo o processo de votação foi acompanhado por representantes de cada tese e pela Comissão Organizadora do Processo de Consulta à Comunidade Escolar. A contagem dos votos durou aproximadamente 3h15min, no auditório da Unidade São José. Por volta das 17h20min, a comissão organizadora tornou público o resultado da consulta à comunidade.



Votação para implantação do IF-SC

No total, votaram 667 servidores e 2.426 alunos. Destes, 507 servidores e 1.848 alunos votaram a favor da transformação. A tese que defendia a manutenção da Instituição como CEFET-SC recebeu 21,14% dos votos (139 servidores e 528 alunos). Os votos brancos e nulos somaram 2,8%.

A diretora-geral do CEFET-SC, professora Consuelo A. Sielski Santos, nesse momento, manifestou sua confiança nas mudanças positivas advindas com a transformação do CEFET-SC em IF-SC *“muitas melhorias para a Instituição, como o aumento do número de*

bolsas de pesquisa – hoje são 20, e a expectativa é de chegar a 100; incremento no orçamento, investimento na infraestrutura de laboratórios e abertura de mais vagas nos cursos superiores, com garantia, no entanto, da continuidade de oferta de vagas nos cursos técnicos. É uma mudança que

trará melhorias significativas, como a conquista do status de universidade e a criação de mais 8 campi espalhados por todas as regiões de Santa Catarina, todos com autonomia financeira e pedagógica.”

O diretor de Relações Externas do CEFET-SC, Marcelo Carlos da Silva, também, posicionou-se sobre a transformação “*abre a possibilidade de a Instituição oferecer bacharelado, licenciatura, cursos de engenharia, mestrado e doutorado, além de facilitar o acesso a bolsas de pesquisa em órgãos, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O IF-SC já nasce voltado para a pesquisa na área de ciência e tecnologia*”, ressaltou.

(Adaptação do texto publicado no dia 7 de março de 2008, edição nº 245 do Portal de Notícias.)

18.1 A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Art. 1o Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Art. 2o Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1o Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2o No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3o Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Art. 3o A UTFPR configura-se como universidade especializada, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regendo-se pelos princípios, finalidades e objetivos constantes da Lei 11.184, de 7 de outubro de 2005.

Art. 4o As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação.

CAPÍTULO II

DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Seção I

Da Criação dos Institutos Federais

Art. 5o Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;

II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;

III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola

Técnica Federal do Amapá;

IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cacheeira;

V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;

VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;

IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;

X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do

Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação

do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;

XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;

XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;

XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;

XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e

XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

§ 1o As localidades onde serão constituídas as reitorias dos Institutos Federais constam do Anexo I desta Lei.

§ 2o A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição.

§ 3o A relação de Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais que passam a integrar os Institutos Federais consta do Anexo II desta Lei.

§ 4o As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial.

§ 5o A relação dos campi que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.

Seção II

Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6o Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Seção III

Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7o Observadas as finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8o No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7o desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7o.

§ 1o O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá

observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2o Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7o desta Lei.

Seção IV

Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais

Art. 9o Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1o As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2o O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3o O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4o O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

§ 1o Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

§ 2o A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1o Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

§ 2o O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 3o Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Art. 13. Os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1o Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de

Reitor do Instituto Federal;

II - possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2º O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispondendo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1º deste artigo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter pro tempore, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

§ 1º Os Diretores-Gerais das instituições transformadas em campus de Instituto Federal exercerão, até o final de seu mandato e em caráter pro tempore, o cargo de Diretor-Geral do respectivo campus.

§ 2º Nos campi em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter pro tempore, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1º do art. 13 desta Lei.

§ 3º O Diretor-Geral nomeado para o cargo de Reitor Pro-Tempore do Instituto Federal, ou de Diretor-Geral Pro-Tempore do Campus, não poderá candidatar-se a um novo mandato, desde que já se encontre no exercício do segundo mandato, em observância ao limite máximo de investidura permitida, que são de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Art. 15. A criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como a expansão das instituições já existentes, levará em conta o modelo de Instituto Federal, observando ainda os parâmetros e as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Art. 16. Ficam redistribuídos para os Institutos Federais criados nos termos desta Lei todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes

aos quadros de pessoal das respectivas instituições que os integram.

§ 1o Todos os servidores e funcionários serão mantidos em sua lotação atual, exceto aqueles que forem designados pela administração superior de cada Instituto Federal para integrar o quadro de pessoal da Reitoria.

§ 2o A mudança de lotação de servidores entre diferentes campi de um mesmo Instituto Federal deverá observar o instituto da remoção, nos termos do art. 36 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 17. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído:

I - pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente;

II - pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III - pelas doações ou legados que receber; e

IV - por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 18. Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5o desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação. (...)

Brasília, 29 de dezembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

*LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
Paulo Bernardo Silva*

18.2 Das Unidades aos Campi

Com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina em Instituto Federal de Santa Catarina – IF-SC, as então Unidades de Ensino passaram a denominar-se “campus”: Campus Florianópolis, Campus São José, Campus Jaraguá do Sul, Campus Joinville,

Campus Chapecó, Campus Araranguá e Campus Florianópolis-Continente, administrados por um diretor-geral, assessorado por um vice-diretor.

Neste momento, ano do centenário do IF-SC, outros nove “campi” estão em fase de implantação: Campus Itajaí, Campus Criciúma, Campus Urupema, Campus Lages, Campus Palhoça (bilíngüe), Campus Gaspar, Campus Canoinhas, Campus Caçador, Campus São Miguel do Oeste, além do núcleo avançado Xanxerê.

18.3 Organograma Administrativo do IF-SC - 2009

REITORIA

PRÓ-REITORIAS

- * Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas
- * Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
- * Pró-Reitoria de Administração
- * Pró-Reitoria de Ensino
- * Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

AUDITORIA INTERNA

- * Unidade de Auditoria Interna

OS CAMPI

- * Campi

Fonte: <http://www.ifsc.edu.br>

19 Apêndices

19.1 Registros de Matrículas (1910 a 1996 e 2008)

Ano	Matrículas Diurno	Frequência Média	Matrículas Noturno	Frequência Média	Total Geral Matrículas
1910	100	75			100
1911	130	71			130
1912	159	85			159
1913	139	79			139
1914	102	73			102
1915	129	81			129
1916	109	73			109
1917	122	78			122
1918	171	92	31	25	202
1919	127	74	39	28	216
1920	144	71	97	65	211
1921	104	60	56	45	160
1922	135	83	75	45	210
1923	209	98	35	23	244
1924	210	106	31	22	241
1925	175	104	31	22	206
1926	156	99	45	26	201
1927	150	89	30	22	180
1928	183	96	36	18	219
1929	227	124	40	27	267

* No período compreendido entre 1930 e 1933, não há registros oficiais de matrícula.

Cursos Profissionais	Cursos Industriais Básicos	Curso de Mestría
1934 – 235 alunos	1942 240	1950 326
1935 – 200	1943 205	1951 285
1936 – 250	1944 206	1952 291
1937 – 201	1945 155	1953 204
1938 – 217	1946 184	1954 235
1939 – 226	1947 205	1955 227
1940 – 265	1948 207	1956 240
1941 – 285	1949 253	1957 268
		1958 329
* Matrículas		1959 371
		1960 372
		1961 374
		Os cursos de Mestría têm início em 1943 e encerram-se em 1953

	Ginásio	Máq. Motores	Desenho Técnico	Agrim.	Mecân.	Eletro- mec.	Edif.	Eletro- técnica	N.C.
1962	400	18	21						
1963	923	31	33						
1964	995	67	40						
1965	893	48	31						
1966	1123	119	41	262					
1967	998	205	79	280					
1968	902	122	24	282	76	51			
1969	809	49	16	239	143	88	98		
1970	563			224	212	114	181		
1971	418			258	270	67	278	73	
1972	247			118	149	33	182	59	507
1973	126			139	269		260	206	626
Total Matrículas	9143	659	285	1802	1119	353	338	338	1133

1974 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão	
Mecânica	302	276	160	215	125	38	17	23
Eletrotécnica	281	306	200	246	69	40	12	20
Edificações	294	231	207	200	54	12	33	19
Agrimensura	131	145	92	114	18	27	21	4
Núcleo Comum	614	581	441	428	136	132	37	21
Total Semestral	1622	1539	1100	1203	402	249	120	87
% Semestral			67,8%	78,2%	24,8%	16,2%	7,4%	5,6%

1975 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão	
Mecânica	455	382	289	276	130	89	36	17
Eletrotécnica	385	360	298	279	50	66	37	15
Edificações	319	318	237	263	45	53	37	2
Agrimensura	185	175	121	108	35	59	29	8
Núcleo Comum	511	488	272	323	215	155	24	10
Total Semestral	1855	1723	1217	1249	475	422	163	52
% Semestral			65,61%	72,49%	25,61%	24,49%	8,78%	3,02%

1976 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão	
Mecânica	387	343	292	282	72	40	23	21
Eletrotécnica	472	437	354	307	67	110	51	20
Edificações	319	320	257	257	50	54	12	9
Agrimensura	171	158	133	114	27	28	11	16
Núcleo Comum	323	325	207	235	88	78	28	12
Pré-Técnico	227	138	141	80	66	54	20	4
Total Semestral	1899	1721	1384	1275	370	364	145	82
% Semestral			72,88%	74,08%	19,48%	21,15%	7,64%	4,77%

1977 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão	
Mecânica	340	295	243	228	73	54	24	13
Eletrotécnica	458	449	389	388	49	48	20	13
Edificações	337	311	293	275	26	28	18	8
Agrimensura	138	160	110	133	21	20	7	7
Núcleo Comum	477	650	342	420	122	221	13	9
Pré-Técnico	381	-	207	-	151	-	23	-
Total Semestral	2131	1865	1584	1444	442	371	105	50
% Semestral			74,33%	77,43%	20,74%	19,89%	4,93%	2,68%

1978 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão	
Mecânica	363	316	296	247	58	62	9	7
Eletrotécnica	509	502	460	455	33	43	16	4
Edificações	309	314	262	254	37	51	10	9
Agrimensura	206	217	160	167	42	36	4	14
Estradas	36	56	21	48	15	8	-	-
Núcleo Comum	811	735	558	482	232	248	21	5
Pré-Técnico	347	119	229	54	104	60	14	5
Total Semestral	2581	2259	1986	1707	521	508	74	44
% Semestral			76,9%	75,6%	20,2%	22,5%	2,9%	1,9%

1979 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão	
Mecânica	349	365	296	293	35	54	18	18
Eletrotécnica	518	502	440	431	65	59	13	12
Edificações	344	360	296	279	32	53	16	28
Agrimensura	242	246	191	193	37	35	14	18
Estradas	85	87	68	72	14	11	3	4
Núcleo Comum	613	567	338	394	250	135	25	38
Pré-Técnico	236	117	150	56	80	41	6	20
Total Semestral	2387	2244	1779	1718	513	388	95	138
% Semestral			74,5%	76,5%	21,5%	17,3%	4,0%	6,2%

1980 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão	
Mecânica	397	400	315	316	50	59	32	25
Eletrotécnica	537	502	434	443	75	51	28	8
Edificações	361	360	289	318	46	18	26	24
Agrimensura	242	198	148	157	49	33	45	8
Estradas	94	79	67	65	16	9	11	5
Núcleo Comum	532	504	326	360	196	133	10	11
Pré-Técnico	185	107	116	61	55	31	14	15
Total Semestral	2348	2150	1695	1720	487	334	166	96
% Semestral			72,2%	80,00%	20,7%	15,53%	7,1%	4,47%

1981 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	432	428	324	345	91	54	17	10	-	19
Eletrotécnica	556	532	466	413	76	60	14	10	-	49
Edificações	406	397	333	325	53	42	20	8	-	22
Agrimensura	209	220	172	159	32	32	5	5	-	24
Estradas	80	83	42	53	28	13	10	8	-	9
Núcleo Comum	484	436	296	271	165	116	23	9	-	40
Pré-Técnico	182	135	110	70	66	63	6	2	-	- Total
Semestral	2349	2231	1743	1636	511	380	95	52	63	
% Semestral			74,20%	73,3%	21,75%	17,0%	4,05%	2,3%	-	7,4%

1982 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	436	444	333	310	49	65	18	13	36	56
Eletrotécnica	570	519	405	357	82	92	24	13	59	57
Edificações	434	412	348	319	45	53	21	9	20	31
Agrimensura	225	222	169	164	27	32	12	8	17	18
Estradas	80	84	54	53	19	26	2	2	5	3
Núcleo Comum	462	425	223	214	158	171	18	8	63	32
Pré-Técnico	195	125	125	55	64	70	6	-	-	-
Total Semestral	2402	2231	1657	1472	444	509	101	53	200	197
% Semestral			69,0%	66,0%	18,5%	22,8%	4,2%	2,4%	8,3%	8,8%

1983 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	438	390	297	263	59	60	25	13	57	54
Eletrotécnica	540	451	350	311	95	67	36	11	59	62
Edificações	417	436	347	327	33	62	14	19	23	28
Agrimensura	177	103	125	81	37	15	6	1	9	6
Estradas	66	35	44	27	17	5	2	1	3	2
Núcleo Comum	431	432	251	284	128	107	16	7	36	34
Pré-Técnico	191	104	116	47	70	56	5	1	-	-
Total Semestral	2260	1951	1530	1340	439	372	104	53	187	186
% Semestral			67,7%	68,7%	19,4%	19,1%	4,6%	2,7%	8,3%	9,5%

1984 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	421	399	281	231	62	81	20	12	58	75
Eletrotécnica	484	449	358	339	62	53	17	13	47	44
Edificações	577	468	372	286	116	128	40	12	49	42
Agrimensura	56	68	51	64	3	2	1	1	1	1
Estradas	21	9	19	9	2	-	-	-	-	-
Saneamento	-	65	-	48		14		3	-	-
Núcleo Comum	474	472	296	269	107	144	34	10	37	49
Pré-Técnico	213	69	131	29	80	40	2	-	-	-
Total Semestral	2246	1999	1508	1275	432	462	114	51	192	211
% Semestral			67,1%	63,8%	19,2%	23,1%	5,1%	2,5%	8,6%	10,6%

1985 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	403	407	234	245	86	97	19	22	64	43
Eletrotécnica	494	478	335	326	86	88	20	19	53	45
Edificações	440	388	251	206	115	129	36	28	38	25
Agrimensura	74	61	68	52	4	5	2	1	-	3
Estradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saneamento	99	100	86	86	9	6	3	5	1	3
Núcleo Comum	506	515	339	300	119	153	11	7	37	55
Pré-Técnico	167	76	109	34	57	42	1	-	-	-
Total Semestral	2183	2025	1422	1249	476	520	92	82	193	174
% Semestral			65,14%	61,7%	21,81%	25,7%	4,21%	4,0%	8,84%	8,6%

1986 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	422	404	290	254	58	91	24	9	50	50
Eletrotécnica	497	478	360	372	65	54	18	14	54	38
Edificações	447	370	267	240	136	86	19	7	25	37
Agrimensura	55	51	45	39	6	7	4	3	-	2
Estradas	21	15	9	9	8	6	4	-	-	-
Saneamento	73	40	51	35	14	2	4	2	4	1
Núcleo Comum	554	589	295	322	198	210	9	6	52	51
Pré-Técnico	113	53	84	29	28	23	1	1	-	-
Total Semestral	2182	2000	1401	1300	513	479	83	42	185	179
% Semestral			64,2%	65,0%	23,5%	23,9%	3,8%	2,1%	8,5%	9,0%

1987 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	422	409	310	293	65	57	12	13	35	46
Eletrotécnica	503	448	434	338	33	60	8	4	28	46
Edificações	444	458	327	318	62	94	18	15	37	31
Agrimensura	46	39	40	36	4	2	2	1	-	-
Estradas	16	19	6	13	10	6	-	-	-	-
Saneamento	43	41	32	32	8	8	3	1	-	-
Eletrônica	-	65	-	54	-	9	-	-	-	2
Núcleo Comum	594	604	371	354	137	176	16	9	70	65
Pré-Técnico	82	39	67	20	13	19	2	-	-	-
Total Semestral	2150	2122	1587	1458	332	431	61	43	170	190
% Semestral			73,81%	68,71%	15,44%	20,31%	2,84%	2,03%	7,91%	8,95%

1988 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	454	443	322	301	71	86	11	6	50	50
Eletrotécnica	459	443	341	276	48	73	16	23	54	71
Edificações	410	366	335	292	34	39	8	9	33	26
Agrimensura	93	110	64	70	25	25	2	7	2	8
Estradas	17	20	11	12	4	6	2	2	-	-
Saneamento	77	81	49	52	21	23	4	3	3	3
Eletrônica	121	178	98	140	10	19	3	2	10	17
Núcleo Comum	649	663	416	441	165	148	8	5	60	69
Pré-Técnico	44	-	35	-	7	-	2	-	-	-
Total Semestral	2324	2304	1671	1584	385	419	56	57	212	244
% Semestral			71,9%	68,7%	16,6%	18,2%	2,4%	2,5%	9,1%	10,6%

1989 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	460	416	320	310	48	53	33	11	59	42
Eletrotécnica	450	420	328	301	45	48	29	22	48	49
Edificações	399	375	330	310	28	32	25	13	16	20
Agrimensura	137	102	84	69	15	11	29	15	9	7
Estradas	11	18	10	8	-	5	1	5	-	-
Saneamento	116	111	73	71	9	17	24	16	10	7
Eletrônica	226	264	182	214	22	19	12	8	10	23
Núcleo Comum	642	623	430	432	117	141	45	6	50	44
Pré-Técnico	67	-	48	-	11	-	8	-	-	-
Total Semestral	2508	2329	1805	1715	295	326	206	96	202	192
% Semestral			72,0%	73,7%	11,8%	14,0%	8,2%	4,1%	8,0%	8,2%

1990 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	447	429	346	302	54	54	7	28	40	45
Eletrotécnica	423	438	329	288	48	71	11	26	35	53
Edificações	392	400	320	322	38	28	17	31	17	19
Agrimensura	141	116	106	79	19	14	9	18	7	5
Estradas	-	15	-	12	-	-	-	2	-	1
Saneamento	130	117	87	77	24	15	3	13	16	12
Seg.doTrabalho	54	80	41	67	11	5	1	8	1	-
Eletrônica	362	322	290	163	36	73	6	13	30	73
Núcleo Comum	611	702	481	510	71	131	10	8	49	54
Nivelamento	150	158	107	80	42	51	1	26	-	-
Total Semestral	2710	2777	2107	1900	343	442	65	173	195	262
% Semestral			77,7%	68,4%	12,7%	15,9%	2,4%	6,2%	7,2%	9,5%

1991 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	458	435	330	326	69	42	18	14	41	53
Eletrotécnica	460	430	323	297	71	67	27	17	39	49
Edificações	434	416	357	344	51	45	8	14	18	13
Agromensura	141	129	92	101	31	21	9	7	9	-
Estradas	13	-	13	-	-	-	-	-	-	-
Saneamento	148	136	113	107	21	17	4	5	10	7
Seg.doTrabalho	139	118	120	102	10	10	8	5	1	1
Eletrônica	333	301	205	207	75	54	26	10	27	30
Núcleo Comum	708	676	489	457	124	107	26	17	69	95
Nivelamento	197	118	131	80	65	37	1	1	-	-
Total Semestral	3031	2759	2173	2021	517	400	127	90	214	248
% Semestral			71,7%	73,2%	17,0%	14,5%	4,2%	3,3%	7,1%	9,0%

1992 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	481	434	340	299	65	72	25	19	51	44
Eletrotécnica	464	423	316	285	73	87	30	6	45	45
Edificações	423	377	341	315	42	36	21	8	19	18
Agromensura	173	127	112	87	36	31	13	4	12	5
Estradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saneamento	185	150	129	109	36	21	6	8	14	12
Seg.doTrabalho	117	119	86	95	25	16	2	1	4	7
Eletrônica	325	277	194	181	75	70	26	15	30	11
Núcleo Comum	658	650	421	360	130	178	53	18	54	94
Nivelamento	154	-	-	-	135	-	19	-	-	-
Total Semestral	2980	2557	1939	1731	617	511	195	79	229	236
% Semestral			67,0%	67,0%	20,0%	20,0%	6,0%	4,0%	7,0%	9,0%

1993 (Florianópolis)

	Nº de Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	461	387	305	266	86	56	36	13	35	52
Eletrotécnica	473	425	296	297	94	79	34	19	49	30
Edificações	433	394	323	315	51	50	41	7	18	22
Agromensura	146	89	96	72	37	8	8	5	5	4
Estradas	-	19	-	15	-	4	-	-	-	-
Saneamento	187	132	120	89	38	29	18	7	11	7
Seg.doTrabalho	131	115	97	88	14	23	17	2	3	2
Eletrônica	257	252	181	163	35	59	24	12	17	18
Núcleo Comum	675	631	379	359	150	197	89	7	57	68
Nivelamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Semestral	2763	2444	1797	1664	505	505	267	72	195	203
% Semestral			65,0%	68,1%	18,3%	20,7%	9,7%	2,9%	7,0%	8,3%

1994 (Florianópolis)

	Nº Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	392	373	301	278	69	83	22	12		
Eletrotécnica	418	425	320	318	70	89	28	18		
Edificações	405	403	353	328	32	72	20	03		
Agrimensura	120	86	88	63	24	17	08	06		
Estradas	-	15	-	10	-	04	-	01		
Saneamento	146	118	103	89	36	20	07	09		
Seg.Trabalho	71	82	59	61	07	15	05	06		
Eletrônica	258	282	172	192	59	72	27	18		
Núcleo Comum	625	579	478	437	95	126	52	16		

1995 (Florianópolis)

	Nº Alunos		Aprovação		Reprovação		Evasão		Dependência	
Mecânica	355	301	256	241	63	59	36	01		
Eletrotécnica	436	391	322	300	79	88	35	03		
Edificações	411	373	334	302	54	65	23	06		
Agrimensura	115	77	74	60	28	15	13	02		
Estradas		9	-	08	-	01	-	-		
Saneamento	140	104	91	79	41	23	08	02		
Seg.Trabalho	190	75	129	64	43	11	18	-		
Eletrônica	203	155	153	122	41	33	09	-		
Núcleo Comum	609	596	417	436	162	155	30	05		
Enfermagem	28	46	14	38	-	-	14	08		

1996 (Florianópolis)

	Nº Alunos		Aprovados		Reprovados		Evasão		Dependência	
Mecânica	327	282	235	211	82	54	10	17		
Eletrotécnica	404	420	315	307	67	101	22	12		
Edificações	395	365	331	264	62	87	02	14		
Agrimensura	80	88	54	47	21	39	05	02		
Estradas	11	13	06	11	03	02	02	-		
Saneamento	136	106	99	78	22	24	15	04		
Seg.Trabalho	81	82	63	69	12	09	06	04		
Eletrônica	236	262	193	216	32	24	11	22		
Eletrônica *	-	15	-	13	-	02	-	-		
Núcleo Comum	715	749	491	525	215	202	09	22		
Enfermagem	66	72	58	59	03	03	05	10		
Informática		20	-	12	-	04	-	04		

Matrícula Anual (2008)

Araranguá	Chapecó	F.Continente	Fpolis	Jaraguá do Sul	Joinville	São José	EaD	Total
263	434	398	3041	671	497	987	467	6678

Fonte: Caderno de Indicadores do IF-SC 2008/2009

19.2 Quadro Comparativo de Professores Efetivos e de Técnicos-Administrativos - Nível de Capacitação – 2002 e 2008

No ano (2002), a então Escola Técnica Federal de Santa Catarina transformou-se em CEFET-SC. Seu quadro de servidores efetivos com o respectivo nível de capacitação apresentava os seguintes dados:

2002 - Professores

Gerências Educaçãois	N.Professores Efetivos	Sem Graduação	Com Graduação	Aperf.	Espec.	Mestrado	Doutorado
Florianópolis							
Eletrônica	23				5	16	2
Metal-Mecânica	33	2	15		5	8	3
Construção Civil	54	8	15		20	9	2
Formação Geral	102	1	15	2	51	31	2
Eletrotécnica	33	2	4		19	8	
Joinville	8				7	1	
UnEd-SJ							
RAC	12	1	1		1	8	1
Telecomunicações	21		2		3	16	
Cultura Geral	30		3		17	8	2
UnEd-JS	15	3	1		8	3	
Total	331	17	56	2	136	108	12

Dados obtidos em março de 2002

2002 - Técnicos-administrativos

	Florianópolis	Joinville	UnED-SJ	UnEd-JS	Total
Mestrado	4		-		4
Especialização	7		4		11
Aperfeiçoamento	-		1		1
Graduação	31	1	23	1	56
Curso Ensino Médio	58	1	24	2	85
Curso Fundamental	31		20		51
Fundamental Incompleto	47		-		47
	178	2	72	3	255

Em 2008, o então Centro Federal de Educação Tecnologia de Santa Catarina transformou-se em IF-SC. Seu quadro de servidores efetivos com o respectivo nível de capacitação apresentava os seguintes dados:

2008 - Professores

	Professores Efetivos	Sem Graduação	Com Graduação	Aperf.	Espec.	Mestrado	Doutorado
Florianópolis	245	-	33	2	73	91	46
São José	78	-	14	2	14	38	10
Jaraguá do Sul	41	-	19	1	8	12	1
Fpolis-Continente	31	-	8	1	9	12	1
Joinville	35	-	2	-	12	16	5
Araranguá	36	-	16	1	5	8	6
Reitoria	23	-	2	1	6	8	7
Total	490	-	94	8	127	185	76

Fonte: Caderno de Indicadores do IF-SC 2008/2009

2008 - Técnicos-administrativos

	Fpolis	São José	Jaraguá do Sul	Chapecó	Joinville	Continente	Araranguá	Reitoria
Doutorado								
Mestrado	3	1			1		1	
Especialização	9	14	4	7	1	6	2	9
Aperfeiçoamento								
Graduação	61	30	19	13	20	8	13	44
Ensino Médio	61	31	10	13	11	14	14	16
Fund. Completo	16	6						2
Fund. Incompleto	18							
Alfabetizado	1							
Total	169	82	33	33	33	28	30	71

Fonte: Caderno de Indicadores do IF-SC 2008/2009

19.3 Quadro Anual de Formandos (1914 a 1993 e 2008)

Cursos	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	Total
Profissionais	26	8	10	12	12	11	12	11	102

Cursos	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	Total
Profissionais	1	3	-	6	6	12	6	15	8	10	14	14	18	113

No período compreendido entre 1948 e 1963, não há registros oficiais sobre o total de alunos formandos.

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	Total
Máq. Motores	10	3	11	12	46	48	130
Des. Técnico	10	5	6	7	6	16	50

	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	Total
Mecânica	-	-	28	45	55	71	-	70	87	98	94	77	625
Eletrotécnica	-	-	-	-	-	47	-	66	84	119	135	151	602
Edificações	-	-	-	37	28	57	34	53	48	107	73	84	521
Agrimensura	76	57	52	39	48	37	47	11	64	54	31	70	586
Eletromecânica	-	-	16	24	33	-	-	-	-	-	-	-	73

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	Total
Mecânica	117	107	115	154	141	91	121	117	97	127	140	110	152	110	1699
Eletrotécnica	157	151	166	165	147	126	142	152	114	138	96	114	103	129	1900
Edificações	86	105	121	145	114	68	56	79	105	135	104	135	119	122	1494
Agrimensura	84	59	110	70	52	65	42	39	36	23	28	13	40	39	700
Estradas	46	22	31	21	20	-	18	19	23	19	-	13	-	15	247
Saneamento	-	-	-	-	-	42	41	19	23	18	22	35	31	49	280
Eletrônica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	70	60	96	46	290
Seg.Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	68	73	198

Formandos - 2008

Chapecó	F. Continente	Fpolis	Jaraguá do Sul	Joinville	São José	Total
8	102	414	137	34	165	860

Fonte: Caderno de Indicadores do IF-SC 2008/2009

19.4 Jubilamentos

	Mecânica	Eletrotécnica	Edificações	Agrimensura	Estradas	Saneamento	Eletrônica	Seg.Trab.
1978	24	10	13	15	2			
1979	10	20	14	15	4			
1980	14	19	13	14	5			
1981	23	24	15	6	3			
1982	20	34	15	11	8			
1983	23	50	13	11	5			
1984	9	6	12	-	1			
1985	40	39	43	1	-	2		
1986	27	38	52	2	1	-		
1987	27	9	14	1	-	1		
1988	27	13	6	7		4	3	
1989	22	22	11	5	-	5	2	
1990	17	25	10	2	-	1	19	
1991	32	35	21	5	-	5	56	1
1992	32	41	16	9	-	8	44	5
1993	40	63	29	25	-	22	25	6
Total	387	448	297	129	29	48	149	12

Dados da Unidade de Florianópolis

Nesse mesmo período, também, foram jubilados 1207 alunos no Núcleo Comum e 95 alunos no Pré-Técnico e Nivelamento

19.5 Evasão Escolar: quadro comparativo - 1943 a 1963

Matrícula – 1ª Série Industrial Básico

1943 – 148 alunos matriculados

1944 – 126

1945 – 76

1946 – 104

1947 – 94

1948 – 93

1949 – 128

1950 – 155

1951 – 117

1952 – 58

1953 – 72

1954 – 129

1955 – 99

1956 – 92

1957 – 126

1958 – 146

1959 – 130

Matrícula – 4ª Série Industrial Básico

1946 – 15 alunos matriculados

1947 – 20

1948 – 19

1949 – 22

1950 – 32

1951 – 30

1952 – 44

1953 – 41

1954 – 31

1955 – 15

1956 – 37

1957 – 53

1958 – 45

1959 – 41

1960 – 52

1961 – 73

1962 – 86

19.6 Relação candidato/vaga , 2001 – 2005, Ensino Médio, Técnico e Tecnológico

CURSOS	2001			2002			2003			2004			2005		
	Inscritos	Vagas	Relação	Inscritos	Vagas	Relação	Inscritos	Vagas	Relação	Inscritos	Vagas	Relação	Inscritos	Vagas	Relação
UNIDADE DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS															
Ensino Médio	2.473	330	7,5	2.380	300	7,93	2.647	325	8,14	2.299	260	8,84	2.401	260	5,4
Ensino Médio Para Jovens e Adultos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78	30	2,6	81	60	1,35
Total do Ensino Médio	2.473	330	7,5	2.380	300	7,93	2.647	325	8,14	2.377	290	8,2	2.482	320	7,75
Ensino Técnico															
Automação Industrial	41	36	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações	172	76	2,3	282	144	1,96	290	136	2,13	348	144	2,42	543	144	3,77
Eletrônica	424	132	3,2	302	71	4,25	214	30	7,13	330	40	8,25	320	40	8
Eletrotécnica	276	92	3	300	110	2,73	491	176	2,79	569	210	2,71	591	158	3,7
Enfermagem (Joinville)	531	48	11,1	638	66	9,67	672	48	14	846	46	18,39	921	48	19,1
Enfermagem (Florianópolis)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	254	50	5,08	-	-	-
Geomensura	85	76	1,1	98	74	1,32	138	96	1,44	162	96	1,69	164	96	1,7
Informática	859	48	17,9	617	50	12,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mecânica Industrial	154	92	1,7	147	80	1,84	165	92	1,79	200	96	2,08	271	96	2,8
Meio Ambiente	149	24	6,2	93	28	3,32	187	29	6,45	328	48	6,83	484	72	6,7
Radiologia	272	20	13,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saneamento	70	24	2,9	58	50	1,16	89	44	2,02	96	48	2	120	48	2,5
Segurança do Trabalho	425	64	6,6	379	64	5,92	351	52	6,75	566	64	8,84	746	64	11,6
Automobilística	-	-	-	-	-	-	146	46	3,17	186	52	3,58	169	40	4,2
Meteorologia	-	-	-	-	-	-	60	26	2,31	116	52	2,23	158	52	3
Sistemas de Informação	-	-	-	-	-	-	75	5	15	469	40	11,73	600	40	15
Total Ensino Técnico	5.931	1.062	5,6	2.914	737	3,95	2.878	780	3,69	4.470	986	4,53	5.087	898	5,66

TOTAL DA UNIDADE SÃO JOSÉ														2.509	378	6,6	2.482	420	5,91	3.099	364	8,51	2.652	452	5,87	2.783	384	7,2
UNIDADE ENSINO JARAGUÁ DO SUL																												
Ensino Técnico																												
Eletromecânica	251	60	4,2	478	125	3,82	484	100	4,84	746	100	7,46	627	50	12,5													
Mecânica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	292	25	2,92	-	-	-													
Moda e Estilismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	25	7,8	275	50	5,5													
Têxtil	113	45	2,5	157	72	2,18	235	100	2,35	52	30	1,73	307	100	3													
Total Ensino Técnico	364	105	6,7	635	197	3,22	719	200	3,6	1.285	255	5,04	1.209	200	6													
TOTAL UNIDADE JARAGUÁ DO SUL	364	105	3,5	635	197	3,22	719	200	3,6	1.285	255	5,04	1.209	200	6													
TOTAL DO CEFET/SC																												
Ensino Médio	3.781	510	7,4	3.758	460	8,17	4.415	457	9,66	3.767	436	8,64	4.102	440	9,3													
Ensino Técnico	5.023	1.035	4,9	4.653	1.194	3,9	4.928	1.212	4,07	6.836	1.515	4,51	7.317	1.330	5,5													
Ensino Superior Tecnológico	-	-	-	656	92	7,13	1.834	218	8,41	1.576	260	6,06	1.764	322	5,5													
TOTAL GERAL	8.804	1.545	5,7	9.067	1.746	5,19	11.177	1.887	5,92	12.179	2.211	5,51	13.183	2.092	6,3													

Fonte: COING e Unidades de Ensino

19.7 Diretores do IF-SC

- 1910 – José Cândido da Silva
- 1914 – Dr. Heitor Blum
- 1917 - Sr. Álvaro Antunes Ramos (pró-tempore)
- 1918 – João Cândido da Silva Muricy
- 1929 – Eng^o Gabriel Alencar de Azambuja
- 1932 – Eng.^oJorge Pereira de La Roque
- 1933 – Eng.^o Cid Rocha Amaral
- 1956 – Prof. Sezefredo Blascke
- 1961 – Prof. Moacir Benvenuto
- 1963 – Dr. Antônio de Freitas Moura
- 1964 – Dr. Frederico Guilherme Büendgens
- 1986 – Prof. Alfeu Hermenegildo
- 1994 – Prof^a Soni de Carvalho
- 1998 - Prof. José Tadeu Arante (pró-tempore)
- 1999 - Prof^a Waléria Kulkamp Haeming (pró-tempore)
- 1999 – Prof. Juarez Pontes
- 2004 - Prof^a Consuelo Aparecida Sielski Santos

19.8 Reitores do IF-SC

- 2008 - Prof^a Consuelo Aparecida Sielski Santos

19.9 Diretores das Unidades do IF-SC

Florianópolis

- 1998 - Prof^a Waléria Kulkamp Haeming
- 1999 - Prof. Anésio José Macari
- 2004 - Téc.Adm. Anderson Antônio Matos Martins
- 2006 - Prof. Jucélio Gonçalves (pró-tempore)
- 2007 - Prof. Carlos Emami da Veiga

Continente

- 2006 – Téc. Adm. Rosamaria da Silva Beck
- 2007 - Prof^a Daniela de Carvalho Carrelas

Chapecó

- 2006 – Prof. Juarez Pontes

São José

- 1988 - Prof. Telmo Luiz Luz (coordenador)
- 1989 – Prof. Juarez Pontes
- 1994 – Prof. Volnei Duarte Gomes

1999 – Prof. Volnei Velleda Rodrigues
2004 – Prof. Jesué Graciliano da Silva
2007 – Prof. Jorge Luiz Pereira

Jaraguá do Sul

1994 – Prof. José Maria Nunes
1995 – Prof. Edilson B. Tarachuky
2000 – Prof. Vanderlei Antunes de Mello
2005 – Prof^ª Rosemary Maffezzolli dos Reis

Joinville

2006 – Prof^ª Juraci Maria Tischer
2008 – Prof. Paulo Roberto de Oliveira Bonifácio

Araranguá

2007 – Prof. Paulo Giancesini
2009 – Prof. Andrei Zwetsch Cavalheiro

19.10 Diretores-Gerais dos Campi

Florianópolis

2009 – Prof. Carlos Ermani da Veiga

Florianópolis-Continente

2009 – Prof^ª Daniela de Carvalho Carrelas

Chapecó

2009 – Prof. Juarez Pontes

São José

2009 – Prof. Jorge Luiz Pereira

Jaraguá do Sul

2009 – Prof^ª Rosemary Maffezzolli dos Reis

Joinville

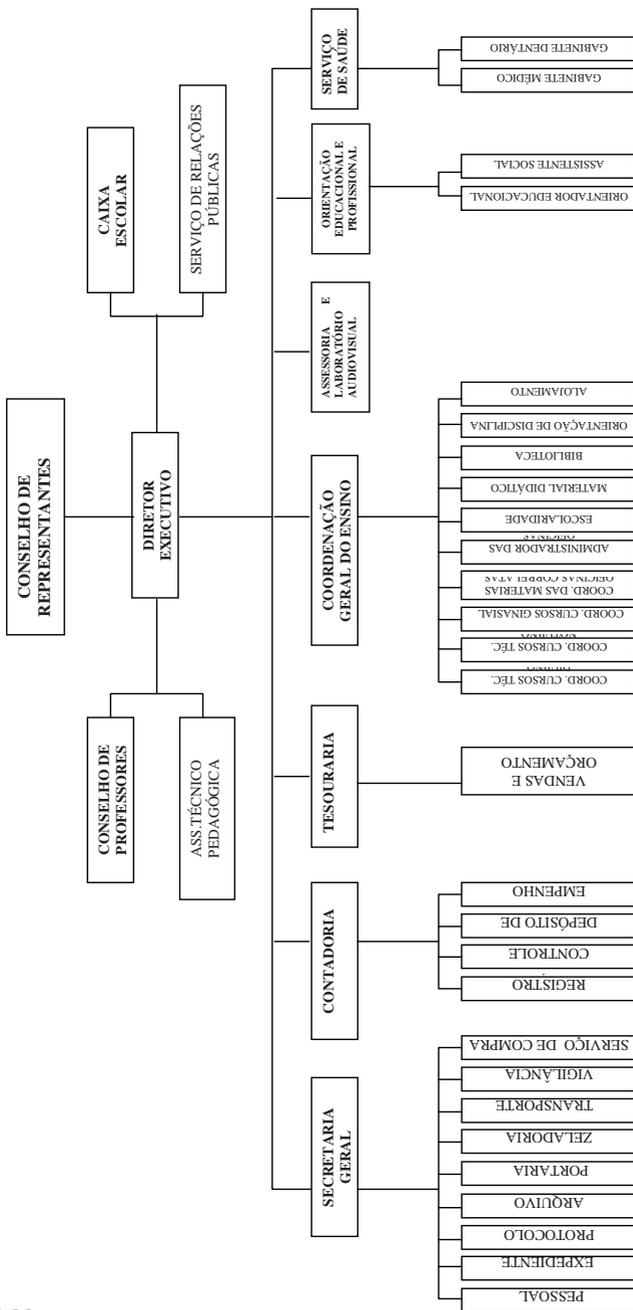
2009 – Prof. Paulo Roberto de Oliveira Bonifácio

Araranguá

2009 – Prof. Andrei Zwetsch Cavalheiro

19.11 A Evolução da Estrutura Organizacional

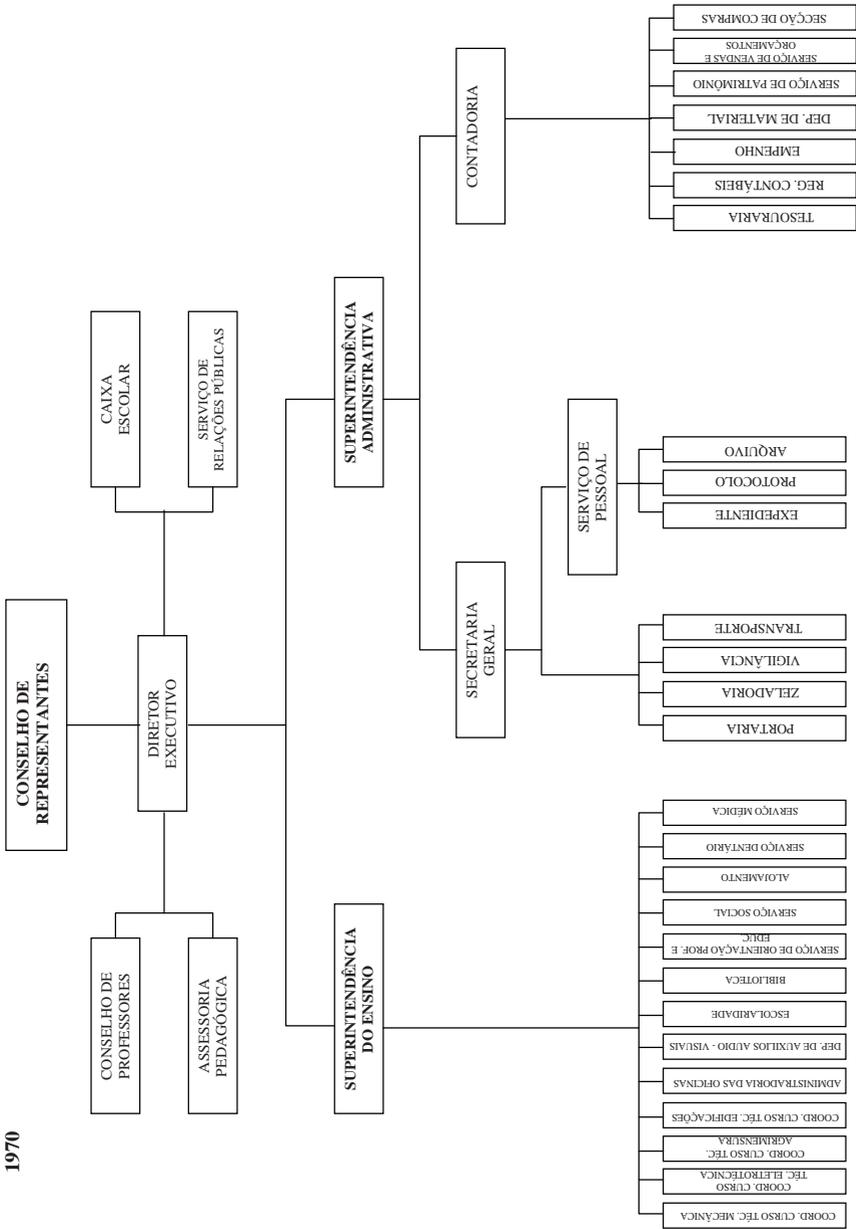
1968



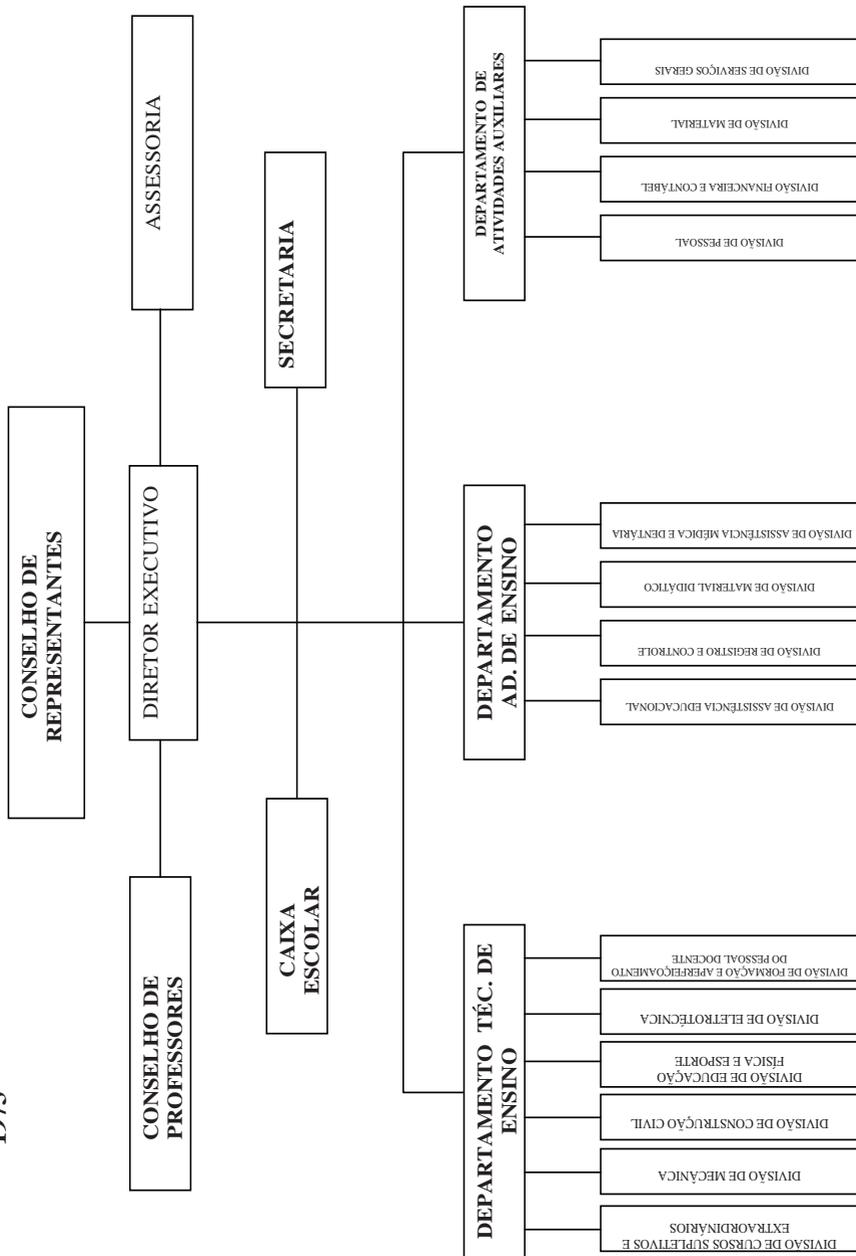
1968

1970

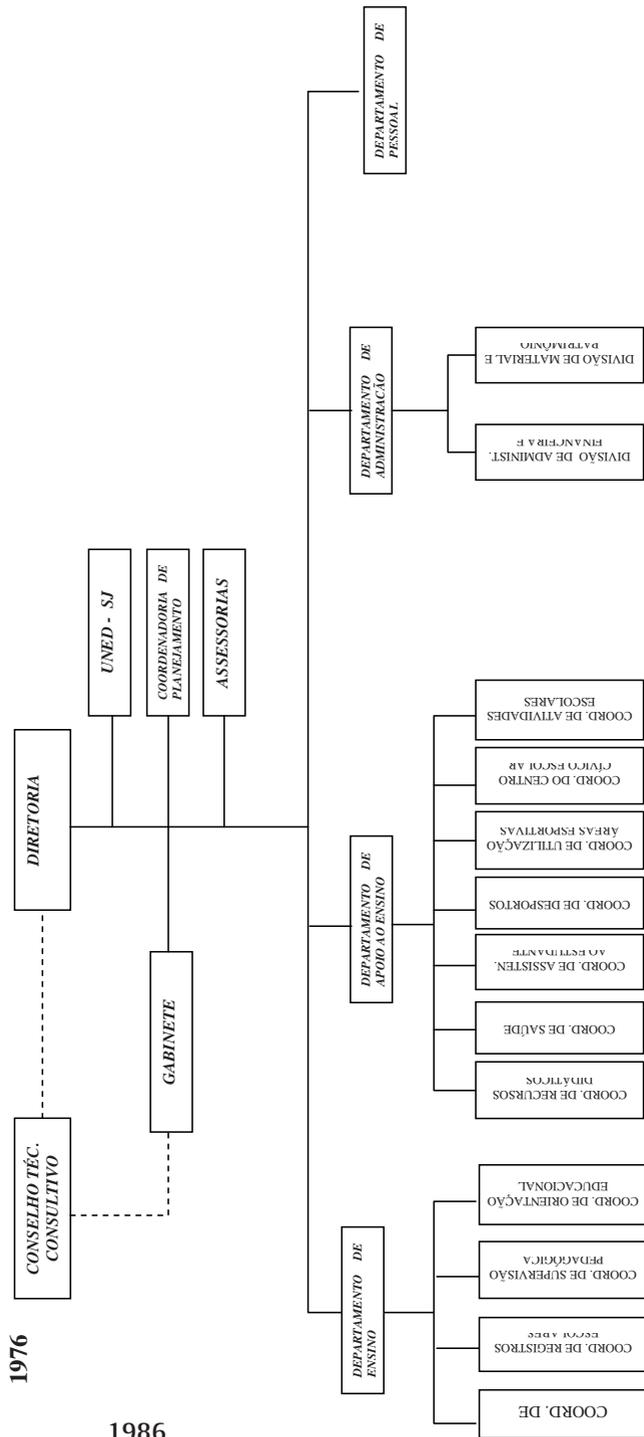
1970

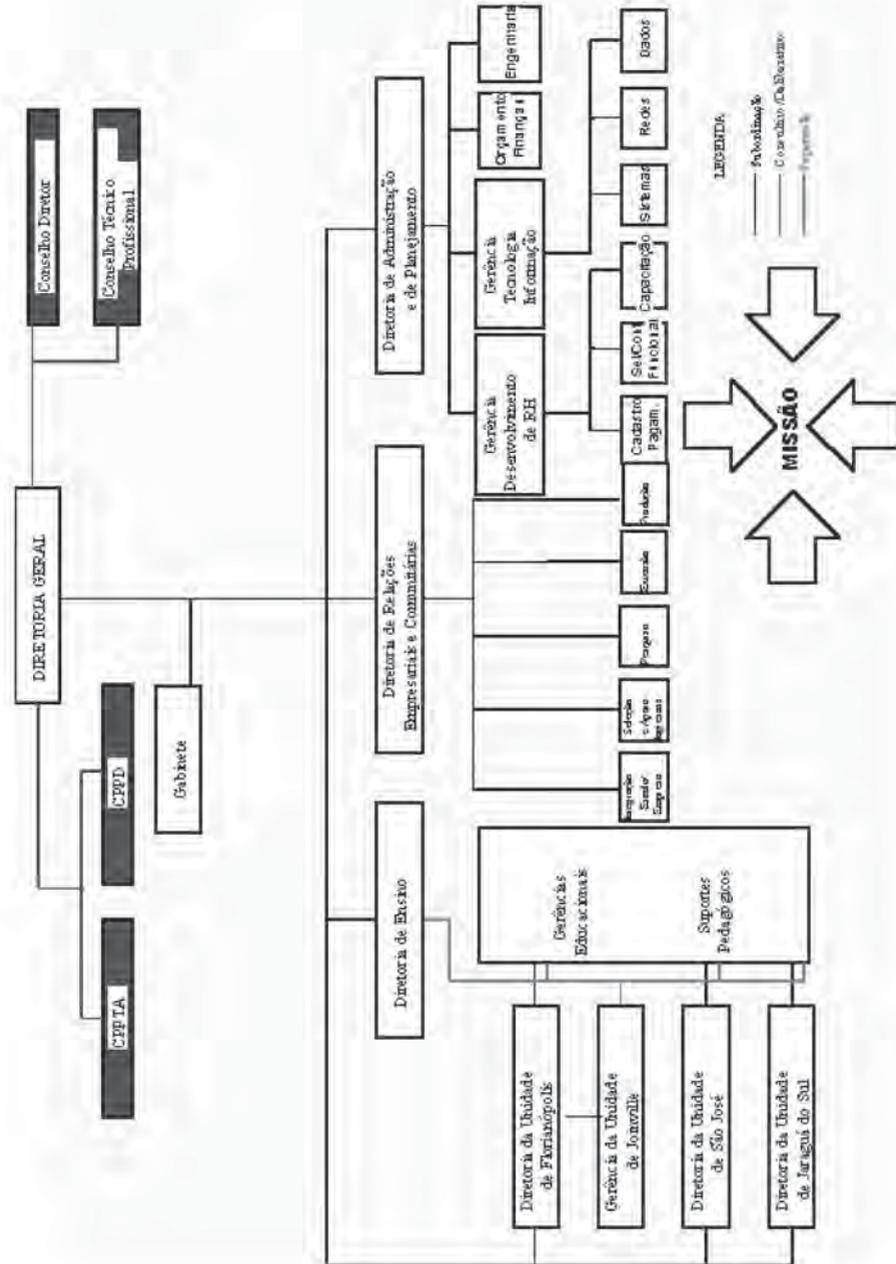


1973



1973





19.12 Relação de Servidores – 1909 a 1984

Apresentamos abaixo, a relação dos mestres, contramestres, professores e funcionários administrativos efetivos, horistas, substitutos, admitidos na Instituição, no período de 1909 a 1984. Para efeito de registro histórico, mantivemos a denominação do cargo assumido pelo servidor, no momento de sua admissão. Esclarecemos que a partir de 1985 os registros de admissão de servidores deixaram de ser feitos em livros próprios e passaram a ser anexados em pastas individuais, o que dificultou o processo de coleta de dados.

	Nome do Servidor	Cargo	Admissão
1	Abel Beatriz Pereira	Professor	1975
2	Abel Siqueira Furtado	Professor	1961
3	Abelardo Pereira Filho	Professor	1975
4	Abilio Lenzi	Professor	1976
5	Acácio Ouriques	Artífice	1951
6	Acedino Generoso Vieira	Aux. de Cozinha	1961
7	Acires Dias	Professor	1979
8	Adamir Barossi	Professor	1978
9	Adão Pereira da Silva	Agente Portaria	1980
10	Adelina Terezinha B. Voltolini	Agente Administ.	1980
11	Adelinício Cecílio Machado	Agente Administ.	1980
12	Adelino Silvano	Aux. de Artífice	1964
13	Ademar Manoel Marinho	Servente	1974
14	Ademar Pereira Luiz	Aux. de Artífice	1963
15	Ademar Verzola Filho	Agente de Portaria	1978
16	Ademir José Vieira	Desenhista	1976
17	Ademir Osni da Silva	Servente	1973
18	Ademir Pereira	Téc. Contabilidade	1972
19	Adérito Furtado	Artífice	1962
20	Adilson César Damiani	Professor	1964
21	Adilson Souza	Agente Administ.	1978
22	Adjair Francisco	Agente Portaria	1980
23	Adolfo Leopoldo dos Santos	Agente Portaria	1980
24	Adriano João Casali	Professor	1971
25	Advaldo de Souza	Agente Vigilância	1983
26	Affonso Alles	Professor	1970
27	Afonso Celso Correa Dias	Professor	1977
28	Afonso Coutinho Guedes Pinto	Professor	1977
29	Ageu Deolinda	Artífice	1984
30	Agnelo de Freitas Varão	Zelador	1943
31	Agobar Santos	Artífice	1962
32	Agostinho Silva	Professor	1941
33	Aidisia Cabral de Oliveira	Telefonista	1977
34	Alaôr de Jesus Correa	Professor	1978

35	Alba Maria Koeller	Agente Administ.	1977
36	Alberto Coelho Filho	Professor	1978
37	Alberto Moritz	Mestre	1926
38	Alcântaro Correa	Professor	1967
39	Alcemir Luiz Lessa	Artífice	1981
40	Alcides José de Moraes	Professor	1941
41	Alcides Vieira de Ameida	Professor	1979
42	Alcino Damian Preve	Professor	1975
43	Alciomar Manoel de Lima	Agente Administ.	1977
44	Alcioni Manoel da Silva	Servente	1976
45	Alcires Fagundes	Assist. Administrativo	1984
46	Alcy Domingues Garcia	Agente Administ.	1978
47	Alda Gomes da Silva Xavier	Agente Vigilância	1983
48	Alda Valente	Professor	1946
49	Aldo Bessa	Aux. Bibliotecário	1961
50	Aldo Evaristo Quadros	Guarda	1962
51	Aldo Vane Antônio Jorge	Professor	1971
52	Alfeu Hermenegildo	Professor	1980
53	Alfredo Costa	Artífice	1963
54	Alfredo da Silva	Professor	1964
55	Alfredo Gentil Costa	Professor	1969
56	Alfredo Juvenal da Silva	Professor	1912
57	Alfredo Tibúrcio Nunes Pires	Professor	1975
58	Aliomar Manoel de Lima	Agente Portaria	1979
59	Almir Juppe	Escriturário/Datilóg.	1975
60	Almir Leite Brito	Agente Portaria	1983
61	Almiro Antônio Winter	Professor	1964
62	Aloísio Callado	Almoxarife	1952
63	Aloísio Silveira Alves	Professor	1974
64	Alonso João da Silva	Agente de Portaria	1981
65	Alseu Pacheco	Professor	1973
66	Altamir Dias	Professor	1976
67	Altamiro Donato de Souza Filho	Servente	1973
68	Aluísio Dobes	Escriturário	1963
69	Álvaro Antunes Ramos	Escriturário	1909
70	Alvaro Fernando Luz	Professor	1976
71	Álvaro Wandelli Filho	Professor	1963
72	Alzir Francisco Krauss	Professor	1982
73	Amadeu Marques	Artífice	1978
74	Amaro Joaquim Alves	Professor	1967
75	Amauri da Cruz Dias Teixeira	Artífice	1945
76	Amílcar Neves	Professor	1970
77	Amilton Coelho	Professor	1976
78	Amir Saturnino Rodrigues de Brito	Professor	1944
79	Ana Cristina Martins Caldas	Escriturário/Datilóg.	1973
80	Ana Cristina Pires Martin Caldas	Escriturário/Datilóg.	1973

81	Ana Maria Barcella Nicolich da Silva	Agente Administ.	1977
82	Anacirema Braga de Moraes	Escriturário	1973
83	Anésio José Macari	Professor	1973
84	Ângela Del'Rei da Silva Souza	Agente Administ.	1982
85	Ângela Maria de Melo Vieira	Escriturário/Datilóg.	1973
86	Ângela Maria Ribeiro Vieira	Professor	1980
87	Ângelo Francisco Fonseca	Escriturário	1955
88	Aníbal Nunes Pires	Professor	1947
89	Anilza Hilda Fagundes	Agente Portaria	1983
90	Annemarie Weigand	Aux. de Escritório	1963
91	Anselmo Buss	Professor	1975
92	Antonio Carlos Novaes de Freitas	Agente Administ.	1977
93	Antônio Conedera de Lucena	Professor	1976
94	Antônio de Freitas Moura	Professor	1949
95	Antônio dos Santos	Motorista	1968
96	Antônio Fábio Carvalho da Silva	Professor	1976
97	Antônio Guedes Bittencourt	Professor	1979
98	Antônio Henrique Bulcão Viana	Professor	1967
99	Antônio Hessmann	Professor	1980
100	Antônio João da Silva	Professor	1974
101	Antônio Lino Gonçalves	Servente	1974
102	Antônio Pereira Gutierrez	Professor	1941
103	Antônio Prazeres	Professor	1943
104	Antônio Reduzino Alexandrino	Datilógrafo	1977
105	Antônio Teodoro Lopes	Agente Portaria	1978
106	Aparecida Maria Lopes Tobrindo	Professor	1976
107	Aquino Vieira	Torneiro	1939
108	Ari da Cunha Ocampo Moré	Professor	1943
09	Arlton David Margarida da Silva	Agente Vigilância	1983
110	Aristides Diener	Dentista	1961
111	Aristóteles Rosalino dos Santos	Professor	1939
112	Arivaldo Liz de Almeida	Professor	1962
113	Arlei Ana Carlin Kilian	Escriturário	1973
114	Arlete Goulart Gonçalves	Professor	1978
115	Arlindo Guimarães	Professor	1945
116	Arlindo Philippi May	Professor	1970
117	Armando de Pádua Fiuza	Professor	1975
118	Armando Ramalho	Aux. de Artífice	1963
119	Armen Mamigonian	Professora	1963
120	Arnaldo Cardoso	Professor	1965
121	Arnildo Barossi	Professor	1973
122	Arno Bianchet	Agente Administ.	1978
123	Arno Guilherme Scheidt	Professor	1961
124	Arnóbio José Glavan	Professor	1968
125	Arnoldo de Souza Marques	Professor	1973
126	Aroldo Herminio Faustino	Aux. de Artífice	1962

127	Arthur Capella Neto	Professor	1971
128	Arthur Beck Neto	Professor	1976
129	Arthur Feliciano Martins	Servente	1919
130	Arthur Rodolpho Sullivan	Professor	1963
131	Ary Jordão da Silva	Contramestre	1935
132	Aurélio de Campos Rotolo	Professor	1978
133	Aurélio Furtado Ramos	Professor	1982
134	Aurélio Paladino Filho	Professor	1976
135	Aurelio Santos Pereira	Professor	1968
136	Auridio Alves	Professor	1975
137	Auristela Maciel Sebastião	Datilógrafo	1977
138	Ausani Silveira Vieira	Professor	1977
139	Avanir Manoel da Silva	Agente Portaria	1981
140	Ayrton Capella Filho	Professor	1971
141	Azelnir Schaffer	Professor	1977
142	Belmiro Boaventura de Souza	Mestre	1910
143	Bernadete Vargas Monteiro	Agente Administ.	1984
144	Bernardete Urbaneski	Assist. Administrativo	1980
145	Bernardino José Vieira	Aux. Artífice	1982
146	Bernardo João Rachadel	Professor	1978
147	Bertholdo Feitten	Professor	1967
148	Bertino Gregório Pereira	Porteiro-Almoxarife	1931
149	Braz da Silva	Professor	1964
150	Bruno Manoel Neves	Professor	1975
151	Caetano Fachini	Professor	1975
152	Cândido de Souza Conceição	Porteiro	1909
153	Cantalícia Elaine Ibarra Dobes	Assist. Administrativo	1972
154	Carlos Alberto da Costa	Copeiro	1963
155	Carlos Alberto da Silva Júnior	Professor	1963
156	Carlos Alberto Florentino da Silva	Agente de Portaria	1977
157	Carlos Alberto Kincheski	Professor	1976
158	Carlos Alberto Pereira	Agente Portaria	1982
159	Carlos Alberto Pierri	Assist. Médico	1974
160	Carlos Amaro Reinisch Coelho	Secretário	1962
161	Carlos Büchele Júnior	Professor	1968
162	Carlos Gonzaga	Professor	1945
163	Carlos Henrique da Cunha	Agente Portaria	1983
164	Carlos Henrique da Silva	Escriturário/Datilóg.	1976
165	Carlos Ildefonso de Mello	Agente Vigilância	1983
166	Carlos Leis de Souza	Desenhista	1977
167	Carlos Lucas Besen	Professor	1978
168	Carlos Moacir Grandi	Professor	1978
169	Carlos Roberto Coelho Martins	Professor	1978
170	Carlos Roberto Scóz	Professor	1979
171	Celestino Sachet	Professor	1963
172	Célia J. Fiuza	Professor	1983

173	Celina Cunha Quadros	Agente de Portaria	1977
174	Celita Irene Campos Angeloni	Professor	1980
175	Celso Barbosa Wolff	Professor	1968
176	Celso Ramos Filho	Professor	1956
177	Celso Silvestre	Professor	1982
178	César Carpes	Artífice	1977
179	César Ghisi Silvestre	Professor	1977
180	César Hugo Espindola	Professor	1976
181	Charles Romel de Souza	Professor	1976
182	Cid José Goulart	Professor	1963
183	Cid Rocha Amaral	Diretor	1931
184	Cirineu Schmidt Pioner	Professor	1976
185	Ciro Sebastião Sanford de Vasconcelos	Professor	1967
186	Clarice Lúcia Battisti	Agente Administrat.	1980
187	Claudemir S. da Silva	Servente	1974
188	Cláudio Beck	Professor	1971
189	Cláudio de São Plácido Brandão	Professor	1980
190	Cláudio Melo	Professor	1976
191	Cláudio Soares Rodrigues	Professor	1971
192	Claudionor Nilson Horácio	Agente Administrat.	1984
193	Cléia Maria Borges Silva	Professor	1976
194	Clélia Nunes Pires Caldeira	Professor	1910
195	Clementina Rodrigues	Escriturário/Datilóg.	1974
196	Clodorico Moreira Filho	Professor	1964
197	Clotilde Francisca Coelho	Professor	1928
198	Constantino M. Margarida	Professor	1976
199	Consuelo Aparecida Sielski dos Santos	Professor	1981
200	Curt Hadlich	Professor	1973
201	Custódia Machado Pacheco	Agente Portaria	1981
202	Custódio Juvenal Pacheco	Professor	1975
203	Custódio Machado	Contramestre	1933
204	Dairo Cesa	Professor	1971
205	Dalila Alves Pierri	Servente	1945
206	Dalva de Almeida Bastos Waltort	Professor	1965
207	Daniel Berger	Agente Administrat.	1981
208	Danilo Franz	Professor	1975
209	Darci José Silvino	Aux. Artífice	1983
210	Darci Romário Barcelos	Agente Administrat.	1979
211	Dario Antonio Lopes	Agente Portaria	1981
212	Dauro Rene Cardoso Pereira	Agente Vigilância	1983
213	Délio Faraco Filho	Artífice	1984
214	Delzi José da Silveira	Professor	1978
215	Denizar Cruz Martins	Professor	1975
216	Deodete Packer Vieira	Professor	1975
217	Dercílio Borba	Professor	1977
218	Dieter Henning	Professor	1974

219	Dilmar Kopsch	Artífice	1965
220	Dilza Délia Dutra	Professor	1961
221	Dimas Rosa	Desenhista	1962
222	Diná Camisão	Professor	1936
223	Dinalte Almeida da Silva	Agente Portaria	1980
224	Diocelma Maria Müller	Professor	1980
225	Djalma Benjamin Duarte	Professor	1962
226	Domingos Francisco da Silva	Guarda	1973
227	Domingos Tonnera	Professor	1939
228	Donato Mello Júnior	Professor	1935
229	Donato Moro	Professor	1974
230	Doracélio Soares	Professor	1935
231	Doroti Nascimento Delfino	Datilógrafo	1963
232	Douglas Moeller Dinner	Professor	1974
233	Dulce Luiza Costa	Agente Portaria	
234	Dulcemar Moraes Borba	Escriturário/Datilóg.	1975
235	Dulcirene Grein Ferreira Bräscher	Agente Administ.	1977
236	Dúnia Maria Goes	Escriturário/Datilóg.	1976
237	Eda Maria Faustino	Agente Portaria	1979
238	Edejarde João Dias	Professor	1963
239	Edela Lenschner	Aux. Escritório	1941
240	Edevaldo César da Silva	Servente	1976
241	Edgar Arruda Salomé	Professor	1961
242	Edgar Silveira	Professor	1979
243	Edina Bussarello	Orient. Educacional	1970
244	Edison de Melo	Agente Portaria	1980
245	Edison Salvador	Professor	1978
246	Edite Soares	Professor	1961
247	Edmir Agripino dos Santos	Agente Administ.	1980
248	Edmundo Bruno Paegle	Professor	1945
249	Edson Cardoso	Professor	1965
250	Edson Fortunato Neves	Professor	1963
251	Edson Levi Auras	Professor	1976
252	Edson Luiz da Silva	Professor	1982
253	Edson Luiz Maria	Agente Administ.	1983
254	Edson Orlando Tavares Goldner	Professor	1971
255	Edson Osni Ramos	Agente Administ.	1977
256	Edson Santos Silva	Professor	1978
257	Eduardo Damião Lima	Agente Portaria	1983
258	Egídio Hipólito de Azevedo	Aux. de Artífice	1962
259	Egídio José Marques	Agente Portaria	1980
260	Elba Maria Artiero da Silva	Professor	1981
261	Elenise Ferreira	Agente Administ.	1980
262	Elenita Ivoni Willamil Luz	Agente Administ.	1982
263	Elenita Azevedo da Luz	Aux. Escolaridade	1967
264	Eleutério Nicolau da Conceição	Professor	1977

265	Eli Silva Coelho	Professor	1978
266	Eliane Maria Klawa	Professor	1979
267	Elias Machado	Agente Portaria	1983
268	Eliete Maria Medeiros	Agente Administ.	1983
269	Eliézer Abreu Paegle	Professor	1974
270	Élio José Furtado Ballstaedt	Professor	1953
271	Elisa Faustino da Silva	Bibliotecário	1947
272	Elisabete T. Schneider	Agente Administ.	1981
273	Elisabete Florindo	Escriturário/Datilóg.	1976
274	Elisabete Gomes de Castilhos	Escriturário/Datilóg.	1976
275	Elisabeth Martins Gevaerd	Professor	1979
276	Elizabeth Vieira Borges	Desenhista	1982
277	Elói Haut Gonçalves	Servente	1976
278	Eloy João Losso	Contador	1962
279	Eloy João Losso Filho	Professor	1981
280	Elpídio Ardigo	Servente	1968
281	Elpídio de Souza Lopes	Aux. de Artífice	1963
282	Elson Andrade Branco	Professor	1975
283	Ely Almir de Souza	Professor	1970
284	Enilton Silva Santos	Aux. Artífice	1984
285	Enio Carvalho de Araújo	Agente Portaria	1982
286	Enio João Torquato Silva	Professor	1981
287	Enio Miguel de Souza	Professor	1980
288	Eno José Tavares	Professor	1962
289	Epaminondas José dos Santos	Mestre	1921
290	Ernesto Heinzelmann	Professor	1975
291	Ervani Joaquim Botelho	Copeiro	1961
292	Espereçone Silva	Artífice	1964
293	Ester Eloísa Addison	Assist. Administrativo	1980
294	Estevão Roberto Ribeiro	Professor	1975
295	Esther Ignez Vieira Livramento	Professor	1977
296	Eucléria Maria Sens	Agente Administ.	1982
297	Euclides Gomes Pereira Filho	Guarda	1973
298	Euclides Schmidt	Mestre	1910
299	Eugeni Faustino de Oliveira	Agente Portaria	1983
300	Eugênia Catulina da Silva	Professor	1918
301	Eurico Luchtenberg	Professor	1975
302	Eurides de Souza Nunes	Professor	1978
303	Evaldo Luiz Viana Bento	Professor	1980
304	Everton Alexandre Pacheco	Professor	1978
305	Ezair Francisco Borba	Professor	1971
306	Fábio Manoel de Araújo Waltrick	Professor	1981
307	Fanor Medeiros	Professor	1938
308	Felício Wessling Margotti	Professor	1979
309	Felipe Acácio Jacques	Professor	1979
310	Felipe Tonnera	Contramestre	1914

311	Felipe Xavier Felício	Professor	1964
312	Fernando Antonio Camargo Ribas	Professor	1977
313	Fernando Carreirão	Inspetor de Alunos	1963
314	Fernando Cesar Vianna	Agente Administr.	1982
315	Fernando Luiz Costa	Datilógrafo	1982
316	Fernando Teixeira	Professor	1983
317	Flávia Lúcia Seara Berka	Professor	1977
318	Florisvaldo Idio Bernardes	Agente Portaria	1979
319	Francisco Aires de Oliveira	Professor	1977
320	Francisco Carlos Silva	Professor	1981
321	Francisco Chagas Vasconcelos	Servente	1943
322	Francisco de Almeida Machado	Mestre	1913
323	Francisco de Assis Alves Filho	Professor	1979
324	Francisco de Paula Vieira	Servente	1943
325	Francisco Dornier de Oliveira Neto	Professor	1984
326	Francisco Duarte Oliveira	Professor	1977
327	Francisco Manoel da Silva	Agente Portaria	1980
328	Franklin Joaquim Cascaes	Professor	1941
329	Fred Staudinger	Laboratorista	1973
330	Frederico Guilherme Buendgens	Professor	1963
331	Gabriel Alencar de Azambuja	Diretor	1929
332	Gabriel Serôa da Mota	Professor	1983
333	Gelásio Gomes	Professor	1979
334	Genésio Sevegnam	Professor	1973
335	Genésio Ozímio Melo	Servente	1973
336	Gentil Galvão	Artífice	1963
337	Georges Winkelried Wildi	Professor	1962
338	Geraldina Burin	Professor	1978
339	Geraldo Espezim Nunes	Agente Administr.	1983
340	Geraldo Kindermann	Professor	1973
341	Geraldo Nazareno Canarin	Professor	1976
342	Gert Staudinger	Desenhista	1973
343	Gil Nazareno Losso	Escriturário	1973
344	Gilberto Alexandre de Campos	Professor	1973
345	Gilberto Barbosa	Professor	1973
346	Gilberto Gonçalves Cândido	Professor	1973
347	Gilberto Nagib Platt Nahas	Ag. Mecaniz. Apoio	1976
348	Gilson Ávila Hülbert	Professor	1977
349	Gilson Moraes	Professor	1980
350	Girlei Schmitz	Professor	1978
351	Gisela Busch Wanderly	Professor	1962
352	Giselda Maria Ruas	Agente Administr.	1984
353	Gladys de Moraes Maciel	Professor	1975
354	Glauco Brites Ramos	Professor	1971
355	Glauco Rodrigues Correa	Professor	1963
356	Godofredo Paulo da Silveira Feijó	Mestre	1935

357	Gualter Martiniano de Alencar Araripe	Professor	1976
358	Güenther Carlos Gottschald	Professor	1975
359	Guida Maria Losso	Agente Administ.	1982
360	Gustavo Passing Júnior	Artífice	1977
361	Gustavo Zandavalli de Liz	Escriturário/Datilóg.	1975
362	Hamilton Caminha	Professor	1964
363	Hamilton Medeiros da Silveira	Professor	1965
364	Hamilton Nazareno Ramos Schaefer	Professor	1963
365	Harley Werneck de Paula	Desenhista	1984
366	Haroldo de Freitas Noronha	Artífice	1963
367	Harry Egon Krieger	Professor	1963
368	Hélio José Müller	Professor	1971
369	Hélio Nilson Ramos	Professor	1963
370	Hedy B. Costa	Professor	1974
371	Heitor Blum	Diretor	1914
372	Heitor Rogério Rosa	Controle Patrimônio	1967
373	Helena Flávia Napolini Coelho	Professor	1976
374	Helena Maria de Oliveira	Agente Portaria	1980
375	Heleno Manoel Carmino	Agente de Portaria	1981
376	Heleno Orlandino Martins	Escriturário/Datilóg.	1976
377	Hélio Barreto dos Santos	Professor	1963
378	Hélio Romito de Almeida	Professor	1964
379	Heloisa Helena Damerau Machado	Escriturário	1972
380	Henderson José Speck	Professor	1978
381	Henrique Aldo Thiesen	Professor	1964
382	Henrique da Luz Glória	Professor	1979
383	Henrique José Deeke	Professor	1977
384	Henrique Severino	Professor	1977
385	Hercides José da Silva	Professor	1969
386	Hercílio Bertoldi	Professor	1967
387	Hermenegildo de Souza Lopes	Artífice	1945
388	Hermes Ângelo Martins	Guarda	1962
389	Hermesília Gualberto	Professor	1934
390	Hermínio Capela Vieira	Professor	1979
391	Hilza Carolina Souza	Servente	1974
392	Hippólito do Valle Pereira	Professor	1963
393	Homero da Costa Araújo	Professor	1974
394	Horst Meinicke Júnior	Professor	1974
395	Horst Hartwig Hinsching	Professor	1975
396	Hugo Antônio Fabeni	Professor	1937
397	Humberto Jorge José	Professor	1977
398	Humberto Nocetti Bez	Professor	1979
399	Ialdo Joao Batista de Almeida	Servente	1945
400	Iberê Pickler Jaques	Aux. Coord. Ensino	1961
401	Idalino Rozendo dos Santos	Professor	1937
402	Iginio Faustino	Servente	1974

403	Ildefonso Cunha	Aux. de Artífice	1963
404	Iliete da Luz Pereira	Professor	1978
405	Ilson Martins Ribeiro	Professor	1976
406	Ilson Vilmar Rodrigues Filho	Professor	1977
407	Inês da Cruz	Agente Administ.	1977
408	Ingeborg Hadlich	Agente Administ.	1978
409	Inocêncio dos Santos	Aux. de Artífice	1962
410	Iovaldir Rodrigues Medeiros	Agente Portaria	1980
411	Iraci Gladys Flach Feiten	Professor	1976
412	Irene Bernadette de Souza Xavier Alves	Professor	1963
413	Irene Nicolich	Professor	1912
414	Irene Prosdossimi de Campos	Professor	1981
415	Ireno Denicoló	Professor	1975
416	Iria Diettrich	Professor	1961
417	Irineu Pedro da Cunha	Armazenista	1944
418	Isabel Somer	Professor	1978
419	Ismael Ulyseia Neto	Professor	1976
420	Ivan Augusto Reis Von Hertwig	Agente Administ.	1983
421	Ivan César Cunha	Agente de Portaria	1978
422	Ivan da Silva	Aux. Artífice	1984
423	Ivan Gonçalves de Souza	Professor	1978
424	Ivan Schmitz	Professor	1978
425	Ivani C. do Nascimento	Professor	1962
426	Ivani Zechini Bueno	Professor	1976
427	Ivanir Terezinha de Oliveira	Agente Portaria	1979
428	Ivo Arthur Hemmer	Professor	1973
429	Ivo Barbi	Professor	1971
430	Ivo Merizi	Atendente	1943
431	Ivo Orlando Muller	Professor	1984
432	Ivo Pereira	Cozinheiro	1961
33	Ivo Pimental Carioni	Professor	1980
434	Ivonete Leandra Silveira	Agente Administ.	1980
435	Ivonete Maria Garcioni	Professor	1982
436	Ivonete Mônica Stahelin	Escriturário/Datilóg.	1976
437	Izeu Ribeiro de Araújo	Professor	1967
438	Izolda Dipieri	Professor	1977
439	Izolda Tereza Gonçalves de Carvalho	Agente de Portaria	1978
440	Jacinto Thomaz de Aquino	Servente	1933
441	Jacira dos Santos	Professor	1977
442	Jacqueline Sempé	Agente Administ.	1983
443	Jaime Coelho dos Santos	Inspetor de Alunos	1954
444	Jaime Guilherme Vieira	Agente Portaria	1979
445	Jaime Isolino de Faria	Agente Vigilância	1983
446	Jaime José da Costa	Professor	1976
447	Jair João Gonzaga	Professor	1977
448	Jairo de Abreu	Professor	1980

449	Jairo Silva	Agente Vigilância	1983
450	Jali Meirinho	Relações Públicas	1968
451	Jandira dos Santos	Telefonista	1973
452	Janete de Queiroz Costa Pinheiro	Professor	1973
453	Janete Moro	Professor	1982
454	Jânio Rodrigues Lopes	Professor	1982
455	Jarbas Mendes	Professor	1971
456	Jesus Tiago da Silva	Agente Administ.	1984
457	João Airto de Bettio	Professor	1973
458	João Batista Bonassis	Professor	1940
459	João Batista Broering	Professor	1980
460	João Batista da Silva	Professor	1980
461	João Batista da Silva	Professor	1977
462	João Batista de Souza	Agente Administ.	1982
463	João Borges do Amaral	Escriturário	1943
464	João Cândido da Silva Muricy	Diretor	1917
465	João Cardoso Gonçalves	Artífice	1945
466	João Carlos Machado	Professor	1979
467	João Corrêa Filho	Agente Portaria	1982
468	João da Silva Filho	Guarda	1962
469	João dos Santos Mendonça	Porteiro - Almojarife	1918
470	João Eugênio Cavallazzi	Professor	1978
471	João Francisco da Rosa	Professor	1943
472	João Geraldo Fidélis	Agente Administ.	1980
473	João Gonçalves Melchades de Souza	Escriturário	1920
474	João Guilherme Vieira	Guarda	1973
475	João Heleodoro Ferreira	Professor	1945
76	João José Felipe	Agente Portaria	1984
477	João José Ramos	Aux. de Artífice	1962
478	João Lécio de Santiago	Professor	1971
479	João Ligocki	Mestre	1910
480	João Machado	Aux. de Artífice	1962
481	João Mercedes de Azevedo	Aux. de Artífice	1962
482	João Miguel da Rocha	Servente	1943
483	João Orige da Silva	Professor	1970
484	João Paulino da Silva	Servente	1962
485	João Paulo de Souza	Téc. Contabilidade	1973
486	João Paulo Silveira de Souza	Professor	1970
487	João Raul de Moraes	Agente Portaria	1983
488	João Rubens Faraco	Datilógrafo	1979
489	João Rui Spoganicz	Secretário	1962
490	João Sérgio de Campos Pacheco	Professor	1978
491	João Tonnera	Contramestre	1926
492	João Volney Bússola	Professor	1964
493	Joaquim Bernardo	Agente Portaria	1983
494	Joaquim Margarida Filho	Servente	1943

495	Joaquim Natividade Silva	Mestre	1910
496	Joares Fideles	Agente Portaria	1982
497	Jocy José de Borba	Assist. Coord. Ensino	1961
498	Joel Coelho	Professor	1977
499	Joel Laudelino Lunardelli	Servente	1963
500	Joel Porto Larroyd	Professor	1978
501	Jonas Valério Cadore	Escriturário/Datilóg.	1976
502	Jordão Cândido da Silva	Mestre	1912
503	Jorge Emmanuel Feijó	Professor	1979
504	Jorge Leonardelli Boeira	Professor	1977
505	Jorge Luiz Del'Antonio	Agente Administ.	1977
506	Jorge Luiz Lima Queiroz	Professor	1981
507	Jorge Pereira de la Roque	–	1932
508	José Abreu	Servente	1943
509	José Afonso Carvalho	Professor	1975
510	José Afonso Harger	Professor	1945
511	José Airton Batista	Professor	1965
512	José Alberto Zytkeuwisz	Professor	1975
513	José Arno Scheidt	Professor	1975
514	José Augusto Crema	Professor	1978
515	José Augusto de Oliveira	Professor	1971
516	José Bernardino Vieira Filho	Agente Portaria	1978
517	José Cândido da Silva	Diretor	1910
518	José Carlos Becker	Professor	1971
519	José Carlos Dias	Servente	1976
520	José Carlos Faustino	Agente Portaria	1983
521	José Carlos Gevaerd	Agente Administ.	1973
522	José Carlos Oleiniski	Professor	1973
523	José Carlos Pontes	Professor	1980
524	José Cláudio dos Santos	Professor	1971
525	José da Costa Flores	Contramestre	1918
526	José dos Santos Guedes	Artífice	1945
527	José Emanuel Berreta de Andrade	Professor	1976
528	José Enis Trievailer	Professor	1977
529	José Fernandes	Professor	1978
530	José Fernandes Arend	Professor	1979
531	José Fernando de Souza Fonseca	Professor	1976
532	José Figueiró de Siqueira	Assist. Coord. Ensino	1968
533	José Francisco Bernardes	Professor	1977
534	José Francisco Dilli	Agente Administ.	1981
535	José Guilherme Vieira	Agente de Portaria	1978
536	José Heleodoro Ferreira	Professor	1961
537	José Jorge Cordeiro Campos	Agente Administ.	1981
538	José Leopoldo dos Santos	Servente	1944
539	José Luiz Cavichioli	Professor	1979
540	José Luiz da Silva	Professor	1976

541	José Luiz Meurer	Professor	1974
542	José Luiz Nunes da Silva	Professor	1978
543	José Luiz Piccoli	Professor	1979
544	José Manoel Pereira	Aux. Artífice	1962
545	José Martins	Aux. de Artífice	1961
546	José Mauro Lopes Pereima	Professor	1979
547	José Michael Cherem	Professor	1962
548	José Nascimento de Jesus	Artífice	1962
549	José Newton de Oliveira	Professor	1970
550	José Nicolau Vieira	Artífice	1945
551	José Otto Rampinelli	Professor	1978
552	José Paulo P. Lopes	Professor	1975
553	José Piotrowski	Mestre	1916
554	José Renato de Faria	Agente Administ.	1983
555	José Romão da Silva	Servente	1968
556	José Ronaldo Mafra	Agente Portaria	1979
557	José Sebastião Kreich	Servente	1973
558	José Tadeu Arante	Professor	1970
559	José Tambosi	Orientador Educac.	1963
560	José Vidal Nardi	Professor	1982
561	José Zinder da Silva	Professor	1975
562	Joyce Iracema Seara Polidoro	Agente Administ.	1983
563	Juarez Borges Pereira	Professor	1971
564	Juarez de Melo Vieira	Professor	1976
565	Juarez Pontes	Professor	1980
566	Juceli José Teixeira	Agente Administ.	1978
567	Jucy Cândido da Silva	Professor	1964
568	Judith Diniz	Professor	1918
569	Júlia Bosco Marques	Aux. Datilógrafo	1933
570	Júlia Carolina da Silva	Datilógrafo	1977
571	Júlia Maria Bittelbrunn	Datilógrafo	1978
572	Julião Roque	Mestre	1912
573	Júlio César da Costa Ribas	Professor	1983
574	Júlio César da Silva	Professor	1979
575	Júlio Gomes Pereira	Servente	1974
576	Júlio Vargas Pereira	Artífice	1980
577	Júnior Biava	Professor	1975
578	Jurema Lopes Cidade	Datilógrafo	1962
579	Juscelino Quintino	Agente de Portaria	1977
580	Jussara Jovita Souza da Rocha	Agente Administ.	1982
581	Jussara Maria Viana	Agente Administ.	1981
582	Jussara Silva Goulart	Professor	1980
583	Jutair Beiro Carames	Professor	1945
584	Juvenal da Silva Faria	Servente	1913
585	Kátia Beatriz Ribeiro	Escriturário	1973
586	Kátia Nerbass Sombrio	Professor	1983

587	Laélio Pereira	Artífice	1952
588	Laércio Dias	Professor	1970
589	Laércio Vitor	Professor	1982
590	Laudelino Lunardelli	Marceneiro	1962
591	Laudemir de Oliveira	Agente de Portaria	1977
592	Laura Angélica Murara	Escriturário	1973
593	Laura Blaschke	Professor	1935
594	Laura Meireles Machado	Professor	1961
595	Lauro Daura	Médico	1942
596	Lauro Elias Verzola	Agente de Portaria	1978
597	Lázaro Chanes	Professor	1945
598	Lázaro Tadeu Marques Morais	Professor	1976
599	Lea Maria Vieira	Professor	1973
600	Leatrice Pavan	Professor	1980
601	Leda Maria Martins	Escriturário/Datilóg.	1973
602	Leda Senise Varela	Professor	1956
603	Leila Braga D'Ambrósio	Professor	1980
604	Leila Poeta de Melo	Agente Portaria	1983
605	Leno Saraiva Caldas	Professor	1968
606	Leo César Thomaselli	Professor	1973
607	Leo Saraiva Caldas	Professor	1970
608	Leodegar da Cunha Tiscoski	Professor	1974
609	Leticia de Oliveira Albani	Professor	1978
610	Levy Milhomens Nogueira	Professor	1978
611	Lia Leal Gonçalves	Professor	1974
612	Lia Rosana Oliveira Figueiredo	Datilógrafo	1978
613	Libertá Lamara Lopes	Datilógrafo	1981
614	Licério Brasil da Silva	Professor	1968
615	Lício Mauro Ferreira da Silveira	Professor	1968
616	Liège Aida Bastos Dias	Professor	1963
617	Lindamir Pasa	Datilógrafo	1978
618	Lino Antonio Gonçalves	Servente	1945
619	Lino Geraldino da Silveira	Professor	1970
620	Lino Gilberto da Silva	Professor	1980
621	Lourival Baschiroto	Professor	1973
622	Lourival Boehs	Professor	1974
623	Luci Inês Lucietti	Agente Vigilância	1983
624	Lúcia Helena da Costa	Telefonista	1973
625	Lúcia Helena de Souza	Datilógrafo	1977
626	Lúcia Lucchesi dos Santos	Professor	1965
627	Lúcia Maria Alves	Agente Administ.	1983
628	Lúcia Muller	Agente Administ.	1983
629	Luciano Linhares Miguel	Aux. Artífice	1984
630	Luciano Oliveira Rodrigues	Professor	1977
631	Lúcio Lino dos Santos	Servente	1974
632	Lúcio Mendes	Professor	1977

633	Luís Carlos Nicolau	Aux. Artífice	1980
634	Luiz Acastro de Campos Gonçalves	Secretário	1961
635	Luiz Alberto de Azevedo	Professor	1980
636	Luiz Alberto M. Costa	Professor	1975
637	Luiz Alves Rodrigues	Professor	1968
638	Luiz Antônio Rufino	Professor	1976
639	Luiz Armando de Jesus	Agente de Portaria	1977
640	Luiz Artur Frigó	Professor	1979
641	Luiz Carlos Ávila	Datilógrafo	1976
642	Luiz Carlos Brasil	Professor	1974
643	Luiz Carlos Correa	Agente Portaria	1983
644	Luiz Carlos da Silva	Servente	1973
645	Luiz Carlos de Oliveira	Agente Administ.	1979
646	Luiz Carlos Dias	Agente Administ.	1982
647	Luiz Carlos Martins	Professor	1973
648	Luiz Carlos Pacheco	Professor	1976
649	Luiz César Medeiros	Professor	1977
650	Luiz Chagas Vasconcelos	Servente	1976
651	Luiz Cláudio Lopes Alves de Oliveira	Professor	1971
652	Luiz Clovis Machado	Agente Portaria	1978
653	Luiz Domingues da Silva Marques	Professor	1935
654	Luiz Eliseu Vitorio	Agente Portaria	1982
655	Luiz Fernando Dias Probst	Professor	1976
656	Luiz Gonzaga Medeiros Ramos	Professor	1980
657	Luiz Gregório Martins	Agente Administ.	1981
658	Luiz Henrique Vieira	Agente Portaria	1982
659	Luiz Lino dos Santos	Servente	1962
660	Luiz Silveira Andrade	Professor	1974
661	Luiz Vieira Júnior	Professor	1981
662	Manoel Alfredo Pereira	Professor	1984
663	Manoel Benta	Artífice	1984
664	Manoel Carlos Pereira	Agente Vigilância	1983
665	Manoel de Oliveira Palmeira	Agente Administ.	1977
666	Manoel de Paula Machado	Escriturário/Datilóg.	1976
667	Manoel Francisco da Silva	Servente	1972
668	Manoel Gonçalves	Escriturário	1935
669	Manoel Irineu José	Professor	1976
670	Manoel José da Conceição Mattos	Agente Portaria	1978
671	Manoel Luiz da Silva	Professor	1961
672	Manoel Marin Portela	Mestre	1935
673	Manoel Nadir Sagaz	Servente	1976
674	Manoel Pedro Marcos	Guarda	1973
675	Manoel Rosa da Silva	Agente Portaria	1978
676	Marçal Silva	Guarda	1943
677	Marçal Vidal da Silva	Servente	1942
678	Marcelo Martins	Professor	1981

679	Márcia di Bernardi Costa	Agente Administ.	1963
680	Márcio Antônio Sens	Professor	1974
681	Márcio César Krauser	Escriturário/Datilóg.	1974
682	Marcio Cheram Schneider	Professor	1973
683	Marcio Luiz Ghisi	Sup. Alojamento	1965
684	Márcio Michels	Professor	1982
685	Marco Antônio Brito	Professor	1974
686	Marcondes Mendes da Silva	Professor	1976
687	Marcos Augusto Almeida	Datiógrafo	1981
688	Marcos Aurélio Ramos Krieger	Professor	1962
689	Marcos Cardoso Filho	Professor	1973
690	Marcos Cheram Buendgens	Professor	1978
691	Marcos Davi Auras	Professor	1980
692	Marcos Ricardo Mariot	Agente Administ.	1983
693	Marcus Bittencourt	Professor	1977
694	Marcus Gernot Robeck	Professor	1976
695	Marcus Schlösser	Professor	1977
696	Mari Célia Wendt	Agente Administ.	1980
697	Maria Alice P. Jacques	Professor	1981
698	Maria Anita Paludo Bleyer	Professor	1982
699	Maria Audi Laus	Escriturário	1975
700	Maria Belarmina Rodrigues Machado	Agente Administrat.	1978
701	Maria Cristina Cavallazzi Pinheiro	Professor	1984
702	Maria Cristina Motta Bastos da Silva	Agente Portaria	1983
703	Maria da Graça Besen Petry	Professor	1978
704	Maria da Graça Oliveira Duarte	Professor	1978
705	Maria da Penha Menezes	Professor	1978
706	Maria das Dores M. da Silva	Agente de Portaria	1977
707	Maria de Lara Pinto	Professor	1956
708	Maria de Lourdes Conceição	Professor	1980
709	Maria de Lourdes Ramos Krieger	Professor	1974
710	Maria Edelvira Klöppel	Servente	1961
711	Maria Goreti Cim	Escriturário/Datilóg.	1975
712	Maria Helena Alves Rodrigues	Aux. de Escritório	1968
713	Maria Helena de Bem	Professor	1976
714	Maria Helena Rodrigues	Agente Portaria	1984
715	Maria Hildegard Tesche Lippke	Professor	1978
716	Maria Inês Gomes	Professor	1982
717	Maria Irismar Nepomuceno Ximenes	Professor	1977
718	Maria Joana Barni Zucco	Professor	1978
719	Maria José Martins	Agente Portaria	1983
720	Maria José Régis	Professor	1911
721	Maria Luiza Cé	Professor	1973
722	Maria Luiza Périco	Professor	1968
723	Maria Lunalva da Silva	Agente Administ.	1979
724	Maria Madalena Brognoli Costa	Professor	1977

725	Maria Neuza Nunes Teixeira	Professor	1980
726	Maria Osvalda Pereira Wiggers	Professor	1968
727	Maria Otília Péríco	Aux. Enfermagem	1978
728	Maria Salette Arruda	Assistente Social	1968
729	Maria Salette Bittencourt Mendes	Professor	1977
730	Maria Silva	Servente	1943
731	Maria Stella Noceti Bittencourt	Professor	1968
732	Maria Teresa de Oliveira	Escriturário	1972
733	Maria Teresa Ferreira Magalhães	Escriturário	1972
734	Maria Teresinha Sobierajski	Professor	1963
735	Maria Tereza de Fátima Sell	Professor	1976
736	Maria Terezinha Alflen Mendes	Agente Portaria	1983
737	Maria Terezinha Campos Machado	Aux. Enfermagem	1976
738	Maria Terezinha Pinheiro da Silva	Professor	1977
739	Maria Zuleide Luciano da Silva	Agente Administ.	1977
740	Mariano Sikorski	Agente Vigilância	1983
741	Marilanda da Silva	Datilógrafo	1976
742	Marilene Marques Moraes	Professor	1978
743	Marilene Vieira	Professor	1967
744	Marília de Almeida Bastos	Desenhista	1984
745	Marília Furtado Maes	Escriturário/Datilóg.	1974
746	Marília Maes Sempre Bom	Agente Administ.	1984
747	Marilu Altiva Mattos	Escriturário/Datilóg.	1974
748	Marilu C. Ataíde Andrade	Professor	1974
749	Marilúcia Vieira	Pedagogo	1973
750	Mário Celso Stahelin	Professor	1977
751	Mário César Campos	Professor	1970
752	Mário Chagas Vasconcelos	Servente	1963
753	Mário Ghizi	Professor	1940
754	Mário Heleodoro Ferreira	Porteiro	1943
755	Mário Manoel Loureiro	Artífice	1963
756	Mário Nunes	Professor	1945
757	Mário Nunes Feijó	Agente de Portaria	1977
758	Mário Roberto Cavallazzi	Professor	1971
759	Mário S. Kawata	Professor	1977
760	Mário Sebastião Hass	Agente Administ.	1977
761	Marisa Celeste de Souza	Escriturário/Datilóg.	1976
762	Marisa Gouveia	Agente Portaria	1982
763	Mariza Carmem da Silva	Téc.Ass. Educacionais	1978
764	Marizete Mafra Prosdossimi	Agente Administ.	1980
765	Marizete Pieczarka	Sup. Pedagógica	1976
766	Marlene Machado Wojcikiewicz	Professo	1978
767	Marlize Scheidt	Escriturário	1973
768	Martinho de Haro	Professor	1945
769	Maura Ignez Damerau Machado	Escriturário	1972
770	Maurici Manoel Ferreira	Agente Portaria	1982

771	Maurício Cherem Buendgens	Médico	1971
772	Maurício dos Santos	Agente Vigilância	1983
773	Maurício José Lehmkuhl	Agente Administ.	1984
774	Maurício S. dos Santos	Agente Administ.	1978
775	Maurício Soares	Agente Administ.	1982
776	Maurílio Braz	Inspetor de Alunos	1963
777	Maurli Vitorino	Professor	1974
778	Mauro Carvalho	Motorista	1978
779	Mauro César da Silva Goulart	Professor	1971
780	Mauro Saretta	Professor	1980
781	Mauro Sartorato	Professor	1976
782	Mauro Tubias Benedet	Téc. Contabilidade	1973
783	Mércia Mafra Ferreira	Professor	1978
784	Miguel Patrício Limas	Artífice	1981
785	Miracir José Valle	Professor	1967
786	Miriam Fontes Noronha	Agente Vigilância	1983
787	Mirian Koerich	Professor	1974
788	Moacir Benvenuto	Professor	1945
789	Moacir Santana	Escriturário/Datilóg.	1975
790	Moacyr Ferreira Marques	Professor	1977
791	Moacyr Pereira	Almoxarife	1956
792	Moisés da Silveira	Professor	1977
793	Mylene Azevedo Ferreira Fidelis	Agente Administ.	1982
794	Nadir João Nicolau	Aux. de Artífice	1964
795	Nalita Maria Kleis	Aux. Escolaridade	1967
796	Nanci Tesinha Batistoti	Professor	1973
797	Nancy de Freitas Perfeito	Aux. Escritório	1967
798	Naoraldo Coelho	Professor	1974
799	Narbal Ataliba Marcellino	Professor	1979
800	Natalino João da Silva	Servente	1945
801	Nazareno Nesi	Escriturário/Datilóg.	1976
802	Nazareno Simas	Aux. Datilógrafo	1935
803	Neide Oliveira de Almeida	Professor	1963
804	Nelson Antunes Martins	Professor	1962
805	Nelson César de Aquino	Professor	1976
806	Nelson Luiz G. Picanço	Professor	1974
807	Nelson Luiz Teixeira Nunes	Professor	1963
808	Neri dos Santos	Professor	1975
809	Neri Heleno Nunes	Servente	1976
810	Nestor dos Santos	Artífice	1981
811	Nestor Venâncio Bernardes	Aux. de Artífice	1964
812	Neusa Maria Dias	Escriturário	1975
813	Neusa Maria Peluso	Escriturária	1959
814	Neusa Maria Philippi	Professor	1963
815	Neuza Pereira	Agente Administ.	1977
816	Newton Brüggemann	Professor	1946

817	Newton Colle	Professor	1975
818	Newton Dias de Vasconcellos	Professor	1963
819	Newton Silva Gentil	Professor	1971
820	Ney Cláudio F. Viegas	Professor	1973
821	Niberto Hasse	Professor	1975
822	Nicolau de Oliveira	Servente	1954
823	Nicolau P. Ventura	Professor	1975
824	Nilo Jacques Dias	Professor	1945
825	Nilo Medeiros de Santiago	Professor	1942
826	Nilto Hercílio Pereira	Pedreiro	1976
827	Nilto Hinkel	Professor	1973
828	Nilton Antônio Cunha	Professor	1971
829	Nilton Duarte de Souza	Professor	1974
830	Nilton Juvêncio Delfino	Agente Portaria	1982
831	Nilton Patt	Aux. Contabilidade	1965
832	Nilton Severo da Costa	Professor	1968
833	Nilza Puccini Speck	Escriturária	1945
834	Noacir Airtton Rodrigues	Agente Administ.	1980
835	Noêmia Brandt Brall	Professor	1981
836	Norberto João Kuhnen	Dentista	1976
837	Norberto Moro	Professor	1981
838	Norberto Stroisch Filho	Professor	1979
839	Norma Frichter	Professor	1963
840	Norton Lopes	Professor	1976
841	Norton Walter Marcelino	Professor	1970
842	Nucilei Cordini	Professor	1977
843	Odemir Vieira	Professor	1982
844	Odete Marina Souza	Escriturário	1976
845	Odilon Boticelli	Artífice	1945
846	Odilon Silveira	Aux. de Artífice	1963
847	Odilon Tayer Filho	Professor	1974
848	Olavo Cassiano de Medeiros	Mestre	1922
849	Oldony A. Olsen Júnior	Agente Administ.	1978
850	Olindina Tomé de Vaconcelos	Agente Portaria	1978
851	Olívio José Magagnin	Professor	1978
852	Oly Joaquim de Carvalho	Professor	1967
853	Orcante Marçal Vieira	Servente	1975
854	Orildo José Cândido	Professor	1963
855	Orlando Filomeno	Dentista	1943
856	Orlando Luiz Filomeno	Professor	1981
857	Orlando Silvano	Guarda	1973
858	Orlando Teixeira Filho	Professor	1971
859	Orlando Wandscheer	Professor	1962
860	Orli Alberto Grüdtnr	Professor	1971
861	Orly Domingues Garcia	Professor	1976
862	Oscar Guglielmi Elizalde	Professor	1962

863	Oscar Sebastião Raupp	Professor	1979
864	Osman da Costa Guimarães	Aux. Almoхарife	1972
865	Osmar João de Melo	Aux. de Artífice	1962
866	Osny Gonçalves	Aux. de Escritório	1943
867	Oswaldo Colombo	Agente Vigilância	1983
868	Oswaldo Duarte Pereira	Agente Administ.	1980
869	Oswaldo José da Silva	Agente de Portaria	1977
870	Oswaldo Paulino Duarte	Inspetor de Alunos	1943
871	Oswaldo Pereira Fernandes	Agente Administ.	1978
872	Oswaldo da Rosa Cruz	Professor	1977
873	Oswaldino Algemiro Hoffmann	Professor	1968
874	Oswaldo Takeshi Nishioka	Professor	1974
875	Otacílio Nesso de Lima	Agente Portaria	1983
876	Otaviano Pedro Avancini	Aux. de Artífice	1962
877	Otávio Luiz Debortolli	Aux. Almoхарifado	1973
878	Otília Matias	Professor	1961
879	Otto Heinrich Entres	Professor	1965
880	Otto Júlio Schelemborg	Professor	1973
881	Paulina Weber Kreich	Telefonista	1973
882	Paulino Wandresen	Professor	1967
883	Paulo Araújo Duarte	Professor	1976
884	Paulo Bastos Pereira	Professor	1973
885	Paulo Borges Verani	Professor	1974
886	Paulo César da Silva	Agente de Portaria	1977
887	Paulo César José da Silva	Artífice	1977
888	Paulo César Philippi	Professor	1973
889	Paulo César Siebert	Professor	1975
890	Paulo Dutra	Aux. de Escritório	1943
891	Paulo Eli	Datilógrafo	1978
892	Paulo Fernando Cardoso	Professor	1977
893	Paulo José de Melo	Servente	1976
894	Paulo Renato Caldeira Baptista	Professor	1976
895	Paulo Roberto Banzato	Professor	1974
896	Paulo Roberto Livramento	Professor	1975
897	Paulo Roberto Martins	Professor	1973
898	Paulo Roberto Perini	Professor	1976
899	Paulo Roberto Pinho da Silveira	Professor	1968
900	Paulo Santos Maia	Agente Vigilância	1983
901	Paulo Yshimine	Professor	1963
902	Pedro Adão Schmitz	Servente	1944
903	Pedro Adolino Martendal	Professor	1973
904	Pedro Aurélio Trentini	Professor	1978
905	Pedro Batista dos Santos	Servente	1944
906	Pedro Bosco	Escriturário	1920
907	Pedro Cesar Krieger	Professor	1978
908	Pedro Damázio de Andrade	Servente	1972

909	Pedro Domingos Correa	Aux. Artífice	1982
910	Pedro Eduardo Cardoso	Artífice	1946
911	Pedro Gildo Schmitz	Professor	1977
912	Pedro José Bosco	Professor	1963
913	Pedro José Koeller	Professor	1973
914	Pedro Maes Filho	Professor	1976
915	Pedro Medeiros	Professor	1945
916	Pedro Pacheco Balduino	Agente Vigilância	1983
917	Pedro Paulo Dutra	Professor	1971
918	Pedro Paulo Medeiros	Agente Administ.	1977
919	Pedro Rogério Del'Antonio	Técnico Contabilidade	1972
920	Pedro Zaccaron	Professor	1975
921	Perci Schmitz Emerenciano	Agente Vigilância	1983
922	Péricles Gandi Valle	Professor	1980
923	Plácido Faustino Gomes	Escriturário	1918
924	Plácido Simas de Almeida	Artífice	1963
925	Plínio de Freitas	Professor	1935
926	Querino Alfredo Flach	Professor	1967
927	Ralf Goede	Professor	1965
928	Ramon José Rodrigues	Professor	1978
929	Randolpho de Oliveira Cunha	Professor	1970
930	Raquel Caetano Cunha	Agente Administ.	1983
931	Raquel de Souza	Professor	1974
932	Raul Arthur Riggenschach	Professor	1962
933	Raul Günther	Professor	1975
934	Raul Simone	Contramestre	1912
935	Raulino Bussarello	Téc. Audiovisual	1976
936	Regina F. Damm	Professor	1974
937	Regina Maria Pereira	Agente Administ.	1982
938	Renaldo Luiz da Silva	Agente Vigilância	1983
939	Renato Amaral	Professor	1980
940	René Abreu Pacheco	Professor	1943
941	Ricardo de Freitas Abreu	Superv. Alimentos	1963
942	Ricardo de Souza	Professor	1963
943	Ricardo Ferrari da Silva	Escriturário/Datilóg.	1975
944	Ricardo João Alves de Miranda	Professor	1977
945	Ricardo Roberto Wildi	Professor	1973
946	Rita de Cássia Ferreira	Datilógrafo	1977
947	Rita de Cássia Martins Botelho	Agente Administ.	1982
948	Rita Terezinha Santos	Agente Portaria	1981
949	Roberto Carlos da Silva	Professor	1977
950	Roberto Daniel de Souza	Armazenista	1961
951	Roberto Dorval Quadros	Professor	1973
952	Roberto Ferreira Filho	Professor	1962
953	Roberto Filomeno Barzan	Professor	1973
954	Roberto Francisco Faccio	Agente Administ.	1982

955	Roberto Jacob Weingärtner	Guarda	1962
956	Roberto Marques Quevedo Lázaro	Agente Vigilância	1983
957	Roberto Napoleão	Professor	1974
958	Roberto Walter Harger da Silva	Professor	1971
959	Rodi Hickel	Professor	1963
960	Rodolpho Bosco	Mestre	1921
961	Rogério Carvalho Brígido	Motorista	1980
962	Rogério Freitas Varella	Professor	1971
963	Rogério José de Figueiredo	Aux. de Artífice	1964
964	Rogério Mello	Professor	1980
965	Rogério Pereira	Agente Administ.	1983
966	Rogers Rogério Farias	Professor	1980
967	Rosa Maria Campos	Professor	1961
968	Rosália de Oliveira Antunes	Agente Administ.	1982
969	Rosana Gomes	Datilógrafo	1980
970	Rosana Kimmel Rodrigues	Agente Administ.	1982
971	Rosângela Maria Martins	Agente Administ.	1980
972	Rose Marie Herbst	Agente Administ.	1981
973	Rosemar Costa Furtado	Aux. de Escritório	1968
974	Roseni Erondina Lemos	Servente	1976
975	Rossana C. Barreiros Silva	Agente Administ.	1981
976	Rudinei Gomes de Carvalho	Professor	1971
977	Rui Camillo Ruas Filho	Professor	1979
978	Ruth da Costa Ávila	Aux. de Escritório	1945
979	Sadir Tomasi	Professor	1974
980	Salete Campos	Agente Administ.	1980
981	Salvador Poeta	Professor	1967
982	Salvio José Sandim	Professor	1976
983	Sandra Regina Ramalho e Oliveira	Professor	1978
984	Sartorato João Castilhos	Aux. de Cozinha	1961
985	Saul Fernando Linhares	Professor	1968
986	Saulo Fernando Linhares	Médico	1963
987	Sebastião R. Pereira	Professor	1975
988	Sedenílio Aloncio Bernardes	Agente Portaria	1980
989	Selma Botelho Machado	Orient. Educacional	1975
990	Sérgio Antônio Santos Gentil	Professor	1979
991	Sérgio Colle	Professor	1968
992	Sérgio da Cunha Dutra	Aux. de Artífice	1963
993	Sérgio Hass	Professor	1975
994	Sérgio Mauro Pinheiro Borges	Agente Administ.	1982
995	Sérgio Nard	Professor	1974
996	Sérgio Pereira Cândido	Professor	1979
997	Sérgio Rogério Beims	Professor	1971
998	Sérgio Senise Bräscher	Professor	1979
999	Sérgio Veríssimo Ribeiro	Professor	1978
1000	Sertório Schmidt dos Santos	Artífice	1962

1001	Sezefredo Blaschke	Mestre	1927
1002	Sidnei Costa Soares	Professor	1975
1003	Sidney Iguatemi da Silveira	Escriturário	1963
1004	Sidney Nocetti Filho	Professor	1976
1005	Sílvia Ferreira	Professor	1964
1006	Sílvio Ferraro	Professor	1961
1007	Sílvio José dos Santos	Artífice	1984
1008	Sílvio Paulino da Silva	Artífice	1977
1009	Sílvio Roberto Gonçalves Silva	Professor	1975
1010	Sílvio Sombrio	Professor	1976
1011	Sílvio Wolff da Costa	Servente	1945
1012	Simão José Hess	Assessor Técnico	1963
1013	Sinecio Emílio Flach	Professor	1974
1014	Sionésio Correa de Souza	Professor	1977
1015	Solange Losso	Aux. Escriturário	1965
1016	Solon Mazarakis	Professor	1964
1017	Soni de Carvalho	Professor	1977
1018	Sônia Aparecida Ferreira	Professor	1978
1019	Sônia Maria da Rocha	Telefonista	1973
1020	Sônia Maria Hickel	Professor	1976
1021	Sônia Regina Krauser Linhares	Datilógrafo	1974
1022	Sônia Regina Zanon	Professor	1982
1023	Sueli da Silva Dutra	Agente Administ.	1977
1024	Suzana Margareth Guimarães	Escriturário/Datilóg.	1975
1025	Sydney Santana	Agente Administ.	1978
1026	Sydney Santana Filho	Professor	1978
1027	Tanair Caetano Furtado	Aux. de Artífice	1963
1028	Tânia Francallaci Schambeck	Professor	1979
1029	Tânia Maria Alves Felsky	Professor	1977
1030	Tânia Regina da Silva Nesi	Telefonista	1984
1031	Telmo Luiz da Silva	Professor	1975
1032	Telmo Luiz Luz	Professor	1965
1033	Telmo Pedro Vieira	Professor	1982
1034	Teodorico da Costa Ortiga	Inspetor de Alunos	1943
1035	Teonaz Antônio	Agente Portaria	1977
1036	Teresa Adada Sell	Professor	1973
1037	Teresinha Almeida Gonçalves	Escrevente	1963
1038	Teresinha Bonatto	Agente Administ.	1982
1039	Teresinha Guiomar Machado Scheidt	Aux. de Escritório	1968
1040	Terezinha da Glória Périco	Agente Administ.	1977
1041	Terezinha Maria Gonçalves Bittencourt	Assist. Administrativo	
1042	Terezinha Marília Tavares	Professor	1977
1043	Theobaldo Costa Jamundá	Téc. Audiovisual	1962
1044	Thomaz Gonzaga	Contramestre	1921
1045	Timóteo Bento Coelho	Servente	1923
1046	Tisiano Basadona	Professor	1910

1047	Troglio Acácio Bernardino	Agente Administrativo	1978
1048	Uaçai Vaz Lorenzetti	Professor	1980
1049	Valcir Miot Fernandes	Professor	1976
1050	Valda Philippi Berkenbrok	Professor	1973
1051	Valdino F. Silvano	Servente	1974
1052	Valdir Aduci Mendes	Agente Portaria	1982
1053	Valdir Braz de Freitas	Contador/Professor	1973
1054	Valdir Ferreira Martins	Professor	1978
1055	Valdir Francisco da Rosa	Artífice	1977
1056	Valdir Kotelak	Artífice	1962
1057	Valdir Soldi	Professor	1976
1058	Valdori José dos Santos	Aux. de Ensino	1961
1059	Valério José de Matos	Contador	1965
1060	Valério Medeiros	Agente de Portaria	1977
1061	Valfredo Lemos	Copeiro	1962
1062	Valmir Censi	Professor	1981
1063	Valmir da Silva de Jesus	Agente Portaria	1982
1064	Valmir Francisco José Demétrio	Artífice	1981
1065	Valmy Bittencourt	Professor	1957
1066	Vanda de Lima Dutra	Professor	1951
1067	Vanda Palmeira	Servente	1976
1068	Vanderley Veríssimo dos Santos	Agente Portaria	1978
1069	Vaner Palma de Oliveira	Professor	1968
1070	Vani de Lourdes Cordeiro	Professor	1963
1071	Vensel de Souza	Professor	1977
1072	Vera Helena Mafra Heidemann	Assist. Administrativo	1980
1073	Vera Lúcia Fregonese	Professor	1976
1074	Vera Lúcia Zeferino	Datilógrafo	1976
1075	Vera Regina Lúcio dos Santos	Professor	1982
1076	Vidal Carlos da Costa	Servente	1943
1077	Vilca Marlene Vieira	Professor	1976
1078	Vilma Alexandrina Goes	Agente de Portaria	1978
1079	Vilma Maria Bez	Professor	1978
1080	Vilmar Coelho	Professor	1976
1081	Vilmar Germano Silva	Agente Administrativo	1983
1082	Vilmar Rosa	Artífice	1977
1083	Vilmar Tadeu Bonetti	Professor	1980
1084	Vilson Abelardo de Oliveira	Agente de Portaria	1977
1085	Vilson Fagundes	Aux. Artífice	1982
1086	Vilson Gonçalves Correa	Artífice	1976
1087	Vilson José Vencato	Professor	1977
1088	Vilson Luiz Bittencourt	Agente Portaria	1983
1089	Vilson Rosalino da Silveira	Professor	1973
1090	Vinício Olinger Filho	Professor	1982
1091	Violeta Bayer Jorge	Professor	1961
1092	Virgílio Vieira Peixoto	Professor	1973

1093	Virtuoso Egídio Caetano	Aux. de Artífice	1962
1094	Vitor Rogério Costa	Aux. Coord. Ensino	1962
1095	Volmar Bez	Professor	1979
1096	Volnei Carvalho da Rosa	Professor	1978
1097	Waldemar André Johansson Filho	Professor	1975
1098	Waldemar Cirilo Dutra	Professor	1945
1099	Waldemar Figueiró	Ensaíador de Banda	1968
1100	Waldemar José da Silva	Atendente/Aux. Enfermag.	1943
1101	Waldemiro José Carlsson	Escriturário	1961
1102	Waldir Busch	Professor	1945
1103	Waldir Busch Filho	Professor	1974
1104	Waldir Gomes Filho	Professor	1979
1105	Walli Maria Tessmann	Orient. Educacional	1975
1106	Walmir Dias	Professor	1964
1107	Walmir Walmor dos Santos	Aux. Artífice	1977
1108	Walter Iadanza	Téc. Laboratório	1952
1109	Walter Kurt Hilbert	Almoxarife	1961
1110	Walter Moritz Filho	Dentista	1965
1111	Walter Nunes	Professor	1976
1112	Walter Pedro Bordini	Professor	1976
1113	Wanderlei Amorim	Professor	1977
1114	Wannya Gomes Pennaforte	Professor	1982
1115	Wellington Silveira Franco	Professor	1976
1116	Werner Christen	Professor	1973
1117	Werner Leonardo Damm	Professor	1978
1118	Wilque Xavier	Agente Vigilância	1983
1119	Wilsomar Kindermann	Professor	1975
1120	Wilson Berckembrok Zapelini	Professor	1977
1121	Wilson Domingo Ferreira	Professor	1975
1122	Yonne Barbare	Professor	1934
1123	Zailton Heidenreich	Professor	1977
1124	Zélia Marize Sardá	Agente Administ.	1982
1125	Zenilda Maria Cordeiro	Agente Portaria	1983
1126	Zepherino José Lazzarin	Professor	1963
1127	Zuleica Pereira Rebelo	Dentista	1976
1128	Zulmar João Quadro	Professor	1970
1129	Zulmira Margarida Maria Ramos Schaefer	Professor	1961

19.13 Os Servidores do Centenário

Em 23 de setembro de 2009, o Instituto Federal de Santa Catarina comemorou 100 anos de existência. Na oportunidade, seu quadro de pessoal permanente ativo estava constituído de 1002 servidores:

ABIGAIL ÁVILA DE SOUZA DA SILVA
ABRAÃO DE SOUZA
ADA HELENA MAYKOT
ADÃO LEONEL DESIDÉRIO
ADELAR JUSTINO BIANCHI
ADEMAR EVANDRO ROSA
ADEMAR VERZOLA FILHO
ADENIR STEINBACH
ADILA MÁRCIA ANTUNES DA SILVA DA ROSA
ADILSON SOUZA
ADOLFO LEOPOLDO DOS SANTOS
ADRIANA BOSIO NUNES
ADRIANA DURIEUX
ADRIANE STROISCH BEVILACQUA
ADRIANO LARENTES DA SILVA
ADRIANO MACHADO
ADVALDO JOÃO DIAS SOBRINHO
AGEU DEOLINDA
ALAN FERNANDES DOS SANTOS
ALANDEIVID EVARISTO PANIZZI
ALBERTINHO DELLA GIUSTINA
ALBERTO MINICHELLO
ALCEU ANDRÉ BADIN
ALCIOMAR MANOEL DE LIMA
ALDANEI DA SILVA
ALESSANDRA FERREIRA NEVES
ALEXANDRE AUGUSTO PESCADOR SARDÁ
ALEXANDRE D'AGOSTINI ZOTTIS
ALEXANDRE DALLA ROSA
ALEXANDRE GALIOTTO
ALEXANDRE LIMA DE OLIVEIRA
ALEXANDRE MOREIRA
ALEXANDRE MOTTA
ALEXANDRE PARETO DA CUNHA
ALEXANDRE REIS CEZAR
ALEXANDRE ROCHA
ALEXANDRE SARDÁ VIEIRA
ALEXANDRO ANDRADE
ALFEU LUZ LOSSO
ALINE HEINZ

ALINE HILSENDEGER PEREIRA DE OLIVEIRA
ALISSON LUIZ LESSAK
ALOÍSIO SILVA JUNIOR
ALUÍZIO DIETRICH LARANGEIRA
AMARILDO LICÍNIO DE SOUZA
AMARILDO PEREIRA
AMILTON LUIZ RABELLO
ANA BÁRBARA KNOLSEISEN SAMBAQUI
ANA CRISTINA FERREIRA GERALDO
ANA CRISTINA SCHROEDER VIEIRA
ANA KACIARA WILDNER
ANA LÚCIA AMORIM ELLER
ANA MARIA BECKER
ANA MARIA PEREIRA SCHMITZ
ANA MARIA RICHTER COSTA
ANA PAULA DA SILVEIRA
ANA PAULA FERNANDES RODRIGUES PACHECO
ANA PAULA LÜCKMAN
ANADEJE CÍNTIA RUSZYK MENEZES
ANASTÁCIO DA SILVA JUNIOR
ANDERSON ANTÔNIO MATTOS MARTINS
ANDERSON DE OLIVEIRA
ANDRÉ ELIEZER DRAWANZ GOTZKE
ANDRÉ LUÍS DALCASTAGNE
ANDRÉ LUIZ ALVES
ANDRÉ LUIZ PLATT
ANDRÉ MACEDO
ANDRÉ PUEL
ANDRÉ ROBERTO DE SOUSA
ANDRÉ SOARES ALVES
ANDRÉ WALTER
ANDREA MARTINS ANDUJAR
ANDREI ZWETSCH CAVALHEIRO
ANDREIA MARIA GONZAGA
ANDRESSA BREGALDA
ANDRINO FERNANDES
ANÉSIO BOGER BRAND
ANÉSIO JOSÉ MACARI
ÂNGELA DEL REI DA SILVA SOUZA
ÂNGELA FARIA BROGNOLI
ÂNGELA MARIA KUASNE DA SILVA
ÂNGELA MOREL NITSCHKE
ÂNGELA REGINA POLETTO
ÂNGELA SILVA
ÂNGELO MARTINS FRAGA
ANJEERI LUIZ SADZINSKI
ANNA GENY BATALHA KIPEL
ANNE CRISTINE RUTSATZ BARTZ

ANOELI GIOMBELLI
ANTENOR OTÁVIO DOS SANTOS
ANTÔNIO CARLOS SILVEIRA
ANTÔNIO DE ASSIS BRITO NETO
ANTÔNIO GALDINO DA COSTA
ANTÔNIO JOSÉ TROMBETTA
ANTÔNIO LINO GONÇALVES
ANTÔNIO PEREIRA CÂNDIDO
ANTÔNIO RICARDO NUNES SARDO
APARECIDA ROCHA GONÇALVES
ARILTON DAVID MARGARIDA DA SILVA
ARISTIDO FREITAS
ARLETE MARIA DE OLIVEIRA FONSECA
ARY VICTORINO DA SILVA FILHO
ATANAEL MIGUEL LUCIANO
AUGIZA KARLA BOSO
AULICON TONATTO
AURINEIDER MARCELINO DA SILVA
BALTAZAR CARBONI CREMONESE
BÁRBARA FRASSINI
BÁRBARA OGLIARI MARTINS TAQUES
BEATRIZ CASSES ZOUCAS
BENONI DE OLIVEIRA PIRES
BERENICE DA SILVA JUNKES
BERENICE GIEHL ZANETTI
BERNARDETE URBANESKI
BERNARDO JOÃO RACHADEL
BRUNO LEONARDO ALVES DA SILVA
BRUNO MANOEL NEVES
CAIO ALEXANDRE MARTINI MONTI
CAMILA PAIM VERAN
CÂNDIDO RODRIGO GOMES DA SILVA
CARLA DAMASCENO DE MORAIS
CARLOS ALBERTO DE CAMPOS PIRES
CARLOS ALBERTO HERMANN FERNANDES
CARLOS ANTÔNIO QUEIROZ
CARLOS BOABAID NETO
CARLOS CEZAR SILVA HERMENEGILDO
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS
CARLOS EDUARDO GONÇALVES
CARLOS EDUARDO RAULINO
CARLOS ERNANI DA VEIGA
CARLOS GONTARSKI SPERANZA
CARLOS HENRIQUE DA CUNHA
CARLOS HENRIQUE ILLA FONT
CARLOS MAURÍCIO SACHELLI
CARLOS ROBERTO ALEXANDRE
CARLOS TOSHIYUKI MATSUMI

CARMENCÍLIA DE FÁTIMA FAGOTTI MORI
CAROLINE DE MEDEIROS
CAROLINE MAES
CAROLINE MORESCO
CASSIANO BORGES DA FONSECA
CELSO ARAÚJO FILHO
CÉSAR DE ALBUQUERQUE SILVA
CÉSAR POUBEL FERNANDES
CÉSAR ROGÉRIO CABRAL
CHARLES BORGES DE LIMA
CHARLES DA SILVA PEREIRA
CHRISTIAN CONCEIÇÃO FERNANDES
CLARICE BECKER GALLINA
CLÁUDIA HICKENBICK
CLÁUDIA LIRA
CLÁUDIA REGINA SILVEIRA
CLÁUDIO DE SÃO PLÁCIDO BRANDÃO
CLÁUDIO FERRETTI
CLÁUDIO JOSÉ WEBER
CLÁUDIO LUÍS EBERT
CLÁUDIO ROBERTO LOSEKANN
CLAUS HENRIQUE JANSSEN
CLÉBER ARSEGO
CLÉIA BET BAUMGARTEN
CLEIDE CEDENI ANDRADE
CLEIDE ELIS DA CRUZ RAULINO
CLÓVIS ANTÔNIO PETRY
CONCEIÇÃO GARCIA MARTINS
CONSUELO APARECIDA SIELSKI SANTOS
CRISTIANE ANTUNES ESPÍNDOLA ZAPELINI
CRISTIANE CORREA PAULICK
CRISTIANE CRISTÓVAO MARQUES
CRISTIANE FERREIRA LIDORIO
CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA
CRISTIANO KULMAN
CUSTÓDIA MACHADO PACHECO
CYNTHIA BEATRIZ SCHEFFER DUTRA
DAIANA MACIEL
DÁLETE CRISTIANE SILVA HEITOR
DALMIR ALVIM ROMÃO
DALTON DA SILVA
DALTON LUIZ LEMOS II
DANIEL AUGUSTIN PEREIRA
DANIEL BERGER
DANIEL DE LIMA CICHELLA
DANIEL DEZAN DE BONA
DANIEL DOTTA
DANIEL ESQUIVEL MARTINS FILHO

DANIEL JOÃO GENEROSO
DANIEL WAGNER BEHR
DANIELA ÁGUIDA BENTO
DANIELA CRISTINA KASSNER
DANIELA CRISTINA VIANA
DANIELA DE CARVALHO CARRELAS
DANIELI DE ALMEIDA
DANIELLI PRADO DZIOBA LOSS
DANNY RADOWITZ EFROM
DÁRIO ANTÔNIO LOPES
DARLENE TERESINHA SCHULER
DAYANE CLOCK
DÉBORA DA SILVA
DÉBORA MARIA DA SILVA
DÉBORA MONTEIRO BRENTANO
DÉBORA RINALDI
DÉBORAH REJANE MAGNO RIBAS
DÉCIO LEANDRO CHIODI
DEISE JULIANE MAZERA
DEISE RATEKE
DEISI MARIA DOS SANTOS
DEIWIS LELLIS HOSS
DEIZI PAULA GIUSTI CONSONI
DÉLCIO HARTMANN
DELMAR CARVALHO DE SOUZA
DELMAR MOREIRA COUTRIN
DENISE ARAÚJO MEIRA
DENISE WERNER DA CUNHA LEAL
DENIZE NOBRE OLIVEIRA
DEOSIR FLÁVIO LOBO DE CASTRO JÚNIOR
DERLI ANTUNES PINTO
DIANA MARI DOS SANTOS
DINAZAIDE MILEIDE FERREIRA
DIOGO ANGELONI
DIOGO MELCHER DOS SANTOS
DIOVANI CASTOLDI LENCINA
DIRCE GRIEBELER
DIRCEU DE MELO
DIVINA ZACCHI PEREIRA DA SILVA
DJALMA CARDOSO
DORIVAL MENEGAZ NANDI
DOUGLAS ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA
DOUGLAS DENI ALVES
DOUGLAS MARCEL MENDES LOPES
DOUTEL UMBERTO GALLINA
DÚNIA MARIA GOES ALVES
EDAIR CASCAES DE AQUINO
EDEGAR DOS REIS CARVALHO

EDERSON TORRESINI
EDICE CECHINEL
EDILSON BORIES TARACHUCKY
EDILSON BRUNO ROMANINI
EDINEI ANTÔNIO MORENO
EDISON DE ANDRADE COSTA
EDLUCIA MARTINS ALMEIDA
EDSON CESAR SEEMUND
EDSON HIROSHI WATANABE
EDSON LUIZ BOLDO
EDSON LUIZ MARIA
EDUARDO BECK
EDUARDO CAMPOS PINHO
EDUARDO EVANGELISTA
EDUARDO MAKOTO SUZUKI
EDUARDO PEREIRA XAVIER FILHO
ELAINE BUNN PLATT
ELAINE FÁTIMA BORIN
ELAINE SANTOS DA SILVA
ELDER PESCADOR
ÉLDIA MESQUITA GOMES
ELEANDRA LÉIA TECCHIO
ELEN MACEDO LOBATO MERLIN
ELENITA ELIETE DE LIMA RAMOS
ELEONORA VIEIRA DOS SANTOS MONTANHA
ELIANA MONDINI RAZEIRA
ELIANDRO LUIZ MINSKI
ELIANE MARIA DE PINHO
ELIANE RIEG
ELIANE SALETE BARETA GONÇALVES
ELIANE SPLITER FLORIANI
ELIAS MACHADO
ELIETE MARIA MEDEIROS HELLMANN
ELINETE ELIETE DE LIMA
ELIODÓRIA DE FÁTIMA ELEUTÉRIO VENTURA
ELISA FLEMMING LUZ
ELISABETE FURTADO MAIA
ELISABETH GONÇALVES GALDINO DA COSTA
ELISABETH VIEIRA BORGES
ELISÂNGELA MANARIM GUIMARÃES
ELISETE FERREIRA
ELISETE LACI DUPONT GOETHEL
ELIZABETHE COSTA FRANÇA
ELOY JOAO LOSSO FILHO
ELSA MARIA RAMBO
ELSON QUIL CARDOZO
ELZA MARIA DE SOUZA
EMANOELA MARDULA

EMANOELLE NAZARETH FOGAÇA MARCOS
EMERSON JOSÉ SOARES
EMERSON PESSOA FERREIRA
EMERSON RIBEIRO DE MELLO
EMERSON SILVEIRA SERAFIM
ÊNIO CARVALHO DE ARAÚJO
ÊNIO JOÃO TORQUATO SILVA
ÊNIO MIGUEL DE SOUZA
ENNES EMÍDIO DE SOUZA
ERALDO SILVEIRA E SILVA
ERCI SCHOENFELDER
ÉRICO DE ÁVILA MADRUGA
ERLON VIEIRA
ERNESTO ALBRECHT
ESTERZINHA ALDA PEREIRA GEVAERD
EUGÊNIO CAMISON AVELLO
EUGÊNIO EDUARDO FABRIS
EUGÊNIO TOMAZ VIGGANIGO FILHO
EURIDES DE SOUZA NUNES
EVALDO LUIZ VIANA BENTO
EVANDRO BORLIN
EVANDRO CANTU
EVANDRO RUSSO
EVERALDO SILVA DE OLIVEIRA
EVERTHON TAGHORI SICA
EVERTON ALEXANDRE PACHECO
EVERTON LUIZ FERRET DOS SANTOS
FABIANA BESEN
FABIANA MORTIMER AMARAL
FABIANO OLIVEIRA ANTONINI
FABIEL RAMBO SCHARDONG
FÁBIO ALEXANDRE DE SOUZA
FÁBIO ALEXANDRE PEREIRA LIMA
FÁBIO EVANGELISTA SANTANA
FÁBIO IRINEU DA SILVA
FÁBIO JOSÉ WOJCIKIEWICZ CALDAS
FABIOLA MARTINS DOS SANTOS
FABIOLA ZIMMERMANN SCHMITZ
FABRÍCIO ALEXANDRE GADOTTI
FABRÍCIO BUENO BORGES DOS SANTOS
FABRÍCIO YUTAKA KUWABATA TAKIGAWA
FÁTIMA REGINA TEIXEIRA
FEDRA CRISTINA GOMES SPINDOLA
FELÍCIO JOSÉ GESSER
FELIPE AMARAL DE SOUZA
FELIPE CANTÓRIO SOARES
FELIPE CINTRA NUNES BRAGA
FELIPE DAMÁSIO

FELIPE FERREIRA BEM SILVA
FELIPE SILVEIRA DE SOUZA
FELIX ROMERO CURSINO JORGE
FERNANDA CAUMO THEISEN
FERNANDA ISABEL MARQUES ARGOUD
FERNANDA MOYSES PROCÓPIO
FERNANDA ROSA
FERNANDO ANTÔNIO NESI BUDNI
FERNANDO CESAR FIORINI RIBAS
FERNANDO CESAR MELO DE MEDEIROS
FERNANDO GONÇALVES BITENCOURT
FERNANDO GOULART ROCHA
FERNANDO HENRIQUE GRUBER COLAÇO
FERNANDO JOSÉ FERNANDES GONÇALVES
FERNANDO LUIZ COSTA
FERNANDO LUIZ ROSA MUSSOI
FERNANDO MACIEL DE MIRANDA
FERNANDO ROSSETO GALLEGO CAMPOS
FERNANDO SANTANA PACHECO
FERNANDO TEIXEIRA
FILIPE CESAR MARIA ANDRADE
FLÁBIO ALBERTO BARDEMAKER BATISTA
FLÁVIA BARATIERI LOSSO
FLÁVIA GAZONI
FLÁVIO AUGUSTO PENNA SOARES
FLÁVIO ROBERTO AULER
FLORA MARIA DE ATHAYDE COSTA
FRANCIELI SOCOLOSKI RODRIGUES
FRANCISCO EDSON NOGUEIRA DE MELO
FRANCO ANDREY SILVÉRIO DE SOUZA
FULVIO MARCELO POPIOLSKI
GABRIEL COSTA SOUSA
GABRIEL SEROA DA MOTA
GEISA GOLIN
GEORGE HENRY WOJCIKIEWICZ
GERALDO JOSÉ HILLESHEIM
GIL CARLOS PEGORARO BRISOLARA
GIL MAGNO PORTAL CHAGAS
GILBERTO VALENTIM SILVA
GILMAR ANTÔNIO ROSA
GILMAR CARVALHO DE SOUZA
GILMARA PETRY
GILSINEI DA SILVA
GILSON JANDIR DE SOUZA
GILSON MORAES
GILSON SILVA
GIOVANI BATISTA
GIOVANI BATISTA DE SOUZA

GIOVANI CAVALHEIRO NOGUEIRA
GIRLANE ALMEIDA BONDAN
GIRLEI SCHMITZ
GISELE MACIEL MONTEIRO RANGEL
GISELE SERPA
GISELI MARTINS
GISELLA AGUIAR BOJIKIAN POMPEO DE CAMARGO
GISELLI DANDOLINI BONASSA
GISLAINE DE SOUZA PEREIRA
GIULIANA FRAGA DE SANTIS
GIULIANA FRASSETTO CARDOSO
GLADIS TERESINHA SLONSKI
GLAUCO JOSÉ RIBEIRO BORGES
GLEICY CORREA NUNES
GOLBERI DE SALVADOR FERREIRA
GRACIANE DANIELA SEBRAO
GRACIELA APARECIDA PELEGRINI
GRAZIELA BRUNHARI KAULING
GREISE GORETTI ZAPPELLA
GUNTER JEWOROWSKY
GUSTAVO GACIBA DA SILVA
HALLEY WELTHER JACQUES DIAS
HAMILCAR BOING
HEIDEROSE HERPICH PICCOLI
HEITOR GILBERTO ECKELI
HÉLIO FAUSTO PEREIRA JÚNIOR
HÉLIO MOISES DE MELO
HÉLIO ORMEU RIBEIRO
HENRI CARLO BELAN
HENRIQUE CEZAR PAVANATI
HERVAL DAMINELLI
HILÁRIO FRANCISCO DA SILVA
HUMBERTO FRANCISCO BEIRÃO JÚNIOR
HUMBERTO GESSER DE MIRANDA
HUMBERTO JOSÉ DE SOUSA
HUMBERTO NOCETTI BEZ
HYPPÓLITO DO VALLE PEREIRA FILHO
IDA EUNICE FAVARIN POZZOBOM
IDÉZIO MACHADO DE OLIVEIRA
IGOR THIAGO MARQUES MENDONÇA
ILCA MARIA FERRARI
ILSON GRIPA
IMARA CARDOSO SILVÉRIO
INÊS TARTARE
INEZ MARIA PEREIRA DALLA NORA
INGO RUBENS OTTO
IONE DE ÁVILA RAMOS
IRINEU LOPES MELO

ISABELA MENDES SIELSKI
ITAMAR ZILLI NETO
IVAN CÉSAR CUNHA
IVANA BOETTCHER
IVANDRO BONETTI
IVANDRO CARLOS VALDAMERI
IVANIR RIBEIRO
IVO JOSÉ DE OLIVEIRA
IVONETE LEANDRA SILVEIRA
JACI DESTRI
JACIRA DOS SANTOS
JACQUELINE SEMPE
JACSON RODRIGO DREHER
JAIME DOMINGOS TEIXEIRA
JAIME GUILHERME VIEIRA
JAIME LAUS DE OLIVEIRA
JAIME MEDEIROS DE OLIVEIRA
JAIME MIRANDA JÚNIOR
JAIR DUARTE SILVA
JAIR JOÃO GONZAGA
JAIR LÍBERO CADORIN
JAIR LUIZ ALVES DA SILVA FILHO
JAIR NUNES
JAIRO DE ABREU
JAMES SILVEIRA
JANAÍNA DOS SANTOS BERTI
JANDERSON HENRIQUE SCHWENGBER DORNELLES
JANDIR VAZ
JANE DAURA DA SILVEIRA
JANETE GODÓI
JANETE MARIA MARTINS BROMER
JANETE SUELI CLAUSEN MUNHOZ
JANETH DA CUNHA MAGENIS
JANICE DURGANTE SILVA
JANICE MACHADO CORDEIRO
JÂNIO RODRIGUES LOPES
JAQUELINE DE FÁTIMA CARDOSO
JARDEL ALZEMIRO VIEIRA
JEAN MARTINS DE SOUTO
JEAN PAULO RODRIGUES
JEFERSON FERREIRA MOCROSKY
JEFERSON LUIZ CURZEL
JEFERSON VIEIRA
JEFFERSON MARTINS
JESSE SEVERO AZEVEDO
JESUÉ GRACILIANO DA SILVA
JESUS TIAGO DA SILVA
JOANARA ROZANE DA FONTOURA WINTERS

JOÃO ALBERTO DA COSTA GANZO FERNANDEZ
JOÃO AUGUSTO HARTWIG
JOÃO BATISTA BARBOSA DA FONSECA
JOÃO BATISTA BROERING
JOÃO CARLOS MARTINS LÚCIO
JOÃO CORREA FILHO
JOÃO FRANCISCO DE MELO
JOÃO FRANCISCO VEREMZUK XAVIER
JOÃO GERALDO FIDÉLIS
JOÃO GOULART JÚNIOR
JOÃO JOSÉ FELIPE
JOÃO MANOEL SOARES
JOÃO PACHECO DE SOUZA
JOÃO RAUL DE MORAIS
JOAQUIM BERNARDO
JOAQUIM MANOEL GONÇALVES
JOAQUIM QUINTINO MARTINS
JOEL BRASIL BORGES
JOEL LACERDA
JOEL STRYHALSKI
JOICE GALAN
JONATAN MARGUTI PEREIRA
JONES COSTA D'ÁVILA
JONI COSER
JONY LAUREANO SILVEIRA
JORGE HENRIQUE BUSATTO CASAGRANDE
JORGE LUIZ MARTINS
JORGE LUIZ PEREIRA
JORGE LUIZ SILVA HERMENEGILDO
JORGE LUIZ VELA
JORGE MARCELO BURNIK
JORGE ROBERTO GUEDES
JOSÉ ADRIANO DAMACENA DIESEL
JOSÉ ANTÔNIO BOURSCHEID
JOSÉ AUGUSTO PEREIRA RIBEIRO
JOSÉ CARLOS DE MATTOS
JOSÉ CARLOS DIAS
JOSÉ CARLOS IWAYA
JOSÉ CARLOS KAHL
JOSÉ CARLOS PONTES
JOSÉ DE PINHO ALVES NETO
JOSÉ FERNANDES AREND
JOSÉ FLÁVIO DUMS
JOSÉ GUILHERME VIEIRA
JOSÉ HELEODORO MIGUEL
JOSÉ LÍDIO SANTANA
JOSÉ LUÍS ALVES DA ROCHA
JOSÉ LUIZ BORATTI

JOSÉ LUIZ CAVICHOLI
JOSÉ LUIZ DE MOURA
JOSÉ LUIZ PICCOLI
JOSÉ MÁRCIO COELHO
JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA
JOSÉ RENATO SILVA DE OLIVEIRA
JOSÉ ROBERTO MURARA
JOSÉ ROQUE DAMASCO NETO
JOSÉ VIDAL NARDI
JOSÉ WALDEMIR BIF
JOSEMAR STAHELIN
JOSIANE STEIL SIEWERT
JOSIANE VIEIRA CAMPOS
JOYCE MARIA ANDERSEN
JUAN PAULO ROBLES BALESTERO
JUARES DE MELO VIEIRA
JUAREZ PONTES
JUÇARA ELLER COELHO
JUCÉLIO GONÇALVES
JUDITE MANES
JÚLIA BECK
JULIANA FARIAS DE LIMAS
JULIE CRISTIANE TEIXEIRA DAVET
JÚLIO CÉSAR COSTA
JÚLIO CÉSAR DA COSTA RIBAS
JÚLIO CEZAR BARCELLOS DA SILVA
JURACI MARIA TISCHER
KARINE PIRES
KARLA VIVIANE GARCIA MORAES
KÁTIA GRIESANG
KELLY MACHADO PINHO ALFLEN
KELY CRISTINA ZIMMERMANN
KÊNIA RAUPP COUTINHO
KLENY PIRES DO AMARAL
KRISCHINA SINGER APLEVICZ
LARISSA RÉGIS FERNANDES
LARYSSA TARACHUCKY
LAURECI MACEDÔNIO VICENTE
LAURETE MEDEIROS BORGES
LAURINDA INÊS SOUZA DE MORAES
LEANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
LEATRICE PAVAN CÂMARA
LÊNIA PISANI GLEIZE
LENITA ANA BIANCHETTI SPLITER
LEONE CARMO GARCIA
LEONEL EUZÉBIO DE PAULA NETO
LEONIDAS CAYO MAMANI GILAPA
LETÍCIA APARECIDA MARTINS

LETÍCIA HELENA FROZIN FERNANDES CRUZ
LEUSA FÁTIMA LUCATELLI POSSAMAI
LILIAN DAROS PESCADOR
LILIANE STELZENBERGER
LISANI GENI WACHHOLZ COAN
LIZ CRISTINA CAMARGO RIBAS
LOUISE ELIS MONGUILHOTT
LUANDA BATISTA DEMARCHI DOS SANTOS
LUCAS BOEIRA MICHELS
LUCI INÊS LUCIETTI
LÚCIA HELENA HEINECK
LÚCIA MÜLLER
LÚCIA VALFRIDE DE SCHMIDT
LUCIANA BORGES UGHINI
LUCIANA GELSLEUCHTER LOHN
LUCIANA MACIEL DE SOUZA
LUCIANA MARTENDAL
LUCIANA NICODEMUS DA SILVA
LUCIANE D'AGOSTINI
LUCIANE NÓBREGA JULIANO
LUCIANE RIGHI CECHIN
LUCIANO ANDRÉ VANZ
LUCIANO FREDERICO DE SOUZA
LUCIANO LINHARES MIGUEL
LUCIANO SIMAS
LUCIANO WAGNER BEHR
LUCINÉIA DALETH DA SILVEIRA
LÚCIO MENDES
LUDGÉRIO PEREIRA NETO
LUÍS CARLOS MARTINHAGO SCHLICHTING
LUÍS SÉRGIO BARROS MARQUES
LUIZ ALBERTO DE AZEVEDO
LUIZ ANTÔNIO DA ROCHA ANDRADE
LUIZ ANTÔNIO SCHALATA PACHECO
LUIZ CARLOS DIAS
LUIZ CARLOS MARINHO CAVALHEIRO
LUIZ CARLOS MARTINS
LUIZ CARLOS NICOLAU
LUIZ ELISEU VITÓRIO
LUIZ FELIPE VIEIRA SILVA
LUIZ FERNANDO HENNING
LUIZ FERNANDO MACEDO MORESCKI JÚNIOR
LUIZ FERNANDO SEGALIN DE ANDRADE
LUIZ GONZAGA MEDEIROS RAMOS
LUIZ GREGÓRIO MARTINS
LUIZ HENRIQUE DA SILVA
LUIZ SÍLMIO SCARTAZZINI
LURDETE CADORIN BIAVA

LUZIA DE FÁTIMA EMERGENTE POZZA
MANOEL ALFREDO PEREIRA
MANOEL ANTÔNIO LOPES
MANOEL BENTA
MANOEL IRINEU JOSÉ
MANOEL ROSA DA SILVA
MARA LÚCIA MASUTTI
MARA RÚBIA THEIS
MARCELA KRUGER CORREA
MARCELO ALDAIR DE SOUZA
MARCELO CARLOS DA SILVA
MARCELO COLOMBARA DA SILVA
MARCELO DE ASSIS CORREA
MARCELO JOÃO VIEIRA
MARCELO LUIZ PEREIRA
MARCELO MAIA SOBRAL
MARCELO MARTINS
MARCELO RAUPP
MARCELO RENNO BRAGA
MARCELO SUMAR
MARCELO VANDRESEN
MARCELO WANDSCHEER
MÁRCIA BET KOHLS
MÁRCIA REGINA LIVRAMENTO
MÁRCIA VETROMILLA FUENTES
MARCÍLIO LOURENÇO DA CUNHA
MÁRCIO ANDREY DE MATOS
MÁRCIO ELI OSÓRIO
MÁRCIO HENRIQUE DONIAK
MÁRCIO MICHELS
MÁRCIO NORBERTO MAIESKI
MÁRCIO RICARDO TEIXEIRA MOREIRA
MÁRCIO ROBERTO NUNES
MÁRCIO ZAMBONI
MARCO ANTÔNIO NEIVA KOSLOSKY
MARCO ANTÔNIO QUIRINO PESSOA
MARCO VALÉRIO MIORIM VILLAÇA
MARCOS ANTÔNIO LEITE
MARCOS ANTÔNIO VIANA NASCIMENTO
MARCOS AURÉLIO DE ARAÚJO BITTENCOURT
MARCOS AURÉLIO NEVES
MARCOS AURÉLIO PEDROSO
MARCOS DAVI AURAS
MARCOS DORVAL SCHMITZ
MARCOS EDUARDO SOARES
MARCOS HEYSE PEREIRA
MARCOS MOECKE
MARGARIDA HAHN

MARI NÉIA VALICHESKI
MARIA ALICE SENS BREZINSKI
MARIA ALICE SILVEIRA
MARIA ANGÉLICA BONADIMAN MARIN
MARIA BERTÍLIA OSS GIACOMELLI
MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER
MARIA CLÁUDIA DE ALMEIDA CASTRO
MARIA DA CONCEIÇÃO EPITÁCIO DOS SANTOS
MARIA DA GRAÇA FARIAS
MARIA DALVA DA SILVA
MARIA DE LOURDES AMANTE FERONHA
MARIA DE LOURDES CARDOSO RICARDO
MARIA DE LOURDES WEBBER DE OLIVEIRA
MARIA DO CARMO ALVES GOMES LOUREIRO
MARIA LEDA COSTA SILVEIRA
MARIA LÚCIA CIDADE DE SOUZA
MARIA LUNALVA DA SILVA
MARIA MANOELINA VIEIRA
MARIA PIERINA FERDINANDI PORCEL SANCHES
MARIA TEREZINHA ALFLEN
MARIA VERÔNICA DA SILVA
MARIANA MOSSINI SOARES
MARIÂNGELA MATTOS ÁVILA
MARIANI MIRIAM SADZINSKI
MARILENE RITTER
MARILENE SALETE DAMIAN
MARILENE VILHENA DE OLIVEIRA
MARÍLIA FARIAS DA CUNHA
MARILU DE FÁTIMA KUHN
MARILU DUTRA
MÁRIO DE NORONHA NETO
MÁRIO FRANCISCO LEAL DE QUADRO
MÁRIO HENRIQUE DE MELLO
MÁRIO JOSÉ BERTOTTI
MÁRIO LÚCIO ROLOFF
MÁRIO NUNES FEIJÓ
MÁRIO SHIGUENARI KAWATA
MARISA SPINOLA SALGADO
MARIVAL COAN
MARIZA CARMEM DA SILVA
MARIZETE PROSDOSSIMI PRADO
MARKUS HASENACK
MARLETE SCREMIN
MARLI TERESINHA BAU
MARLON VITO FONTANIVE
MARO JINBO
MARTIM LINO MÜLLER
MASAE KAWANO

MAURÉLIO JOSÉ WITKOSKI
MAURÍCIO DOS SANTOS
MAURÍCIO GARIBA JÚNIOR
MAURÍCIO MARTINS TAQUES
MAURO CERETTA MOREIRA
MAURO RIBEIRO MARTINS
MAURO SAMY SILVA
MAURO TAVARES PERAÇA
MEIMILANY GELSLEICHTER
MELISSA BETTONI TECHIO
MELISSA LIOTTO
MICHELLE CONCEIÇÃO CORREA
MICHELLE KORMANN DA SILVA
MIGUEL LUIZ TURCATTO
MILTON PEREIRA
MIRIAM FONTES NORONHA
MOISÉS ILDEFONSO DE MELO
MÔNICA RAIMUNDO DELUCA
MORGANA ZANELATO BEZ GEBERT
MOZART MARAGNO
MURIEL BITTENCOURT DE LIZ
MURILO TEOTÔNIO DA SILVA
MYLENE AZEVEDO FERREIRA FIDELIS
NAIARA PRIESS
NAILE VITÓRIA MARTINS
NATAL JÚNIOR MANICA
NAUANA GAIVOTA SILVEIRA
NAZARENO NESI
NÉDIO GONZAGA DE SOUZA
NELDA PLENTZ DE OLIVEIRA
NELI DE LEMOS
NELSO GAUZE BONACORSO
NELSON GRANADOS MORATTA
NEURY BOARETTO
NEUSA MARIA GENTIL JORGE
NEUSA MARIA MÜLLER SIMÕES DA LUZ
NIBAR RODRIGUES
NICANOR CARDOSO
NILTON CALZIA FRANÇA
NILTON FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA
NILVA SCHROEDER
NIVALDO THEODORO SCHIEFLER JÚNIOR
NOACIR AIRTON RODRIGUES
NORBERTO BAU
NORBERTO MORO
NORMA APARECIDA FLÁVIO FERNANDES
ODEMIR VIEIRA
ODILANE REGINA KRETZER ROSA

ODILSON TADEU VALLE
OLINDINA IZOLINA TOMÉ
OLIVIER ALLAIN
ONDINA MACHADO
ORLANDO JOSÉ ANTUNES
ORLANDO LUZ FILOMENO
ORLY DOMINGUES GARCIA
OSVALDO SILVEIRA FILHO
PATRÍCIA DA SILVA
PATRÍCIA GERLACH DA SILVA MATTOS
PATRÍCIA MATOS SCHEUER
PATRÍCIA ROCHA KAWASE DE MORAES MATOS
PATRICK DE EMERIM LUCHTEMBERG
PAULO AFONSO GARCIA BARAN
PAULO BARROS
PAULO CÉSAR MACHADO
PAULO CÉSAR SIEBERT
PAULO FERNANDO CARDOSO
PAULO GIANESINI
PAULO HENRIQUE OLIVEIRA PORTO DE AMORIM
PAULO HENRIQUE SANTINI
PAULO RICARDO TELLES RANGEL
PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BONIFÁCIO
PAULO ROBERTO GAUTO
PAULO ROBERTO WEIGMANN
PAULO RODRIGO DIDONI DEMITTO
PAULO SÉRGIO BAYER
PAULO SÉRGIO DA SILVA
PAULO VÍTOR TAVARES
PEDRO ARMANDO DA SILVA JÚNIOR
PEDRO PACHECO BALDOINO
PEDRO PAULO CORREA DE SOUZA
PIERRE GUEDES DE ARAÚJO
PLÍNIO CORNÉLIO FILHO
PRICILA LOURDES SERPA OLIVEIRA
RAFAEL ANDRADE DE SOUZA
RAFAEL ANTÔNIO ZANIN
RAFAEL DAVID GONZAGA
RAFAEL MATYS COSTA
RAFAEL NILSON RODRIGUES
RAFAEL SILVA PIPPI
RAFAEL ZANIBONI ALVES
RAFAELA BETT SORATTO
RAIMUNDO RICARDO MATOS DA CUNHA
RAMON JOSÉ RODRIGUES
RAQUEL DE OLIVEIRA BUGLIANI
RAQUEL FRANCISCO MAFRA
RAQUEL LILIAN BARBI DE CERQUEIRA

RAQUEL MATYS CARDENUTO
RAQUEL SILVA CAETANO
REGEANE SLOMP
REGINA MARIA PEREIRA
REGINA ROGÉRIO
REGINALDA MACIEL
REJANE MARIA SILVA GRACIOSA
RENALDO LUIZ DA SILVA
RENATA PIETSCH RIBEIRO
RENATO DE SOUZA MUNIZ
RENATO LUÍS BERGAMO
RENATO ZANETI DELGADO
RICARDO ADRIANO DOS SANTOS
RICARDO AVELAR SOTOMAIOR KARAM
RICARDO LUIZ ALVES
RICARDO LUIZ ROMAN
RICARDO MARTINS
RICARDO REIS MACIEL
RICARDO ROBERTO WILDI
RIMENEZ TUON
RITA DE CÁSSIA FLOR
RITA DE CÁSSIA MARTINS BOTELHO
ROBERTA LOHN
ROBERTH JESUS DE CARVALHO
ROBERTO ALEXANDRE DIAS
ROBERTO BUNNING
ROBERTO FRANCISCO FACCIO
ROBERTO FRITSCH
ROBERTO JOÃO EISSLER
ROBERTO PAULO VIEIRA
RODOLFO BUTCHER
RODRIGO CORAL
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
RODRIGO NERI DE SOUZA
ROGÉRIO CARVALHO BRÍGIDO
ROGÉRIO GOES
ROGÉRIO MACHADO ROSA
ROGÉRIO MELLO
ROGÉRIO PEREIRA
ROGÉRIO VILAIN
ROGERS BARBI
ROLDÃO MANOEL NASÁRIO
ROMOALDO REBELLO SIGGELKOW
RÔMULO MARCONI MACIEL DE LACERDA
RÔMULO OLIVEIRA GONÇALVES
RONALD DOS SANTOS
RONALDO DOS SANTOS RODRIGUES
RONALDO LINDAURO DE SOUZA

RONI REGINA MIQUELUZZI
ROSAMARIA DA SILVA BECK
ROSANA APARECIDA DE MELLO GARCIA
ROSANA BUNN PEREIRA
ROSANA KIMMEL RODRIGUES
ROSANE APARECIDA DO PRADO
ROSANE MARIA FARIAS
ROSÂNGELA APARECIDA MARQUEZI
ROSANGELA MAUZER CASAROTTO
ROSÂNGELA PIECZARKA
ROSE MARI LOBO GOULART
ROSELEA LISIANE KLAFKE SCHEIBLER
ROSEMARY MAFFEZZOLLI DOS REIS
ROSEMERI COELHO NUNES
ROSEMERY WEIDAUER RACHOR
ROSIMERI SCHUCK SCHMIDT HAHN
ROVANE MARCOS DE FRANÇA
RUBEM TOLEDO BERGAMO
RUBIPIARA CAVALCANTE FERNANDES
RUI CAMILLO RUAS FILHO
SABRINA MIRANDA COVALSKI
SABRINA MORO VILLELA PACHECO
SALETE DO ROCIO FIGUEIREDO
SAMUEL LUNA DE ABREU
SANDRA APARECIDA ANTONINI AGNE
SANDRA FÁTIMA LORENZI
SANDRA FÁTIMA SETTE
SANDRA LOPES GUIMARÃES BEZ FONTANA
SANDRA MARA MACHADO PACHECO SETÚBAL
SANDRA NEVES SANTOS SILVA
SANDRO CARLOS LIMA
SARA ABREU HENN
SAUL SILVA CAETANO
SAULO BAZZI OBERDERFER
SCHIRLEY KAMMERS ORVIEDO
SEDENÍLIO ALÔNCIO BERNARDO
SEOMARA BELTRÃO DE VARGAS
SÉRGIO CARLOS EHLERT
SÉRGIO DA SILVA
SÉRGIO DONISETE DE ARAÚJO
SÉRGIO DOS SANTOS SOUZA
SÉRGIO HASS
SÉRGIO LUIZ DE ARAÚJO SANTOS
SÉRGIO MURILO SANT'ANNA
SÉRGIO PEREIRA CÂNDIDO
SÉRGIO PEREIRA DA ROCHA
SÉRGIO ROBERTO SANTOS
SÉRGIO RODRIGUES LISBOA

SÉRGIO SEITSI UDA
SÉRGIO VERÍSSIMO RIBEIRO
SIDÉLIA SUZAN LADEVIG MARQUES
SILEA MARIA DOS SANTOS
SILVANA FERREIRA PINHEIRO E SILVA
SILVANA GRAUDENZ MÜLLER
SILVANA MARIA FRIGOTTO
SILVANA ROSA LISBOA
SILVANA SILVA REITER WITKOSKI
SÍLVIA DE BONA MEDEIROS
SÍLVIA MATUSAKI
SILVIANA CIRINO
SIMONE COELHO SELL
SIMONE GONÇALVES DE LIMA DA SILVA
SIMONE SIMICI
SIMONE TERESINHA DA SILVA
SIONÉSIO CORREA DE SOUZA
SIVIRIANO BECKER
SOLANGE MARIA LOUREIRO
SÔNIA DOS SANTOS
SÔNIA MARIA GOULART DE SOUZA
SÔNIA REGINA ADÃO
SÔNIA REGINA LAMEGO LINO
SORAYA KOBARG OLIVEIRA
STEFANO ROMEU ZEPLIN
SUELLEN PILATTI
SUELY MARIA ANDERLE
SUSANA APARECIDA CECHINEL
SUZEMARA DA ROSA
SUZI VIEIRA RAMOS
SUZY PASCOALI
TALITA CARDOSO BORGES
TÂNIA DENISE DA SILVA MEYER
TÂNIA REGINA DA SILVA NESI
TÂNIA REGINA FERREIRA
TATIANE SABRIELA CAGOL CAMOZZATO
TAUAN SCHEIDT ZIMMERMANN
TELMA PIRES PACHECO
TELMO HENRIQUE LUZ
TERESINHA DA GLÓRIA PÉRICO BEHR
TEREZINHA LIEGE DE PELEGRINI FLORES
TEREZINHA MARIA DOS SANTOS
THAIS GUEDES LEWIS
THYRZA SCHLICHTING DE LORENZI PIRES
TIAGO SEMPREBOM
TIRSON AUGUSTO DE OLIVEIRA SOARES
UAÇAI VAZ LORENZETTI
UESLEI PATERNO

ÚRSULA DE CARVALHO SILVA
VALDEMIRO HACH
VALDENI ELIAS DA NATIVIDADE
VALDIR NOLL
VALÉRIA DE CÁSSIA SILVA
VALLI REGINA ANTONIUS EISSLER
VALTER VANDER DE OLIVEIRA
VANDERLEI ANTUNES DE MELLO
VANDRE STEIN
VANESSA DAL RI
VANESSA DE OLIVEIRA
VANESSA JUNCKES
VANESSA LUIZA TUONO
VÂNIA MARIA LUZ FILOMENO
VANUSA BARSAN
VEJANE GAELZER
VERA HELENA MAFRA
VERA LÚCIA SILVA DE SOUZA
VICTOR GONÇALVES
VIDOMAR SILVA FILHO
VILMAR COELHO
VILMAR GERMANO SILVA
VILMAR SILVA
VILSON LUDKE
VINÍCIO OLINGER FILHO
VINICIUS DE LUCCA FILHO
VINICIUS TEIXEIRA COELHO
VIVIAN ANDREATTA LOS
VIVIANE CATARINA SARDÁ DE ESPÍNDOLA MARTINS
VIVIANE D'AVILA HEIDENREICH
VOLMIR VON DENTZ
VOLNEI VELLEDA RODRIGUES
VOLNEY DUARTE GOMES
WALCIR MIOT FERNANDES
WALDIR DE SOUZA
WALDIR GOMES FILHO
WALÉRIA KÜLKAMP HAEMING
WALQUÍRIA MARTINS
WASHINGTON LUIZ DA SILVA MARTINS
WASHINGTON LUIZ GOES RABELO
WASHINGTON LUIZ ROCHA
WELLINGTON MARQUES RANGEL
WERTHER ALEXANDRE DE OLIVEIRA SERRALHEIRO
WIDOMAR PEREIRA CARPES JÚNIOR
WILSON BERCKEMBROCK ZAPELINI
WILSON FLÁVIO RODRIGUES
XENIA CEMIN
YANNA DE AMORIM CANA BRASIL SCHUTZ

ZILDA DE FAVERI VICENTE SOUZA
ZÍZIMO MOREIRA FILHO

Colaboradores:

Prof. José Tadeu Arante
Prof. Arlindo Guimarães
Prof. Osvaldino A. Hoffmann
Prof. Ênio Miguel de Souza
Prof. Edmundo Paegle
Prof. Ari Ocampo Moré
Prof. Nilo Jacques Dias
Prof. René Abreu Pacheco
Prof. Nereu do Valle Pereira
Prof. Sérgio Hass
Prof. Anésio José Macari
Prof. Jucy Cândido da Silva

Fontes de Pesquisa:

Acervo de Registros Escolares da ETF/SC
Resenha Histórica da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina – 1922
Estudo de Caso: Síntese da Evolução Histórica da ETF/SC
Jornal “Nossa Folha”
Revista Arte e Indústria – Ano III – Nº 3
Relatório Histórico – Arlindo Guimarães – 1987
Jornal do Comércio
Livro de Atas do Conselho Técnico-Consultivo
Relatórios da Escola – 1910, 1911, 1914, 1916, 1920, 1928 e 1929
Livros de Registros de Nomeações dos Servidores da ETF/SC
Livros de Atas do Conselho de Representantes
Inovação e Mudança Social: Que Desafios Para O Ensino Técnico? – Tade-Ane Amorim – 2001
22 Anos de ETF-SC – Frederico Guilherme Buendgens – 1986
Conheça a Escola Industrial Federal de Santa Catarina – Frederico Guilherme Buendgens - 1967
Projeto Pedagógico da ETF-SC - 2000
ETF-SC em Dados e em Indicadores Educacionais
Página oficial do Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC).
Página oficial do Campus Araranguá do IFSC.
Página oficial do Campus Chapecó do IFSC.
Página oficial do Campus Florianópolis-Continente do IF-SC.

Página oficial do Campus Florianópolis do IF-SC.
Página oficial do Campus Jaraguá do Sul do IF-SC.
Página oficial do Campus Joinville do IF-SC.
Página oficial do Campus São José do IF-SC.

Boletim Informativo do CEFET-SC – 2004, 2005, 2006, 2007, 2008

Alcides Vieira de Almeida nasceu em Florianópolis, Estreito, em 18 de dezembro de 1951. Licenciado em Letras – Português e Francês – pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ingressou no magistério público estadual em 1968, no então, Grupo Escolar “Presidente Roosevelt”, em Coqueiros. Foi Secretário Geral e Assistente do Departamento de Ensino do Instituto Estadual de Educação. No Instituto Federal de Santa Catarina, iniciou suas atividades docentes em 1979. Aposentou-se em 2007. No IF-SC assumiu os cargos de Assistente do Departamento de Ensino, Chefe do Departamento de Apoio ao Ensino, Chefe de Gabinete, Assessor de Comunicação Social, Coordenador da COING e Gerente da Gerência de Formação Geral e Serviços.



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina